

**Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG  
Escola de Arquitetura**

**Ana Maria Nogueira Rezende**

**FLUXOS GLOBAIS NO SÉCULO XVIII  
A PRODUÇÃO DO *MODUS VIVENDI E OPERANDI* NO ENTORNO DA  
ESTRADA REAL PICADA DE GOIÁS**

**Belo Horizonte-MG  
2017**

**Ana Maria Nogueira Rezende**

**FLUXOS GLOBAIS NO SÉCULO XVIII – A PRODUÇÃO DO *MODUS VIVENDI E OPERANDI* NO ENTORNO DA ESTRADA REAL PICADA DE GOIÁS**

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção de título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.**

**Área de Concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território**

**Orientador (a): Profa. Dra. Maria Luiza Almeida Cunha de Castro**

**Belo Horizonte-MG  
2017**

#### FICHA CATALOGRÁFICA

R467f Rezende, Ana Maria Nogueira.  
Fluxos globais no século XVIII [manuscrito] : a produção do modus vivendi e operandi no entorno da Estrada Real Picada de Goiás / Ana Maria Nogueira Rezende. - 2017.  
320 f. : il.

Orientador: Maria Luiza Almeida Cunha de Castro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Minas Gerais - História - Século XVIII - Teses. 2. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822 - Teses. 3. Estrada Real Picada de Goiás (MG e GO) - Teses. I. Castro, Maria Luiza Almeida Cunha de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

Dissertação intitulada **FLUXOS GLOBAIS NO SÉCULO XVIII – A PRODUÇÃO DO *MODUS VIVENDI E OPERANDI* NO ENTORNO DA ESTRADA REAL PICADA DE GOIÁS** de autoria da mestranda **Ana Maria Nogueira Rezende**, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Flávio Lemos Carsalade

---

Prof. Dr. Leandro Cardoso

---

Profa. Dra. Maria Luiza Almeida Cunha de Castro (Orientadora)

Belo Horizonte- MG,..... de .....de 2017

## **Dedicatória**

**Aos estradeiros de agora  
e de outrora...**

## AGRADECIMENTO

**Para vós nada será impossível!  
(Mateus, 17,19)**

A vida é um dom divino e requer aperfeiçoamento constante. A gratidão é parte importante da aprendizagem de nossa vida terrena.

Têm profissões que não escolhemos aleatoriamente, elas nos escolhem em algum momento de nossa existência. Foi assim, a História me escolheu.

Neste processo, agradeço a todos que contribuíram e contribuem para que eu esteja aqui, a terminar mais uma etapa de minha vida. É importante o fim de etapas para que outras se iniciem, como em um ciclo de transmutação diária.

Um obrigado especial para a família que apoia, cada um ao seu modo, mesmo não entendendo a ânsia pelo conhecimento da minha história e dos outros. Maria Nirce Nogueira, a mãe corajosa que ensinou a necessidade do trabalho, irmãos Ana Alice, Donato e cunhados, Damasceno e Lindomar, reconhecimento e as desculpas pelas ausências, a sobrinha querida, Anna Sofia, que me ensinou que é preciso ser criança sempre. Vocês, família querida e amada, que me dão a certeza do prosseguimento, apesar de tudo!

O carinho e os ensinamentos daqueles que não estão mais aqui, presentes na vida terrena. O avô que esteve lá no começo das minhas primeiras letras. A avó aguerrida que me deixou a necessidade de aprender, conhecer e estudar, mas cujo principal legado foi a certeza de prosseguir sempre, e sempre com a cabeça erguida.

Os amigos, historiadores, que me fizeram amar cada pedacinho da história vivida e rememorada. Pessoas queridas, mesmo não estando mais entre nós, ainda guiam meu conhecimento por meio da história mineira. A eles, gratidão por me apresentar o sertão oeste mineiro, este que ainda não foi desvendado completamente. Guaracy de Castro Nogueira, não mais entre nós, mas sua presença, certamente, não será esquecida. Aos amigos e colaboradores do Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira- ICMC pelo caminhar literal entre a cultura e a história mineira, que tanto amo e dedico. Amigos historiadores que somaram tantos conhecimentos e que hoje estão presentes no meu trabalho: Áureo Silveira e Alan Nogueira Penido, na genealogia do oeste mineiro. Raimundo Rabello, presente no Paiz de Pitanguy, a matriarca das cidades do Centro-Oeste Mineiro; Tarcísio

José Martins, que procura desvendar a história do Quilombo do Ambrósio; João Amílcar Salgado, presente na minha saga Roseana- amor pela vida e obra de Guimarães Rosa, autor que morou e clinicou em Itaguara/MG, pelos idos de 1930. Monsenhor Flávio Carneiro e Luciana, pelo proporcionar das portas abertas do Arquivo Eclesiástico do Arquivo de Mariana- AEAM. Ao ICAM- Instituto Cultural Amílcar de Castro Martins pelo riquíssimo acervo sempre à disposição. Oscar Virgílio Pereira, uma apresentação do Triângulo Mineiro, além do Tratado de Tordesilhas. Maria da Graça Mourão, com a voracidade de conhecimento, por mostrar que a capitania de Minas Gerais se correspondia por cartas, no nascimento dos correios na colônia do século XVIII e pelas nossas conversas sobre este caminho e outras estradas que cortam e recortam o Sertão Oeste Mineiro.

Maria Geralda Costa, amiga querida, dos cafés para os “olhares” sobre o passado itaguarense- desvendado em boas conversas enquanto a cidade se elucida em um alpendre interiorano.

Luís Sousa, amigo, que, entre um cafezinho e outro, fez-me sentir a paixão estradeira desde o transporte carreiro do passado, o ferroviário e o rodoviário, que são a força motriz deste nosso país continental.

Luciano Alves Pereira, amigo jornalista-historiador, que pacientemente ouviu os relatos das estradas de hoje e de ontem, em uma viagem que sem fim.

Júlio Hübner, pois, sem ele, “a reprodução da autora” das figuras dos mapas dos caminhos estradeiros do século XVIII não ficariam “profissionais”.

Aos companheiros do Rotary Club Cidade Industrial e demais companheiros da Casa do Rotariano de Contagem, pela compreensão das ausências e amizade.

Para todos os amigos de ontem e de hoje, que se fizeram e fazem parte de mim- importantes na minha construção pessoal, como ser em constante evolução.

O transporte, ali, entre estradas e estradeiros, sempre se mostrou latente. Uma escolha óbvia em minha vida, levada pela origem familiar de tropeiros e caminhoneiros, e, também, pelos amigos que me deixaram contar suas vivências desbravadoras do passado e do presente. A estrada faz parte de mim.

Assim os caminhos se fizeram presente nos meus trabalhos, pelas cidades apresentadas pelo livro *Centro-Oeste Mineiro - História e Cultura*, lançado

em 2008, e pelo transporte estradeiro retratado no livro *Transportador Mineiro-História Pioneira*, lançado em 2012. Esta obra só aumentou a certeza da escolha e a necessidade de se desvendar o passado das estradas, dos estradeiros e do transporte em Minas Gerais e no Brasil.

A orientação que se fez presente conduziu e guiou a execução deste trabalho, que “lançou luzes” sobre a Picada de Goiás e nos caminhos do seu entorno. Assim, ele se tornou um importante eixo fomentador do *modus vivendi* e *operandi* das pessoas que seguiam pelas estradas rumo às regiões centrais do Brasil e também na formação de Minas Gerais. Agradeço em especial à Orientadora Maria Luiza Almeida Cunha de Castro, por quem fui escolhida para ser conduzida. Mais que ensinamentos acadêmicos, uma amizade que impulsionou o conhecimento.

Aos professores Flávio Carsalade e Leandro Cardoso, pela contribuição no aprimoramento eficaz desta dissertação.

À Escola de Arquitetura e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) pelo apoio a esta pesquisa através da CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

A todos que fazem parte da minha estrada!

Agradecimento e a gentileza do carinho a todos aqueles que fizeram e fazem parte da minha história!

Ana Maria Nogueira Rezende

## RESUMO

O eixo principal que orientou este estudo é a procura de diferentes processos e fatores de ordem histórica, geográfica, econômica e cultural que influenciaram na formação do espaço brasileiro e, conseqüentemente, Minas Gerais. O período colonial brasileiro se configurou como uma época próspera na formação/construção de novas espacialidades, muitas das quais deram origem às cidades contemporâneas. Assim, inúmeros estudos têm como foco o *modus vivendi* e *operandi* que deu origem às diversas cidades/regiões coloniais brasileiras. Esta dissertação busca compreender como ocorreu a formação da região da Picada de Goiás, estrada real autorizada no século XVIII e a maneira pela qual os fluxos de bens e mercadorias traz importantes informações sobre as bases da cultura na época e na região. De modo mais específico, busca-se entender como se deu a formação das bases da cultura local, por meio da análise dos fluxos globais e de sua contribuição para a formação da identidade regional e das paisagens culturais no entorno da Picada de Goiás. Para tal fim, as análises se apoiam na teoria de Appadurai (2004). Essa teoria se desenvolve a partir dos fluxos, que geram o que este autor denomina paisagens (*scapes*), e parte do pressuposto de que a cultura se desenvolve a partir de um substrato formado pela superposição de cinco fluxos: pessoas, ideias, tecnologia, dinheiro, imagens e ideias. Esses fluxos geram paisagens correspondentes: Etnopaisagens; Tecnopaisagens; Financiopaisagens, Mediapaisagens e Ideopaisagens. A análise das características dos fluxos que compõe a região da Picada de Goiás leva a uma proposta de adaptação das Mediapaisagens, substituindo-as pelas "Paisagens da Informação". Além disso, o estudo leva à proposta da criação de um sexto fluxo, o fluxo das mercadorias e dos bens. Assim, os fluxos de bens e mercadorias são analisados para investigar suas relações com os demais fluxos. A partir das análises realizadas, foi possível verificar que estes fluxos trazem preciosos indícios sobre os demais conformadores da cultura e, portanto, se mostram de grande valia para as pesquisas do período colonial e da região.

**Palavras chaves:** Estrada Real Picada de Goiás. Fluxos. Paisagens.

## ABSTRACT

This study was guided by the search for different processes of historical, geographical, economical and cultural order, that have influenced the construction of the Brazilian space, and, consequently, Minas Gerais. The Brazilian colonial period was a booming time in the formation/construction of new spaces, many of which lead to contemporary cities. Therefore, a number of studies focus on the *modus vivendi* and *operandi* that gave birth to several colonial cities/regions in Brazil. This paper tries to understand how was the development of the region of Picada de Goiás, a royal road authorized in the 18th century. It will also explore the way assets and commodities flux carries important informations about the base of the culture at this time and region. More specifically, it aims to understand how was the formation of the local culture, through the analysis of global fluxes and its contribution to the constitution of the local identity and the cultural landscape around Picada de Goiás. Using as analysis support the Appadurei's (2004) theory, it emphasizes overlay of 5 fluxes: people, ideas, technology, money, images and ideals (so called Etnoscapes, Technoscapes, Financial scapes, Mediascapes and Ideascapes). The analysis of the characteristics of the fluxes that create the region of Picada de Goiás leads to a proposal to adapt Mediascapes and substitute them for "Information Scapes". Beyond this theoretical reference, this study proposes the creation of a sixth flux of assets and commodities. In a theoretical approach, the fluxes of assets and commodities is analysed, so as to investigate its relation with other Appadurei's fluxes. Due to the analysis made, it was possible to confirm that these fluxes bring precious evidence to other cultural studies and is, therefore, of a great value to the researches about the colonial time or about the area.

.

**Keywords:** Royal Road Picada de Goiás. Flows.Landscapes.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- AS TERRAS MINEIRAS FORAM FRUTO DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS- CORTADAS PELA LINHA DE TORDESILHAS NO SÉCULO XVII .....	39
FIGURA 2- “MAPA DAS CORTES” (1749 ) UTILIZADO POR PORTUGAL PARA NEGOCIAR OS LIMITES DO BRASIL, PELO TRATADO DE MADRID (1750) .....	46
FIGURA 3- AS PRIMEIRAS BANDEIRAS QUE ADENTRARAM NO TERRITÓRIO MINEIRO.....	52
FIGURA 4- BANDEIRAS IMPORTANTES QUE PARTIRAM DE SÃO PAULO .....	54
FIGURA 5- TRECHO DO MAPA DE PE. COCLEO (C.A. 1700)- CAMINHOS EM DIVERSAS DIREÇÕES DE SÃO PAULO PARA O RIO DE JANEIRO, MINAS GERAIS, CURITIBA E GOIÁS.....	59
FIGURA 6- A ENTRADA DOS BANDEIRANTES PARTINDO DE JUNDIAÍ-CAMPINAS-FRANCA/SP E SUDOESTE MINEIRO ADENTRANDO PELA “ESTRADA DOS GOIASES, ”, UM DOS VÁRIOS NOMES DO CAMINHO GERAL DO SERTÃO, CAMINHO DO ANHANGUERA, NO SÉCULO XVIII. ....	63
FIGURA 7- O ROTEIRO DO CAMINHO VELHO DE SÃO PAULO E DO RIO DE JANEIRO- DESCRITO POR ANTONIL (1711) .....	67
FIGURA 8- CAMINHO NOVO (1782) .....	70
FIGURA 9 - REGIONALIZAÇÃO NO SÉCULO XVIII – PARA ENTENDER OS CAMINHOS DA PICADA DE GOIÁS .....	72
FIGURA 10- ESTRADA DE SABARÁ A PARACATU/MG- PASSANDO POR PITANGUI (1737) .....	74
FIGURA 11- A PICADA DE GOIÁS- ESTRADA REAL E OS ANTIGOS CAMINHOS QUE LEVAM A GOIÁS .....	79
FIGURA 12- LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA PICADA DE GOIÁS NA INTERSEÇÃO DO RIO BAMBUÍ E RIO PERDIÇÃO .....	81
FIGURA 13- DIVISÕES ADMINISTRATIVAS E TOPOGRÁFICAS, COM ORIENTAÇÕES GEOGRÁFICAS DO TERRENO QUE FORMAVA O TERMO DA VILLA DE SÃO JOÃO DEL-REI E SEUS RESPECTIVOS JULGADOS – 1809 .....	83
FIGURA 14 - A PICADA DE GOIÁS –ESTRADA OFICIAL AUTORIZADA EM 08 DE MAIO DE 1736 PELO CONDE DE BOBADELA.....	85
FIGURA 15– MAPA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES: COM A DEVIZA DE SUAS COMARCAS. [S.L.: S.N.], [1778?]. .....	95
FIGURA 16 - MAPA DA COMARCA DO RIO DAS MORTES, PERTENCENTE A CAPITANIA DAS MINAS GERAIS (1777) .....	96
FIGURA 17- URNAS FUNERÁRIAS INDÍGENAS ENCONTRADAS NO TERRITÓRIO DO ATUAL MUNICÍPIO DE LEANDRO FERREIRA/MG.....	112
FIGURA 18- ROTA DO TRÁFICO DE ESCRAVOS ENTRE A AMÉRICA PORTUGUESA E AMÉRICA, NOS SÉCULOS XVII E XVIII .....	115
FIGURA 19 - ROTAS TERRESTRES E FLUVIAIS NO MAPA DE TOSI COLOMBINA: SÃO PAULO- GOIÁS (VILA BOA) .....	151
FIGURA 20 - CASA DO VELHO DA TAIPA EM PITANGUI/MG.....	165
FIGURA 21- CASARÃO DE JOAQUINA DE POMPÉU, DEMOLIDO EM 1954 .....	166
FIGURA 22- LINHAS POSTAIS EM 1798.....	188
FIGURA 23 - LINHA 5- SABARÁ-PARACATU- COM TROCA DE MALAS EM BAMBUHY – DISTÂNCIA: 117 LÉGUAS - 42 DIAS - 2 TRECHOS DE VIAGEM .....	189
FIGURA 24- REGISTROS E CASAS DE CONTAGEM – NOS CAMINHOS PARA GOIÁS.....	245
FIGURA 25 – LIVRO DE COMPROMISSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROZÁRIO DO ARRAIAL DE PARACATU (1782) .....	282

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1- NÚMERO DAS SESMARIAS EM CADA COMARCA DE MINAS GERAIS.....	98
TABELA 2 - TOTAL DE HOMENS E MULHERES EM MINAS GERAIS- 1776.....	127
TABELA 3 - ARRECADAÇÃO DAS FINTAS DE OURO PELA FAZENDA REAL ENTRE OS ANOS DE 1718 A 1727...	135
TABELA 4- ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DA IGREJA NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS.....	212
TABELA 5- FLUXO DO OURO QUE ERA ARRECADADO NAS INTENDÊNCIAS DE MINAS.....	223
TABELA 6- NÚMEROS DE ESCRAVOS PAGANTES DA CAPITAÇÃO EM MINAS GERAIS NOS ANOS DE 1746 E 1747 .....	251
TABELA 7 - COMPARAÇÃO MÉDIA QUE CADA PROPRIETÁRIO DEVERIA PAGAR POR LOTE DE ESCRAVOS NAS SUAS RESPECTIVAS VILAS.....	253
TABELA 8- PREÇOS ATUALIZADOS DOS ITENS APRESENTADOS POR ANTONIL (1711) QUE ERAM COMERCIALIZADOS NO INÍCIO DO SÉCULO XVIII EM MINAS GERAIS .....	289

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- PRODUÇÃO DE OURO NO SÉCULO XVIII (EM TONELADAS) .....	221
GRÁFICO 2- NÚMERO DE ESCRAVOS CAPITADOS EM MINAS GERAIS (1735-1749) E DESEMBARCADOS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (1720-1765).....	251
GRÁFICO 3- PRODUÇÃO DE OURO – PARACATU/MG (1755 – 1800) .....	268

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABRASP- Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia

AEAM- Arquivo Eclesiástico do Arquivo de Mariana

AHU- Arquivo Histórico Ultramarino

AN- Arquivo Nacional

APM- Arquivo Público Mineiro

APG- ANAIS DA PROVÍNCIA DE GOIÁS

CREA/GO- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás

Cx.- Caixa

Cód.- Códice

DNER- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

Doc.- Documento

ICAM- Instituto Cultural Amílcar Martins

ICP- Inventário Cultural de Paracatu

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico Arquetônico Nacional

RAPM- Revista Arquivo Público Mineiro

R.I.H.G.B- Revista Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

SC- Seção Colonial

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2. A GLOBALIZAÇÃO VISTA ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DE APPADURAI....</b>	<b>26</b>
2.1 A homogeneização e heterogeneização na perspectiva de Appadurai.....	28
2.2 Fluxos na região da Picada de Goiás .....	33
<b>3. O BRASIL E MINAS GERAIS NOS SÉCULOS XVII E XVIII.....</b>	<b>37</b>
3.1 A concepção das estradas reais- os caminhos e descaminhos do século XVIII .....	47
3.1.1 As Entradas e Bandeiras.....	48
3.1.3 As articulações da Picada de Goiás.....	80
3.2 Apresentando a Picada de Goiás como Estrada Real do sertão oeste mineiro .....	86
3.3 Concessão de sesmarias- povoamento, fronteira e cidades na região da Picada de Goiás.....	92
<b>4. AS PAISAGENS FORMADAS PELOS FLUXOS AO LONGO DA PICADA DE GOIÁS.....</b>	<b>106</b>
4.1 A etnopaisagem no entorno da Picada de Goiás .....	106
4.2 Financiopaisagens- através dos fluxos financeiros no entorno da Picada de Goiás .....	128
4.3 Tecnopaisagens- infraestrutura e técnicas na Picada de Goiás.....	139
4.4 Paisagem da informação - a comunicação através do sertão oeste mineiro e na Picada de Goiás .....	179
4.5 Ideopaisagens- a base ideológica da formação da Picada de Goiás .....	200
<b>5. PAISAGEM DAS MERCADORIAS E BENS NO SERTÃO DA PICADA DE GOIÁS E NO ENTORNO DA PICADA DE GOIÁS.....</b>	<b>218</b>
5.1 Características do fluxo de mercadorias .....	218
5.1.1 A circulação do ouro como base para o fluxo dos bens e mercadorias: exportação de ouro, importação de produtos de luxo e produção local.....	220
5.1.2 Contrabando: os fluxos clandestinos do ouro.....	226

5.1.3 Agricultura e pecuária: os fluxos de suprimento da atividade de mineração.....	230
5.1.4 Comércio: motivação dos fluxos de bens e mercadorias.....	237
5.1.5 Registros e Contagens: cruzamento e controle dos fluxos de bens e mercadorias.....	241
5.2 Aspectos da interseção do fluxo das mercadorias com os demais paisagens.....	247
5.2.1 A Etnopaisagem em suas interseções com o fluxo de bens e mercadorias.....	247
5.2.2 Tecnopaisagens reveladas nos fluxos de bens e mercadorias.....	267
5.2.4 As paisagens da informação reveladas nos fluxos de bens e mercadorias.....	276
5.2.5 As paisagens das finanças reveladas nos fluxos de bens e mercadorias.....	284
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	291
REFERÊNCIAS.....	298

## 1.INTRODUÇÃO

**Mar Português**  
**Fernando Pessoa, Mensagem (1934)**

Ó mar salgado, quanto do teu sal  
São lágrimas de Portugal!  
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,  
Quantos filhos em vão rezaram!  
Quantas noivas ficaram por casar  
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.  
Quem quer passar além do Bojador  
Tem que passar além da dor.  
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,  
Mas nele é que espelhou o céu.

No período colonial e no período imperial, o Brasil recebeu grande contingente populacional e esteve submetido a movimentos migratórios significativos. Novas identidades se formaram a partir de hibridizações das identidades da época, o que ocorreu devido aos fluxos regionais e globais.

Nesse contexto, as estradas se mostraram catalisadoras de fluxos por excelência, uma vez que elas, desde sempre, foram *locus* de materialização destes fluxos. Dessa maneira, entende-se que as estradas, assim como os caminhos e as picadas, foram formadoras também das paisagens, que deixam transparecer o *modus vivendi e operandi* dos indivíduos que trafegavam pelo interior do Brasil.

Os bandeirantes e entradistas - também chamados de sertanistas - foram importantes para a expansão das fronteiras para além das 370 léguas que dividiam as terras descobertas. Depois do trabalho árduo da Coroa Portuguesa nas tentativas de povoar a terra e se estabelecer nela, lutando contra os indígenas e os quilombolas (negros fugidos do trabalho escravo nas datas de ouro e nas fazendas - foi possível, através do Tratado de Madrid, em 1750, aumentar as fronteiras do Brasil. Consequentemente, expandiu-se o território da capitania de Minas Gerais, que terminava na região do Sertão da Farinha Podre, a qual corresponde ao atual Triângulo Mineiro (PEREIRA, 2010; GOES FILHO, 2015).

A região da Picada de Goiás e seu entorno foi escolhida como objeto de análise por ser ainda pouco explorada, histórica e geograficamente. A região carece de muitos estudos tanto enquanto estrada real, criada em 1736, mas também enquanto caminho e descaminho utilizado como rota de interiorização no território brasileiro. Aí reside a sua importância.

Assim, a conquista do espaço físico-geográfico das regiões denominadas “sertão” ocorreu pelo adentramento através da Serra da Mantiqueira e, no século XVII, o principal motivo para as incursões era o apresamento do gentio da terra, o índio, para o trabalho escravo. A região passou a ter importância a partir da descoberta de ouro “nas minas<sup>1</sup>”, no final do século XVII. A exploração desse metal era outro objetivo das entradas e bandeiras, que saíam de São Paulo (SANTOS,1926).

Em 1733, era grande o movimento em consequência da exploração aurífera em Minas Gerais e isso gerava uma demanda pela abertura de estradas. A Picada de Goiás se consolidou como importante via de acesso para o ouro, que seguia para o porto de Parati/RJ. Ela também se estabeleceu como rota para o Rio de Janeiro, que viria a ser capital da colônia, em 1763. Já era, nesta época utilizada para o abastecimento de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais e da população, que crescia e se enriquecia às custas do ouro mineiro. Nas adjacências

---

<sup>1</sup> “Nas Minas” foi a primeira denominação da região na qual encontrou-se ouro nos sertões que ultrapassavam a Serra da Mantiqueira, no fim do século XVII. No início do século XVIII o nome “Minas dos Cataguás” ou “Minas dos Cataguazes” começou a ser empregado em documentos. Foi denominada, pelo bandeirante Garcia Rodrigues Paes, de “(...)Minas do Ouro de Sabarabuçu e Cataguais(...)”. Já Antonil (1711) registrou também que as atuais terras do estado de Minas Gerais foram chamadas de “(...)Minas dos Cataguás(...)”, nome que perdurou por algum tempo. A região foi chamada de “Minas do Rio das Velhas”, “Minas do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo”, “Minas de Ouro Preto” e “Minas do Rio das Mortes”, entre outros nomes. Em 1706 algumas sesmarias foram registradas no lugar “(...) Minas Gerais do Ouro dos Cataguases(...)”. Nos documentos oficiais que partiam da Corte, o nome utilizado era apenas “Minas”, “Minas do Ouro” ou “Minas dos Cataguás.” A partir de 1709, foi criada a Capitania de São Paulo e das Minas de Ouro. E, depois de 1720, foi criada com nome de “Capitania de Minas”. O topônimo “Minas Gerais” foi criado pelos moradores da capitania. O nome “Minas Gerais” foi utilizado na obra sobre a capitania, escrita por Francisco Tavares de Brito em 1732, mas também já era usado entre 1709 e 1720, quando realizou incursão nas terras mineiras e produziu a descrição do mapa geográfico que compreendia os limites do governo de São Paulo e Minas. O topônimo Minas Gerais começou a ser utilizado amplamente nos documentos oficiais, como as cartas régias, a partir de 1732 (BARBOSA, 1971, p. 289, 290).

da exploração do ouro, a região sertaneja ganhou relevância ao fornecer suporte e abastecer a população das minas com alimentos, gado e muares. O período de mineração nas cidades do sertão mineiro, goiano e mato-grossense foi relativamente curto e fez prosperar as atividades agropastoris, principalmente. Logo, as estradas, que são a materialização de todos os caminhos para Goiás, tomaram importância e foram sendo nomeadas Picada de Goiás, como afirmou Inácio de Pamplona em correspondência ao Conde de Valadares em 1768. Até mesmo estradas que seguiam para São Paulo podiam ser chamadas de Picada de Goiás, tamanha era a confusão com os caminhos (MARTINS, 2008; FREITAS, 2005; BORGES, 1992; BARBOSA, 1971).

O reconhecimento da Picada de Goiás como Estrada Real não foi uma iniciativa governamental. A solicitação partiu de mineiros influentes ao governador de Minas Gerais Gomes Freire de Andrade, entre eles: Caetano Rodrigues Álvares de Horta, Matias Barbosa da Silva, José Álvares de Mira, Maximiano de Oliveira Leite, José Pires Monteiro e Francisco Rodrigues Gondim. Assim, no dia 08 de maio de 1736, foi outorgada a lei que transformou a Picada de Goiás em uma estrada real (BARBOSA, 1979). A política que visava a abertura de estradas e, portanto, a abertura e oficialização da Picada de Goiás não foi somente uma medida para promover o desenvolvimento de Minas Gerais, mas, também, uma garantia para a cobrança dos impostos, como os quintos reais. O ouro começava a escassear nas regiões auríferas. Dessa maneira, tornou-se necessário evitar o contrabando e, além disso, cobrar impostos sobre as mercadorias que utilizavam a rota. Nesse momento, a trilha funcionava como descaminho, favorecendo atividades contraventoras das leis reais, como o contrabando de mercadorias e, principalmente, do ouro. Desta forma, a região às margens da Picada de Goiás e o seu entorno se tornaram profícuos para o exercício do comércio, pecuária e lavoura (MARTINS, 2008; FONSECA, 1961; FARIA, 2009; RABELLO, 2014; SOUZA, 1982).

A Picada de Goiás possibilitou os fluxos e permitiu estender as campanhas propostas para povoar as terras denominadas sertão no interior mineiro, adentrando o Brasil na região oeste de Minas Gerais. Para tal fim, era interessante ter uma região apta ao tráfego de pessoas, como também ao trânsito de mercadorias e do ouro minerado em Cuiabá (1718), em Goiás (1722) e,

posteriormente, no Arraial de Paracatu (1744). A manutenção e segurança da Picada de Goiás proporcionava condições de moradia nas sesmarias, como era esperado pelo governo da capitania mineira e pela Coroa Portuguesa. As sesmarias eram concedidas na Comarca do Rio das Mortes, *a priori*, mas também se estendiam para a Comarca do Rio das Velhas (SANTOS, 2001; PINTO, 2010).

A Picada de Goiás iniciava-se em São João del-Rei, vila principal da Comarca do Rio das Mortes, adentrava para o oeste de Minas, atravessava o rio São Francisco acima da barra do rio Bambuí, seguia pelo Sertão da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro), e alcançava o Arraial de Paracatu, de onde chegava, por fim, a Goiás. O objetivo era alcançar Vila Boa de Goiás, a antiga capital da capitania de Goiás, atualmente conhecida como Cidade de Goiás. Em Goiás, a Picada passava nos arraiais de Meia Ponte (atual cidade de Pirenópolis/GO), Santa Luzia (atual cidade de Luziânia/GO), entre outras. (BARBOSA, 1979; BORGES, 1992).

A história regional e local se construiu, assim, com personagens que moldavam a realidade de acordo com a imposição dos fluxos.

O objetivo do presente trabalho é investigar a região da Picada de Goiás a partir de uma adaptação da visão de Appadurai (2004) sobre os processos culturais sob a influência da globalização

A proposta do autor para compreender o século XX parte de uma perspectiva da realidade formada pela justaposição de cinco tipos de fluxos incluindo o movimento de pessoas; tecnologias; capital; informações e notícias; ideias e palavras: Essas paisagens configuram o que Appadurai (2004) também chamou de fluxos: Etnopaisagens; Tecnopaisagens; Financiopaisagens; Mediapaisagens e Ideopaisagens.

O sufixo paisagem (*scape*, na versão do autor) vai além da forma fluida e mostra o contexto irregular dos horizontes, que possuem formas que aprofundam o capital internacional. No entanto, eles indicam principalmente as influências mundiais sofridas pela localização geográfica e histórica, pelos aspectos linguísticos e pelas políticas relacionadas a diversos grupos: estados-nações; empresas e indústrias; grupos nômades; grupos religiosos, políticos ou econômicos; diásporas; migrações, até mesmo grupos próximos, como família, bairro, aldeias e cidades,

entre outros. O indivíduo se apresenta como uma parte atuante deste grupo, mas é o grupo que dará o sentido de coletividade (APPADURAI, 2004).

Assim, embora o autor tenha focado no processo de globalização acelerada da atualidade, a explicação que ele oferece pode ser aplicada a momentos anteriores da história.

A presente proposta procura, portanto, utilizar esta perspectiva na análise dos intensos fluxos que ocorreram a partir do Tratado de Tordesilhas (1494). Esse acordo é considerado a força motriz do movimento de espanhóis e portugueses nas terras “descobertas” por Cristóvão Colombo (1492) e Álvares Cabral (1500).

No século XVIII na região da Picada de Goiás, os fluxos de pessoas, mercadorias, ideias, valores e informações se sobrepunham, e as transformações que traziam configuraram novos hábitos, costumes, consolidando tradições que eram constantemente renovadas.

Procura-se, então, situar e entender as mudanças que levaram ao povoamento e à criação de cidades existentes até os dias atuais. Procura-se, ainda, entender as condições para a formação cultural ao longo da Picada de Goiás. Nas palavras de Russel-Wood (1999), “[...]a infinita extensão do sertão despertava medo nos europeus, acostumados a espaços controlados [...]” (p.112) e foi no contexto histórico de consolidação do espaço físico-geográfico que se configurou o atual estado de Minas Gerais.

A relevância do estudo reside, na visão que ele propõe sobre o passado, através do estudo da consolidação da Picada de Goiás e seu entorno, e também na visão dos caminhos<sup>2</sup> variantes, precursores das rodovias de hoje. A Picada de

---

<sup>2</sup> O Caminho Geral do Sertão, como as demais estradas, entre elas o Caminho Novo, Caminho Velho (SANTOS, 2001), Caminho das Monções (HOLANDA, 2005), Estradas para Goiasés (ROSETTO, 2006), entre outras, se originou a partir da antiga estrada do período pré- colombiano, também chamado de pré-cabralino, conhecido como Caminho do Peabiru- as vias terrestres indígenas que ligavam os atuais países latinos- do Oceano Atlântico ao Pacífico. A rota principal do Caminho do Peabiru era a de Cananéia/ São Paulo a Potosi/Bolívia- chegando até outras cidades incas, como Cuzco, Arequipa e Machu Picchu (ELLISJR., 1934; TAUNAY, 1981).

Goiás e os demais caminhos que passavam pelo sertão oeste mineiro foram importantes para a configuração da identidade regional da cultura sertaneja, para a definição do ambiente construído e para o processo de criação das cidades atuais, que anteriormente eram sesmarias, arraiais e vilas que se formaram nas regiões do Centro-Oeste Mineiro, Triângulo Mineiro, Noroeste Mineiro e Alto Paranaíba. A pesquisa tem caráter exploratório, porque propõe a base de um novo olhar e analisa o seu potencial, enquanto fio condutor para investigações sobre a história da região.

A Picada de Goiás tem sido palco de controvérsias nas pesquisas realizadas por estudiosos e historiadores do tema, o que destaca o papel dos memorialistas regionais. A análise aqui empreendida procura explorar as visões apresentadas pelos diferentes autores. Eram vários caminhos e descaminhos que surgiram e foram chamados de Picada de Goiás, como a citação do mestre de campo Inácio Correia Pamplona em 1769 em carta ao Conde de Valadares (BORGES, 1992).

Autores como Waldemar de Almeida Barbosa (1979), fizeram exaustiva pesquisa sobre a Picada de Goiás, referenciando seu trajeto entre São João del-Rei e Goiás, que corta todo o sertão mineiro, desde a nascente do São Francisco, na Serra da Canastra, e passa pela atual região do Triângulo Mineiro, que entre 1748 a 1816 fora Triângulo Goiano.

Outros autores citam a Picada de Goiás e suas pesquisas versam sobre a história de suas cidades. Elas surgiram em consequência da estrada ou pelas sesmarias doadas no intuito de povoar as regiões inóspitas do interior do Brasil para além do Tratado de Tordesilhas (1494) que vigorou até serem estabelecidos novos limites geográficos pelo Tratado de Madrid (1750). Como exemplos, podem ser citados os livros: “O sertão de Nossa Senhora das Candeias da Picada de Goiás”, de Jose Gomide Borges (1992), que faz referência à cidade de Candeias/MG e suas famílias; “Acheias à História do Oeste de Minas”, de Leopoldo Corrêa (1993), da antiga denominação de Formiga, lugar que foi considerado a entrada da região do baixo-sertão e que levava a Goiás e Mato Grosso; “História de Oliveira”, de Luís Gonzaga Fonseca (1961), que cita o primeiro nome de Oliveira- “Picada de Goiás”- já uma referência à estrada que levava a Goiás e cortava a futura cidade; “Raízes de Bom Despacho”, do autor Orlando Ferreira (2005), que relata a história do lugar,

desmitificando determinados equívocos sobre as passagens dos caminhos para Goiás que cortavam o atual município; “Das Sesmarias ao Polo Urbano”, de Oscar Virgílio Pereira (2010), que aborda o fato de que a Picada de Goiás também cortava o Sertão da Farinha Podre, região das atuais cidades de Uberlândia e Uberaba, levando ao atual distrito de Desemboque, importante destino dos viajantes no século XVIII; “Quilombo do Campo Grande- A História de Minas que se Devolve ao Povo” e “Quilombo do Campo Grande - Ladrões da História”, de Tarcísio José Martins (2008; 2011), que apresentam a desmistificação da imagem de Pamplona com destruidor do Quilombo do Ambrósio, famoso reduto dos quilombolas no sertão oeste mineiro. As áreas que se desenvolveram às margens do rio São Francisco não poderiam ficar de fora do fluxo do movimento migratório, influente nas atividades comerciais. Neste sentido, destacam-se os trabalhos de Gilberto Noronha (2007), e Deusdedit Campos (2003) que narram a rotina das fazendas de gado *vacum*<sup>3</sup>, como na propriedade de Joaquina de Pompéu, considerada a matriarca de várias famílias mineiras, pois, com seu marido, Inácio Campos, tiveram dez filhos. Vários livros e autores fazem referência a Pitangui (1715), também conhecida como Velha Serrana, a Sétima Vila do Ouro de Minas Gerais. Esta localidade era o destino do Caminho Geral do Sertão, a variante precursora da Picada de Goiás. A obra “Pays do Pitanguy” de Raimundo da Silva Rabello (2014) faz uma boa colocação da história da mais antiga vila do Centro Oeste Mineiro.

Em 2008, foi lançado o livro “Centro Oeste Mineiro- História e Cultura”, um registro historiográfico de 77 cidades. Esse trabalho teve a organização do genealogista e historiador Guaracy de Castro Nogueira e do gestor cultural Dalton Miranda, os quais, juntamente com outros historiadores, pesquisadores, estudiosos e memorialistas da região, contaram a saga de algumas cidades que surgiram no em torno da Picada de Goiás e nas margens do rio São Francisco. Inseridas nas atuais micro regiões do Alto São Francisco, estão Três Rios do Oeste, Alto do Oeste, Campo das Vertentes, Lago, Industrial e Canastra.

---

<sup>3</sup> Gado *vacum* – são “[...]os bois, vacas e bezerras” ( BLUTEAU, 1789, p.505).

Entre as cidades referenciadas no presente trabalho, que surgiram devido à existência da Picada de Goiás estão: São Tiago (OLIVEIRA, 2008), Oliveira: (LARANJO, 2008), Carmópolis de Minas- antigo Japão de Oliveira (REZENDE, 2008), Passa Tempo (FERREIRA, 2008), Carmo da Mata (CARVALHO, 2008), São Francisco de Paula (RIBEIRO, 2008), Itapecerica- São Bento do Tamanduá (BARBOSA, 2008), Arcos (BARBOSA, 2008), Iguatama (CARVALHO, 2008), Formiga (SOBRINHO, 2008), Piumhi (MELO, 2008), Candeias (BORGES, 2008), Campo Belo (TEIXEIRA, 2008), Bambuí (SIFUENTES, 2008), Luz (VARGAS, 2008), Bom Despacho (FREITAS, 2008), Serra da Saudade (REZENDE, 2008), Medeiros (LEITE, 2008), São Roque de Minas (FARIA, 2008), Dolores do Indaiá (SILVA, 2008), Quartel Geral (PINTO, 2008), Pitangui (FARIAJR., 2008), Pompéu (NORONHA, 2008), entre outras que foram desmembradas de arraiais e vilas criadas no século XVIII, no entorno da estrada real do oeste mineiro<sup>4</sup>.

O primeiro capítulo apresenta a teoria que dá suporte à análise – a proposta feita por Appadurai (2004) para investigação do fenômeno da globalização por meio da decomposição da realidade em camadas geradas por diversos fluxos. Embora o autor foque nos processos de globalização contemporâneos, procura-se demonstrar que as categorias de compreensão propostas já são latentes desde o início da interação entre os povos, se intensificando, a partir do século XVI, com o

---

<sup>4</sup> As rodovias estaduais construídas como variantes da Picada de Goiás- estrada real do século XVIII, atualmente são estradas vicinais encampadas por estradas estaduais que ligam municípios. Santo Antônio do Monte é ligada a Bom Despacho por uma destas antigas estradas setecentistas abertas pelos tropeiros (FREITAS, 2005). A MG-164 faz a ligação entre Santo Antônio do Monte e Bom Despacho/MG. Essa importante estrada vicinal nasce no entroncamento da BR- 354 e segue por cidades que surgiram através das sesmarias setecentistas, como a atual Camacho/MG, que tem sua origem ligada ao bandeirante Manuel Camacho, Itapecerica, antiga São Bento do Tamanduá, atravessa por Pedra do Indaiá. Nesse antigo distrito de Santo Antônio do Monte, corta a BR-262 (importante rodovia federal que liga o Brasil de leste para oeste, atravessando os estados de Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso do Sul), nas proximidades de Bom Despacho, e segue atravessando as cidades de Martinho Campos (de onde segue a estrada MG-352 para Pitangui) e Pompéu. Nos limites desta cidade se originaram das terras de Joaquina de Pompéu, no século XVIII. Então, a BR-262 atravessa o Rio Pará, (lugar onde também surge a MG- 452 que segue para Curvelo, ponto de Registro para contagem de mercadorias) e continua, cortando o rio Paraopeba, que abastece a represa de Três Marias e nas proximidades da atual cidade de Felixlândia. Por fim, alcança a BR-040, a rodovia que liga o Rio de Janeiro a Brasília e é a continuação, de certo modo, do antigo Caminho Novo, construído no início do século XVIII.

período das Grandes Navegações. Nesta ocasião, começaram as conquistas dos novos mundos que se dividiram entre Portugal e Espanha.

O segundo capítulo apresenta o Brasil e Minas Gerais no século XVIII, no contexto das estradas reais e das atividades que se desenvolveram em seu entorno: extrativismo mineral (leia-se principalmente ouro), comércio, agropecuária e lavoura, como força motriz para o crescimento e povoamento regional. A ênfase está nas estradas, caminhos e descaminhos do ouro, nas mercadorias que trafegavam pelos sertões da Picada de Goiás (1736) e na cultura dos “homens bons.”

O terceiro capítulo interpreta a história da Picada de Goiás e suas variantes- já que todos os caminhos que levavam a Goiás recebiam esta alcunha (BARBOSA, 1979; BORGES, 1992) - a partir da perspectiva dos fluxos propostos por Appadurai (2004).

O quarto capítulo busca demonstrar a forma pela qual os fluxos de bens e mercadorias expressam questões relativas aos demais fluxos e até se confundem com eles. Esta confluência fica evidente a partir de questões como a transformação de pessoas em mercadorias, a dupla validade do ouro enquanto mercadoria e moeda, a materialização das ideias mercantilistas nos fluxos de importação e exportação favorecendo a metrópole, dentre outras. Esta perspectiva se abre, desta maneira, para futuros trabalhos que possam explorar este viés.

Assim, o presente estudo não tem a pretensão de elucidar todas as controvérsias históricas relativas à Picada de Goiás e aos tantos outros caminhos que cortam e recortam o sertão oeste mineiro e permeiam os temas abordados. Também, devido ao extenso escopo do trabalho, não será possível aprofundar todas as questões suscitadas. Procura-se, então, apontar novas possibilidades que possam dar origem a estudos e pesquisas acerca desta região e deste caminho, importante para o adentramento dos sertões mineiros e muito significativo para os campos da História, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Sociologia, Geografia, Genealogia, Economia e outras áreas do conhecimento.

As estradas antigas estão inseridas no contexto do atual cenário das rodovias que cortam Minas Gerais em direção ao interior do Brasil. Os antigos caminhos (Caminho Geral do Sertão, o Caminho Sabará- Paracatu, o Caminho do Rio de Janeiro a Goiás e a Picada de Goiás) tiveram enorme importância para a

conformação dos fluxos nos séculos posteriores. Portanto, eles influenciaram o traçado das atuais rodovias federais e estaduais, como a BR-050, BR-354, BR-262 BR-040, BR-352, GO- 330, SP-348, MG-050, MG-188, MG-181, MG-164, MG-410, entre outras estradas que se interligam regionalmente. O Brasil e Minas Gerais do presente flui, ainda, de certa forma, pelas estradas do passado. Os fluxos são dinâmicos, deixando rastros na cultura e também nas identidades locais e regionais, e, desta forma, promoveram marcas na formação do caráter do povo mineiro.

Assim, não há como não parafrasear Guimarães Rosa- “Minas são muitas”- e muitas delas passaram e se constituíram pelos caminhos dos sertões da Picada de Goiás.

## 2. A GLOBALIZAÇÃO VISTA ATRAVÉS DA PERSPECTIVA DE APPADURAI

O que faz andar a estrada? É o sonho.  
Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva.  
É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro.

Mia Couto  
Terra Sonâmbula, 2007

O ato de conhecer o mundo moderno e os fatos que o rodeiam mostra que ele tem estado, ao longo dos tempos, interligado como um todo. Sempre houve grandes transações culturais entre os povos, o que é o indício de uma interação maior. Assim, Arjun Appadurai (2004) ressalta que historiadores e sociólogos, em alguns casos, se preocupam com processos translocais, que envolvem grandes interações, em termos de proporção e intensidade. No período das grandes navegações, nos séculos XV e XVI, principalmente, essas trocas aconteciam por fatores diversos, de ordem geográfica, ecológica, cultural, e tinham grande impacto na história regional. Nesta época, o objetivo era principalmente o expansionismo e a conquista de novos territórios e riquezas, mas as navegações afetavam profundamente as dinâmicas relativas à vida das comunidades locais.

Autores como Tilly (1995), Harvey (1996), Santos (2003) e Vilas (2003) identificam movimentos de globalização em épocas diversas da história.

De acordo com Tilly (1995 *apud* ARRIGHI, 2003), a globalização é uma ampliação geográfica das relações sociais relevantes localmente, especialmente quando estas relações passam a transcender fronteiras nacionais e internacionais.

O autor identifica três períodos em que este processo teria ocorrido: o século XIII, quando surgiu um “[...] sistema de comércio mundial afro-euroasiático[...]” (ABU-LUGHOD, 1989 *apud* ARRIGHI, 2003, p. 16) em consequência da formação do império Mongol; o século XVI, com expansão comercial e militar europeia; e o século XIX, com o “[...]impulso imperialista[...]” europeu (TILLY, 1995b, p.01,02 *apud* ARRIGHI, 2003, p. 16).

Segundo Harvey (1996), o termo “globalização” surgiu no fim da década de 1980 e assumiu uma amplitude singular na organização mundial. Embora o conceito “globalização” tenha entrando em evidência, substituindo outros já conhecidos do

mundo do capitalismo, como “imperialismo”, “colonialismo” e “neocolonialismo”; ele é bem antigo e permeia vários processos econômicos, sociais e políticos. Para o autor, a globalização existiu desde o início do período das navegações em 1492, século XV. Mostrou-se de suma importância para o avanço do capitalismo no campo espacial e geográfico.

Para Santos (2003), embora o contexto atual seja bastante distinto daquele dos séculos anteriores, o processo de globalização a que assistimos, hoje, nada mais é do que uma etapa mais avançada de uma configuração que “[...] nas suas versões hegemônicas existe pelo menos desde os séculos XV e XVI e que está muito ligado às formas de expansão europeia, nascimento do capitalismo [...]” (p.06).

Vilas (1999), por sua vez, entende que a globalização pode ser caracterizada como um conjunto de processos multisseculares, que têm origem na expansão do capitalismo comercial europeu dos séculos XIV e XV. Desde então, estes processos têm se desenvolvido de maneira desigual, ora se acelerando, ora se desacelerando.

A globalização nasceu, então, agregada ao capitalismo, que expandiu, cada vez mais, as fronteiras geográficas do mundo conhecido, na busca de novas fontes de riqueza. As transações culturais aconteciam, geralmente, pela busca de mercadorias, tarefa que envolvia longas distâncias e ocorria pelo contato entre os comerciantes e mercadores. Existiam também os viajantes, peregrinos, conquistadores e exploradores. Assim, o tráfego cultural fluía. Com tecnologias limitadas, grandes distâncias eram percorridas, sem a certeza da volta.

Depois de 1500, mudanças globais ocorreram, causadas pela expansão marítima. Interesses ocidentais mobilizaram expedições que partiram da Europa para novos descobrimentos nas Américas, Ásia e África. “[...] Foi a criação de conglomerados, conjuntos de indivíduos, baseados no dinheiro, comércio, conquista e migração, proporcionando vínculos sociais pelo mundo.” (APPADURAI, 2004, p.44). O processo foi acelerado a partir dos séculos XVIII e XIX, com uso maior de tecnologia e inovações que partiram do mundo europeu, e foi considerado bastante organizado, para o mundo não europeu. Appadurai (2004) deixa claro como foi o fluxo partindo da Europa para outros lugares: “[...] Primeiramente português e espanhol e depois de outras nações europeias, como da França, Alemanha,

Holanda, Inglaterra a fazer o tráfego de ideias, de povo e indivíduo.” (APPADURAI, 2004, p.44).

Segundo Massey (2008), o homem sempre foi um viajante, em constantes deslocamentos migratórios pelo mundo. O autor mostrou a sobreposição de culturas por meio do fluxo humano, ao longo de um período de 300 anos, quando a Europa exerceu o colonialismo mercantil pelo globo terrestre. Ele fala desta primeira colonização, que foi de 1500 a 1800, quando as nações da Península Ibérica partiram rumo à conquista do “Novo Mundo”, da Ásia e África. Não é sabido o número exato de imigrantes europeus que aportaram nas terras conquistadas, mas foi o suficiente para que se mantivesse o domínio colonial de grande parte do mundo.

Assim, embora o estágio atual da globalização seja prioritariamente baseado em relações virtuais e desmaterializadas, o processo é multissecular (VILAS, 1999) e muitas das análises que são propostas para sua compreensão também podem ser úteis para entender os processos dos séculos anteriores.

## **2.1 A homogeneização e heterogeneização na perspectiva de Appadurai**

Através dos tempos a estrada registra a vida, os ideais  
e a grandeza das nações.

Frase proferida por Mr. Mac Donald  
presente no livro Construção, Administração e Subvenção  
de Estradas de Rodagem escrito por- E. W. James- Chefe  
de Divisão de Desenhos do Bureau de Estradas Públicas  
dos Estados Unidos.

Appadurai (2004) e outros autores como Crane (2002), Agier (2009), Harvey (2003) e Hall (2003) identificam, nos processos de globalização, diferentes maneiras pelas quais a cultura pode ser afetada.

Uma delas é conhecida como “imperialismo cultural”, ligada à introdução de um povo no sistema moderno mundial, por meio da imposição de valores e estruturas dos países dominantes deste sistema (SCHILLER, 1976). Nesse caso, é dada ênfase ao temor de homogeneização cultural que, na verdade, nada mais é do que a assimilação da cultura de um povo por outro.

Segundo Crane (2002), essa teoria ainda é útil, embora receba críticas pelo fato de preconizar um grau de controle político pelos países dominantes que não existe mais nos dias de hoje. Sua utilidade reside no fato de que a perspectiva ajuda a analisar a razão pela qual alguns atores nacionais têm mais impacto do que outros na configuração de um panorama mundial. Em contraste com esta teoria Crane (2002) descreve, por outro lado, três outras correntes.

A primeira delas trata de fluxos e redes, que é descrita como fonte de influências, vindas de diferentes pontos e fluindo em diferentes direções. Assim, “[...] os receptores podem também ser autores.” (Crane, 2002, p.05). Os fluxos culturais se apresentam como alternativa para compreender um processo de transmissão de culturas diferenciado que não tem origem no mesmo local e, conseqüentemente, não trafega na mesma direção.

Neste caso, segundo Appadurai (*apud* CRANE, 2002) os fluxos culturais, veiculados pela mídia, pela tecnologia, pelas ideologias e pelas etnias, determinam um processo de hibridização cultural, mais do que de homogeneização.

A segunda teoria que se contrapõe à ideia de imperialismo cultural é conhecida como teoria da recepção. Ela reconhece uma pressão cultural exercida sobre a periferia, mas não a considera uma ameaça às identidades locais, pois reconhece a existência de uma resposta diferente de cada cultura para as influências que recebe. Isso resulta em um multiculturalismo, ao invés da homogeneização (CRANE, 2002).

A terceira teoria apresentada por Crane (2002) enxerga o processo de globalização como parte de políticas públicas em vários âmbitos, que desenvolvem estratégias para lidar com as pressões culturais externas, tanto para proteger a identidade local, quanto para transformá-la para “[...] consumo global” (p.05).

Dentre estas teorias, a proposta de compreensão da realidade por meio de fluxos parece incorporar uma visão bastante abrangente, capaz de oferecer perspectivas em sintonia com o dinamismo das relações que se configuram a partir de combinações e recombinações sempre cambiantes entre os diversos fatores de influência. Esta teoria traz, portanto, uma flexibilidade para a análise, que permite investigar diferentes momentos do processo de globalização, mesmo em momentos bem anteriores ao século XX.

Os conquistadores que chegaram às Américas, também assimilaram a cultura local e a cultura importada da África, (ALENCASTRO, 2000), de forma que o processo se operou a partir de fluxos múltiplos. Alencastro (2000) é categórico ao afirmar que o Brasil não existiria sem Angola. Além da mão de obra escrava, hábitos e costumes foram assimilados pelo povo brasileiro.

Entretanto, este processo não ocorreu sem atritos. Appadurai (2004) e outros autores, como Hall (2003) e Agier (2009) identificam “disjunturas” na articulação de culturas que são colocadas em contato. Essas disjunturas advêm dos contrastes, discrepâncias e defasagens que são gerados quando há o cruzamento de trajetórias até então autônomas, sob influências distintas compreendidas a partir de perspectivas culturais diferentes. Em outras palavras, os diversos aspectos da vida das pessoas não estão em sincronia entre si, e cada um faz referência a um mundo diferente.

Hall (2003) identifica problemas surgidos da convivência das diversas comunidades e utiliza dois termos para tratar da questão: multicultural e multiculturalismo. O multicultural se apresenta como características sociais e problemas de governabilidade nas “[...]sociedades múltiplas[...]” enquanto o multiculturalismo se refere a estratégias para administrar tais problemas.

Para Kymlicka (2005) o “multiculturalismo”, abrange dois termos ligados à sociedade, no geral:

[...] multinacional (onde a diversidade cultural surge a partir da incorporação de culturas que anteriormente tinham auto governos e foram concentrados em um estado territorialmente maior) e multiétnico (onde a diversidade cultural surge da imigração individual e familiar). Também explorar as diferenças entre "minorias nacionais" (nos estados com nacionalidades diversas) e "grupos étnicos" (nos Estados multiétnicos) [...] (KYMLICKA, 2005, p.07).

Assim, o autor destaca é a distinção entre a questão cultural e a étnica. De acordo com o Dicionário Oxford Inglês: cultura se define “[...] como os "costumes" ou "civilização" de um grupo ou um povo.” Mesmo um lugar que seja “[...] etnicamente homogêneo [...]”, se apresenta como um “[...] estado "multicultural", uma vez que contém várias séries de associações e grupos com base em distinções de classe, gênero, orientação sexual, religião, crenças morais e ideologia política.” (KYMLICKA, 2005, p.15) .

O autor observa ainda que as “[...] democracias ocidentais compartilham uma cultura [...]” (KYMLICKA, 2005, p.15), que se mostra comum a todas, mas que, ainda assim possuem relativas diferenças do passado para o presente. Antes a sociedade era feudal, agrícola e teocrática e migrou para os tempos atuais como “[...] uma civilização moderna, urbana, secular e industrializada.” (KYMLICKA, 2005, p.15).

Para esclarecer, Kymlicka (2005) ressalta os efeitos da globalização no contexto de uma mesma sociedade que recebe e assimila diferentes culturas:

A globalização tornou o mito de um estado culturalmente homogêneo ainda mais irreal e forçou a maioria, dentro de cada estado, mais aberto ao pluralismo e diversidade. Em um mundo de livre comércio e comunicações globais, a natureza das identidades étnicas e nacionais está passando por uma mudança, mas o desafio do multiculturalismo permanece. (KYMLICKA, 2005, p.09).

Desta forma, as disjunturas das quais Appadurai (2004) trata são inerentes ao multiculturalismo, mas se tornaram exacerbadas com o aprofundamento da globalização.

No Brasil, com o avanço da colonização, surgiram os primeiros focos urbanos, e as disjunturas entre os diferentes aspectos da vida passaram a se materializar neste espaço.

A proposta de Appadurai (2004) analisa, portanto, a realidade gerada por fluxos, capazes de modificar “scapes)” O termo “scape”, utilizado por Appadurai (2004) foi traduzido na versão em português da obra como “paisagem” (*landscape* em inglês), o que enseja uma investigação sobre os estudos de paisagem, que têm sido empreendidos em diversas áreas do conhecimento, em suas relações com a cultura.

Segundo Sauer, “O termo ‘paisagem’ é proposto para denotar o conceito unitário da geografia, para caracterizar a peculiar associação geográfica dos fatos” (SAUER, 1996: 300). Landscape seria o equivalente ao alemão *Landschaft*, e pode ser definido como uma área construída por uma associação distinta de formas, tanto naturais como culturais (SAUER, 1996: 301). Ainda nesse mesmo trabalho de 1925, Sauer lançou a frase que ainda hoje é repetida à exaustão por aqueles filia dos à Escola de Berkeley e que

procura dar conta da relação entre o homem e a natureza: “a cultura é o agente, a área natural o meio e a paisagem cultural é o resultado” (SAUER, 1996 *apud* RIBEIRO, 2007, p.19).<sup>5</sup>

Dentro de uma visão de patrimônio, o IPHAN entende que a paisagem cultural é formada por “combinações de agenciamentos naturais e humanos”, que mostram a evolução da sociedade. Ela se apoia em remanescentes físicos que trazem indícios de uso e atividades passadas, experiências e tradições (IPHAN, 2004, p. 332 *apud* FIGUEIREDO, 2013, p. 84).

Assim, Appadurai (2004) assimila o conceito de “mundos imaginados”, de Benedict Anderson (1991) e coloca as paisagens como ponto de partida para uma perspectiva diferenciada, não só para o estágio atual de desenvolvimento da globalização, como também para as articulações que lhe deram origem desde o século XVI.

Para Appadurai (2004) as paisagens estão em constante mudança, pela ação direta ou indireta do homem, com uma intervenção cada vez maior da tecnologia; “Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas. (APPADURAI, 2004, p.22).

As Etnopaisagens são “paisagem de pessoas”, que mostram o mundo habitado em constante deslocamento. A migração de grupos, como a que ocorreu com a descoberta e exploração do Brasil, criou teias de “movimentos humanos”, que aumentaram de acordo com a necessidade e realidade das pessoas em seus destinos. Esse deslocamento também decorreu das demandas tecnológicas e da busca por melhores condições de sobrevivência no mundo em constante evolução (APPADURAI, 2004).

As Tecnopaisagens dizem respeito ao desenvolvimento da tecnologia e permitem a superação de barreiras antes intransponíveis. Entretanto, uma vez

---

<sup>5</sup> The cultural landscape is fashioned from a natural landscape by a culture group. Culture is the agent, the natural area the medium, the cultural landscape the result. (SAUER, 1925, *apud* UNESCO, 2009, p.16, *apud* FIGUEIREDO, 2013, 89).

transmutadas, em qualquer parte do mundo, elas podem causar danos globais. O bom ou mau uso da tecnologia gera consequências nas tecnopaisagens mundiais (APPADURAI, 2004).

Ademais, Appadurai (2004) destaca o fluxo criado pela disponibilização do capital global. Esse fluxo se apresenta como um dos mais complexos de ser avaliado - gerando as Financiopaisagens- que dependem dos mercados nacionais e internacionais, oscilantes e flutuantes.

As Mediapaisagens, por sua vez, referem-se à capacidade de produzir e difundir conteúdo informativo, o que poderá ocorrer em todas as modalidades disponíveis. Os meios de comunicação passam a disponibilizar toda a informação, contando com as ferramentas para fazer fluir este vasto conteúdo (APPADURAI, 2004).

Por fim, as ideopaisagens permeiam o campo das palavras, pois são baseadas em ideias e imagens, sendo, então, a base para as ideologias políticas e para as demais ideologias que fazem parte da sociedade.

## 2.2 Fluxos na região da Picada de Goiás

Cada ano vem nas frotas uma grande quantidade de portugueses e estrangeiros para passarem às minas.

André João Antonil  
Jesuíta italiano  
(1649-1716)

A perspectiva de fluxos se adequa ao propósito da presente pesquisa, uma vez que o processo de globalização iniciado nas grandes navegações, trouxe uma intensa movimentação de bens, pessoas, tecnologia, informação e ideias, que ocorreu, na região, por meio dos caminhos, picadas e estradas. Eles constituem, então, o *locus* de materialização dos fluxos da época. Eles compuseram não somente a paisagem geográfica, mas também as diversas camadas de paisagens que configuram a cultura, das quais trata Appadurai (2004).

Como complementação da perspectiva de Appadurai (2004), será introduzida a noção de “paisagem dos bens” ou “paisagem de mercadorias”, que englobará a circulação de bens

Paula Bello (2004), em uma pesquisa voltada para o *design* contemporâneo, também propõe esta paisagem adicional, um *goodscape*, que seria o cenário do fluxos de objetos, resultado da interação das cinco paisagens. Segundo a pesquisadora, o *design* tem diversas implicações para os cenários propostos por Appadurai (2004) e interage dentro deles de maneiras que envolvem os bens, mercadorias e objetos.

Esta camada adicional de compreensão se impõe na análise do século XVIII, devido à característica mais materializada do capitalismo da época estudada- o mercantilismo- em sua fase comercial, em contraposição à fase de capitalismo financeiro em que se insere a análise original do autor.

Assim, Appadurai (2004) propôs sua análise na década de 1980 e, no estágio da globalização deste final de século, a economia estava mais bem definida no campo financeiro do que na área da produção e do que no comércio (VILAS,1999). A estimativa do valor das transações financeiras do mundo, nesse período, era entre 12 e 15 vezes maior do que a produção mundial de bens e serviços não financeiros, e havia a perspectiva de serem 60 ou 70 vezes maiores que o valor do conjunto de todas as exportações mundiais (VILAS, 1999, p.28).

Por outro lado, no período em análise, a mercadoria “ouro” assumia as funções da moeda-ouro, fazendo funcionar um regime de escambo. que também existia na troca de outras mercadorias, as relações eram extremamente centradas nas trocas materiais

A existência das mercadorias é decorrente da capacidade de responder a uma necessidade expressa das pessoas que são, por sua vez, influenciadas pelas mutações do contexto cultural e social. Desta forma, a circulação dos bens parece trazer importantes indícios para a compreensão da evolução das paisagens culturais na região da Picada de Goiás no Brasil do século XVIII.

Assim, as Etnopaisagens (paisagem de pessoas) correspondem aos indivíduos responsáveis por dar vida à Picada de Goiás e ao seu entorno. Através de seus deslocamentos, promoveram o povoamento e a formação de cidades.

As Tecnopaisagens retratam as ferramentas, equipamentos, máquinas e tecnologia utilizados pelos indivíduos na Picada de Goiás e no seu entorno, tanto para a realização de atividades econômicas, quanto no contexto de provimento de

infraestrutura (a construção da própria estrada, por exemplo). De maneira geral, as Tecnopaisagens estão presentes em toda a rede conectada por elas - os arraiais, vilas e, posteriormente, as cidades.

As financiopaisagens, apresentadas por Appadurai (2004) como reflexo dos fluxos de capital global, tratam aqui principalmente dos fluxos gerados pela exploração mineral. Eles serão melhor compreendidos a partir da análise do fluxo dos bens e mercadorias (BELLO, 2004).

As Mediapaisagens retratam a troca de informações necessária para a sobrevivência e formação de Minas Gerais, processo dentro do qual as estradas e caminhos, entre elas a Picada de Goiás, tinham importância destacada.

As Ideopaisagens englobam a circulação das ideias políticas, a formação ética e os valores que permearam a formação do povo na região da Picada de Goiás.

As paisagens dos bens, por sua vez se apresentam como articuladoras das demais paisagens. Os bens falam sobre seus usuários, seus costumes e suas tradições e constituem importante registro sobre as relações entre as diversas etnias e suas culturas. Eles também estão intimamente ligados às tecnopaisagens, na medida em que a difusão de tecnologia é materializada em bens tais como equipamentos, ferramentas e outros. O fluxo de bens está ainda vinculado às Paisagens das finanças e, de forma mais expressiva ainda, materializa-se numa sociedade que fez uso extensivo do escambo e na qual a mercadoria ouro se confundiu com o valor financeiro da barra de ouro. Os bens e mercadorias são, ainda, portadores de ideologias e materializam necessidades pessoais ou coletivas (BELLO, 2004). Por fim, a circulação de informação utiliza, na época investigada, muitos dos mesmos canais que a circulação de mercadorias. Assim, espaços de comércio logo se tornam espaços de difusão de informação como será detalhado. Por outro lado, a própria informação trata muitas vezes exatamente da circulação de mercadorias (como no caso de registros, contagens, ou até inventários e outras listagens do gênero).

Considerando todas estas intersecções, o fluxo dos bens se coloca como foco de estudo privilegiado para entender as articulações entre todos os componentes que configuram a cultura na época- entre eles o estudo da paisagem.

Na literatura o Livro dos Salmos traz o primeiro registro da palavra “paisagem”, escrito em hebraico por volta de 1.000 a.C. Voltada à noção visual e estética, descreve a paisagem como “[...] a bela vista que se tem do conjunto de Jerusalém, com os templos, castelos e palacetes do Rei Salomão. (METZGER, 2001, p. 2 *apud* FIGUEIREDO, 2013, p. 84).

De acordo com Santos (1988), a paisagem se constitui de forma diferente de espaço, assim, “[...] paisagem e espaço são um par dialético.” (p. 25).

Sauer (1996) define o termo “paisagem” para conceituar espaço geográfico e não muito distante se interliga aos fatos aos associados a essa paisagem. Logo, para Sauer (1996), adepto da Escola de Berkeley<sup>6</sup>- procura delimitar a relação do homem e da natureza, e assim “[...]“a cultura é o agente, a área natural o meio e a paisagem cultural é o resultado”<sup>7</sup> (1996 *apud* RIBEIRO, 2007, p.19.)

Portanto, as paisagens culturais se constituem por áreas específicas da paisagem, escolhidas pela topografia, que se assemelham por fatores humanos e naturais- estas podem se perpetuar no tempo e espaço. A perpetuação destes fatores se dá por meio do reconhecimento de tradições culturais, das histórias, valores passados de gerações, e entre outros. (IPHAN, 2004, p. 332 *apud* FIGUEIREDO, 2013, p. 84). A paisagem se faz pela junção do homem e natureza, e:

Desta maneira, com a produção humana há a produção do espaço. O trabalho manual foi sendo relegado a segundo plano, e a maquinaria foi sendo cada vez mais usada até se chegar à automação. A produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas. (APPADURAI, 2004, p.22).

---

<sup>6</sup> Sauer foi o principal líder da Escola de Berkeley, desde de 1925, quando publicou a “Morfologia da Paisagem” (1925-1998), até 1975, ano de seu falecimento. Sua teoria sobre geografia cultural ainda é difundida por seus herdeiros (FONTE: CORRÊA, Roberto Lobato Corrêa. *Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado Carl Sauer and Denis Cosgrove: Landscape and the Past; Espaço Aberto*, PPGG - UFRJ, V. 4, N.1, p. 37-46, 2014.

<sup>7</sup> The cultural landscape is fashioned from a natural landscape by a culture group. Culture is the agent, the natural area the medium, the cultural landscape the result. (SAUER, 1925, *apud* UNESCO, 2009, p.16, *apud* FIGUEIREDO, 2013, 89).

### 3. O BRASIL E MINAS GERAIS NOS SÉCULOS XVII E XVIII

Ali, até uma criança, só de olhar ficava sabendo que a Terra é redonda.  
 E eu, que gosto de entusiasmar-me, proclamei:  
 - Minas Gerais... Minas principia de dentro para fora e do céu para o chão...  
 Santana ouviu, e corrigiu:  
 - Por que você não diz: o Brasil?  
 E era mesmo. Concordei.

Rosa, João Guimarães;  
 Minha Gente,  
 Sagarana, 1994.

Segundo os historiadores brasilianistas Boxer (1969:2000), Prado Jr.(1986), Fausto (1995); Priore; Venâncio (2010), a expansão marítima foi a causa para a descoberta do Brasil. O “Novo Mundo” despertava interesses desde as viagens lendárias de Marco Pólo. Os navegantes tinham o objetivo de alcançar o Oriente e, guiados pelos relatos e mapas nem sempre precisos, “descobriram” a América e o Brasil.

Categóricos, os historiadores acima citados afirmam que a motivação da expansão marítima não era o conhecimento cultural, pois o cunho colonizador e explorador sempre foi o lucro, com a conseqüente recompensa dos recursos investidos.

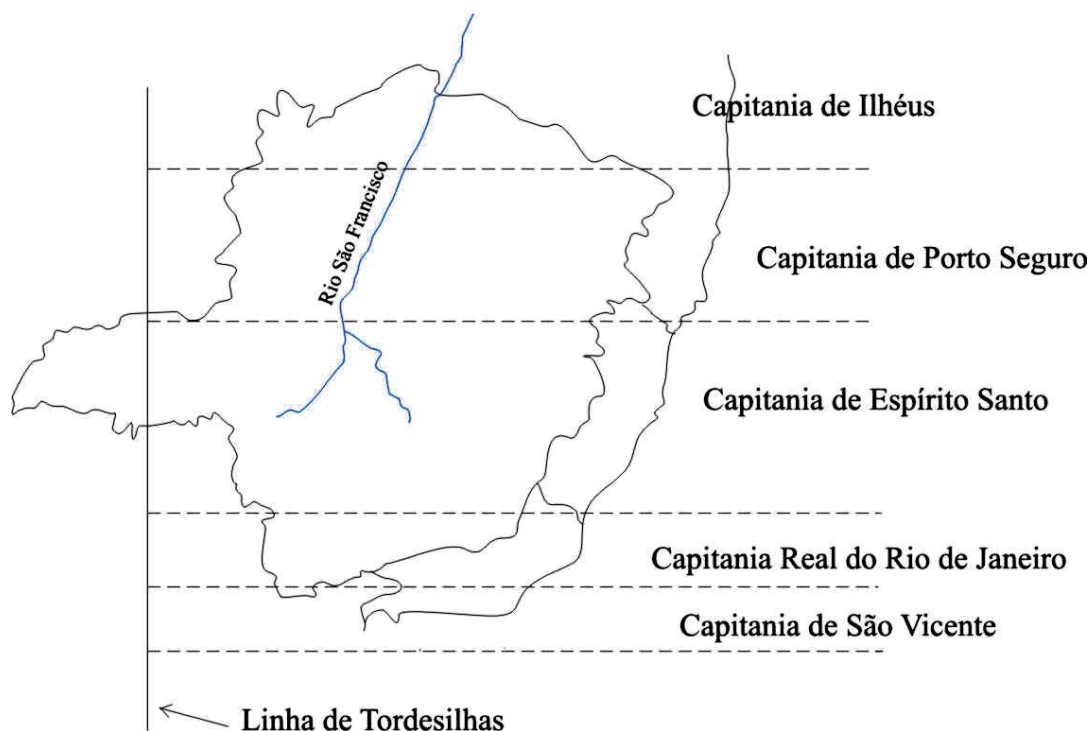
O século XVII marcou o início da aventura estradeira. O objetivo era ir além das áreas litorâneas, divididas em capitanias hereditárias, onde entrava em declínio a atividade açucareira. Portugal, desde a “descoberta” do Brasil, almejava ultrapassar os limites da Linha Tordesilhas (1494), que dividia o espaço conquistado nas Américas entre os dois países ibéricos, Espanha e Portugal. Como grandes navegadores dos mares, conhecidos por abrir rotas, buscando novas áreas a serem conquistadas e expansão comercial, os portugueses não falharam, e foi uma questão de tempo e empenho o aumento das fronteiras do Brasil através do Tratado de Madrid (1750) (GOES FILHO, 2015).

As entradas e bandeiras, embora custeadas, na maioria das vezes, com os recursos dos próprios bandeirantes, estiveram sempre conectadas ao ideal político da Coroa Portuguesa e sujeitas à influência religiosa. A disputa entre Espanha e Portugal era ferrenha para obtenção dos domínios marítimos. A Espanha apoiou a eleição do Papa Alexandre VI, e, assim, a Igreja revogou os tratados a

favor de Portugal, estado reconhecido como grande navegador e conhecedor, que, portanto, gastou somas consideráveis para estabelecer as rotas comerciais com a Índia e Ásia. O apoio espanhol ao papa Alexandre VI levou-o a estabelecer um meridiano a uma distância de 100 léguas (660 quilômetros) a oeste das ilhas de Açores e Cabo Verde, além do qual as terras que fossem encontradas seriam da Espanha. O tratado, conhecido como Bula “Intercoetera”, estabeleceu os direitos das terras descobertas por Cristóvão Colombo em 1492 à Espanha. Esse “ajuste” dava ao papa Alexandre VI, pelo favor concedido a chancela da instalação de colégios jesuítas nas terras conquistadas, a tarefa de concluir os objetos religiosos, expandir a doutrina religiosa com a catequização cristã. Portugal, todavia, propôs novo acordo. Para evitar uma guerra que onerasse as duas nações as quais já haviam gasto muito com os domínios dos mares, um novo acordo foi estabelecido, em 07 de junho de 1494. O Tratado de Tordesilhas deslocava o meridiano para 370 léguas (2442 quilômetros). Seis anos depois o Brasil seria “descoberto” (PEREIRA, 2010; GOES FILHO, 2015).

Assim, Portugal aportou em terras que lhe pertenciam por direito desde 1494 (figura nº 01) (MAIA, 2007). Inicialmente, “[...] entre 1502 e 1504, criaram-se feitorias em Cabo Frio, na Bahia e em Pernambuco.” (PRIORE ; VENANCIO, 2010, p.40). Por volta de 1520, havia uma demanda crescente de solicitações de moradores que buscavam se estabelecer na “Terra de Santa Cruz”, o primeiro nome que fora dado ao Brasil. Dom João III, copiando “[...]o sucesso da fórmula aplicada nas ilhas do Norte da África, Madeira e Cabo Verde[...]” (PRIORE ; VENANCIO, 2010, p.40). dividiu o território em quinze capitânicas hereditárias, com doze donatários. Povoar a terra era também uma forma de impedir a realização do comércio indígena do pau-brasil com as nações europeias. Portugal concedeu “cinquenta léguas de costa”, distribuiu as terras entre fidalgos e os custos necessários para fazê-las progredir eram sua responsabilidade. Em contrapartida, eles recebiam “[...] um foral dos direitos, foros, tributos e cousas que na dita terra hão de pagar.” (PRIORE; VENANCIO, 2010, p.41).

## CAPITANIAS DOS FINS DO SÉCULO XVII



**Figura 1-** As terras mineiras foram fruto das capitânicas hereditárias- cortadas pela Linha de Tordesilhas no século XVII<sup>8</sup>

Os novos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494) chegavam ao *hinterland* do Brasil e às terras do atual Triângulo Mineiro, tracejado pela Picada de Goiás, pelo Caminho Geral do Sertão e por tantos outros caminhos e descaminhos do ouro e demais mercadorias. Era rota das bandeiras empreendedoras do sertão oeste mineiro, na busca das riquezas interioranas. Logo, essas conquistas, permeadas pelos interesses dos governos locais e, principalmente, da Coroa Portuguesa, nortearam uma nova mudança nas fronteiras do território da colônia brasileira, tomando o espaço que antes pertencia a Espanha. O Tratado de Madrid (1750) dava legitimidade política para as conquistas territoriais

<sup>8</sup> Fonte: (NOGUEIRA, 2009, p. 01).

(e econômicas) realizadas pelo sertão adentro no Brasil Colônia (PEREIRA, 2010; MARTINS, 2008; BUENO, 2011; SIMONSEN, 2005).

O território que abrange o atual estado de Minas Gerais era dividido no século XVII entre as capitâneas de Porto Seguro, Ihéus, Espírito Santo, Paraíba do Sul, São Vicente (atual Estado de São Paulo) e uma pequena parte do Triângulo Mineiro “[...] ficava a oeste da linha luso-espanhola, fora do domínio português, si tivesse vingado o acordo de Tordesilhas”. (SANTOS, 1926, p. 08,09).

O Brasil foi colônia de Portugal de 1500 a 1808, quando a Família Real aportou no Rio de Janeiro, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte. Alguns historiadores, como Fausto (1995), afirmam que o Brasil foi colônia até 1822, ano em que D. Pedro I, o Príncipe Regente, declarou que ficava no Brasil, tornando-o livre de Portugal. Mas o certo foi que, com o prestígio financeiro da colônia brasileira, adquirido junto a Portugal, os domínios da coroa na *terra brasilis* se iniciaram no século XVI e foram até XIX, tornando-a uma Colônia Luso-Brasileira.

Segundo Prado Jr. (1986), nos primeiros anos de colônia, não encontrando metais preciosos, foi o pau-brasil (século XVI) que lotava as embarcações rumo à Europa. Depois, o nordeste brasileiro especializou-se na produção açucareira (século XVI e XVII) e em seu escoamento para Europa.

Após o declínio da cana de açúcar, evento que gerou transtornos à economia portuguesa, o foco migrou para a mineração de ouro e diamantes (século XVIII) nas regiões centrais do Brasil, prioritariamente Minas Gerais (FURTADO, 2005).

O sonho da descoberta dos metais preciosos sempre fez parte do imaginário dos colonizadores, que desejavam seguir os passos dos desbravadores do mar da Península Ibérica, os espanhóis, que encontraram ouro no México e prata no Peru, em quantidade prodigiosa (LEVY, 1945).

Assim, como apontaram os estudos de Levy (1945), os dois primeiros séculos, XVI e XVII, foram de muitos esforços, empregados pelos “peruleiros”, designação recebida pelos “[...] mercadores, negociantes que desciam pelo rio Amazonas” e também pelos “plateros[...]”, que se dirigiam pelo rio da Prata, atiçados pela ideia que já tinham da abundância dos vizinhos espanhóis. Por aqui, a “busca

foi uma obsessão [...] e assim foi, até a época em que o ouro fez esquecer inteiramente a prata.” (LEVY, 1945, p.253).

Levy (1945) mostrou que a prata, antes do ouro, era o objeto de cobiça dos portugueses, tanto que, nas Entradas, seguiam um “Capitão da Prata”. Havia certeza da descoberta e dos investimentos, mas, “[...] em vez de minas de prata, descobriram-se ouro- a terra era mais rica do que supunham [...]” (LEVY, 1945, p.245).

A primeira metade do século XVIII foi a mais significativa para a história do Brasil Colonial, justamente pelas excentricidades apresentadas pela mineração e suas consequências. Com a necessidade de mão de obra, houve grande demanda do comércio escravagista. As fronteiras do território mineiro se expandiram e se consolidaram. “[...] A exploração do ouro determinou o povoamento de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, e transformou esta área no eixo articulador da Colônia [...]” (BOXER, 2000, p. 17).

De São Paulo, da capitania de São Vicente, saíam as Entradas, nomeado às expedições de prospecção financiadas pela Coroa Portuguesa, que rumavam a Minas Gerais e suas riquezas (ANDRADE, 2003). O objetivo das Entradas era dominar as novas terras e comunicar todas as descobertas. Encontrado ouro, trataram logo de povoar as Minas Gerais, delimitando seu espaço. Assim, “[...] a base geográfica da economia mineira estava situada numa vasta região compreendida entre a serra da Mantiqueira, no atual Estado de Minas, e a região de Cuiabá, no Mato Grosso, passando por Goiás.” (FURTADO, 2005, p.81).

Com a expansão territorial que acontecia no período colonial em Minas Gerais, graças à exploração aurífera, o povoamento das regiões interioranas era uma consequência. Em princípio, ocorreu graças aos polos mineradores. Posteriormente, a agropecuária e o comércio foram os responsáveis pela expansão povoadora urbana-rural mineira, criando arraiais, vilas e cidades (SIMONSEN, 2005; FURTADO, 2005; DEFFONTAINES, 1935).

Com a importância adquirida por Minas Gerais, em 1720, a Coroa Portuguesa lhe concedeu o *status* de capitania, desmembrada de São Paulo (1709) (SANTOS, 1926).

Capanema (2013) citando a Carta que veio da capitania mineira retratou no início do século XVIII aspectos naturais pródigos, como também “um local de perigo”, a descrever as matas da capitania recém criada:

[...] tanto me confundia o dilatado bosque, até que dei em um horroroso lugar fundo, princípio de dois eminentes montes, abundante de grossos troncos que com seus copados ramos serviam de fúnebre pavilhão do triste sítio [...] a um lado, vi o mais extraordinário penhasco, castelo inexpurgável da natureza, ou base em que um dos montes sustentava sua eminência, com bastantes gretas, que ao meu ver eram moradas de algumas indômitas feras, que a natureza como prodiga lhes prevenia para seu recolhimento, e descanso. (CARTA que veio das minas, 1727? fl.1v. *apud* CAPANEMA, 2013, p. 36).

Era através desses rincões que a mineração se tornava uma atividade auspiciosa. Conforme Santos (1926), depois de encontradas as primeiras jazidas de ouro nas localidades, denominadas de Vila Rica (Ouro Preto) e Ribeirão do Carmo (Mariana), os bandeirantes e entradistas partiam em incursões internas à procura de ouro nas porções mais centrais do Brasil. Assim, começavam uma teia que se interligava, conectando o fluxo de pessoas ao território do Brasil para atingir o objetivo tão almejado e invejado por Portugal.

A região que se mostrou próspera na extração aurífera, que viria a ser o atual estado de Minas Gerais, no fim do século XVII e durante todo o XVIII, também seria muito influenciada política e religiosamente. Esses dois aspectos estavam interligados à economia para a própria capitania que se formava e, principalmente, para a Coroa Portuguesa, que se beneficiava pela cobrança dos impostos que incidiam sobre a extração aurífera e o comércio (CHAVES, 2009, FARIA, 2009).

Logo, as revoltas acontecidas em Minas Gerais refletiam na economia que crescia, e uma cultura nativista (nacional) começou fazer parte dos habitantes que vinham para residir nos sertões mineiros. Os moradores não mais desejavam a imposição portuguesa e a falta de infraestrutura existentes (DORNAS FILHO, 1957).

Pitangui, nas palavras de Nogueira (2008), foi “[...] o último reduto paulista nas Minas Gerais [...]” (p.36). Quando o ouro das regiões de pujança aurífera começou a mostrar decadência, também acabou o refúgio dos portugueses que buscavam outras oportunidades. Por não serem aceitos e não terem “voz e vez” na sede da vila, moravam nos seus arredores. Eram homens aguerridos e bravos,

que lutavam por seus interesses e, por isso, viram-se envolvidos nos principais motins (levantes e rebeliões) da capitania, como as rebeliões contra o pagamento. Houve consequências: bens confiscados, arrematados e terras salgadas (tornando-as improdutivas) e casas queimadas. Foi o que aconteceu de fevereiro a novembro, quando o português Francisco Duarte de Meireles, procurador da Fazenda Real, realizou a demanda punitiva contra um dos chefes do movimento, Domingos Rodrigues do Prado (genro de Anhanguera II), que, na opinião do conde de Assumar, era um “[...] homem régulo e por natureza matador insigne.” (NOGUEIRA, 2008, p. 37).

Depois de todas as insurgências acontecidas na região, o conde de Assumar percebeu que única forma de ver o termo de Pitangui longe dessas desobediências era colonizá-los com “pessoas de sua confiança”, no caso, os portugueses. Uma carta de “09 de novembro de 1720, arquivada no APM”, do conde de Assumar para sua Majestade e registrada por Feu de Carvalho (FREITAS, 2005):

Eu vou mandando daqui vários reinóis a estabelecer em Pitangui para que fique de todo segura aquela Vila que tem sido o meu flagelo com as contínuas revoluções em que tem andado, espero que se lá acharem o cômodo que alguns desejam, que seja pelo tempo adiante de uma das melhores minas deste Governo. (FREITAS, 2005, p. 38).

A região de Pitangui, depois dessa iniciativa do Conde de Assumar, acalmou-se, tornando-se ponto de referência para aqueles que seguiam para os sertões (SANTOS, 1926).

A mineração se colocava como atividade promissora, mas carecia de infraestrutura. Para começar, havia a questão da escassez de alimentos, pois o pouco que se produzia não supria a necessidade dos mineradores. A fome era constante. Nas regiões mineradoras, o comércio e a lavoura não prosperaram. Na verdade, tais atividades eram proibidas, para não afastar os trabalhadores da atividade principal, mas abasteciam as necessidades locais, ainda que fossem insuficientes para suprir a demanda. A cobrança de impostos pela Coroa Portuguesa onerava os mineradores, que buscavam meios de burlar o sistema da capitação, o que resultava em fraudes e revoltas dos mineradores contra os governantes. As condições de trabalho eram insalubres e as ferramentas para a mineração eram

rudimentares. Não existia o “aparelhamento técnico” necessário para a extração de ouro de aluvião, presente nas minas das Gerais (SIMONSEN, 2005).

Os bovinos e muares eram importantes para atividade mineradora. Utilizados tanto para o trabalho e transporte, quanto para alimentação, eram criados em áreas distantes da região aurífera, fator que os encarecia absurdamente. Um boi chegava a custar cem oitavas de ouro (ANTONIL, 1982 [1711]).

Entre as diversas carências, destacava-se a necessidade da abertura de estradas para permitir o fluxo da produção das regiões mineradoras e de todos os itens de suporte ao seu desenvolvimento, enquanto atividade próspera para a metrópole. Além disso, esses caminhos também eram necessário para o escoamento da produção aurífera para os principais polos dos anos setecentos, Bahia e Rio de Janeiro (ANTONIL, 1982 [1711]).

As estradas de Minas Gerais se desenvolveram à revelia dos governos, devido ao desinteresse da Coroa em facilitar o acesso às minas, para preservar as riquezas encontradas

Através delas, as pessoas circulavam e promoviam trocas de mercadorias, informações. Como única via de comunicação possível durante o século XVII, era também por onde as ideias fluíam livremente. A falta de tecnologia e as condições precárias não impediam as movimentações no entorno das estradas. Elas eram pontos nodais, que foram, ao mesmo tempo, criadas pela confluência destes fluxos e catalisadores deles. (PRADO JR., 1986; ANTONIL, 1982 [1711]).

A divisa territorial da capitania de Minas Gerais também foi preocupação dos governos locais e da Coroa Portuguesa. Em 1714, foi solicitado pelo governo português o “[...]MAPA DAS MINAS DE OURO E S.PAULO E COSTA DO MAR QUE LHE PRETENCE [...]”, sendo “[...]a primeira representação conhecida com alguma identificação do território mineiro[...]”.Devido à proibição de fazer apontamentos geográficos sobre a região de Minas Gerais para não haver o perigo de delatar a posição das minas de ouro, o assunto sobre a cartografia mineira

somente foi retomado em 1743<sup>9</sup> (COSTA, 2011, p.04). Portanto, vários mapas foram produzidos e utilizados para anexação dos territórios de outras capitanias a Minas Gerais, concedendo-lhe a configuração atual (COSTA, 2011).

A partir dessa data (1714) e até 1743, nenhum documento cartográfico tratando dos limites de Minas, se produzido, foi encontrado. Em 1743, o Desembargador Tomas Rubi de Barros Barreto foi enviado ao Brasil por Alexandre de Gusmão com a incumbência de fixar os limites da Capitania das Minas e levantar dados geográficos e históricos fora do já conhecido eixo Rio de Janeiro –Mariana (FERREIRA, 2000, p. 185), para a preparação de cartas geográficas que foram posteriormente enviadas a Lisboa. Cooperando com o Governador da Capitania do Rio de Janeiro, que há esse tempo também era o governador da de Minas, o Conde de Bobadela, Rubi lançou a demarcação da divisa entre as capitanias de São Paulo e “Minas Geraes”, no mapa intitulado: “PLANO da Costa, desde Sancta Catharina, thé a Ilha Grande, em que compreende a Camp<sup>a</sup>. [Campanha] de São Paulo, e huma parte de Minas Geraes, e Goiaz. Mandado fazer pelo Conde da Cunha”<sup>4</sup>. No documento a demarcação está assinalada com a seguinte inscrição: “Do Marco do Lopo [Marco da Devizão] pelo camo. que vay de São Paulo a Goiaz, que he onotado com duas linhas de pontinhos de carmim segue a Demarcação que fes o Desembargador Thomas Robim[...] que mandou fazer o Conde de Bobadela. 1749”. Desse documento, que compreende a representação de uma porção da América portuguesa muito similar àquela que foi objeto do mapa de 1714, mas com muito maior rigor e riqueza de detalhes, constam informações sobre as divisas entre as capitanias de Santa Catarina, São Paulo, Minas, Goiás e Rio de Janeiro, mas o mesmo não contempla todo o território mineiro, limitando-se à representação da sua parte sul. (COSTA, 2011, p. 04). (Grifos da autora).

A Picada de Goiás surgiu inicialmente como rota para desvio e contrabando da produção aurífera. Depois, tornou-se uma via autorizada pelo Rei (1736). Com o fim do período da produção mais significativa na extração aurífera no noroeste mineiro e nas capitanias de Goiás e Mato Grosso, a região se mostrou

---

<sup>9</sup> Sobre a confecção do “[...]MAPA DAS MINAS DE OURO E S. PAULO E COSTA DO MAR QUE LHE PRETENDE [...]”(COSTA, 2011, p.04): “Determinado para que fosse feito pelo engenheiro Pedro Gomes Chaves, conforme ordem régia de 14 de agosto de 1711, esse mapa foi produzido por este ou outro engenheiro da capitania e por volta de 1714, pois uma outra ordem régia de 23 de janeiro de 1714 determinava a confecção de um mapa envolvendo a Capitania das Minas de Ouro e São Paulo, agora visando contribuir com a sua administração. De qualquer forma, a empreitada foi realizada em período posterior ao desmembramento do território das minas da Capitania do Rio de Janeiro, mas ainda no período em que aquele se encontrava ligado ao de São Paulo. O documento cobre os sertões e toda a faixa litorânea compreendida entre a região sul do atual estado da Bahia e o sul de Santa Catarina.” (COSTA, 2011, p.04).

propícia para agropecuária e também para o fluxo de mercadorias e pessoas. Isso ocasionou a expansão das fronteiras do Brasil (MARTINS, 2008:2011; RABELLO, 2014; BARBOSA,1979).

Durante o reinado de D. João V, o governador da Capitania de Minas, Gomes Freire de Andrade, com a outorga da Coroa Portuguesa, concedeu o contrato de direito de entradas em 1733. Essa era uma forma de evitar os extravios do ouro, entre outras mercadorias, e uma oficialização para colocar o fim ao Tratado de Tordesilhas (1494). Por meio do Tratado de Madrid (1750), a colônia portuguesa começou a ter seus limites mais próximos aos atuais conforme figura nº 02, a seguir. Os limites se estendiam não só nas suas partes centrais, mas também nas regiões do sul, denominadas Sete Povos e Colônia de Sacramento (PEIXOTO, 1944; MARTINS, 2008; PEREIRA, 2010; GOES FILHO, 2015).



Figura 2- “Mapa das Cortes” (1749 ) utilizado por Portugal para negociar os limites do Brasil, pelo Tratado de Madrid (1750) <sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Fonte: (SIMONSEN, 2005, p.380).

### 3.1 A concepção das estradas reais- os caminhos e descaminhos do século XVIII

Uma geração constrói sua estrada por onde outra geração trafega.

Provérbio chinês

A história dos primeiros caminhos do Brasil está intrinsecamente ligada às trilhas indígenas. O caminho do Peabiru (caminhos antigos) foi considerado o primeiro deles. Seguiu de São Paulo até as colônias espanholas. Era uma estrada que seguia do Oceano Atlântico para o Pacífico, saindo do Brasil e chegando a Bolívia. Certamente, foi o primeiro caminho intercontinental do Brasil, uma rota pré-colombiana/pré-cabralina, utilizada por índios, antes do Brasil ser descoberto e colonizado por portugueses. Daí em diante, a estrada passou também a ser utilizada pelos bandeirantes, entradistas e sertanistas que adentravam pelo país em diversas direções. Os fins eram bem diferentes: objetivos religiosos, apresamento dos índios, transporte de prata e do ouro, condução de gado muar e cavalar. A estrada era usada por mercadores, negociantes e tropeiros, e proporcionou a penetração em solo brasileiro. Uma parte do Caminho Geral do Sertão que, mais tarde, foi denominada “Caminho Velho” era uma fração deste trajeto. Vários eram os ramais vicinais que se ligavam à rota principal: Cananéia/São Paulo a Potosi/Bolívia, indo até a outras cidades incas, como Cuzco, Arequipa e Machu Picchu. Os povos que trafegaram por estas rotas no período pré-cabralino—no atual sul de Minas, deixaram vestígios rupestres nas cavernas. Foi do ramal paulista de São Vicente, passando pelo rio Tietê, que os primeiros bandeirantes adentravam para Minas Gerais. Entre eles, Lourenço Castanho Taques que, entre os anos de 1670 e 1674, chegou até onde, atualmente, se encontra a cidade de Paracatu (ELLIS JR., 1934; TAUNAY, 1981).

Assim, os caminhos tiveram papel fundamental como iniciadores de vilas, arraiais e cidades, viabilizando as Entradas que interiorizaram o Brasil. As trilhas abertas por índios foram, posteriormente, transformadas em picadas que os bandeirantes abriam à procura do ouro e de metais preciosos no interior da colônia. “Alfredo Ellis Junior foi dos primeiros a frisar que as rotas das bandeiras eram

antigas trilhas indígenas ou novas picadas abertas nas matas e nos campos.” (GOES FILHO, 2015, p.121). A picada, na definição de Raphael Bluteau (1789), era um “[...] caminho estreito que se faz por entre mato, derrubando algumas árvores.” (p.199).

As teorias levantadas por Orville Derby (1899) também demonstraram que, no sertão desbravado pelos bandeirantes, já havia caminhos que cortavam todo o território que viria a ser Minas Gerais, e por estas vias se "comunicavam entre si os índios de diversas tribos relacionadas, ou grupos destacados de uma mesma tribo (DERBY, RAPSP, v.4, 1899, p.319-350 *apud* CARRARA, 2007, p. 577). Uma comprovação desta hipótese é o relato no roteiro de uma das primeiras bandeiras de paulistas (1601-1604), chefiada por André Leão e teve como autor o holandês, Wilhelm ten Glimmer, participante da odisséia<sup>11</sup>. O caminho dos bandeirantes já era "estrada larga e trilhada" utilizada pelos índios. De acordo com este precioso roteiro, esta incursão chegou até o território que viria a ser Pitangui, a vila que se formou em 1715 (DERBY, RAPSP, v.4, 1899, p.319-350 *apud* CARRARA, 2007, p. 577).

### 3.1.1 As Entradas e Bandeiras

[...]Devemos, pois, fazer estradas de rodagem  
(pois elas) são as semeadoras de cidades [...]

Washington Luís- Político e historiador  
(Plataforma de Governo- Teatro Municipal)  
25 de janeiro de 1920

---

<sup>11</sup> Odisseia- (s.f.) 1. viagem cheia de peripécias e aventuras. 2. Série de complicações ou ocorrências variadas e inesperadas (FERREIRA, 2009, Mini- Aurélio, 7ª Ed., p.589). A expressão provém do poema grego, famoso na antiguidade (IV a.C) que narra a viagem do protagonista da história- Odysseus (que na versão traduzida para o latim, recebeu o nome de Ulisses) - o versos são atribuídos a Homero. A obra que tem sua origem na tradição oral foi escrita nos fins do século VIII a.C. e mencionou Ulisses retornando à sua casa, Ítaca, sua terra natal, após o fim da Guerra de Troia. O próprio poema é uma odisséia (no sentido de aventura) com 24 cantos e um total de 24 mil versos. (Nota da autora).

No percurso de adentramento pelo Brasil, os bandeirantes, entradistas e, mais tarde, os tropeiros deixaram seus marcos ao longo das regiões inóspitas que foram desbravando ao longo de suas caminhadas, seguindo pela geografia do terreno às margens de rios e serras. Desta forma, constituíam pousos (pontos de parada para descanso das tropas e seus condutores, os tropeiros) vendas, taperas e igrejas. A partir deles, a formação de um arraial se consolidava, vindo, eventualmente, a compor, em conjunto com outros arraiais, uma rede urbana que cresceu, em decorrência também dos fluxos gerados posteriormente pela extração do ouro e pelas demais atividades (SANTOS, 1926; DEFFONTAINES, 1935; BOSCHI, 1984; 1986; 1996). Muitos autores, pesquisadores e historiadores defendem a teoria dos caminhos e estradas como formadores de arraiais, vilas e cidades. Entre eles, Deffontaines (1935); Lima Jr. (1965); Boxer (1969:2000); Barbosa (1971:1979); Prado Jr. (1986); Nogueira (1998); Monte-Mór (1998); Costa (2005); Carrara (2007); Lamas (2009); Borges (1992).

As Entradas e Bandeiras do último quarto do século XVII e do século XVIII foram eficazes não somente para a descoberta do ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, mas também para a consolidação dos caminhos e de toda a rede de estradas que futuramente iria interiorizar o Brasil. Muitas das estradas de rodagem, férreas<sup>12</sup> e rodoviárias foram construídas em sobreposição aos “[...]velhos caminhos bandeirantes que, por sua vez, não eram frequentemente mais do que imemoriais trilhas indígenas[...]” (TAUNAY, 2012, p.207).

---

<sup>12</sup> Embora não seja o foco central deste trabalho, Taunay (2012) citou algumas concessões ferroviárias que utilizaram dos antigos caminhos bandeirantes para a instalação de suas bitolas: “Serviram muitas das antigas veredas perlustradas pelas bandeiras, de leito das nossas estradas de ferro atuais, como se dá com a Mojiana, a Sorocabana, a São Paulo-Rio Grande, a antiga Minas e Rio, etc.” (TAUNAY, 2012, p.207).

A EFOM, antiga Estrada de Ferro Oeste de Minas, utilizou das estradas da Picada de Goiás, que ligavam São João del-Rei até o noroeste mineiro (Paracatu/MG) para instalação de seus trilhos, a aventura parou nas serras de subidas íngremes da Barra do Funchal -Estação Melo Viana, nas proximidades da atual cidade de Serra da Saudade. A Estrada de Ferro Paracatu (EFP) assumiu a construção do trecho que depois todas as duas (EFOM e EFP) foram encampadas pela Rede Mineira de Viação (RMV). (Nota da autora).

Entradas, por serem uma iniciativa governamental, com aparato financeiro da Coroa Portuguesa e da Capitania de São Vicente, não poderiam ultrapassar os limites do Tratado de Tordesilhas, enquanto as Bandeiras, realizadas com recursos dos próprios “sertanistas<sup>13</sup>”, seguiam sem respeitar os as fronteiras, tanto para o sul quanto a oeste (TAUNAY, 2012; SIMONSEN, 2005).

Segundo Taunay ( 2012), distinção entre Bandeira e Entrada não era clara:

Os mais antigos documentos paulistas designam geralmente as bandeiras por viagem, entrada, jornada. (A) frota é mais recente e tornou-se inapagável para recordar a bandeira de João de Magalhães no Rio Grande do Sul.

Muito papel já se tem gasto e muita sutileza empregada para estabelecer distinção entre entrada e bandeira. Visa semelhante ruga determinar o que se nos assemelha absolutamente indeterminável à luz do critério reinante na era das bandeiras.

Quando a entrada passa a bandeira ou vice-versa é que se torna difícil discriminar.

Os velhos inventários paulistas referem-se frequentemente a entradas e viagens e os cronistas nos falam de sertanistas que “topavam bandeiras e gentios brabos [...]”

O primeiro a querer estabelecer esta divisão imaginosa entre bandeira e entrada pensamos haja sido o padre Rafael Galanti, o erudito autor de estimado compêndio de história pátria.

Os seus argumentos diferenciadores de uma e outra coisa parecem-nos sobremodo inconsistentes. Pretendem outros autores reservar o nome de entrada às expedições organizadas pelas autoridades coloniais e bandeira para as que se puseram a campo por influência de particulares.

Mas a fronteira entre um e outro tipo frequentemente se nos afigura tudo quanto há de mais indefinido. Em todo o caso tal distinção é mais aceitável do que a explicação de Galanti. Permite ela chegar-se à extravagância de que uma bandeira privada de seu estandarte passava a ser entrada. (TAUNAY, 2012, p.193).(Grifos da autora).

---

<sup>13</sup> A palavra sertanista se origina da atividade que ficou conhecido como “sertanismo”. Os sertanistas foram “exploradores que se aventuram pelo interior do sertão brasileiro, em busca de conquistas, riquezas ou com interesses sobre beleza natural. No período colonial brasileiro, eram normalmente chamados de bandeirantes e foram os principais responsáveis pela extensão das fronteiras do país, fazendo-as chegar à sua configuração atual. Eram considerados violentos, fazendo invasões armadas e saqueando o que podiam. Costumavam sequestrar os moradores das vilas e aldeias que saqueavam, sobretudo mulheres e crianças indígenas. Seus interesses em tais sequestros era utilizar-se da mão de obra dessas pessoas para a agricultura. Os sertanistas e bandeirantes equivalem aos ‘batedores’ da América do Norte. Já no século XX, a palavra ‘sertanista’ passa a designar o indivíduo que conhece profundamente a parte do território mais afastada das áreas urbanizadas e ainda não colonizada pelos ‘brancos’. Nessa acepção, o Marechal Rondon pode ser considerado um grande sertanista. A partir dos anos 1940, após a instituição do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, através do Decreto nº. 1”. Disponível em: <<http://dicionarioportugues.org/pt/sertanista>>; Acesso em: 02 fev. 2017.

Tanto as Bandeiras quanto as Entradas precisavam dar satisfação de seus achados para os governos das capitanias. Portanto, prestavam contas à Coroa Portuguesa.

Essas incursões, consideradas expedições, estavam ainda associadas ao sertanismo de apresamento e extermínio de indígenas. Além de iniciar o processo de ocupação às margens das minas goianas e mato-grossenses, a ação dos bandeirantes na região foi importante pela abertura de vias de comunicação entre os novos arraiais e os centros de recolhimento e registro do ouro a ser explorado (TAUNAY, 2015).

As Bandeiras eram “empresas do sertão”, que, ao dispor de recursos próprios, tornavam-se empreendedoras do sertão mineiro. Portanto, eram um “empreendimento” e seus investidores visavam o “[...] lucro da expedição”. (MONTEIRO, 1999, p.90 *apud* SANTOS, 2001, p.32). Uma forma de reaver os investimentos feitos com as expedições, por exemplo era o requerimento das sesmarias nas terras *de front* para as estradas que tinham ajudado a abrir podendo, assim, cobrar pelos direitos de passagem (MONTEIRO, 1999 *apud* SANTOS, 2001).

As bandeiras eram como uma saga de cidade inteira, deslocada pelo sertão, que levava padres, estafetas, índios que falavam a língua geral e toda a população disposta ao trabalho árduo de abrir caminhos e enfrentar os perigos. Muitas armas, munições e alimentos, pouco luxo e conforto para os desbravadores do sertão que seguiam de pés descalços estrada adentro (MARTINS, 2008; SANTOS, 2001). Sebastião Paes de Barros, em 1673, adentrou por Minas Gerais e alcançou as longínquas terras na confluência do rio Tocantins com o Araguaia, levando na empreitada, mais 800 pessoas. Uma viagem dessas poderia durar por mais de três anos, como foi a de Anhanguera (1722 a 1725) e também custar a vida de muitos homens (TEIXEIRA NETO, 2009). As Bandeiras, ao não encontrar prata, inicialmente como nas colônias hispânicas, voltaram-se para o apresamento de índios, considerados por algum tempo o “ouro vermelho.” (RESENDE ; LANGFUR, 2007; LEVY, 1945).

Por outro lado, foi graças aos bandeirantes que, a partir do fim do século XVI e do início do XVII, os três maiores centros auríferos do Brasil foram



bandeira tomava como direção as nascentes do rio Jundiá e Mogi-Guaçu, passava por Minas Gerais e rumava em direção do rio Grande. A região era considerada a entrada para se chegar a Goiás e, com isso, desbravava os sertões para além da Serra da Mantiqueira (PALACÍN, 1994; 1981 *apud* TEXEIRA NETO, 2009; BOAVENTURA, 2007; RODRIGUES, 2003).

Lourenço Castanho Taques (1675) foi pioneiro no adentramento para as regiões da Picada de Goiás e foi responsável pela descoberta de ouro nas regiões que viriam a dividir Minas Gerais e Goiás:

As riquezas das minas de Paracatu, descobertas por Lourenço Castanho, atraíram diversos exploradores que capitaneados por Domingos Rodrigues do Prado e José Bernardo de Campos Bicudo, que partiram em 1709, à procura dessas minas. Morrendo seu guia, resolveram voltar para Sabará; mas em caminho descobriram minas de ouro nas margens de um rio, habitadas por uma aldeia de índios, onde era tão grande o número de crianças, que lhes fez dar ao lugar o nome de Pitangui-rio das crianças. (RAPM, v.VII, 1902, p. 39).

Foi assim que, em 1725, a bandeira de Bartholomeu Bueno da Silva (o “Anhanguera II”) “[...]última bandeira típica de que se tem notícia[...]” (GOES FILHO, 2015, p.182), juntamente com a bandeira de João Leite da Silva Ortiz, encontrou ouro na região de Goiás, fato que impulsionou a expansão, articulação e povoamento territorial do centro oeste do Brasil. Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera pai, e seu filho já denominavam a região de “Sertão de Guayazes” (GOES FILHO, 2015; SOUZA; MOREIRA, PEDROSA, 2014; BERTRAN, 2000).

As bandeiras iriam se consolidar nos caminhos e descaminhos mineiros. Alguns receberiam a outorga real e, por isso, se transformavam em estradas reais. Outras picadas e caminhos de igual importância se ligariam às estradas de maior abrangência para o *hinterland* colonial. Minas Gerais sempre esteve na rota das bandeiras, *a priori*. Contudo foram os tropeiros que consolidaram o solo mineiro como eixo e polo do transporte, por suas vias terrestres (VENANCIO, 1998; SANTOS, 2001; SIMONSEN, 2005).

A Picada de Goiás, com suas rotas vicinais, foi um desses caminhos, aberto e utilizado pelas primeiras bandeiras e logo foi adotada pelos tropeiros, mercadores por excelência. Saía de São João del-Rei/MG, passando por Pirenópolis/GO (Meia Ponte), alcançando região de Vila Boa de Goiás, a antiga

capital da capitania goiana- que é atualmente a Cidade de Goiás, também conhecida como Goiás Velho (conforme figura nº 04). A parte goiana da Picada de Goiás era localizada ao sul do atual estado de Goiás/GO e se iniciava por meio de quatro estradas em Paracatu/MG (Arraial de Paracatu). Em Goiás, estas estradas se convertiam em apenas uma- a Picada de Goiás (BARBOSA, 1979, BORGES, 1992; BERTRAN, 2000; CARRARA, 2011).

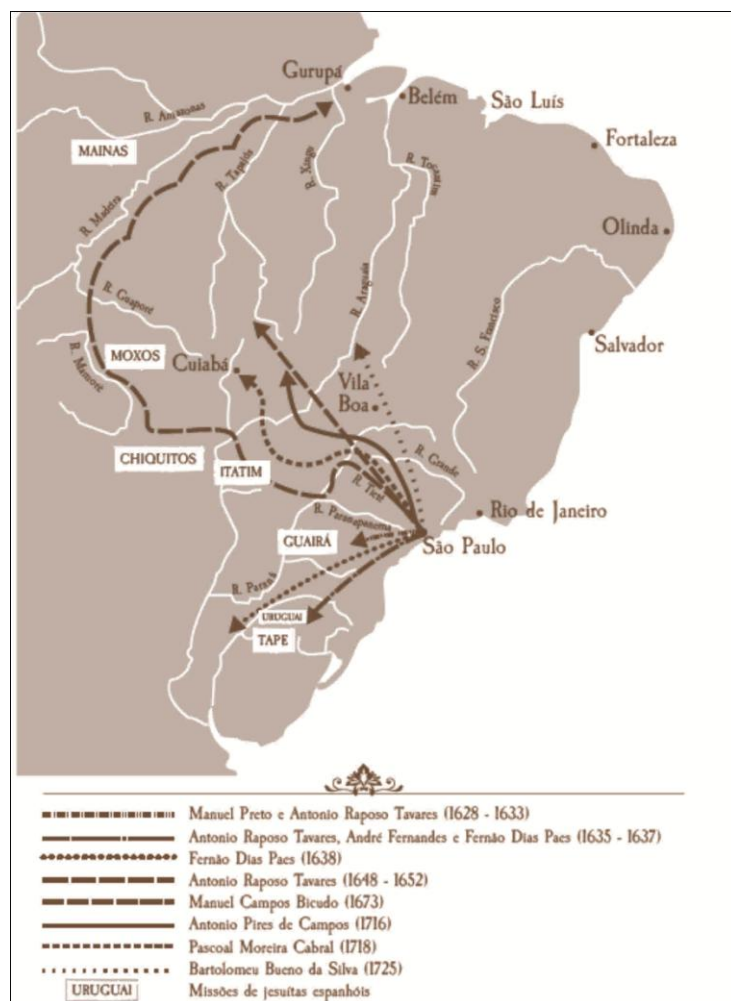


Figura 4- Bandeiras importantes que partiram de São Paulo<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Elaborado por : (GOES FILHO, 2005, p. 386).

### 3.1.2 Os caminhos surgidos por meio das Entradas e Bandeiras rumo ao interior do Brasil

Os fluxos por razões históricas ou estruturais, são estes conhecimentos prévios formadores de outros fluxos?

Arjun Appadurai (2004)  
Antropólogo indiano

As entradas e bandeiras que partiam de São Paulo de Piratininga definiram as bases para os caminhos e estradas que viriam a ser abertos e construídos pelas regiões inóspitas do Brasil central, passando pelo atual estado de Minas Gerais. O primeiro caminho oficial para a região de Minas Gerais foi o Caminho Velho (1597). Ele era longo e de difícil transposição. Saindo de Paraty, no Rio Janeiro, passava por São Paulo, pela Serra do Mar e pelas antigas trilhas abertas pelos índios goianos. Através de Taubaté e Guaratinguetá, a estrada rumava pelo interior por meio do “Caminho Geral dos Sertões”, que, mais tarde, foi incorporado nominal e geograficamente pelo Caminho Velho, apenas no seu trecho paulista (SANTOS, 2001). As demais rotas que seguiam “[...]São Paulo-Moji-Triângulo Mineiro[...]” (TAUNAY, 2012, p. 205) continuavam a se chamar “Caminho Geral do Sertão”, mas receberam outros vários nomes durante o século XVIII - inclusive “Picada de Goiás”, mesmo quando a estrada levava de volta para São Paulo (BORGES, 1992).

A Serra da Mantiqueira, em toda a sua extensão, era uma formação de serras, montanhas e matas fechadas do ponto de vista geológico, geográfico e botânico. Essa área era transposta pelos aventureiros, também chamados de forasteiros, que desejavam alcançar a região denominada de Sertão dos Cataguás. Este nome foi dado em referência aos índios que habitavam o local, que viria a ser o atual estado de Minas Gerais, onde já se encontrava ouro. (SANTOS, 2001; SANTOS, 1926).

O Caminho Novo, por sua vez, teve sua abertura iniciada em 1698 finalizada em 1725. O objetivo de sua construção era encurtar e facilitar as viagens para o porto do Rio de Janeiro. Todavia, as Estradas Reais, tanto o Caminho Velho

quanto o Caminho Novo, não ofereciam a infraestrutura necessária para dar suporte ao crescimento da Capitania de Minas Gerais (SANTOS, 2001). Uma das deficiências envolvia a falta de possibilidades de expansão da exploração aurífera, por não cobrir o trajeto para a busca de novas minas, como as de Cuiabá. Para superar esta deficiência, era preciso autorizar um caminho novo, uma nova abertura de estrada que facilitasse a comunicação com São Paulo, de onde partiam os desbravadores. A melhor opção era passar por Minas Gerais, mesmo com os diversos perigos encontrados, como as intempéries climáticas (chuvas que deixavam as estradas intransitáveis por boa parte do ano), acidentes geográficos e conflitos com os negros do Quilombo do Campo Grande (MARTINS, 2008). Os quilombolas, negros fugidos e forros, eram tidos pelas autoridades do governo da capitania mineira, no século XVIII, como meliantes e arruaceiros, que buscavam na interiorização a impunidade para seus crimes (VEIGA, 1897).

A criação de novos caminhos esteve ligada, inicialmente, à história da formação da capitania de Minas Gerais e São Paulo, por Carta Régia de 09 de novembro de 1709, desmembrada da capitania do Rio de Janeiro. Mais tarde, em 02 de dezembro de 1720, a Capitania de Minas Gerais foi separada de São Paulo, por alvará concedido por D. João V. Esta ação governamental demonstrou a importância de Minas Gerais para a Coroa Portuguesa, em decorrência da exploração do ouro, profícuo na capitania que precisava se organizar jurídica, administrativa, militar, social e politicamente (VEIGA, 1897).

Simonsen (2005) elencou vinte e quatro<sup>16</sup> caminhos, estradas e roteiros antigos que se perpetuaram no Brasil dos séculos XVII e XVIII. Em Minas Gerais,

---

<sup>16</sup>Caminhos apresentados por Simonsen no livro História Econômica do Brasil 1500-1820 (2005):

1) Roteiro “velho” do Rio às Minas Gerais dos Cataguás e rio das Velhas (Antonil, Cultura e Opulência).

2) Roteiro “novo” do Rio às Minas (Antonil).

3) Caminho São Tomé (Calisto, Capitánias Paulistas).

4) Caminho das Bandeiras (Mapa da Cap. de São Paulo, 1791 – Antônio Ruiz Montezinho).

5) Caminho do gado (Mapa da Cap. de S. Paulo, 1791-1792 – Antônio Ruiz Montezinho).

6) Caminho seguido por D. Álvaro Nuñez Cabeça de Vaca (Mapa Prov. Corrientes e Rep. Paraguai, 1865).

nesse período, alguns tiveram maior relevância. Foram eles: o roteiro descrito por Antonil em 1711 (ANTONIL, 1711:1837-1982<sup>17</sup>) como “Roteiro ‘velho’ do Rio às Minas Gerais dos Cataguás e rio das Velhas em Cultura e Opulência”; “Roteiro ‘novo’ do Rio às Minas”, também mencionado por Antonil; “Caminho de S. Paulo a Vila Rica (L. A. Boiteux)”; “Caminho Garcia Roiz às Minas (Original Pe. Codeo, 1700)”; “Caminho de Luís Diogo da Silva – Gov. das Minas, 1763-1768 (Orig. 5ª Seç. E.- Maior do Exército)”; “Caminho primitivo do sertão p/ Mato Grosso (B. Calisto)”; “Caminho para Goiases (Orig. 5ª Seç. E.-Maior do Exército).”

O “Caminho de Goiases” era também conhecido como “Estradas de Guayazes” e tinha como nome mais usual, Picada de Goiás, foco deste trabalho.

- 7) Caminho de S. Paulo a Vila Rica (L. A. Boiteux).
- 8) Caminho do mestre-de-campo Matias Cardoso (Original Pe. Codeo, 1700).
- 9) Caminho à Bahia (João Gez do Prado – Original Pe. Codeo, 1700).
- 10) Caminho Garcia Roiz às Minas (Original Pe. Codeo, 1700).
- 11) Caminho de Luís Diogo da Silva – Gov. das Minas, 1763-1768 (Orig. 5ª Seç. E.- Maior do Exército).
- 12) Caminho primitivo do sertão p/ Mato Grosso (B. Calisto).
- 13) Caminho para Goiases (Orig. 5ª Seç. E.-Maior do Exército).
- 14) Caminho Sacramento-Laguna (Domingos de Figueira, 1703).
- 15) Caminho a Viamão (Mapoteca do Ministério Rel. Exteriores, inédito).
- 16) Rio a Vila Bela – 1772 (L. Alb. Pereira e Cáceres, inédito).
- 17) Penetração para o Norte (V. Araguaia: Mapoteca M. Rel. Exteriores – V. Tapajós: Mapoteca M. Rel. Exteriores – V. Tocantins: Mapoteca M. Rel. Exteriores).
- 18) Roteiro de Domingos Jorge Velho.
- 19) Roteiro de Antônio Raposo Tavares, 1640, e Matias Cardoso de Almeida, 1689.
- 20) Roteiro de Estêvão Ribeiro Baião Parente, 1671.
- 21) Estrada dos 7 capitães (Miguel Aires Maldonado).
- 22) Laguna a Lajes via Araranguá (Francisco de Sousa Faria, 1728).
- 23) Roteiro Anônimo – São Luís a Goiás (Rev. Inst. Hist. e Geográfico Brasileiro).
- 24) Caminhos mencionados no Retrospecto da Cartografia de Mato Grosso, apresentada ao Sr. General Cândido Rondon, pelo Cel. Jaguabibe de Matos, 1930. (SIMONSEN, 2005, p. 384-385) (Grifos realizados pela autora, para destacar os caminhos e estradas que passavam por Minas Gerais).

<sup>17</sup> O livro CULTURA E OPULÊNCIA DO BRAZIL POR SUAS DROGAS E MINAS, com várias notícias curiosas do modo de fazer “assucar”, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas, e descobrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da América meridional da’ ao reino de Portugal com este e outros gêneros e contratos reaes; Obra de André João Antonil. Impresso em Lisboa, na officina real deslenderina (sic) com licenças necessárias, no de 1711. Novamente reimpresso no Rio de Janeiro. – 1837. (Página de rosto- versão integral impressa no Rio de Janeiro) (BRASIL, s.d.).

Embora a obra tenha obtido a permissão da Coroa Portuguesa para a impressão em 1711, posteriormente, os exemplares, por conter informações importantes sobre os caminhos foram destruídos, sobrando alguns exemplares que permitiram a reimpressão. (Nota da autora)

De acordo com Santos (2001), os caminhos abertos em Minas Gerais, quando autorizados pela Coroa Portuguesa, eram considerados estradas de “el-rey”, por isso, estradas reais.

Vale ressaltar que não havia apenas um roteiro que seguia de São Paulo para o sertão mineiro, território que se localizava além das Serra da Mantiqueira. Antonil (1711) foi o primeiro a descrever os caminhos que levariam a Minas Gerais dos Cataguás:

[...] São Paulo, pousam em Nossa Senhora da Penha; Aldeia de Itaquaquecetuba; Vila de Moji das Cruzes; Laranjeiras; Vila de Jacareí; Vila de Taubaté; Pindamonhangaba; Vila de Guaratinguetá; Porto de Guaipacaré; Pé da serra da Mantiqueira; ribeirão Passavinte; ribeirão Passatrinta; Estalagem do Rio Verde; Boa Vista; Estalagem Ubaí; Ingaí; rio Grande; rio das Mortes; Plantas de Garcia Rodrigues; serra de Itatiaia. Neste ponto o caminho se bifurca: uma via segue para as minas do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto; outra, vai para as minas do Rio das Velhas. (ANTONIL, 1771, p. 181,182 *apud* MARTINS, 2008, p. 114). (Grifos da autora).

Os roteiros descritos por Antonil (1711), segundo Taunay (2012) eram “[...]o de São Paulo e os dois do Rio de Janeiro às Minas Gerais [...]” ( p.206) que faziam referência às “[...]jornadas bandeirantes”. O outro caminho era uma picada que ligava a Bahia à região das Minas do Rio das Velhas, que teve a finalidade comercial de abastecer “[...] de gado aos arraiais de mineração, depois das duas grandes fomes em torno de 1700 [...]” (p.206). Estas situações ocorreram por não haver uma região abastecedora das minas auríferas, ainda no início do século XVIII ( TAUNAY, 2012).

Os rios eram delimitadores singulares. As construções, como as capelas também eram marcadas nos primeiros mapas elaborados. Os mapas se valiam de todas as referências facilitadoras para os estradeiros dos seiscentos e setecentos no período colonial brasileiro, conforme descrito na figura nº 05 de pe. Coleo (c.a. 1700) (CINTRA; COSTA; OLIVEIRA, 2013). Os bandeirantes que adentravam para o sertão mineiro, quando não era possível utilizar a navegação pelas estradas fluviais, seguiam pelas margens dos rios. Provavelmente, nas primeiras incursões, “[...]Domingos Jorge Velho[...]”, deve ter “[...]navegado no (rio) Parnaíba[...]”, como também, “[...]os sertanistas dos Currais da Bahia nos afluentes do São Francisco[...]”, entre eles, “[...] Estêvão Raposo Bocarro no (rio) Urucuia e no (rio)

Paracatu, Antônio Gonçalves Figueira no (rio) Verde, Borba Gato e Garcia Rodrigues Pais no rio das Velhas.” (TAUNAY, 2012, p. 203).



Figura 5- Trecho do mapa de Pe. Cocleo (c.a. 1700)- caminhos em diversas direções de São Paulo para o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Curitiba e Goiás<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> Mapa representativo da região da Capitania de São Paulo, contendo uma boa amostra das feições do oceano Atlântico, portos e vilas no litoral (Itanhaém, São Vicente, Santos,...), serras

### 3.1.2.1 O Caminho Geral do Sertão (ou Caminho do Anhanguera)

Caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar.

Antônio Machado  
Poeta espanhol (1875)

O Caminho Geral do Sertão foi uma estrada antiga, conhecida também por vários nomes, tanto na sua porção paulista, quanto na mineira, como: Caminho Velho (trecho entre Jundiaí, Moji, Taubaté e Guaratinguetá), Estrada Paulista, Caminho para Goiases (Goiás), Estrada para Goiases, Picada para Goiás e, nome que ficou mais conhecido, Caminho do Anhanguera<sup>19</sup>. O caminho margeava os rios de Minas Gerais, por onde circulavam os bandeirantes, que eram levados pelos índios já conhecedores das trilhas que ligavam as três capitânicas mais importantes dos fins do século XVII e início do século XVIII. Fernão Dias valeu-se desse caminho, através de “[...]Taubaté (que) constituía, juntamente com Guaratinguetá, uma das portas de entrada para o Sertão dos Cataguás, ponto de passagem de incontáveis bandeiras e, depois, entroncamento importante na rota do Caminho Velho.” (SANTOS, 2001, p. 55).

O Caminho Geral do Sertão cortava toda a capitania mineira na sua porção oeste, e logo serviu de “caminho e descaminho”, devido à capilaridade territorial que se formou através dele, tornando-o importante via para a circulação das mercadorias. Esta estrada já existente como “veia principal”, dilatou-se em

---

(Paranapiacaba, Tapeti, [...], rios (Paraíba do sul, Iguape, Tietê, ...), e muitas localidades (Mogi, São Miguel, Penha, São Paulo, Carapicuíba, Jundiaí, Santana de Parnaíba, Itu, Sorocaba, ...) (Fonte: CINTRA; COSTA; OLIVEIRA, 2013, p.05).

<sup>19</sup> Sugestão de leitura: Em 2014 foi lançado o livro “O Caminho do Anhanguera”, pelo professor da Universidade de São Paulo (USP) Nestor Goulart Reis, graduado em Arquitetura e Urbanismo (1955) e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1962). O estudo afirma que ao “observar as cartas geográficas, verificamos que o que hoje associamos aos territórios dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás foi resultado de um longo processo histórico, iniciado no século 16, com a colonização portuguesa. Foram várias as etapas de construção desses espaços quanto aos aspectos econômico, social, político e cultural, configurando panoramas físicos e demográficos distintos ao longo do tempo.” Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/14.164/5629>>, Acesso em: 02 fev. 2017. Ver também: <<http://ocaminhodoanhanguera.com.br/>>. (Nota da autora).

ramificações, originando outros caminhos. Alguns eram maiores, como foi o caso do Caminho Velho e Novo, e outros menores, meras “picadas” que foram irrelevantes e eram estradas desconhecidas pelas autoridades por muito tempo (SCARATO, 2009).

A estrada da qual partiram os Anhanguera I e II era o antigo caminho real de São Paulo a Vila Boa de Goiás, pertencente a Goiás. Essa configuração está presente no Mapa da Capitania de Goyaz de 1751, conforme registro do engenheiro militar e geômetra<sup>20</sup> italiano Tossi Colombina (BERTRAN, 2000).

Taunay (2012) justificou o fato de Anhanguera II ter adotado este caminho, que seguia pelo trajeto “São Paulo-Moji-Triângulo Mineiro”, explicando que ele já possuía “experiência própria” como “mateiro<sup>21</sup>”, e também justificou a preferência dos demais bandeirantes que já eram “[...]cursados naqueles sertões” (TAUNAY, 2012, p. 205).

Logo, a Picada de Goiás, que foi oficialmente aberta em 1736, ligando São João del-Rei à região de Vila Boa de Goiás, passava pela região do Triângulo Mineiro, que, na época, pertencia a São Paulo. O Caminho Geral do Sertão ou do Anhanguera se interligava com a Picada de Goiás nas proximidades do rio Grande<sup>22</sup> e rio Paranaíba<sup>23</sup> - na região que fora denominada, entre vários nomes de Sertão da

---

<sup>20</sup> Geômetra- pessoa com especializada em Geometria (do grego: geo- terra e métron: medir); Agrimensor. Fonte: Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/geometra/>> Acesso em 15 abril 2017.

<sup>21</sup> Segundo Taunay (2012) Anhanguera era um “mateiro” isto é, “[...]Explorador de matas; aquele que se norteia pelas matas, sem bússola.[...]” (FIGUEIREDO, 1913, p.1270)

<sup>22</sup> A Picada de Goiás e o Caminho Geral do Sertão (Caminho do Anhanguera) passavam na região do rio Grande. Compreendida atualmente pela Bacia Hidrográfica do Baixo Rio Grande está situada na mesorregião Sul-sudoeste, onde estão municípios como Araxá, Uberaba e Frutal, abrangendo um total de 18 municípios: Água Comprida; Campina Verde; Campo Florido; Carneirinho; Comendador Gomes; Conceição das Alagoas; Conquista; Delta; Fronteira; Frutal; Itapagipe; Iturama; Prata; Pirajuba; Planura; Sacramento; São Francisco de Sales; Uberaba; União de Minas; Veríssimo. Disponível em: <<http://www.igam.mg.gov.br/component/content/150?task=view>>; Acesso em: 02 fev. 2017. Disponível em: <<http://www.igam.mg.gov.br/images/stories/mapoteca/Mapas/PNG/gd8-baixo-rio-grande.png>>; Acesso em: 02 fev. 2017.

<sup>23</sup> A Bacia do Rio Paranaíba é composta pelos seguintes municípios: Abadia dos Dourados, Araguari, Araporã, Carmo do Paranaíba, Cascalho Rico, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Douradoquara, Estrela do Sul, Grupiara, Guarda-Mor, Guimarães, Lagamar, Lagoa Formosa, Monte Carmelo, Paracatu, Patos de Minas, Patrocínio, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Romaria, Serra do Salitre, Tupaciguara, Unaí. Sendo que a Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba situa-

Farinha Podre. Esta região, a partir de 1720, era paulista e, a partir de 1748, passou a ser goiana; mineira mesmo, de “fato e direito”, viria a ser a partir de 1816. Mas, como ponto de passagem, o Triângulo mantinha laços estreitos com as três capitanias: São Paulo, Minas Gerais e Goiás (PEREIRA, 2010; COSTA, 2011). Assim: “[...]o Caminho do Anhanguera era cada vez mais frequentado e crescia sua importância, como fator de apoio, às atividades econômicas desenvolvidas em Goiás.” (PEREIRA, 2010, p. 20). Portanto, consolidou-se como:

[...]corredor de transporte estabelecido desde o rio Grande<sup>24</sup> na divisa com a Capitania de São Paulo, até o centro comercial e administrativo que era Vila Boa, e se tomou grande valor estratégico para as duas capitanias e também para os interesses administrativos da Coroa. (PEREIRA, 2010, p. 20).

se nas mesorregiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, onde estão municípios de Paracatu e Patos de Minas. Disponível em: <<http://comites.igam.mg.gov.br/comites-estaduais/bacia-do-rio-paranaiba/pn1-cbh-alto-paranaiba/1144-conheca-a-bacia>> Acesso em: 02 fev. 2017.

<sup>24</sup> A bacia do rio Grande é uma das complexas a permear o território mineiro e é também uma das mais importantes para o potencial hidrelétrico da atualidade. Por sua capilaridade, corta o atual estado mineiro em diversos pontos - sul, central (região do Campo das Vertentes), ao noroeste e na região do Triângulo Mineiro. Na sua porção sul faz divisa com estado de São Paulo na Serra da Mantiqueira, sendo composta por vários rios, entre eles: o Verde, o Pardo, o Capivari e o Sapucaí. A Bacia Hidrográfica do Alto Rio Grande está situada no sul de Minas Gerais e é composta por 33 municípios: Aiuruoca, Alagoa, Andrelândia, Arantina, Baependi, Bocaina de Minas, Bom Jardim de Minas, Bom Sucesso, Carrancas, Carvalhos, Cruzília, Ibertioga, Ibituruna, Ingaí, Ijaci, Itamonte, Itumirim, Itutinga, Lavras, Liberdade, Lima Duarte, Luminárias, Madre de Deus de Minas, Minduri, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Santana do Garambéu, Santa Rita de Ibitipoca, São João Del Rei, São Tomé das Letras, São Vicente de Minas, Seritinga, Serranos. A bacia hidrográfica do Alto Rio Grande é composta pelas sub-bacias do Rio Grande, do Rio Aiuruoca, do Rio Turvo Grande e do Rio Ingaí, que nascem na Serra da Mantiqueira, e pela sub-bacia do Rio Capivari. Disponível em: <<http://comites.igam.mg.gov.br/comites-estaduais/bacia-do-rio-grande/gd1-cbh-do-alto-rio-grande/1172-conheca-a-bacia-gd1>>, Acesso em : 03 fev. 2017.

A Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio Grande é composta atualmente por 29 municípios, entre eles: Alfredo Vasconcelos, Antônio Carlos, Barbacena, Barroso, Bom Sucesso, Camacho, Campo Belo, Cana Verde, Candeias, Carandaí, Carmo da Cachoeira, Carmo da Mata, Casa Grande, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Dolores de Campos, Ibertioga, Ibituruna, Ijaci, Ingaí, Lagoa Dourada, Lavras, Luminárias, Nazareno, Nepomuceno, Oliveira, Perdões, Prados, Resende Costa, Ressaquinha, Ribeirão Vermelho, Ritópolis, Santa Cruz de Minas, Santa Rita do Ibitipoca, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo, São Bento do Abade, São Francisco de Paula, São João Del-Rei, São Tiago, Tiradentes e Três Pontas. A bacia conta com próprio Rio Grande, Rio das Mortes, Rio dos Peixes, Rio Jacaré e Rio Cervo. A bacia possui uma população estimada de 522.135 habitantes. Disponível em:< <http://comites.igam.mg.gov.br/comites-estaduais/bacia-do-rio-grande/gd2-cbh-vertentes-do-rio-grande/1176-conheca-a-bacia-gd2>> Acesso em: 03 fev. 2017.

As divisas de Minas Gerais não são como as atuais. São Paulo adentrava mais ao centro de Minas, fato logo perceptível pelo primeiro marco de sesmaria constar em Ibituruna/MG, região do rio da Mortes (atual bacia do Rio Grande). A região limítrofe era atual cidade de Campanha/MG. (Nota da autora).

A viagem pelo Caminho Geral do Sertão, Caminho do Anhanguera, “[...] era enorme: de São Paulo a Vila Boa distavam 212 léguas, sendo que do rio Grande e do rio Paranaíba, eram 34 léguas e meia de percurso.” (D’LALINCOURT, 1975, p. 122- 127, 128 *apud* PEREIRA, 2010, p. 20).

A figura nº 06, a seguir, realizada por Rosetto (2006) através da Carta Topográfica (177?) mostra em vermelho o Caminho Geral do Sertão.

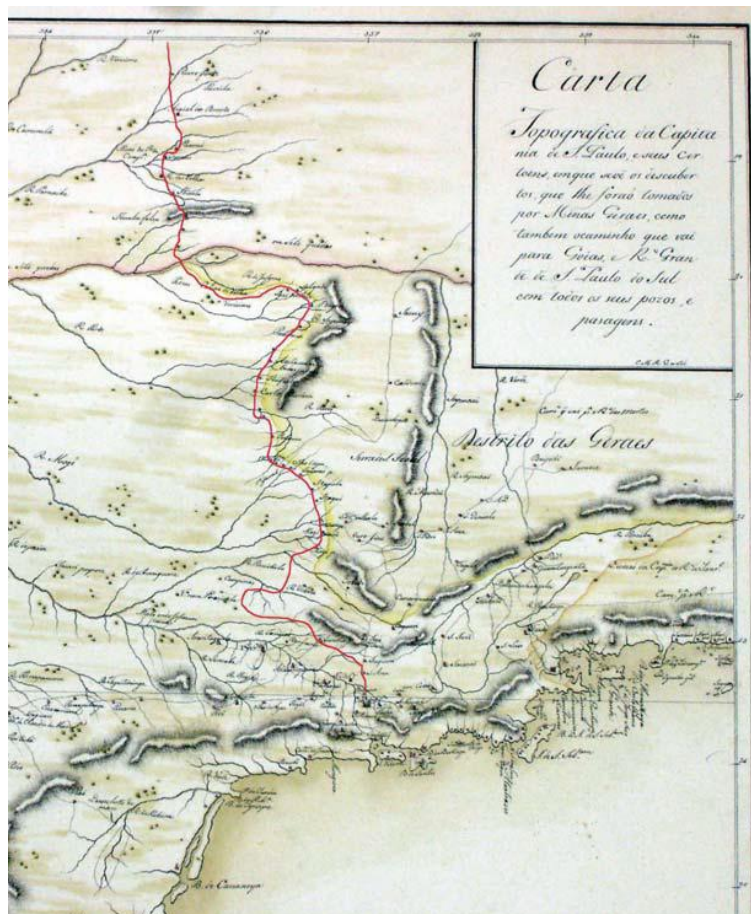


Figura 6- A entrada dos bandeirantes partindo de Jundiaí-Campinas-Franca/SP e sudoeste mineiro adentrando pela “Estrada dos Goiazes,” um dos vários nomes do Caminho Geral do Sertão, Caminho do Anhanguera, no século XVIII.<sup>25</sup>

<sup>25</sup> Figura elaborada por ROSETTO (2006, p.143) a partir da “[...]Carta Topografica de [177?] da capitania de S. Paulo e seus certos, em que se vê os descobertos [...] como também o caminho que vai para Goiás [...]”, que destacamos em vermelho. Note-se como o caminho margeia a Serra da Mantiqueira e a divisa da então recém-criada capitania das Gerais, marca dano original em tom amarelo. C. H. R. Carta Topografica da Capitania de S. Paulo e seus certos. [177?]. Bico de pena

Assim, o percurso saía de Jundiáí, que já era vila desde 1655 e entrava pelo sudoeste de Minas Gerais, adentrando pela região do rio Grande, quando alcançava a Picada de Goiás. Atravessava, então, a região do Triângulo Mineiro, que na época era conhecido como Triângulo Goiano, por pertencer à capitania de Goiás, que foi fundada em 1748 (PEREIRA, 2010).

Outros autores trazem mais detalhes sobre o tema: o Caminho Geral do Sertão era rota antiga, conforme já visto. Seguia no trajeto do rio São Francisco, rio navegável desde “[...]Pirapora até sua jusante” (MARTINS, 2008, p. 114):

Desde o século XVII que os paulistas haviam estabelecido ligação entre seus vilarejos e os sertões do São Francisco. Tal via de penetração saía de Pinheiros, rumava para o Norte, passava a leste de Jundiáí, e enveredava na direção do rio Grande. Saltando esse rio, procurava a serra das Vertentes e daí ganhava o rio São Francisco. Era conhecido pelo nome de 'Caminho Geral do “Certão” [...]’ (ZEMELLA, 1990, p. 122, 123).

Segundo Santos (2001), o nome Caminho Geral do Sertão, caiu em desuso no século XVIII, na sua porção paulista e foi substituído por outros: “[...]É exatamente esta via a partir do Rio de Janeiro que, depois da abertura do Caminho Novo da cidade do Rio de Janeiro para as minas, que Antonil já registrava em 1709, passou a ser conhecida como Caminho Velho [...]” (p.46). Foi de onde partiu Fernão Dias, antes de adentrar pela Serra da Mantiqueira, no lugar que foi denominado de Pedra do Embaú, dessa forma:

Até a consolidação do Caminho Novo, foi essa via o principal acesso da cidade fluminense para a região das minas. À medida que era ocupada, a região deixava também de ser simplesmente “o sertão” – dando maior importância para o Rio de Janeiro em detrimento de São Paulo. Prevaleceu a expressão “Caminho Velho” para designar o que, na realidade, era o trecho paulista até Guaratinguetá mais o ‘caminho velho do Rio de Janeiro’, por contraposição ao Caminho Novo [...]. (SANTOS, 2001, p.46).

A denominação Caminho Geral do Sertão foi substituída pelo nome do seu usuário mais famoso, o bandeirante Anhanguera. A sua rota, porém, ganharia

---

novos nomes. Ela estava em uso constante e foi utilizada pelo engenheiro Tosi Tolombina para consolidação do Tratado de Madrid, em 1750. Posteriormente, o engenheiro, à frente do seu tempo solicitou ao governo da capitania paulista a construção de uma estrada de rodagem entre São Paulo e Goiás (BUENO, 2011).

### 3.1.2.2 O Caminho Velho

Desistir... eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério; é que tem mais chão nos meus olhos do que o cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos, do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.

Cora Coralina  
Poetisa goiana  
(1889- 1985)

No trajeto do Caminho Velho, que partia de São Paulo para Minas, passando Guaratinguetá “[...] gastava-se 74 dias[...]” de viagem (BORGES, 1992, p. 35). O percurso adentrava pela garganta do Embaú, na Serra da Mantiqueira, passando por Pouso Alto, Baependi, Carrancas até chegar em São João del-Rei . Daí até alcançar Ouro Preto, havia dois caminhos: o Velho, que passava por Ouro Banco, e o Novo, que seguia por Lagoa Dourada, Camapuã, Redondo (Alto Maranhão), Congonhas, novamente se unindo ao Caminho Velho em Ouro Branco, na região de Macabelo (BORGES, 1992).

Antonil (1711) apontou detalhes da logística empregada no Caminho Velho no avanço sertanista de São Paulo para Minas Gerais nos fins do século XVII:

[...]gastam comumente os paulistas, desde a Vila de São Paulo até as Minas Gerais dos Cataguás, pelo menos dois meses, porque não marcham de sol a sol, mas até o meio dia, e quando muito até uma ou duas horas da tarde, assim para se arrancharem, como para terem tempo de descansar e de buscar alguma caça ou peixe, aonde há, o mel de pau e outro qualquer mantimento. (ANTONIL, 1771, p. 181,182 *apud* MARTINS, 2008, p. 114)

Havia também o “[...] Roteiro do caminho velho da cidade do Rio de Janeiro para as minas gerais dos Cataguás e do rio das Velhas [...]”, conforme descrito por Antonil em 1711:

EM MENOS DE TRINTA DIAS, marchando de sol a sol, podem chegar os que partem da cidade do Rio de Janeiro às minas gerais, porém raras vezes sucede poderem seguir esta marcha, por ser o caminho mais áspero que o dos paulistas. E, por relação de quem andou por ele em companhia do

governador Artur de Sá, é o seguinte. Partindo aos 23 de agosto da cidade do Rio de Janeiro foram a Parati. De Parati a Taubaté. De Taubaté a Pindamonhangaba. De Pindamonhangaba a Guaratinguetá. De Guaratinguetá às roças de Garcia Rodrigues. Destas roças ao Ribeirão. E do Ribeirão, com oito dias mais de sol a sol, chegaram ao rio das Velhas aos 29 de novembro, havendo parado no caminho oito dias em Parati, dezoito em Taubaté, dous em Guaratinguetá, dous nas roças de Garcia Rodrigues e vinte e seis no Ribeirão, que por todos são cinqüenta e seis dias. E, tirando estes de noventa e nove, que se contam desde 23 de agosto até 29 de novembro, vieram a gastar neste caminho não mais que quarenta e três dias. (ANTONIL, 1982 [1711], p. 184).

O Caminho Velho do Rio de Janeiro era difícil, pois contava com o trecho marítimo, entre Sepetiba e Parati/RJ. Essa era uma passagem propícia para ataques de corsários e piratas às cargas de ouro e outras mercadorias. Havia também a subida íngreme pela Serra do Mar, um transtorno para os viajantes. (SANTOS, 2001; RIBAS, 2003 *apud* TUPINAMBAS et al., 2014). Assim:

O auge da atividade no Caminho Velho ocorreria a partir de 1702, quando um novo Regimento das Minas determinava que ouro e outras mercadorias, com exceção de gado, fosse transportado pelo porto de Paraty; neste mesmo ano, o Governador determinou conserto do trecho entre Paraty e Taubaté. Em 1704, a Coroa só permitia duas casas de Registro do Ouro entre o Rio de Janeiro e as Minas Geraes: uma em Santos e outra no alto da Serra de Paraty (RIBAS, 2003 *apud* TUPINAMBAS et al. , 2014, p.59).

Para evitar o trecho marítimo, o Caminho Velho de São Paulo foi bastante utilizado, embora ainda incluísse a subida da Serra do Mar. Com a consolidação do Caminho Novo, que levava ao Rio de Janeiro, a partir da primeira década setecentista, os dois caminhos velhos, o de São Paulo e o de Parati-RJ, foram abandonados.



Figura 7- O Roteiro do Caminho Velho de São Paulo e do Rio de Janeiro- descrito por Antonil (1711)<sup>26</sup>

### 3.1.2.3. Caminho Novo

Façamos da interrupção um caminho novo  
 Da queda, um passo de dança  
 Do medo, uma escada  
 Do sonho, uma ponte  
 Da procura, um encontro!

Fernando Sabino  
 Escritor mineiro  
 (1923-2004)

<sup>26</sup> Fonte: Figura disponível em: <<https://sergiopiquetopolis.blogspot.com.br/2009/11/sitio-historico-ecologico-caminho-do.html>>, acesso em: 12 ago. 2016.

O Caminho Novo, obra idealizada e realizada principalmente por Garcia Rodrigues, foi a única estrada do período colonial que teve sua construção solicitada pela Coroa Portuguesa, porém, utilizou recursos do próprio empreendedor. Este, para reaver o investimento, cobrou pelos direitos de passagem, nas sesmarias recebidas ao longo do caminho, entre outras honrarias e títulos. A obra diminuiria a viagem de 74 para 25 dias, no trajeto de Parati-RJ até Ouro Preto/MG, em comparação com o Caminho Velho (SANTOS, 2001).

Antonil (1982 [1711]) descreveu, com precisão, locais das minas de ouro, seus donos e também o trajeto para chegar até elas através do Caminho Novo, já em pleno uso na primeira década setecentista:

ALÉM DAS MINAS GERAIS DOS CATAGUÁS, descobriram-se outras por outros paulistas no rio que chamam das Velhas, e ficam, como dizem, na altura de Porto Seguro e de Santa Cruz. E estas são a do ribeiro do Campo, descoberta pelo sargento-mor Domingos Rodrigues da Fonseca, a do ribeiro da Roça dos Penteados, a de Nossa Senhora do Cabo, da qual foi descobridor o mesmo sargento-mor Domingos Rodrigues, a de Nossa Senhora de Monserrate, a do ribeiro do Ajudante; e a principal do rio das Velhas é a do cerro de Sabarabuçu, descoberta pelo tenente Manuel Borba Gato, paulista que foi o primeiro que se apoderou dela e do seu território. Há muitas outras minas novas, que chamam do Caeté, entre as minas gerais e as do rio das Velhas, cujos descobridores foram vários, e entre elas há a do ribeiro que descobriu o capitão Luís do Couto, que da Bahia foi para essa paragem com três irmãos, grandes mineiros, além de outras, que secretamente se acham e se não publicam, para se aproveitarem os descobridores delas totalmente, e não as sujeitarem à repartição, e as que ultimamente descobriu o capitão Garcia Rodrigues Pais, quando foi abrir caminho novo detrás da cordilheira da serra dos Órgãos, no distrito do Rio de Janeiro, por onde corta o rio Paraíba do Sul. (ANTONIL, 1982 [1711], p.76). (Grifos da autora).

A construção do caminho era pertinente pelo fato de diminuir o percurso e atender, também, aos interesses políticos e econômicos e à demanda decorrente das grandes descobertas auríferas que se faziam no solo mineiro. O caminho seria de grande valia para a rede mercantil, que se consolidava nos sertões, uma área inapta para a mineração, mas terra fértil para a agropecuária (SANTOS, 2001; NASCIMENTO, 2005; ZEMELLA, 1990). Portanto, nas palavras de Lamego, 1950 *apud* Nascimento, 2005:

Para chegar-se a Minas em plena efervescência da mineração, esse enorme desvio [por Paraty] tornara-se incompatível com as exigências administrativas do Rio de Janeiro. Tinha de ser substituída por outra [...]. Assim é que, por imperativos políticos, econômicos e sociais, teve origem uma nova estrada, a qual, de sul a norte, sai das margens da Guanabara,

atravessa o (rio) Paraíba e a Mantiqueira e atinge as lavras auríferas (p. 9998).

Com a construção do Caminho Novo, houve mudanças nos fluxos migratórios para Minas Gerais. A estrada recém construída causou, primeiramente, o povoamento das zonas mineradoras, mas, ao mesmo tempo, aumentou “[...]os confrontos entre os paulistas e não paulistas[...]” e os problemas sociais que chegaram com o maior número de habitantes (SANTOS, 2001, p.94).

O Caminho Novo<sup>27</sup>, em segundo plano, mudou a conjuntura dos transportes das mercadorias, dando impulso econômico para o Rio de Janeiro

<sup>27</sup> Auguste de Saint-Hilaire(1819) citou a variante do trecho do Caminho Novo nas proximidades do Rio de Janeiro que se ligava a São João del- Rei, conhecido como Caminho do Comércio ou Estrada Nova, pois o próprio estudioso já teve a oportunidade de na “[...]ocasião de observar que a cordilheira muda a cada passo de nome; isto é ver da de e sobretudo nos arredores do Rio de Janeiro.” (p. 19). (SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo* / Auguste de Saint-Hilaire; tradução e introdução de Afonso de E. Taunay. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial,2002.).

Embora este caminho tenha referências do início do século XIX e ainda pouco estudado, provavelmente foi utilizado para ligar a Picada de Goiás ao Caminho Novo através deste trecho do Caminho do Comércio. (Nota da autora.)

Ainda sobre o Caminho do Comércio, Miranda (s.d.) disse: “CAMINHO DO COMÉRCIO – Um outro trecho importante da Estrada Real, mas ainda pouco pesquisado e explorado turisticamente, é o que se denominava “Caminho do Comércio” ou “Caminho do Rio Preto”, uma variante que foi aberta por volta do ano de 1813 para facilitar o trânsito de comerciantes e tropeiros entre São João Del Rei e o Rio de Janeiro. Essa rota, que partia do Caminho Novo em trecho compreendido entre os atuais municípios de Pati do Alferes – RJ e Paraíba do Sul – RJ, rumava em direção a Valença-RJ, depois seguia pelos antigos arraiais mineiros de Rio Preto, Bom Jardim, Turvo (atual Andrelândia), Madre de Deus, Rio das Mortes e, finalmente, chegava à Vila de São João Del-Rei. Tratava-se de uma via bastante movimentada e importante, sendo que pela mesma passou em 1819 o botânico francês Auguste de Saint-Hilaire em uma de suas incursões científicas pelo interior do país, com destino às nascentes do Rio São Francisco. Saint-Hilaire anotou em seu diário que a estrada era utilizada sobretudo para a condução de bois e porcos que eram levados da antiga Comarca do Rio das Mortes (sediada em São João Del-Rei) para abastecer o Rio de Janeiro e que tal caminho era muito mais curto do que qualquer outro. A observação de Saint-Hilaire ajuda esclarecer a função de alguns curiosos vestígios ainda existentes na região de Andrelândia, onde se podem visualizar pontos em que a antiga estrada, com alguns metros de largura, era delimitada lateralmente por profundos e largos valos paralelos cavados na terra certamente para facilitar a condução dos animais, que ante os obstáculos laterais seguiam pelo leito da estrada sem possibilidade de extravio, o que facilitava em muito os trabalhos dos tropeiros e tocadores de bois e porcos.” MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Caminho do Comércio - um trecho pouco conhecido da estrada real cidades como Andrelândia, Bom Jardim, Rio Preto e Madre de Deus fazem parte da antiga rota utilizada por comerciantes e tropeiros para escoar riquezas do interior de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Disponível em: < [http://www.patriamineira.com.br/imagens/img\\_noticias/080246100510 CAMINHO DOCOMERCIO.pdf](http://www.patriamineira.com.br/imagens/img_noticias/080246100510_CAMINHO_DOCOMERCIO.pdf)> Acesso em: 12 jun. 2017. (Grifos da autora).

participar dos avanços mercantis causados pela pujança aurífera que provinha de Minas Gerais. Consequentemente, os mercadores e negociantes fluminenses poderiam ter como clientes “[...] o lucrativo mercado consumidor da região mineradora” (SANTOS, 2001, p.94).

O Caminho Novo passou a ser a estrada mais viável para as tropas de muares e para passageiros e mercadores. Desde sua construção esta variante foi batizada com o nome de Caminho do Proença. A construção foi realizada por Garcia Rodrigues foi concluída pelo sargento-mor Bernardo Soares de Proença em 1725, responsável por tornar a passagem pelo rio Paraíba do Sul acessível. Utilizado no século XVIII, recebeu melhorias, como alargamento das vias e, em 1767, o Caminho Novo foi terminado, consolidando-se como única estrada para alcançar o Rio de Janeiro, que já era, nesta época, a capital da colônia (NASCIMENTO, 2005).

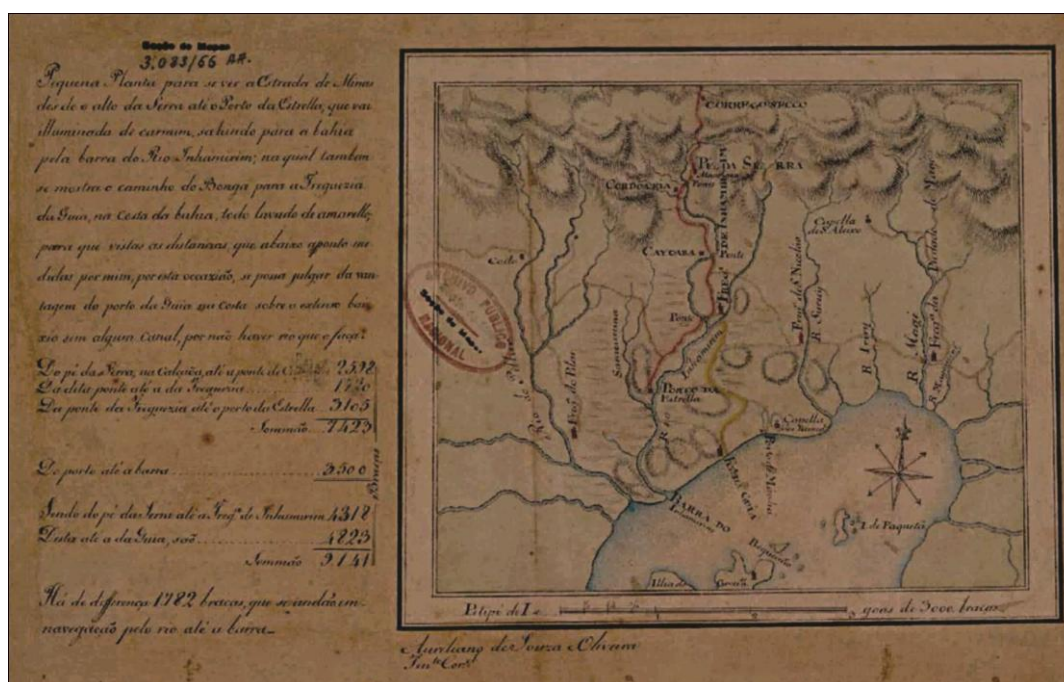


Figura 8- Caminho Novo (1782)<sup>28</sup>

<sup>28</sup> Figura encontrada no Arquivo Nacional, presente em: (NASCIMENTO, 2005, p.10000).

### 3.1.2.4 Picada de Goiás

[...] e de oeste pelos “certões” sem conhecido limite.

Francisco Tavares de Brito  
Itinerario Geografico com a verdadeira descripção dos caminhos, estradas,  
rossas, citios, povoaçoens, lugares, villas, rios, montes, e serras,  
que ha da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro -1732

A Picada de Goiás era um caminho de interiorização do Brasil e, conseqüentemente, atravessava a Capitania de Minas Gerais. Passava pela região que foi denominada “sertão” e os outros caminhos rumavam em sua direção. “Sertão” designa interior, ou seja, local que fica longe do litoral e possui características próprias de “áreas inóspitas”, seja no quesito climático ou no aspecto referente ao ambiente geográfico. Mas, principalmente, o sertão se mostrava como uma região de difícil acesso onde cumprir a lei era uma tarefa difícil (SCARATO, 2009 in Priore, 2000). Nas palavras do Visconde de Taunay(2015 [1875]):

Sertão no Brasil quer dizer terreno ainda não de todo ganho ao trabalho e à civilização. Todas as províncias limítrofes de Goiás o têm largo e até mal conhecido; mas agora aos pontos mais extremos do Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, S. Paulo e Mato Grosso, somem-se as léguas e léguas que é preciso vencer para chegar à capital de Goiás e às suas cidades, senão florescentes, em todo o caso não moribundas, e ter-se-á consideração para quem vive tão segregado e talvez esquecido da comunhão brasileira. (TAUNAY, 2015 [1875], p.10).

Era pelo sertão, tanto para os caminhos de Goiás, quanto para os da Bahia, que ocorriam os “descaminhos do ouro” e das mercadorias, referentes ao contrabando, que saíam e entravam para Minas Gerais (COSTA, 2005). O pesquisador Antônio Gilberto Costa, no livro “Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real”, traça este paralelo dos caminhos e a confluência com as rotas do sertão. Ele aborda inclusive o antigo caminho de Fernão Dias, que ficou proibido de uso por mais de trinta anos, no início do século XVIII, para não prejudicar e revelar a mineração no interior da capitania (COSTA, 2005; FIGUEIREDO, 2010).

O recurso à geografia pela história é, no caso, pertinente para contextualizar os caminhos. O estudo é focado em uma região de fronteira que tem sua história “territorializada” após meados do século XVIII. As configurações do

espaço temporal e físico eram diferentes das apresentadas atualmente, conforme mapa nº 09 (NORONHA, 2011; CUNHA, 2007).



Figura 9 - Regionalização no século XVIII – para entender os caminhos da Picada de Goiás<sup>29</sup>

A Picada de Goiás foi o terceiro caminho que surgiu ligado ao Caminho Geral do Sertão: “[...] era o que passava pelo Vale do Moji Guaçu e Morro do Gravi. Este era o caminho chamado dos Guaianazes, e seu roteiro correspondia aproximadamente ao traçado da Estrada de Ferro Mojiana.” (ZEMELLA, 1990, p. 123). A Picada de Goiás, *a priori*, era, portanto, uma variante do Caminho Geral do Sertão, ou seja, um “descaminho” para fugir dos impostos. Era também rota para “vadios” que desejavam se esconder de crimes ou praticá-los longe das forças da lei. Porém, logo nas primeiras décadas dos anos setecentistas, os dois governantes

<sup>29</sup> Figura elaborada por: (CUNHA, 2007, p.124).

das capitânicas de São Paulo e Minas Gerais, o Conde de Bobadela e o Conde de Sarzedas, respectivamente, tornaram as duas estradas oficiais, e, assim, mais fiscalizadas (MARTINS, 2008; SOUZA, 1982).

Havia, na verdade, três caminhos principais conhecidos que permitiam a chegada até Goiás: a “Estrada dos Goyazes” ou Caminho Geral do Sertão (também denominado de Caminho do Anhanguera), a Picada de Goiás e o caminho que partia de Sabará e alcançava Paracatu, arraial na fronteira de Goiás. A “Estrada dos Goyazes” ligava São Paulo à região das minas de Goiás. A Picada de Goiás, “[...] saía de São João del-Rei, atravessava o rio São Francisco, perto da barra do Bambuí, e seguia pela serra da Marcela, proximidades de Araxá, Patrocínio, Coromandel, Paracatu e, em seguida, chegava a Goiás.” (BARBOSA, 1979, p. 182). O terceiro caminho partia de Sabará, passava por Curral del-Rei (atual Belo Horizonte), Capela Nova (atual Betim) e Patafufu (atual Pará de Minas) até chegar a Pitangui e tomar o rumo de Paracatu. Segundo Mourão (2009), havia o Caminho do Pitangui<sup>30</sup>, uma estrada vicinal para aqueles “[...]que vinham do Sul, como os que chegavam da Bahia e os que iam para Paracatu, para as Minas de Goiás, Cuiabá[...]”(p. 01- inédito). Portanto, era utilizado como abastecimento. Ele se tornou o Vale do rio Paraopeba e foi importante para a formação de arraiais, vilas e cidades, através das minas de ouro e currais de gado - era através deste caminho que se chegava a Curralinho (atual município de Igarapé/MG) e a Curral del-Rei (atual Belo Horizonte/MG):

Do Rio das Mortes vai ao Pitangui ao Rio São João e nas suas cabeceiras marcam Itatiaiuçu. Seguindo o Rio Paraopeba chegava-se no Sítio da Mata do Borba no “Caminho do Pitangui” (COSTA, 2005 p.170 *apud* MOURÃO, 2009, p. 01- inédito).

A figura nº 10 apresenta o traçado da Estrada Pitangui-Paracatu, que saía de Sabará/MG.

---

<sup>30</sup> Segundo Faria Júnior (2008) a localização atual de Pitangui: “[...]A Terra-mãe do Centro-Oeste Mineiro, com fácil acesso asfáltico, através das rodovias BR-352, BR-262 e MG-423, está situada a 120 km de Belo Horizonte e próxima também à barragem de Furnas.”(p.260).



Figura 10- Estrada de Sabará a Paracatu/MG- passando por Pitangui (1737)<sup>31</sup>

A existência de diferentes estradas com o mesmo nome foi relatada por Inácio de Pamplona ao governador Conde de Valadares em uma de suas cartas: “tantas eram as picadas e a tudo iam chamando de picada de Goiás.” Todos estes caminhos eram considerados Picada de Goiás, fossem eles legais ou clandestinos (BARBOSA, 1979). Portanto, as estradas denominadas “Picada de Goiás”, na Capitania de Minas Gerais, “[...] não passavam de variantes do antigo caminho de São Paulo, tanto para Pitangui, como para o Desemboque e Goiasés” (MARTINS, 2008, p.125). Aos três caminhos principais já mencionados, um outro caminho foi incorporado, o de São Romão, que também alcançava o Arraial de Paracatu. Assim, o lugar se tornou famoso entreposto comercial (RAPM, 1911).

A transformação da Picada de Goiás em Estrada Real está ligada ao acordo de abertura de estrada firmado pelo Conde de Sarzedas nos “caminhos de

<sup>31</sup> Fonte:(Reprodução aproximada- realizada pela autora, 2017).

São Paulo aos Goíases”, que já eram bastante utilizados. Embora a região das minas de Goiás fizesse parte da Capitania de São Paulo, era objetivo de Gomes Freire de Andrade incluir, em 1733, a região de Goiás nos novos contratos de direito de entradas firmados com homens influentes com os quais tinha contato, como os portugueses e construtores Matias Barbosa da Silva e José Álvares de Mira (ROSETTO, 2006; MARTINS, 2008). Os contratos firmados, segundo Martins (2008), demonstravam que:

[...]abertura de picadas de Minas para os Goíases teriam sido, isto sim, apenas um aperfeiçoamento dos já existentes, visando a justificar o pedido de intervenção real para que os contratadores de São Paulo fossem obrigados a devolver os direitos das entradas de mercadorias advindas das Minas Gerais, até mesmo para os novos descobertos, a exemplo de Bandeirinhas e Carlos Marinho, no norte de Goiás.(MARTINS, 2008, p. 125).

Em 1730, foi instalado um caminho régio único para o escoamento dos minerais, conhecido como “Estrada dos Goíases” ou Estrada do Anhanguera<sup>32</sup> (*apud* PACHECO e SOUZA,s.d. inédito *apud* SOUZA; MOREIRA; PEDROSA, 2014, p. 1452).

Até 1733, o único caminho autorizado para se chegar a Goiás era o que se originava em São Paulo, passando por Mogi Guaçu, onde havia um Registro. Chegar às “minas dos Guayases” era uma viagem de cerca de 70 dias, fato que promovia prejuízos ao erário régio, aos tropeiros e aos viajantes, facilitando o contrabando de ouro, conforme comunicou o vigário Pedro Ferreira Brandão ao desembargador Belchior do Rego de Andrade (AHU, Goiás, 1732).

Mesmo assim, era proibido construir caminhos ou picadas onde já houvesse arrecadação da Fazenda Real e minas já criadas. A proibição estava prevista no alvará de 27 de outubro de 1733 e foi outorgada por Dom João V. A comunicação foi enviada em uma certidão emitida pelo escrivão Francisco José de Oliveira da Câmara de Vila Nova da Rainha ao corregedor Baltazar de Moraes

---

<sup>32</sup> O já citado caminho que fora outorgado pelo conde de Sarzedas, no mesmo período da abertura da Picada de Goiás (São João del- Rei a Paracatu) concedida pelo conde de Bobadela em 1736 (MARTINS, 2008; FREITAS, 2005; BORGES, 1992).

Sarmento, da Comarca do Rio das Velhas, que confirmou o recebimento do documento em 27 de março de 1734. A mesma proibição também foi enviada para Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, sendo confirmado o recebimento em uma certidão emitida pelos oficiais da Câmara da Vila, em 02 de março de 1734 (AHU, 1734).

Porém, desde 1733, foi firmado um contrato com os portugueses Matias Barbosa da Silva e José Álvares de Mira, os “[...] contratadores dos Direitos dos Caminhos do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Maranhão[...]” (MARTINS, 2008, p. 125). Desde antes de dezembro de 1735, Gomes Freire de Andrade renovou e retificou o “Contrato dos direitos de entradas dos caminhos”, com os portugueses, que faziam parte do seu “projeto expansionista” (MARTINS, 2008, p. 354).

Assim, a oficialização da existência da Picada de Goiás originou-se de uma solicitação de José Álvares de Mira e Matias Barbosa da Silva que, por sua vez, contrataram os serviços de Caetano Rodrigues Álvares de Horta, Maximiliano de Oliveira Leite ou Pais, Francisco Rodrigues Gondim, Manuel da Costa Gouveia, Manuel Alves (ou Martins) de Melo, Francisco Bueno Luís da Fonseca<sup>33</sup> e Urbano do Couto, na sua maioria paulistas, negociantes, fazendeiros e ricos, “[...] que sempre perambularam entre Goiás e Minas Gerais[...]” para, assim, refazer a parte mineira da picada ( AHU, IMAR/MG XVIII *apud* MARTINS, 2011, p.236). Dessa maneira, a abertura desta estrada não foi uma empreitada governamental (BARBOSA, 1979), embora atendesse à intenção expansionista de Gomes Freire de Andrade. O sertanista Urbano do Couto foi contratado, em 1733, para abrir o caminho para o Sertão de Goiás, pelo fato de conhecer a região. Pelo serviço prestado, recebeu dos negociantes acima citados a gratificação de três mil cruzados, ou seja, um conto quatrocentos e quarenta mil réis (FONSECA, 1961). Na história de Goiás, Urbano do

---

<sup>33</sup> Francisco Bueno (Luís) da Fonseca era “[...] pai de Diogo Bueno da Fonseca e tio de Bartolomeu Bueno do Prado” (MARTINS, 2011, p.235).

Couto é bastante referenciado, sendo lembrado pelo caminho que ajudou a traçar (BERTRAN, 2000).

Em 08 de maio de 1736, a Picada de Goiás se tornou uma Estrada Real, apelação cuja origem primaz é ignorada, podendo estar ligada ao Brasil Colônia ou à metrópole portuguesa (SANTOS, 2001:2006). A transformação da Picada em Estrada Real contribui, portanto, para evitar contrabando e “[...] A capitação<sup>34</sup> aboliu a proibição e permitiu as picadas.” Transformou o caminho- na verdade, descaminho clandestino - em oficial (MARTINS, 2008, p. 126).

A Picada de Goiás foi de suma importância para proporcionar acessibilidade e povoar as regiões do Campo das Vertentes, Centro-Oeste Mineira, Noroeste Mineiro, Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro que atualmente compõem o Sertão Oeste Mineiro, construindo a configuração do espaço. A organização atual do espaço do Sertão Oeste Mineiro foi possível por meio da concessão das cartas de sesmarias para os moradores locais e, principalmente, para homens que tivessem condições financeiras de cuidar da terra ou para aqueles que tivessem prestado algum serviço para a Coroa Portuguesa ou para o governo da capitania. A partir daí, algumas das sesmarias concedidas se tornaram povoados e, mais tarde, arraiais (RAPM, 1897, v.2; RAPM, 1988 [1924], v.1 e 2).

---

<sup>34</sup> “Capitação é o nome dado aos impostos que são pagos per capita, cobrados em diversas épocas da história. Na época feudal era cobrado das famílias burguesas. No Brasil colonial, foi cobrada a partir de 1734 com o intuito de acabar com a “ociosidade dos negros forros e dos vadios em geral”, que incluía toda a população pobre, fosse branco, negra ou mestiça. Cada dono de escravo, fosse branco, índio ou negro forro, tinha que pagar, semestralmente, sob pena de confisco do escravo e outras penas, esse imposto de 4 oitavas e 3 quartos de ouro por cabeça de escravo que possuísse. Da mesma forma, os negros forros, os pretos livres e os brancos pobres, que tivessem ou não escravos, caso trabalhassem com as próprias mãos, também tinham que pagar por si mesmos esse imposto, sob pena de prisão, multa, com açoites para os negros, e degredo para as reincidências previstas na Lei da Capitação, com penas diferenciadas para cada casta. Durante a capitação os quintos deixaram de existir, descriminalizando o contrabando de ouro, permitindo a abertura de picadas e a livre movimentação do ouro em pó que ficou cotado em 1200\$ à oitava.” Disponível em: <<http://dicionarioportugues.org/pt/capitacao>> Acesso em: 19 fev. 2017. (Grifos da autora). A taxa de capitação vigorou nas zonas auríferas até 1751, sendo cobrada indiscriminadamente por quem possuísse escravo, sendo ele usado na extração aurífera ou em outra qualquer atividade (SANTOS, 2001).

Assim, para os homens responsáveis por abrir a Picada de Goiás, pelo Direto de Entradas eram concedidas as preferências das cartas de sesmaria:

Concedo aos suplicantes a preferência para as sesmarias que pedem com condição de tirarem cartas delas dentro de um ano e que encontrando-se rio navegável não possa compreender ambas as margens antes das partes fique livre o espaço que sua Majestade manda, e que nunca possam impedir esse caminho, porém serão proferidos para fazerem os atalhos com que se ponha direito e se rodeios se lhe passem editais para que ninguém dentro de um ano, digo, dentro do tempo de um ano, possa lançar posses naquelas vizinhanças e lançando-as lhe não valham, o que lhes concedo por ser notório que com o estabelecimento da capitação nos Goiases, serem permitidos os caminhos que eram proibidos, lhe dou provisionalmente sem que haja de causar embaraço quando sua Majestade Real seja servido aprovar. Nesta Vila Rica, 08 de maio de 1736. (BORGES, 1992, p. 37).

O roteiro da Picada de Goiás (1736) teve seus trabalhos de abertura iniciados em Santa Rita do Rio Abaixo (atual Ritópolis), local situado entre o rio das Mortes e o rio do Peixe. Ela adentrava pela Comarca do Rio das Mortes, criada em 1714, e passava pela Comarca do Rio das Velhas, também criada em 1714. Foi a partir do ponto de abertura que a distribuição de sesmarias foi iniciada, sendo a primeira assinada em 29 de março de 1737 no nome de Roque de Souza. A concessão foi do rio do Peixe, chegando ao riacho da Barra (BORGES, 1992).

A figura nº 11 mostra os caminhos mais utilizados, até então, para se alcançar as minas goianas e cuiabanas de ouro através de Paracatu/MG, a Picada de Goiás (FREITAS, 2005).

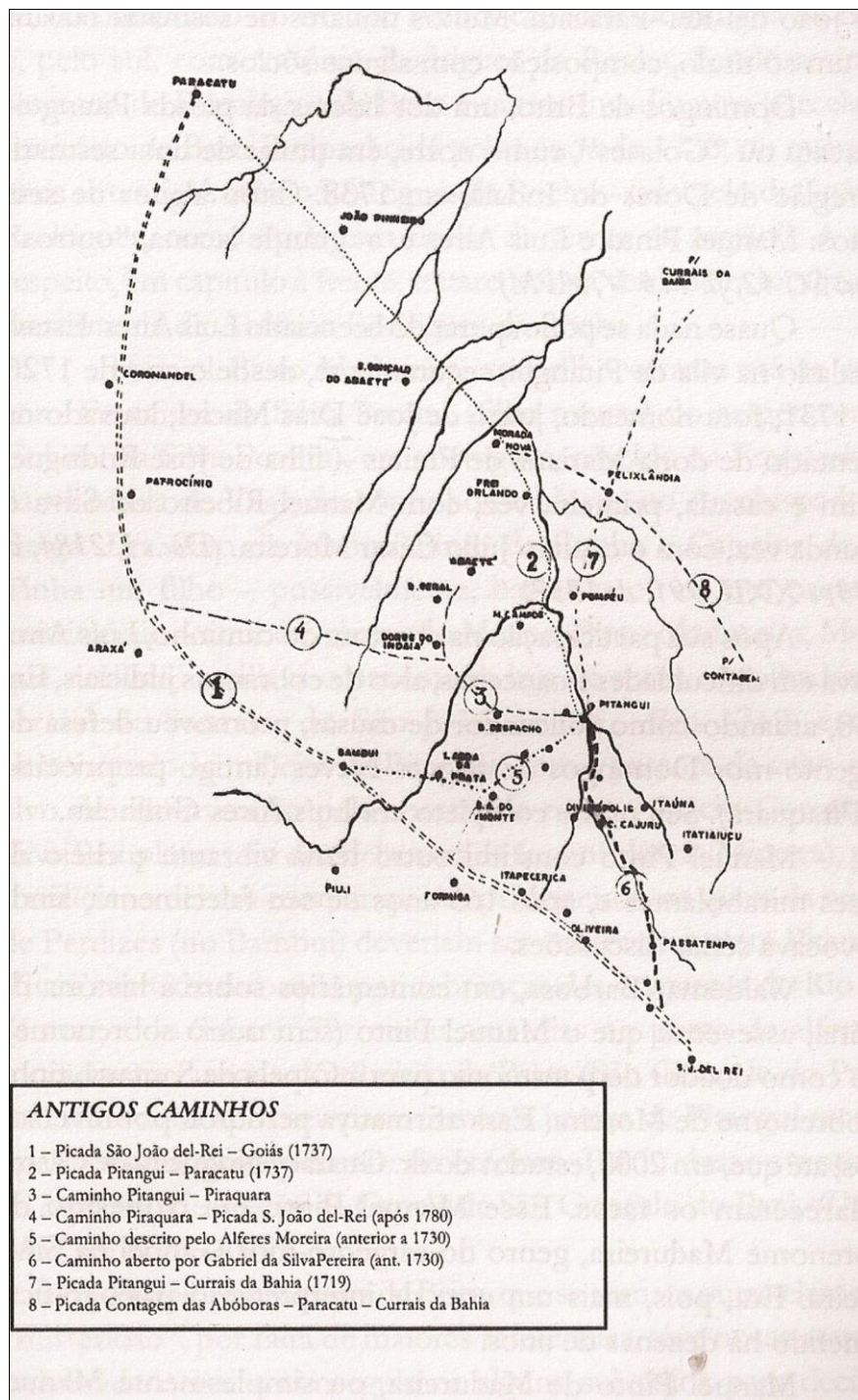


Figura 11- A Picada de Goiás- estrada real e os antigos caminhos que levam a Goiás <sup>35</sup>

<sup>35</sup> Fonte: (FREITAS, 2005, p. 75).

### 3.1.3 As articulações da Picada de Goiás

O real não está na saída nem na chegada:  
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.

João Guimarães Rosa  
(1908- 1967)  
Grande Sertão Veredas, 1994

Foi no século XVIII que as estradas para o interior do Brasil se consolidaram e a capitania de Minas Gerais, pela importância econômica que demonstrou para a Coroa Portuguesa, concentrou vias de transporte e comunicação, e, por não ter ligação por mar, teve seu solo recortado pelos tropeiros (SIMONSEN, 2005).

Os caminhos (oficiais ou não) se articulavam em torno da necessidade latente do transporte de ouro, e do abastecimento das regiões auríferas. Havia um fluxo das mercadorias vindas de outras capitanias, da metrópole portuguesa e de outras nações europeias para suprir as carências dos mineiros, que enriqueciam com o ouro e pagavam qualquer o preço pelos importados (ANTONIL, 1982 [1711]).

A Picada de Goiás se unia à chamada Estrada Real, que incluía o Caminho Novo e o Caminho Velho, nas cercanias da vila de São João del-Rei, sede da Comarca do Rio das Mortes, local de onde partia a estrada para Goiás. (SANTOS, 2001; FONSECA, 1961; BARBOSA, 1979).

Existiam mais duas vertentes do traçado, uma que saía de São João del-Rei e outra, de Sabará, adentrando pelo interior de Minas Gerais e rumando a Paracatu. A primeira delas passava por São Thiago, São João Batista, Itapeçerica (antiga vila de São Bento do Tamanduá), Morais e atravessava o rio São Francisco, “[...]um pouco acima da foz rio Bambuí[...]”. Esse caminho não atravessava o rio Bambuí, mas cortava o Perdição, conforme apresentado na figura nº 12. A outra vertente seguia por Sabará, Curral del-Rei, Betim, Mateus Leme, Patafufo (antigo nome da cidade de Pará de Minas) Guardas, Pitangui, Dolores do Indaiá (nome atual da região denominada Cocais), Quartel de São João, atravessava os rios Borrachudo e Indaiá e seguia margeando o Abaeté. Neste ponto, se juntava à outra estrada, que também saía de Sabará, mas passava por Lagoa Santa, Fidalgo,

Jequitibá, Maquiné, Bicudo, Pindaíbas, Andrequicé, transpondo o rio São Francisco mais para a saída do Espírito Santo (BARBOSA, 1979).



Figura 12- Localização geográfica da Picada de Goiás na interseção do rio Bambuí e rio Perdição<sup>36</sup>

Ao construir a Picada de Goiás, foram criados também vários terços de Ordenança, para garantir aos destacamentos segurança para levar os diamantes extraídos nos ribeirões de Dores do Indaiá e Abaeté até Vila Rica. A Companhia de Cavalaria Auxiliar do Distrito de Nossa Senhora da Piedade do Patafúio<sup>37</sup> (grafia da citação) foi incorporada às “[...]Treze Companhias de todo o Pitangui foi uma delas.” Providenciou-se a construção da base militar chamada “Quartel Geral, região rica em diamantes, minerada desde 1749”, cuja construção coube ao engenheiro militar

<sup>36</sup> Fonte: (ROCHA, José Joaquim da. 1701 – 1800, data provável, SC, APM).

<sup>37</sup> Atual cidade de Pará de Minas/MG(Nota da autora).

de Pitangui, Inácio Carvalho Lage, (DEUSDEDIT, 2003, p.182 *apud* MOURÃO, 2009, p. 08- inédito).

Em 1736, quatro caminhos diferentes possuíam entroncamentos e se juntavam no Arraial de Paracatu, e, destes, apenas um seguia para Goiás (BARBOSA, 1971):

1. A Picada de Goiás cuja construção foi permitida por despacho do governador Gomes Freire de Andrade, de 8 de maio de 1736;
2. a de Pitangui a Goiás, também autorizada em 1736 ao requerente Domingos de Brito e seus sócios;
3. A que passava por São Romão onde desembocavam os caminhos de Minas, da Bahia e de Pernambuco;
4. O caminho que transpunha o São Francisco na passagem do Espírito Santo, nas proximidades da barra do rio Abaeté. A Picada de Goiás que passava por s. Romão era a mais frequentada, sobre esta última há o seguinte documento de 1736- este caminho há de ser o geral e mais frequentado para os Goiaeses- (Ver. RAPM XVI,1911, p. 375). E deste mesmo ano de 1736 uma sugestão de Simão da Cunha Pereira ao governador da Capitania, era tão frequentada que convinha por contrato (Cód.54.fl.s. 75v.) Ora, se estes quatro caminhos diferentes se juntar em Paracatu, de onde apenas um destes continuava para Goiás, é bem possível, que nesse entroncamento houvesse casas de hospedagem e, provavelmente algum povoado com recursos para os viajantes. Que o arraial é anterior ao manifesto das minas de ouro, não há dúvida. (BARBOSA, 1971, p. 338).

As controvérsias sobre o caminho da Picada de Goiás eram tamanhas que até mesmo o trajeto que levava para São Paulo poderia ser chamado de “Estrada de Goiás” ou “Picada de Goiás”, já que várias rotas eram construídas indiscriminadamente, ligando-se inicialmente ao antigo “Caminho Geral do Sertão” e posteriormente à Picada de Goiás (BORGES, 1992).

Um destes imbróglis surgiu pelo fato das construções da “Picada de Goiás”, tanto da estrada que liga Sabará a Pitangui quanto do caminho considerado estrada real de São João del-Rei a Paracatu, terem sido terminadas em 1736 e 1737, respectivamente (BARBOSA, 1979).

Um destes caminhos, considerado variante da Picada de Goiás, partia de Brumado do Suaçuí (atual município de Entre Rios de Minas) passava por Oliveira (na região do distrito de Japão de Oliveira, atual cidade de Carmópolis de Minas/MG), onde cortava a picada (São João del-Rei a Paracatu), Candeias e Piumhi (BORGES, 1992).

As cidades setecentistas da Comarca do Rio das Mortes podem ser vistas na figura n<sup>o</sup>13, que apresenta a divisão topográfica da região do atual município São João del-Rei/MG, eixo condutor da Estrada Real Picada de Goiás (COSTA, 2004).



Figura 13- Divisões administrativas e topográficas, com orientações geográficas do terreno que formava o Termo da Villa de São João del-Rei e seus respectivos julgados – 1809<sup>38</sup>

<sup>38</sup> Fonte: (COSTA, 2004, p.329).

Waldemar de Almeida Barbosa (1979) foi categórico ao afirmar que a Picada de Goiás oficial, a Estrada Real autorizada por Gomes Freire de Andrade em 08 de maio de 1736, era a que passava por Bambuí, seguindo de São João del-Rei até Paracatu. As demais eram atalhos e estradas não-oficiais. Muitos destes caminhos não-oficiais se transformaram nas estradas vicinais que cortam e recortam o sertão oeste mineiro.

A Picada de Goiás, depois do curto período de exploração aurífera na região, foi utilizada como rota para a pecuária, a lavoura e o comércio. A tríade foi responsável por movimentá-la, tornando-a uma estrada de interiorização do Brasil (FONSECA, 1961). Segundo Martins (2008), depois do início do escasseamento de ouro, nas minas auríferas, em 1731, o projeto da abertura da Picada de Goiás foi colocado em prática, visando a cobrança de impostos e a expansão das fronteiras para além do Tratado de Tordesilhas.

Em Goiás, outros caminhos se encontravam com a Picada de Goiás, de acordo com Bertran (2000):

[...]a estrada do Rio de Janeiro para São Luís e Belém do Pará atravessava Minas Gerais por Juiz de Fora, São João d'El Rey, Formiga, Bambuí, Patrocínio, Coromandel, Paracatu e Unai, dando entrada na capitania de Goiás pelo registro de Arrendidos, dirigindo-se a Luziânia. [...] Em Luziânia a Estrada Real do Rio de Janeiro podia despejar diretamente para Oeste, para Pirenópolis, onde encontrava outra estrada importante pelo pioneirismo: a que ligava São Paulo às minas de Goiás. (p.141).

Segundo Bertran (2000) o Caminho da Bahia também alcançava a Picada de Goiás, através da atual cidade Formosa de Minas, e seguia até alcançar a região de Vila Boa, a antiga capital de Goiás, atual Cidade de Goiás. Era a região limítrofe entre as capitanias de Goiás e Minas Gerais, conforme figura nº 14 apresentada a seguir:



Figura 14 - A Picada de Goiás –Estrada oficial autorizada em 08 de Maio de 1736 pelo Conde de Bobadela<sup>39</sup>

Finalmente, resta destacar a importância das estradas para o desenvolvimento das cidades. Em um relato esquemático, o viajante Richard Burton analisa a “[...] gênese dos núcleos urbanos ao longo dos caminhos coloniais dos séculos XVII e XVIII” (p. 49, 50):

A primeira fase é a de Pousos, mero terreno para acampar, em que o proprietário consente que os tropeiros deem água aos seus burros ou os amarrem aos mourões. No primeiro quarto do corrente século os viajantes eram frequentemente condenados a passar noites à la belle étoile nestes germens de acomodações que se tornaram hoje aldeias e vilas populosas. A segunda fase é a do Rancho, que corresponde ao bungalow de viajantes, faltando porém, leite, cadeira, mesa, e ainda os bandidos e salteadores. Consiste essencialmente num longo telheiro coberto, tendo à frente, às vezes, uma varanda de postes de madeira ou pilastras de tijolo; outras

<sup>39</sup> Fonte: (Reprodução aproximada- realizada pela autora, 2017).

vezes tem as paredes exteriores e ainda compartimentos interiores de adobes de taipa, [...]

A terceira fase é a venda, progresso decidido, mas não integralmente respeitável. [...]. É a pulpéria das colônias hispano-americanas, o empório da aldeia inglesa combinado com a mercearia e a hospedaria. Vende tudo, desde cabeças de alhos e livros de missa até Genebra, aguardente, doces e velas. Às vezes é dividida em duas seções, uma para os secos e outra para os molhados. Um balcão sobre o qual pende uma balança rude divide-a no comprimento. Entre este e a porta estão tamboretas, caixotes ou tinas invertidas. [...]

A quarta fase é a Estalagem ou Hospedaria, onde nos hospedamos em Mariana, e a quinta, finalmente é, o hotel, ou melhor ótel, então mais pretensioso [...] (BURTON, 1941, p. 177, 1179, 180 *apud* SANTOS, 2001, p. 50, 51).

Assim, foram as estradas, pela imensa “[...]circulação de pessoas, mercadorias e ouro[...]” que deram a origem aos pousos, ranchos, vendas e, logo, os arraiais, povoados e vilas (SANTOS, 2001,p. 51).

### **3.2 Apresentando a Picada de Goiás como Estrada Real do sertão oeste mineiro**

O sertão é do tamanho do mundo.

João Guimarães Rosa  
Grande Sertão Veredas, 1994

A Picada de Goiás era um dos caminhos que passavam pelo sertão oeste mineiro, e, por isso, faz-se necessário o esclarecimento:

Em Minas Gerais não havia somente um único sertão, mas vários. As principais descrições indicam ser a região povoada por inúmeras nações indígenas e com fraca população branca. Na comarca do rio das Mortes, os sertões eram para os moradores das vilas de São José e São João del Rei os cerrados do alto São Francisco e as picadas de Goiás, como então se nomeavam as terras localizadas no caminho que levava para Vila Boa de Goiás. Para os que residiam na Borda do Campo, podiam ser as escarpas da Mantiqueira. A região da atual Zona da Mata era toda conhecida pelo nome de “sertões de leste”, e entre 1768 e 1814, os assentos de batismo da atual cidade de Rio Pomba, localizada naquela paragem, eram abertos com a seguinte fórmula: Sertão do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatas. Além destes, para os homens de Vila Rica, os seus sertões eram as florestas cortadas pelo rio Doce e, para os moradores de Sabará, o médio São Francisco. (SOUZA, 1998, p.15-16; CARRARA, 1996, p. 44-48 *apud* RODRIGUES, 2003, p.256).

Logo, o sertão não era bem delimitado geográfica, política e socialmente. Sua conformação territorial somente iria se dar, na historiografia, com o encontro de

metais preciosos no interior da colônia (BRITO, 1732). Porém, o sertão oeste já existia como lugar habitado por índios e quilombolas. As autoridades da época não lhes conferia a devida importância, diminuindo-os e relegando-os a um segundo plano pejorativo, sempre os colocando como bandidos das estradas (FURTADO, 2009). Portanto:

O sertão, de início identificado como o lugar da fronteira e da exclusão desde o início da ocupação portuguesa, passou a se configurar a partir dos novos trabalhos sobre o tema como espaço no século XVIII em Minas Gerais de resistência, de negros aquilombados e de índios selvagens, que a coroa buscava extirpar ou assimilar, apagando-os da história da capitania. Representado nos discursos oficiais como um lugar vazio, mas verdadeiramente ocupado pelo outro desconhecido, esse espaço tornou-se, na ótica das autoridades, terra a ser ainda conquistada e incorporada ao mundo civilizado dos brancos (PAULA, 1988; GUIMARÃES, 1988; RUSSELL-WOOD, 1999; LANGFUR, 1999; ARAÚJO, 2000, CORDEIRO, 2001; FONSECA, 2003a, 39-80; AMANTINO, 2003; RESENDE, 2005; RESENDE, 2008; ESPINDOLA, 2005; CUNHA, 2007; ANDRADE, 2007; CARRARA, 2007 *apud* FURTADO, 2009, p. 135).

Assim, primeiramente, foi o ouro que proporcionou as correntes migratórias para as regiões mineradoras e, depois, o intenso fluxo de mercadorias levou o povoamento para o sertão além da Mantiqueira. As regiões centrais de Minas, como Sabará, Caeté e Ribeirão do Carmo e Vila Rica, a partir do fim do século XVII e início do XVIII, foram as pioneiras em receber moradores. (ANTONIL, 1982 [1711]), Já nos anos trinta da época setecentista, a extração aurífera já apontava queda e os impostos mais eficientes na cobrança também. (CARRARA, 2011). Portanto, não demorou o início da migração interna e externa, para além dos sertões mineiros, e, então, a população despontava a arte de garimpar metais preciosos. Como bem observou Luís Gomes Ferreira, no Erário Mineral, em 1735, organizado por Júnia Ferreira Furtado (2002):

À medida que novos descobrimentos de ouro foram constituindo outras fronteiras de exploração do ouro e dos diamantes, deu-se nas Gerais uma tendência de êxodo da população para Diamantina, Serro Frio, Minas Novas, assim como para Goiás e Mato Grosso. (FURTADO, 2002, p. 100).

O sistema viário, utilizado para o transporte do ouro e das mercadorias, era precário, pela inexistência ou péssima qualidade das estradas. O trânsito de passageiros também era prejudicado. Era preciso abrir estradas, cuidar da

infraestrutura das existentes e utilizar a vastidão dos rios navegáveis, o que já era feito por bandeirantes e entradistas (SIMONSEN, 2005).

Foi pela rota do Caminho Geral do Sertão que o Anhanguera I, chegou até Goiás, conforme apresentado anteriormente. Na segunda empreitada, que foi liderada por seu filho, o Anhanguera II, quarenta anos depois, já se sabia o que seria encontrado na região do Triângulo Mineiro: os índios Arachá ou Araxá. Em Goiás, além dos índios Goya, encontraram as tribos dos Quirixá ou Crixá, os Caiapós, Bareri Carajaúna e Carajapitanguá, que se localizavam na região do Araguaia e se pareciam muito com os atuais Carajás. Mas encontraram, principalmente, “[...]ouro, prata e pedras preciosas.” Tais descobertas minerais garantiram a Anhanguera II algumas regalias, além do privilégio de ser o descobridor da terra (BERTRAN, 2000).

O governador de São Paulo, dentro das regalias prometidas, concedeu aos descobridores das minas de Goiás (João Leite Ortiz e Bartolomeu Paes de Abreu) e à família Bueno (do Bandeirante Anhanguera) sesmarias, o direito de cobrar pelas passagens nas estradas e o valor sobre as mercadorias transportadas nas estradas que seguia de São Paulo para Goiás. Naquela época, o valor era cobrado por trecho transportador. Também era cobrado o direito de passagens nos seguintes rios: Atibaia, Jaguari, Pardo, Grande, das Velhas, Paranaíba, Guacurumbá, Meia Ponte e Pasmado. Bartolomeu Bueno recebeu o título de Capitão-Mor-Regente e foi promovido pela Ordem Régia de 14 de março de 1731 (BERTRAN, 2000; BOXER, 2000).

No Triângulo Mineiro, delimitado Triângulo Goiano entre os anos de 1744-1816, era notória a presença do índios caiapós, cuja presença se estendia até Cuiabá. O bandeirante Antônio Pires Campos, conhecido na região como Pai-Pirá, depois de receber pagamentos em ouro da Capitania São Paulo, tinha como objetivo exterminar os índios caiapós que habitavam a região. Para tal fim, ele utilizava os índios bororos, que o acompanhavam na empreitada pelo sertão e falavam a “língua geral”, aprendida com os paulistas. Era uma luta de índio contra índio, bororos contra caiapós. O conflito ocorreu entre os anos de 1739 a 1751. No ano de 1751, o bandeirante Antônio Pires Campos foi assassinado com uma flechada no braço pelos índios caiapós no caminho do Arraial de Paracatu (FRANCO, 1998, p. 103,104 *apud* MARTINS, 2008, p. 218).

No trajeto da Picada de Goiás, havia também outros problemas que precisavam ser sanados, para facilitar o processo de povoação. O povoamento ocorria através das sesmarias, concedidas aos contratadores pelo Direito de Entrada, na região central de Minas denominada sertão e conhecida como Campo Grande. Muitos foram os registros de quilombos na região. Seus habitantes eram quilombolas, negros, geralmente escravos, que fugiam do trabalho nas fazendas e lavras de mineração. Embora muitos destes quilombolas fossem ordeiros, outros se mostravam violentos, sendo que, cada vez mais, afugentavam os moradores do entorno da Picada de Goiás e também os viajantes e mercadores que transitavam pela estrada. Conforme requerimento de pedido de sesmaria solicitado pelo capitão Manoel Lopes de Oliveira, em 08 de março de 1752, a estrada encontrava-se desativada justamente pela violência dos quilombolas e de outros bandidos que passavam pelo caminho “[...]na Paragem do Campo Grande, na picada em que tinha sido estrada para Goiás e que ao presente se achava por frequentar.” (BORGES, 1992, p. 4; ANASTASIA, 2005). Depois de um período de esforços para acalmar os conflitos (não completamente terminados), a relação com os quilombolas e com os índios que habitavam a região da Picada de Goiás passou por sensível progresso (BORGES, 1992; MARTINS, 2008:2011; AMANTINO, 2001).

As sesmarias foram as grandes iniciativas povoadoras das terras do sertão oeste mineiro, sempre dada aos fidalgos ou àqueles que desejavam mais terras para aumentar suas propriedades. Esse processo ocorria sem respeitar os moradores que já habitavam no local, como quilombolas, indígenas ou posseiros que produziam para subsistência (MARTINS, 2008). As sesmarias deram origem a várias cidades atuais no entorno da Picada de Goiás (NOGUEIRA, 1998; BORGES, 1992).

A Picada de Goiás foi chamada de “Mesopotâmia Mineira” expressão utilizada pelo historiador Guaracy de Castro Nogueira para destacar a fertilidade da região compreendida entre os “rios Pará e Paraopeba”, importantes afluentes do rio

navegável que nasce na Serra da Canastra, o Rio São Francisco)<sup>40</sup>. Desde os primeiros tempos, o foco dos bandeirantes sedentos pelas riquezas minerais foi o apresamento do indígena,<sup>41</sup> e, depois, a criação de gado *vacum*, agropecuária e comércio que fizeram prosperar a região do sertão mineiro (MOURÃO, 2009, p.13).

Foi justamente na vastidão das margens do rio São Francisco e nos seus sertões que a tríade econômica propiciou o crescimento regional: lavoura, pecuária e comércio (FONSECA, 1961). Como o período da extração aurífera não foi duradouro, a agropecuária se mostrou uma atividade óbvia. A demanda de mão de obra escrava era menor, portanto os investimentos eram menos onerosos do que aqueles da produção aurífera.

As terras eram geralmente dadas aos bandeirantes portugueses e seus descendentes, pelos feitos como desbravadores dos sertões. Como recebedores destas propriedades, também se tornavam povoadores ao se amalgamarem com as índias e escravas, na falta da mulher branca. Porém, essas uniões não eram

---

<sup>40</sup> “O rio Paraopeba deságua no rio São Francisco– assim as estradas que margeavam ou os próprios rios, quando navegáveis, eram usados como caminhos que levavam aos sertões mineiros. Logo os rios eram também vias para o povoamento do interior mineiro. Assim as cidades atuais que são cortadas pelo rio Paraopeba: Belo Vale, Betim, Bonfim, Brumadinho, Cachoeira da Prata, Caetanópolis, Casa Grande, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Cristiano Otoni, Crucilândia, Curvelo, Desterro de Entre Rios, Entre Rios de Minas, Esmeraldas, Felixlândia, Florestal, Fortuna de Minas, Ibirité, Igarapé, Inhaúma, Itatiaiuçu, Itaúna, Itaverava, Jeceaba, Juatuba, Lagoa Dourada, Maravilhas, Mario Campos, Mateus Leme, Moeda, Ouro Branco, Ouro Preto, Papagaios, Pará de Minas, Paraopeba, Pequi, Piedade dos Gerais, Pompéu, Queluzito, Resende Costa, Rio Manso, São Brás do Suaçuí, São Joaquim de Bicas, São José da Varginha, Sarzedo, Sete Lagoas.” Disponível em: < <http://www.igam.mg.gov.br/images/stories/mapoteca/upgrh-sf3-rio-paraopeba.pdf> >, Acesso em: 20 jan. 2017.

Já o rio Pará corta os municípios de: Araújos; Bom Despacho; Carmo da Mata; Carmo do Cajuru; Carmópolis de Minas; Cláudio; Conceição do Pará; Desterro de Entre-Rios; Divinópolis; Florestal; Igaratinga; Itaguara; Itapeçerica; Itatiaiuçu; Itaúna; Leandro Ferreira; Maravilhas; Martinho Campos; Nova Serrana; Oliveira; Onça de Pitangui; Papagaios; Pará de Minas; Passa-Tempo; Pedra do Indaiá; Perdigão; Piracema; Pitangui; Pompéu; Resende Costa; Santo Antônio do Monte; São Francisco de Paula; São Gonçalo do Pará; São Sebastião do Oeste. Atualmente é importante para represa de Três Marias. Filho da Picada de Goiás por nascer no atual município de Resende Costa- vizinho de São João del-Rei.

Disponível em: <<http://www.igam.mg.gov.br/images/stories/mapoteca/upgrh-sf2-rio-para.pdf>>, Acesso em: 20 jan. 2017.

<sup>41</sup> Maria Leônia Chaves de Resende e Hal Langfur (2007) denominaram o indígena apresado como ouro vermelho- estes índios eram presos nos sertões mineiros.

sacramentadas pela igreja e nem pela tradicional sociedade mineira, que começava a se formar (RABELLO, 2014; NOGUEIRA, 2008).

Os sertões mineiros ficavam longe da fiscalização, portanto eram locais propícios para aqueles que desejavam fazer a sua própria lei ou mesmo se esconder da justiça pelos crimes cometidos em outras vilas e arraiais. O lugar era refúgio para bandoleiros e forasteiros. Muitos potentados, grandes latifundiários e comerciantes, conhecidos no sertão como régulos, se valiam dessa falta de fiscalização para fazerem uma lei a favor dos próprios interesses (ANASTASIA, 2005). Era a certeza da impunidade que criava, no sertão mineiro, homens de diferentes classes sociais que viviam como bandidos fora da lei.

A abertura da Estrada Real, da Picada de Goiás foi primordial para permitir o acesso de pessoas e mercadorias ao noroeste de Minas Gerais, Goiás e Cuiabá no Mato Grosso, onde também se encontrou ouro, no início e em meados do século XVIII. Embora o período de exploração mineral tenha sido, nesta região, muito curto, a Picada de Goiás continuou como via de acesso para o interior do Brasil, passando por Minas Gerais.

Além de facilitar o acesso ao interior do Brasil, através da capitania de Minas Gerais e alcançar Goiás e Mato Grosso, a Picada de Goiás já estava nos planos de Gomes Freire de Andrade, o 1º Conde de Bobadela, quando deu a concessão do direito de entrada, em 1733, para portugueses potentados, assim instaurando a capitação de recursos, no caminho, em 1735. A capitação de impostos nos ditos “Sertões” foi a precursora da liberação da Picada de Goiás (1736)<sup>42</sup>, outorgada por Gomes Freire de Andrade, que já previa a entrada destes recursos nos custos de seu governo (MARTINS, 2008). A Picada de Goiás surgiu após o

---

<sup>42</sup> A Picada de Goiás foi outorgada por Gomes Freire de Andrade em 08 de maio de 1736, mas seu trajeto já era utilizado. Anteriormente, fora registrada a presença de paulistas nas regiões de Pitangui (1715) e eles também adentravam para atuais regiões de Goiás e Mato Grosso. A rota para Goiás era uma variante do “antigo caminho de São Paulo”, chamado, em outras épocas, de Caminho do Peabiru, Caminho Geral do Sertão, Estrada para Goiás (Goiases), Caminho do Anhanguera, entre outros- que levavam para Pitangui, Desemboque e “Goiases” (ABN, 1988; COIMBRA, 1965; BARBOSA, 1979; BORGES, 1992; MARTINS, 2008; FREITAS, 2005; BARBOSA, 1979).

sistema de captação de impostos sobre o quinto do ouro e sobre o tráfego de escravos ter sido alterado por Gomes Freire de Andrade (MARTINS, 2008, FARIA, 2009). Portanto, para fazer valer a legitimidade da Picada de Goiás como estrada real, era preciso cobrar impostos mais baixos. Isso faria os viajantes e negociantes que seguiam com suas tropas abandonarem os riscos dos descaminhos, já que as estradas autorizadas eram mais bem estruturadas e a fiscalização evitava contratempos estradeiros como os recorrentes roubos das cargas (CHAVES, 2009; ANASTASIA, 2005, FARIA, 2009). A construção das estradas relegava-se continuamente, durante o século XVIII, a um segundo plano. O objetivo principal para a Coroa Portuguesa era a cobrança de impostos, que permitiriam, portanto, a viabilização da capitania mineira como fonte de lucratividade.

### **3.3 Concessão de sesmarias- povoamento, fronteira e cidades na região da Picada de Goiás**

Sesmarias, Salteadores.  
 Emaranhadas invejas.  
 O clero. A nobreza. O povo.  
 E as ideias.  
 Cecília Meireles,  
 Romanceiro da Inconfidência (1989)  
 Romance XXI

A lei das sesmarias foi criada em 1375 em Portugal, por Dom Fernando, para suprir a necessidade de alimentos que se alastrava pelo reino. Foi trazida para o Brasil com intuito de povoar a terra e dividi-la com homens que pudessem manter suas posses através de documento outorgado pelo Conselho Ultramarino. Essa lei foi bastante extensa temporalmente no Brasil, perdurando desde a sua descoberta, no século XVI, até 1822 (LIMA, 1988).

Assim, as sesmarias eram concessões de terra feitas pela Coroa Portuguesa para quem tivesse meios para cultivá-la. Quando essas terras doadas não se mostravam produtivas, a Coroa poderia desfazer o acordo, repassando-as para quem pudesse fazê-las atingir o seu objetivo: a produção e, portanto, o lucro. Em Portugal, o sistema de doação de sesmarias caiu no desuso, logo após as Ordenações Filipinas - sistema de códigos e leis promulgados pelo Rei Afonso V,

que perdurou até 1521. Na época eram chamadas de Ordenações Afonsinas. As ordenações afonsinas foram, então, reconduzidas pelo Rei D. Manoel até 1603 e ficaram conhecidas, no período, como Ordenações Manoelinas. O novo código embora tenha ficado pronto em 1595, no governo do Rei Felipe I, somente começou a vigorar em 1603, quando o Rei Felipe II assumiu o governo castelhano.

No Brasil, a legislação foi aperfeiçoada para beneficiar os recebedores das terras (LIMA, 1988). Em Minas Gerais, o sistema sesmarial perdurou por 313 anos, considerando que a povoação da terra foi iniciada em 1694. As Ordenações Filipinas começaram a vigorar no Brasil em 1603 e sua validade foi até 01 de janeiro de 1917, quando “[...] entrou em vigor o Código Civil Brasileiro (art. 1.807)”, sobre as questões fundiárias (MAIA, 2007).

Minas Gerais, como capitania estabelecida no século XVIII, muito usufruiu do sistema sesmarial para povoar a terra, embora nem sempre tenha atingido o objetivo de transformar as terras doadas em produtivas, como era o intuito primordial da Lei de Sesmaria, copiada de Portugal (PINTO, 2010).

Com o advento das Entradas e Bandeiras, no século XVIII, as sesmarias, antes doadas pela Coroa Portuguesa, começaram a ser requeridas por aqueles que ocupavam as terras. Assim, instaurou-se um problema que era vivenciado no Brasil Colonial: os posseiros. Mesmo quando as sesmarias eram doadas pela dimensão territorial, seus donos não conseguiam cultivar toda a área, que podia ultrapassar 100 léguas<sup>43</sup>. Assim, tornava-se comum a presença de posseiros, não só em terras devolutas, mas também nas sesmarias concedidas (MAIA, 2007; FREITAS, 2005).

As sesmarias eram obtidas por outorga simples: encaminhava-se o documento ao governo da capitania, que possuía intermediário localizado na sede da comarca. Neste documento deveria constar local, confrontantes e menção de

---

<sup>43</sup> Levando em conta que a légua equivale a 6,6 quilômetros territoriais, as sesmarias no Brasil eram bem diferentes de Portugal, pois eram menores. Aqui, desejavam também assegurar a posse e fronteiras da terra. (Nota da autora).

algum acidente geográfico ou algum aspecto botânico, como árvores ou vegetação diferenciada, que identificasse a propriedade (FREITAS, 2005).

A partir de 1738<sup>44</sup>, algumas obrigações dadas aos titulares das sesmarias ficaram conhecidas e dignas de nota (FREITAS, 2005):

[...] plantar e povoar a região titulada em dois anos após a posse; demarcar a área no prazo de um ano; pagar os dízimos para a Ordem de Cristo; possuir um bom número de escravos, preservar uma área de três quilômetros nas margens de um rio navegável; confirmar a titulação no prazo de quatro anos após a posse. Uma outra disposição contida nas cartas de sesmarias determinava que o território pretendido pelo suplicante não poderia ser destinado à instalação de templo religioso algum. (FREITAS, 2005, p. 43).

As demandas não eram simples de serem realizadas, e o tempo era curto, levando em conta a dimensão territorial das sesmarias distribuídas nos sertões mineiros. Assim, muitos destes territórios foram tomados “[...]por invasores, e outros interessados, que, por força da lei, tornava-se devoluto[...]”, plausível de denuncia na comarca mais próxima (FREITAS, 2005, p.43).

“A capitania de Minas Gerais, desmembrada da capitania São Paulo e Minas, em 1720 era dividida em comarcas.” (FREITAS, 2005, p. 38). No processo de colonização e povoamento, surgiram as freguesias (nome dado para a divisão eclesiástica- administrativa), que se equiparam aos atuais municípios, que por sua vez eram localizados dentro das vilas. Por fim, a sesmaria, a freguesia, o curato, o arraial, o termo, o distrito, a vila<sup>45</sup> estavam alocados dentro de suas respectivas comarcas (FREITAS, 2005; PINTO, 2010).

Segundo Amantino (2001), a capitania de Minas Gerais possuía, no século XVIII, quatro comarcas, criadas em 1714: a Comarca do Rio das Velhas ou

---

<sup>44</sup> Em 13 de abril de 1738, D. João V ordenou ao o governador da Capitania de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, o 1º Conde de Bobadela, através da Carta Régia: “[...]para que em todas as vilas da Capitania mande publicar por bandos e por editais, para que chegue ao conhecimento de todos os moradores que aqueles que se acharem na posse de terras se títulos poderá valer-se da posse, se dela não tiver título legítimo.” (MAIA, 2007).

<sup>45</sup> Para melhor entender e conhecer a toponímia de Minas Gerais, dividida nas denominações de lugares com os antigos termos, vilas e freguesias, consultar: BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico – Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte. 1971.

Sabará, a Comarca de Vila Rica (atual Ouro Preto), Comarca do Rio das Mortes<sup>46</sup> a Comarca do Serro Frio, em 1720.

A figura nº 15 demonstra as comarcas de Minas Gerais, nos fins do século XVIII, e as capitâneas limítrofes. A Comarca de Paracatu foi criada em 1815.



Figura 15– Mapa da capitania de Minas Geraes: com a deviza de suas comarcas. [S.l.: s.n.], [1778?].<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Alguns autores, entre eles Theóphilo Feu de Carvalho, defendem que as primeiras comarcas, criadas 1714, foram, na verdade, fundadas 1709, mesmo sem apresentar documentos que comprovem a afirmação histórica. Porém, “[...] relata, ainda, que os ouvidores despachados para Vila Rica e Rio das Velhas, tendo sido nomeados em 3 de fevereiro de 1709, só chegam às comarcas em 1711, e o ouvidor despachado para o Rio das Mortes, em 19 de março de 1711, foi por Antônio de Albuquerque Coelho Carvalho nomeado para a Comarca de Rio das Velhas, com jurisdição de corregedor do Rio das Mortes, em substituição ao que falecera no caminho.” (VAL, Andréa Vanessa da Costa; ROSÁRIO, Rayane Soares; MARTINS, Lúcio Urbano Silva; Superintendente da Memória do Judiciário Mineiro. Nota Histórica- Histórico da Comarca do Rio das Mortes- Histórico do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 65, nº 208, p. 13-26, jan./mar. 2014).

<sup>47</sup> Fonte: (BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart249867/cart249867.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart249867/cart249867.html)>, Acesso em: 12 jun. 2016).

A comarca que mais recebeu cartas de sesmaria, desde que foi fundada em 1714, foi a do Rio das Mortes. Uma região que abrangia desde São João del-Rei, e adentrava pelo “sertão mineiro” na sua porção oeste. Até o início do século XIX, quando foi criada a Comarca de Paracatu (1815), não se sabia ao certo o seu limite territorial. A Comarca do Rio das Mortes distribuiu um total de 1072 cartas de sesmarias, muitas devido à incursão do mestre de campo também conhecido como sertanista, Inácio Correia Pamplona (PINTO, 2010). A figura nº 16 é um mapa realizado pelo cartógrafo José Joaquim da Rocha em 1777, a pedido do Governador e Capitão General da capitania mineira Senhor D. Antonio de Noronha, que teve seu governo iniciado em 28 de maio de 1776 (MELO, 2014).



Figura 16 - Mapa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente a Capitania das Minas Gerais (1777)<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> Fonte: Figura realizada por José Joaquim da Rocha, 1777. BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart530294/cart530294.html](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart530294/cart530294.html)>, Acesso em: 12 ago. 2016.

Na região dos sertões do oeste mineiro, no entorno da Picada de Goiás, Manuel de Borba Gato foi um dos primeiros sesmeiros, ao requerer sesmaria em 1700. Borba Gato recebeu sua carta com o termo de posse da terra em 03 de dezembro de 1710. Sua sesmaria possuía 87 mil hectares<sup>49</sup>, terras que iam da vila de Pitangui, chegavam até a atual cidade de Mateus Leme e também seguiam para o noroeste mineiro (FREITAS, 2005). Marcou, assim, o início dos grandes latifúndios no sertão oeste mineiro. Esses latifúndios foram desmembrados, posteriormente, em várias das cidades consolidadas atualmente na região.

As sesmarias foram a estratégia de povoamento da região que muitos denominavam “sertões”. Na tabela nº 01 é possível perceber como foi feita a distribuição das terras mineiras pelos governadores. Porém, esse objetivo era muito difícil de atingir, pois dependia de vencer as intempéries geográficas, botânicas e climáticas, como também a resistência das pessoas que já habitavam o lugar, os indígenas e quilombolas (PINTO, 2010; MAIA, 2007). Além do afluxo espontâneo de população, várias campanhas de povoamento foram promovidas pelo governador da recém criada capitania de Minas Gerais, chamado Gomes Freire de Andrade, o primeiro conde de Bobadela, por solicitação de Coroa Portuguesa, como por exemplo, a já citada concessão de sesmarias.

Na tabela nº 1, tem-se o levantamento realizado por Pinto (2010), coletado através do Mapa Geral das Sesmarias em Minas Gerais entre os anos de 1700 e 1768.

---

<sup>49</sup> A medida de um hectare equivale 10.000 metros quadrados. Assim as terras que pertenciam as sesmarias de Borba Gato, nas quais foi criada a Vila de Pitangui em 1715, compreendiam 870.000.000 m<sup>2</sup>, segundo o site de conversão: <<http://www.metric-conversions.org/pt-br/area/hectares-em-metros-quadrados.htm>> e <<http://imoveisvirtuais.com.br/medidas.htm>>.

<b>Comarcas</b>	<b>Sesmarias</b>	<b>Léguas</b>	
Vila Rica	842	481	$\frac{1}{4}$
Rio das Mortes	1072	693	$\frac{1}{2}$
Rio das Velhas	920	951	$\frac{1}{2}$
Serro Frio	218	153	$\frac{1}{2}$
Total	3052	2279	$\frac{3}{4}$

Tabela 1- Número das sesmarias em cada Comarca de Minas Gerais<sup>50</sup>

O número de sesmarias concedidas na Comarca do Rio das Mortes, neste período, era maior que o número das sesmarias das demais comarcas. Ao se considerar a dimensão, só era menor que a Comarca do Rio das Velhas.

A Comarca do Rio das Mortes, além de ter sido a que mais distribuiu sesmarias, foi também a que mais recebeu migrantes, depois de Sabará (Comarca do Rio das Velhas) (PINTO, 2010).

Muitos destes tinham Goiás como destino inicial, mas ao perceber as possibilidades de gerar sustento por meio de atividades de comércio e agropecuária, estabeleciam-se pelo caminho (FONSECA, 1961).

O motivo que levava aventureiros para a Picada de Goiás e outros caminhos era em boa parte o desânimo dos mineradores da região de Vila Rica (Ouro Preto) e Ribeirão do Carmo (Mariana). Nos idos de 1726 a 1729, a produção aurífera já apresentava queda significativa. Não era incomum encontrar pelos caminhos grupos de 400 ou mais pessoas rumando para outras descobertas que se anunciavam na própria Capitania de Minas Gerais, em Mato Grosso e em Goiás. A cada ano, 2000 homens deixavam a região aurífera central de Minas na busca de outros lugares, mais ao interior da capitania, e também dos territórios adjacentes de Goiás e Mato Grosso, que despontavam na exploração mineral (FURTADO, 2002).

<sup>50</sup> Elaborada por: (PINTO, 2010, p. 53), a partir dos documentos presentes no AHU- Projeto Resgate/ MG, 1768 cx. 93.

Era “[...] o depoimento do empregado do negociante Francisco Pinheiro, em carta de 22 de maio de 1726[...]” que mostrava as dificuldades do caminho para Goiás e os hábitos a que eram submetidos os viajantes que seguiam na empreitada do enriquecimento que se imaginava obter nas novas minas de ouro ou diamante (FURTADO, 2002, p.291):

Com grande risco de vida, o caminho para elas são ainda por grandes matos e dizem gastar-se mais de seis mezes, segundo dizem os paulistas e a maior parte do caminho ê andar por rios e se não come por ele senão caça brava, como são papagaios, macacos, tucanos e várias castas de animais e sobre o maior pengo as muitas onças, que para isso quando parte gente para elas vão 400 pessoas, 500, que das Minas Gerais passam de ter ido mais de 4000, estas pela maior parte todos mineiros, todos estes vão a fazer fortuna e vários deles riquíssimos, que o mais povo lhe julgam a estes a sua morte... (LISANTI FILHO, *apud* FURTADO, 2002, p.291).

De acordo com o Relatório da Assembleia Provincial de Minas Gerais, apresentado na 2ª Sessão, o governador Gomes Freire de Andrada, Conde de Bobadela, distribuiu 2.350 sesmarias, no tamanho de 1831 léguas quadradas, entre os anos de 1735 e 1762 (BARBOSA, 1979, v.1). A atividade pecuária marcou determinantemente o povoamento da região às margens do rio São Francisco. Durante o século XVIII, foram distribuídas 6642 sesmarias, e, com as demandas judiciais pelas terras devolutas, o número chegou a 8000 concessões (RAPM, 1988 [1924]).

No governo de Luís Diogo Lobo da Silva (1763-1768), foram distribuídas 402 sesmarias, no tamanho de 220 léguas quadradas. Já de 1768 a 1773, no governo de D. José Luís de Meneses Abranches Castelo Branco e Noronha, o 6º Conde de Valadares, as 443 sesmarias distribuídas tinham medidas de 187 léguas e meia (VASCONCELOS, 1855).<sup>51</sup>

O tamanho das sesmarias não era certo, e, durante todo o século XVIII, foi reajustado de acordo com a vontade e os interesses políticos de cada época. Em

---

<sup>51</sup> VASCONCELOS, Diogo Pereira de; Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, 1855, p. 39. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/460/000037.html>> , Acesso em: 12 mar. 2017.

1711 e 1713, o tamanho das sesmarias foi definido, mas não havia uma regra clara. No ano de 1725, o tamanho era de meia légua. Já em 1735, era de meia légua nos caminhos e três léguas no sertão. Em 1738, os moradores da terra (posseiros) podiam requerer o título de posse da terra que já habitavam. A lei de sesmarias, principalmente no sertão, era, por si só, arbitrária, já que um único arrendador podia requerer mais de um título de posse da terra. Logo, estas posses concedidas não eram verificadas pela lei. Os juízes confiavam na palavra dada dos requerentes das sesmarias, o que gerava diversos problemas devido à questão das divisas e às disputas judiciais (BARBOSA, 1979, v.1).

As consequências da ação dos quilombolas pode ser verificada em sesmarias da região. A carta de sesmaria foi concedida em 06 de abril de 1754 a Domingos Vieira da Mota, na região da Paragem Campo Grande, “[...]picada que ia para Goiás”: os campos encontravam-se vazios, abandonados por causa dos negros fugidos, sendo necessário “[...]povoar as ditas terras não só para afugentá-los mais ainda para dar sentido à dita picada de Goiás[...]” (BORGES, 1992, p. 41). Na região de Candeias/MG, Domingos recebeu a autorização por carta de sesmaria em 1754, mas a demarcação das terras somente aconteceu em 1766, pela dificuldade em “reprimir os quilombolas” que atuavam na região. Foram tempos conturbados, nos caminhos da Picada de Goiás e no seu entorno, de 1736 a 1752 devido aos constantes embates entre os povoadores da região e quilombolas (BORGES, 1992).

Em 20 de março de 1752, foi concedida ao capitão Manuel Lopes de Oliveira, pelo governador José Antônio Freire de Andrade, uma sesmaria, no atual município de Oliveira/MG, com extensão de “[...] três léguas de terra na paragem do Campo Grande na Picada, em que tinha sido estrada para Goyaz [...]” (RAPM, XIX, p. 425). Neste mesmo ano, foi registrado um batismo na capela Nossa Senhora de Oliveira, nos livros paroquiais da matriz de Santo Antônio da Vila de São José. Luís Diogo Lobo da Silva, governador da Capitania de Minas Gerais entre os anos de 1763 a 1768, esteve em Oliveira e ali criou o distrito com nome de “Picada de Goiás” (FONSECA, 1961; BORGES, 1992).

Foi nesse período que o mestre de campo, valendo-se de seu prestígio com o governador, conduziu a primeira incursão em 1769. Seu objetivo era povoar a terra, distribuir sesmarias e exterminar quilombos e gentios.

Inácio Correia Pamplona (1731-1810) recebeu, em 22 de março de 1769, a incumbência de promover o povoamento, garantir a cobrança dos impostos e melhorar as estradas rumo a Goiás, por meio da concessão de sesmarias. Essa incumbência foi dada ao mestre de campo por meio de uma solicitação do governador da Capitania de Minas Gerais, José Luís de Meneses Castelo Branco e Abranches, o Conde de Valadares (1742-1792), sucessor de Luís Diogo Lobo, que governou a Capitania entre os anos de 1768 a 1773.

De acordo com Barbosa, (1971) Inácio Correia Pamplona foi sesmeiro nos dois sentidos. Ele distribuiu cartas para outros fazendeiros da região, mas também para si próprio, colocando sesmarias no nome de seus filhos e familiares, o que não era permitido na época. Além disso, costumava “contratar laranjas” para receber as sesmarias em seu nome (MARTNS, 2008).

Muitas cidades foram formadas graças às sesmarias concedidas pelo e ao sesmeiro Inácio Correia Pamplona, entre elas Bambuí/MG, que foi sede de uma de suas fazendas. As terras para construção da capela do arraial foram cedidas pelo mestre de campo. A capela surgiu nas adjacências da povoação da fazenda. Assim, muitos historiadores consideram Inácio Correia Pamplona o fundador de Bambuí/MG (SIFUENTES, 2008). Arcos/MG também foi uma dessas cidades, oriunda de uma sesmaria concedida a José Correia de Pamplona, irmão adotivo de Inácio Correia de Pamplona (BARBOSA, 2008). Iguatama/MG se originou da sesmaria concedida a Inácia Correia Pamplona, e abrangia as duas margens do rio São Francisco (CARVALHO, 2008). Estes são exemplos de algumas sesmarias registradas em nome próprio e de parentes do mestre de campo Inácio Correia Pamplona, após o pedido realizado ao Conde de Valadares.

Segundo Barbosa (1979) o êxito da expedição de Inácio Correia Pamplona colocava fim a diversos problemas, mas apontava sérios riscos de fracasso na iniciativa de povoamento, pois ele era feito com base em uma população constituída, a seu ver, de “vadios, ociosos e possuidores dos mais diversos vícios”. Além disso, a sua extrema pobreza inviabilizava o projeto de povoamento.

O fato era que os “vadios” da região denominada Sertão, que rompia o oeste mineiro, eram, na verdade, pobres que fugiam da cobrança exacerbada dos impostos nas áreas de mineração. Buscavam a sorte onde a fiscalização ainda era

menor. Mesmo com os riscos que corriam, aventuravam-se na busca de enriquecimento (MARTINS, 2008). A oficialização dos caminhos para Goiás, em 1736, e depois a entrada de Pamplona, em 1769, tentavam colocar fim aos diversos problemas que a estrada apresentava, desde os da ordem da infraestrutura como os transtornos gerados por “vadios e bandoleiros” à vida de moradores locais, viajantes, negociantes, mercadores e tropeiros (ANASTASIA, 2005).

Em carta ao Conde de Valadares, de 07 de outubro de 1769, Pamplona expressa o seu desalento com o povoamento da região e ressalta os gastos que a incursão<sup>52</sup> povoadora e exterminadora de quilombos gerava. Faltavam homens para a conquista e havia carência até de bestas para o transporte de mantimentos. Mesmo assim, Pamplona mostrava todo empenho e, conforme já visto, tornou-se grande proprietário de terras rurais ao continuar sua incursão sertanista. Ele buscou novos caminhos, que se encontravam com aqueles da antiga Picada de Goiás traçada por Urbano Couto, em 1733, abrindo estradas e construindo pontes. Uma dessas pontes, sobre o rio São Francisco, no atual município de Iguatama/MG, chegou a medir 300 palmos de comprimento e 70 palmos de altura. Ela foi requerida por carta de sesmaria ao Conde de Valadares. Já havia outros moradores na área, o que causou certo imbróglio. No entanto, o prestígio do mestre de campo venceu. (MARTINS, 2008).

Candeias/MG é, hoje, uma cidade no oeste mineiro, que surgiu de uma sesmaria e se transformou em um arraial. Antes disso, foi uma importante fazenda de abastecimento para a região de Piumhi (grafia atual), onde se encontrou ouro no século XVIII. As fazendas na região do atual município de Candeias/MG, assim como as demais em todas as adjacências no sertão oeste mineiro e nas

---

<sup>52</sup> As ações de Inácio de Pamplona, ao realizar as incursões pelos sertões do oeste mineiro, tinham o aval do governador da capitania mineira, o Conde de Valadares e eram motivadas por interesse próprio. O principal objetivo era adquirir mais terras através das sesmarias concedidas. A destruição do Quilombo do Campo Grande não foi realização de Pamplona, como fazia parecer, mas sim de Bartolomeu Bueno, dez anos antes, em 1759 (MARTINS, 2008).

confluências da Picada de Goiás, eram destinadas à criação de gado *vacum* e muares (BORGES, 1992).

Outras questões sobre a incursão de Inácio de Pamplona levantadas pelo historiador Tarcísio Martins (2008; 2011) mostram que as cartas de sesmarias concedidas por Pamplona, na sua maioria, não atendiam ao princípio de povoamento e à busca de produtividade. Muitas das áreas mantinham pequenas roças plantadas, apenas para denotar que a terra concedida era produtiva, e muitos dos recebedores das sesmarias mal sabiam que eram donos de vários hectares de terra. Soma-se a esses abusos, o fato de que as filhas de Pamplona, embora fossem internas no Convento de Macaúbas, também receberam grandes áreas de terra. Pamplona. Sem o menor escrúpulo, pegava, para si e para os seus, terras habitadas por outras pessoas, inclusive na atual região do Triângulo Mineiro que, de 1748 a 1816, pertenceu à Capitania de Goiás (FERREIRA, 2010).

Um dos episódios mais controversos em relação às usurpações territoriais realizadas por Pamplona refere-se aos atuais municípios de Iguatama/MG e Arcos/MG, No início do século XVIII, essas eram terras da fazenda Perdizes, local habitado, que foi doado para um padre, que era parente de Pamplona e vendeu a propriedade mais tarde. Para complicar os entendimentos sobre a localização desta sesmaria, chamava de Perdizes outra criada por ele no Triângulo Goiano. Alegava que as terras não eram produtivas e considerava os proprietários “posseiros”, já que os moradores do sertão da Comarca do Rio das Mortes não possuíam o documento da concessão da sesmaria e não possuíam condições para pagar os valores exigidos pela produtividade da terra à Coroa Portuguesa. Muitos desses “posseiros” eram remanescentes dos quilombos da região. Pamplona fazia questão de comunicar ao conde de Valadares que esses quilombos foram exterminados por ele. Porém, tanto o Quilombo do Campo Grande, que ficava na região dos atuais municípios de Formiga e Cristais/MG, quanto o Quilombo do Rei Ambrósio, que se localizava na atual região de Ibiá/MG, já tinham sido extintos, aproximadamente duas décadas antes (MARTINS, 2008).

Apesar da precariedade das condições de povoamento, a Picada de Goiás atravessou toda região central de Minas Gerais e alcançou regiões do Centro-Oeste Mineiro, Alto Paranaíba, Triângulo e Noroeste Mineiro, chegando a Cristalina,

Formoso, Cidade de Goiás e Pirenópolis, bem como do estado de Goiás. Inácio Correia Pamplona teve papel fundamental nos quase 30 anos, entre 1760 e 1790, de suas incursões pelo sertão da comarca do Rio das Mortes. No documento final que entregou ao escrivão da Entrada, foram registrados 234 nomes, denominados “estabelecidos” ou “aplicados” nos novos núcleos de povoamento criados: freguesia da Senhora Santa Ana de Bambuí, ribeirão das Araras e Andaiá, arraial de Nossa Senhora da Conceição da Conquista do Campo Grande e Nossa Senhora do Livramento do Arraial do Piumhi (ABN,1988).

A Vila de Piedade Pitangui ou apenas Vila de Pitangui (1715), “[...] último reduto em que predominavam os paulistas [...]” em terras mineiras e sétima vila do ouro em Minas Gerais, era uma referência para os viajantes. Dela, surgiram várias outras cidades, em torno da Picada de Goiás, que corresponde, atualmente, à região centro-oeste mineira, no caminho oficial de São João del-Rei até Paracatu. Também surgiram outras cidades nas demais estradas, que eram consideradas Picada de Goiás. A estrada de Pitangui a Sabará era uma das vertentes da “picada”, já que as estradas consideradas Picada de Goiás eram muitas. Outra era a que partia de Vila Real de Sabará (1711) a mãe de Pitangui (BARBOSA, 1971; NOGUEIRA, 1998).

Em um trabalho intitulado pelo historiador mineiro Guaracy de Castro Nogueira (1998) como a “Genealogia dos Povos Pitanguienses”, que se originaram da Velha Serrana (antiga nomenclatura de Pitangui), apresenta-se trinta e seis cidades atuais, ligadas aos três caminhos principais para Goiás:

Historicamente, o município de Pitangui foi dividido em nove áreas, que resultaram, genealogicamente, no nascimento de nove filhos: Pará de Minas, Dores do Indaiá, Martinho Campos, Pompéu, Maravilhas, Nova Serrana, Papagaios, Conceição do Pará, Leandro Ferreira.

Estes filhos geraram netos Pequi, Mateus Leme, São Gonçalo do Pará, Florestal, Igaratinga, São José da Varginha.

Filhos de Dores do Indaiá: Abaeté, Luz, Estrela do Indaiá, Quartel Geral, Serra da Saudade. Nesta altura, incluindo Pitangui, já são 22 municípios independentes.

Os netos, geraram bisnetos para Pitangui: Filhos de Itaúna: Itaguara, Itatiaiuçu, Carmo do Cajuru.

Filhos de Pequi: Onça de Pitangui.

Filhos de Mateus Leme: Igarapé, Juatuba.

Filhos de Abaeté: Tiros, Morada Nova de Minas, Cedro do Abaeté, Paineiras.

Filhos de Luz: Córrego Danta.

Número de cidades descendentes de Pitangui cresceu em 33 municípios.

Finalmente, os bisnetos de Pitangui geraram trineto-filhos de Igarapé: São Joaquim de Bicas.

Filhos de Tiros: São Gonçalo do Abaeté.  
Filhos de Morada Nova de Minas: Biquinhas. Os povos pitanguienses são hoje, 36 municípios que tem Pitangui como matriz cultural. Assim: PITANGUI, 01 trisavô que gerou 09 filhos- que geraram 12 netos- que geraram 11 bisnetos- que geraram 03 trinetos, ao todo 36 descendentes. (NOGUEIRA, MUSPAM, 16/09/1998).

Das várias sesmarias, arraiais e povoados que surgiram ao longo da Picada de Goiás, muitos se transformaram em atuais cidades, como algumas já citadas acima. Outras cidades surgiram desmembradas da Velha Serrana, nome antigo da Vila de Pitangui. Confirma-se, assim, a teoria levantada por Nogueira (1998), reafirmada no “Prolegômenos” do livro *História de Bom Despacho*, de Orlando Ferreira de Freitas (2005), mostrando que “afinal somos todos pitanguienses” (NOGUEIRA in FREITAS, 2005, p. 13). Através do levantamento das cartas de sesmarias, o autor demonstrou que esses posseiros se transformaram em proprietários (NOGUEIRA, 2005), além de muitas destas sesmarias terem se transformado em arraiais, vilas e, posteriormente, cidades. As famílias fundadoras destas localidades foram responsáveis pela colonização. Conseqüentemente, os demais moradores dos sertões e da região do em torno da Picada de Goiás estão ligados pelo nome e consanguinidade (NOGUEIRA, 1998; 2005; 2008; FREITAS, 2005; BORGES, 1992).

Outras cidades estão no eixo entre São João del-Rei e Paracatu como: Oliveira, Bambuí, Itapeçerica, Formiga, Piumhi, Candeias, Arcos, Iguatama, São Francisco de Paula, Campo Belo, Cristais, Pains, São Tiago, Aguanil.

Além disso, outras cidades integravam, no século XVIII, a região conhecida como a região do Sertão da Farinha Podre, onde estão atualmente as cidades de Patrocínio, Patos de Minas, Araxá, Desemboque (distrito), Sacramento, Uberaba, Uberlândia, entre outras. Em Goiás, destacam-se Pirenópolis, que era conhecido como Arraial de Meia Ponte, e Cristalina, Cidade de Goiás (também chamada de Goiás Velho) que era a Vila Boa de Goiás, antiga capital de Goiás, entre outras.

## 4. AS PAISAGENS FORMADAS PELOS FLUXOS AO LONGO DA PICADA DE GOIÁS

### 4.1 A etnopaísagem no entorno da Picada de Goiás

Genealogia no Brasil leva,  
quase sempre,  
ou a uma senzala,  
ou a uma taba de índio,  
ou a uma sacristia de igreja. [...]   
ou ainda, a um “coito danado.”

Guaracy de Castro Nogueira  
Historiador e genealogista itaunense  
(1927-2011)

A mineração foi fator primordial, embora não seja o não único motivo, para o surgimento de lugares e para o povoamento da terra na região da Picada de Goiás. Ela promoveu algo novo no século XVIII, ao se ligar ao fluxo de pessoas, que Antonil (1982 [1711]) assim exemplificou:

Cada ano, vem nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento, nem casa. (ANTONIL, 1982 [1711], p.167).

Com o advento da mineração, outras regiões prosperam, graças à agropecuária e ao comércio, tornando possíveis as articulações dos fluxos migratórios. Assim, elas receberam grande contingente de portugueses burocratas e comerciantes, *a priori*, que se juntaram aos indígenas e africanos, transformando Minas Gerais em um “[...]sociedade era um complicado mosaico de grupos e raças, de novos imigrantes brancos e de segunda e terceira gerações de americanos natos, de novos escravos e de escravos nascidos em cativeiro.”(MAXWELL, 1985, p. 154).

Foi através destes grupos de pessoas que o povoamento de Minas Gerais foi possível. A capitania surgiu, prosperou, teve seus hábitos alterados e conforme Levy (1945), “[...] criou uma civilização nova, social, administrativa, militar,

política; modificou usos, costumes, mentalidade, moral; amalgamou raças, transformou religiões.” (p. 254).

Os sertões mineiros, enquanto *locus* de interesse dos primeiros bandeirantes e entradistas, constituíram o espaço geográfico que se identificou por uma “fronteira étnica”. Ao receber os diversos fluxos de pessoas que emigraram, formou-se um contingente multiétnico, com reflexos na cultura regional como um todo (BARTH, 1998).

Os mineiros dos primeiros tempos “[...] eram gentes de todas as etnias e de todas as castas.” (MARTINS, 2008, p.99). Logo, ocorreram as misturas étnicas de um povo, que foi concebido no seio da mineração. Com o fim do apogeu da atividade, que se deu em meados de 1760, a população se espalhou pelo *hinterland* mineiro, sendo a “[...] etnia mineira, muito mais miscigenada com o negro do que com o índio. Miscigenação antiga, onde a raça e cultura bantu realmente se incorporaram, se fundiram com as culturas paulista e lusitana do século XVIII.” (MARTINS, 2008, p.183).

Era através dos caminhos que as pessoas chegavam e se fixavam na Capitania de Minas Gerais. Sem distinção de credo, posição social, condição financeira, as dificuldades dos caminhos eram as mesmas para todos:

Pelo Caminho Velho, pelo Caminho Novo, pelo Caminho do Sertão e por outras tantas veredas que cortavam o território das Minas Gerais setecentistas, tráfegavam pessoas de ocupações tão diversas quanto as suas origens. Se a sociedade mineradora, por vezes, subvertia a ordem pré-estabelecida, possibilitando uma maior mobilidade econômica e até mesmo social de seus componentes, os caminhos da região aurífera refletiram tal flexibilidade: portugueses, índios, africanos, naturais da terra, homens livres, escravos, libertos, comerciantes, ciganos, roceiros, fazendeiros, quilombolas, bandidos, homens, mulheres, vadios, militares e magistrados, necessariamente, submetiam-se à passagem dessas estradas. Excetuando-se um possível conforto a mais por parte das pessoas mais abastadas e, por outro lado, um incômodo maior para os menos favorecidos, as inclemências da natureza e das gentes atingiam a todos os transeuntes praticamente com a mesma intensidade. Na verdade, em determinadas situações, as camadas mais baixas da população, como os quilombolas e facinorosos, chegariam a gozar de certa vantagem, pois eram fontes de grandes temores para os viandantes e representavam preocupações para a Coroa.(SCARATO, 2009, p. 106). (Grifos da autora).

Quase a totalidade dos responsáveis pelo adentramento nas regiões das Minas de Gerais do Cataguá, era paulista, originária de Vila de São Paulo de Piratininga, desde meados do século XVI e início do XVII. Os paulistas foram

responsáveis pelas entradas e bandeiras, empreendimentos que tinham, entre outras missões, a de colonizar e povoar os sertões mineiros para além da Serra da Mantiqueira:

[...] a vila de São Paulo desenvolveu-se mais no período em que Portugal esteve sob o domínio de Espanha – 1580/1640. b) - A Vila surge e se desenvolve à sombra de um colégio jesuíta que, além da língua oficial (espanhol e português no período de 1580 a 1640), ensinava com muita ênfase, também, a língua geral; c) portanto, os paulistas do povo não falavam a língua portuguesa e sim a língua geral, um misto de tupi-guarani com espanhol e português. Apenas a nobreza paulista sabia falar bem e escrever em português. (NAVARRO, 1998 *apud* MARTINS, 2008, p. 18).

Fernão Dias ficou conhecido pela mais importante bandeira, em 1674, e foi responsável por povoar as terras mineiras, abrir caminhos, criar e “[...] instalar entrepostos pelo caminho - casas, roças, criações de animais, etc [...]” (MARTINS, 2008, p. 19). Fernão Dias seguiu com 40 homens, divididos em quatro tropas e percorreu por sete anos os sertões mineiros, juntamente com os companheiros de bandeira, Borba Gato (seu genro), Matias Cardoso de Almeida e Francisco Pires Ribeiro, entre outros. Nas roças plantadas, conforme um registro realizado por Waldemar de Almeida Barbosa: “[...]em cada feitoria deixava um capitão com alguns soldados, além de uns negros e negras, nome com que designavam os índios.”<sup>53</sup> (BARBOSA 1981, p.15 *apud* MARTINS, 2008, p.19).

Os bandeirantes apresavam o gentio e, depararam-se nas regiões do Triângulo Mineiro<sup>54</sup> e no Alto Paranaíba com inúmeros grupos indígenas que habitavam a região, como os Karajá, Javaé, Tapirapé, Xakriabá, Akroá, Xavante e Xerente. O Triângulo Mineiro e o sul e sudoeste de Goiás eram habitados pelos gentios<sup>55</sup> Kayapó (Caiapós), descendentes da etnia tapuia (que não falavam a língua geral) e do tupi. (MORI, 2015, p.22; MARTINS, 2008; MANO, 2015).

---

<sup>53</sup> O termo “negros da terra” era muito usado pelos portugueses ao se referirem aos índios, apresados como escravos. Os padres jesuítas do século XVI também tratavam o índio apresado como negro da terra (HOLANDA, 2004; MONTEIRO, 1995).

<sup>54</sup> Conhecida como Sertão da Farinha Podre, durante o século XVIII. O nome prevaleceu até meados do século XIX (PEREIRA, 2010).

<sup>55</sup> Segundo Mori (2015) “gentio” era a designação usada para “indígenas independentes” (CUNHA, 2012, p.50), indivíduos, que nos caso residiam nos sertões mineiros onde era ausente a autoridade

Em São Paulo dos séculos XVI e XVII, para “[...]8000 índios, haviam 265 africanos[...]”, ( ELLIS Jr., 1961, *apud* SALES, 1992 p. 93, *in* MARTINS, 2008, p. 20). Os índios eram chamados de “negros da terra”, uma forma de burlar as normas estabelecidas pelos jesuítas que não permitia a escravização do índio, nas incursões sertanistas realizadas pelas Entradas e Bandeiras. Porém, pelos números apresentados é visível que o apresamento do índio continuava vigorando. Segundo Rabello (2014), “[...]Borba Gato<sup>56</sup> teceu sua legenda nas Minas como figura proeminente na formação e povoamento da capitania.” (p. 79).

Os portugueses natos radicados em São Paulo e os paulistas partiam principalmente da região da Vila de Santana do Parnaíba, Sorocaba, Itu, Porto Feliz. Eles vinham muitas das vezes guiados pelos índios carijós que eram mais mansos, à procura de ouro, primeiramente e, depois, para trabalhar em atividades ligadas à mineração, promovendo, dessa forma, o povoamento das regiões auríferas (MONTEIRO, 1995; MARTINS, 2008). As regiões centrais de Minas Gerais receberam maior número de habitantes, com destaque para as adjacências de Vila Rica e Mariana, antiga Vila do Ribeirão do Carmo. Depois do escasseamento do ouro na região central, seguiram para outras regiões ao oeste e noroeste de Minas Gerais, como também para Cuiabá (Mato Grosso) e Goiás.

Os índios cataguases, da etnia Cataguás dominaram “[...]o sul de Minas, estendendo-se depois pelos sertões de Itapeçerica e Piumhy.” (SANTOS, 1926, p. 16). Outras etnias que estiveram presentes em Minas Gerais dos primeiros tempos, consideradas bárbaros, eram os “Aymorés e Goitacazes” e os Guayanazes. Já, “[...]os carijós eram doces inteligentes e amigos dos cristãos.” (SANTOS, 1926, p. 16).

---

colonial. Não havia relações amigáveis entre os índios e os que eram não índios, os quais não viviam em aldeamentos.

<sup>56</sup> Borba Gato fez parte da bandeira de Fernão Dias (1764) depois de assassinar, em uma emboscada D. Rodrigo Castelo Branco (ou Castelblanco) na Sesmaria do Tombadouro- Sumidouro na Comarca de Sabará, em 23 de agosto de 1682. Foi para a região de Pitangui e só retornou à região de Sabará quando estava livre da culpa pelo crime em 1698 (RABELLO, 2014).

Muitos dos gentios que habitavam o *hinterland* mineiro<sup>57</sup> foram exterminados por outra etnia, os bororos, que vinham juntos dos bandeirantes e falavam a língua geral, o tupi guarani. Eles eram utilizados como ferramentas de guerra e de trabalho nas terras na expansão das fronteiras. Os bororos guerrearam contra os cataguases, habitantes de boa parte do território mineiro<sup>58</sup> (SANTOS, 1926; MARTINS, 2008).

Logo os índios autóctones (Araxá, Akroá) criaram uma rede relacional com outras etnias, constituídas de “não-índios”: brancos, mestiços, homens livres pobres. Também se relacionavam com índios transladados de outras tribos (Bororo, Paresi, Xakriabá, Javaé, Karajáe) e negros (escravos, fugidos e forros). Após o “[...]segundo e terceiro quartos do XVIII[...]”, outros grupos étnicos e sociais se confluíram para o ambiente habitado pelos Kayapós<sup>59</sup> trazendo à tona as diferenças de cada grupo e se tornando um fator importante para formar homem adaptado ao sertão mineiro, e assim (MANO, 2015, p. 524):

[...]como sempre a identidade é uma diferença, então várias diferenças ajudaram a construir e a reconstruir a identidade desses índios no período em foco. Ao invés de uma identidade única e inequívoca, parte dos dados sugere, ao contrário disso, a constituição de uma complexa e intrincada rede de representações e ações desses índios sobre seus diferentes outros. Porque se por um lado suas ações guerreiras tinham o objetivo de aniquilar

---

<sup>57</sup> Hinterland significa “*ipsis literis*”- terra de trás. No sentido alemão *Hinterland* faz referência à parte menos desenvolvida de uma nação - menos dotada de infraestrutura e menos densamente povoada. Em geografia urbana, hinterlândia corresponde a uma área geográfica servida por um porto e a ele conectada por uma rede de transportes, através da qual recebe e envia mercadorias ou passageiros. Trata-se, portanto, da área de influência de uma cidade portuária que, por concentrar significativa atividade econômica, pode engendrar uma rede urbana, constituída por centros urbanos menores. Posteriormente, o conceito passou a ser utilizado também no caso de cidades não portuárias que são “cabeças-de-rede”. Por analogia, o termo pode ser aplicado à área que circunda um centro de comércio ou serviços e da qual provêm os clientes. O conceito foi também aplicado à área ao redor de ex-colônias européias na África, que, apesar de não serem parte da colônia, eram por ela influenciadas. Fonte: Disponível em: <<http://dicionarioportugues.org/pt/hinterlandia>>, acesso em: 03 fev. 2017. Como exemplificou Taunay (2012): “Na centúria quinhentista a área propriamente vicentina foi pouco explorada, muito embora por ela começasse a penetração da *hinterlândia* brasileira.” (TAUNAY, 2012, p.17). Na Guanabara a nenhum branco divisou. Ali se deteve largamente e fez explorar o *hinterland* (TAUNAY, 2012, p.122).

<sup>58</sup> O território chegou a ser nomeado Minas Gerais dos Cataguás (SANTOS, 1926).

<sup>59</sup> Segundo Mano (2015): “Quando neste texto aparecer o termo “Cayapó” com “C”, está-se fazendo referência à sua grafia na documentação histórica; ao passo que quando aparecer o termo Kayapó com “K” está-se utilizando a norma para grafia de povos indígenas conforme adotada pela Associação Brasileira de Antropologia.” (p.513).

material e fisicamente os não índios (mestiços, garimpeiros, viajantes, negros escravos), por outro lado houve alianças com negros fugidos. (MANO, 2015, p. 524). (Grifos da autora).

Os Kaiapós, portanto, foram o grupo indígena que sofreu perseguição implacável dos colonos, e, segundo o bandeirante paulista Antonio Pires de Campos, na área que compreendia desde “[...]a zona do Pardo e Camapuã, no Sudeste de Minas Gerais até a área... do Triângulo Mineiro; e para cima até a altura quase da embocadura do Araguaia [...]” (CAMPOS, 1723, *in*: TAUNAY, 1981, *apud* AMANTINO, 2001, p. 70). Desde 1720, já havia notícias dos ataques dos índios a quem desejasse habitar a região, como os roceiros e viajantes, e também aos mineradores, “[...] pois que não chegou viandante ou comboeiro a esta Vila [Vila Boa de Goiás] que não viesse fazendo repetidas queixas dos insultos que continuamente estavam fazendo os mesmos Cayapós” (BN, 1753, cód. 1.4.001, doc. 19 *apud* MANO, 2015, p. 516). Os caiapós ficaram conhecidos como “[...] feras dos sertões mineiros[...]”, notórios por “[...] comerem os seus mortos, por gostarem muito da carne humana, e nos assaltos que dão aqui e presas que fazem reservam os pequenos que criam para seus cativos [...]” (CAMPOS, 1723, *in*: TAUNAY, 1981, *apud* AMANTINO, 2001, p. 70). Foram, contudo, atacados, acudados e, posteriormente, extintos.

A análise da Etnopaisagem mostra, portanto, os diversos fluxos étnicos que se superpunham e interagiam na região. A interação acontecia entre eles e, assim, no caso dos índios, fez rebater a ideia da não participação “[...] de índios e negros na construção da sociabilidade brasileira [...]”, (BASTILDE, 1973 *apud* MANO, 2015), demonstrando que tanto o índio quanto o negro fizeram parte da formação genealógica do sertão mineiro.

Os “índios mansos” dos sertões mineiros conviviam pacificamente com aqueles que chegaram nas terras já habitadas por eles. Assim foi na região entre o rio Lambari e o Pará. Os índios Kaxixós eram uma civilização já constituída, quando o sesmeiro Leandro Ferreira de Siqueira abarcou nas proximidades do Ribeirão das Areias, região que ficava entre os dois rios supra citados, e se estabeleceu na sua sesmaria (RABELLO, 2014).

Os índios Kaxixós dentro da perspectiva da “etno-história<sup>60</sup>”, mesmo carecendo de maiores estudos, deixaram registros etnográficos na região do atual município de Leandro Ferreira (entorno da Picada de Goiás). Estes índios viviam em repúblicas, amavam um único Deus ou mais de um, preservavam a família, fabricavam ferramentas, como redes, canoas, malocas, objetos plumários de uso doméstico e cestaria. Respeitavam os anciãos de suas etnias e também os mortos de seus povos, conforme mostra a figura nº 17, a seguir, das urnas funerárias indígenas que foram encontradas em fazendas da região do município de Leandro Ferreira e arredores (RABELLO, 2014).



Figura 17- Urnas funerárias indígenas encontradas no território do atual município de Leandro Ferreira/MG<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> Etno-história- segundo a definição de Voegelin(1954) é “[...]o estudo de identidades, locais, contatos, movimentos, números e atividades culturais dos povos primitivos desde os primeiros registros sobre eles [...]” (VOEGELIN, 1954b, p.168). Sendo que a palavra etno- história surgiu pela primeira vez utilizada por Clark Wissler no início do século XX (1909) para definir os estudos antropológicos sobre os índios americanos e o uso de artefatos arqueológicos para recontar a história e cultura dos indígenas locais (ROJAS, 2008).

No atual cemitério e capela dedicada ao pe. Libério em Leandro Ferreira/MG, existe urnas funerárias encontradas em fazendas da região. Os fazendeiros não anunciam a existência destes achados arqueológicos para não terem escavações arqueológicas em suas terras (notas da autora).

<sup>61</sup>As urnas funerárias encontravam-se guardadas no Museu do Pe. Libério em Leandro Ferreira/MG– (Foto da autora, 2010).

O declínio da exploração aurífera, a partir de 1731, e a abertura oficial da Picada de Goiás, em 1736, fizeram com que, pela localização geográfica, o sertão mineiro se tornasse local perfeito e estratégico para moradia de forasteiros, aventureiros e foragidos da justiça. Eles tinham, nas estradas e caminhos, vastos rincões onde não eram importunados e se somaram no povoamento da região da Picada de Goiás (FONSECA, 1961). O povoamento do Centro Oeste Mineiro teve notório crescimento com a escassez do ouro nas minas. Mesmo a região não apresentando os traços similares da extração aurífera de outros locais, ainda assim foi atrativo para aqueles acostumados à atividade mineradora. Alguns foram bem sucedidos no intento, por pouco tempo, ao encontrarem ouro nas regiões de Itapeçerica (antiga São Bento do Tamanduá), em 1739, e Piumhi/MG. No entanto, logo perceberam que a atividade agropecuária, aliada ao comércio, era mais rentável. Os mineradores saíam para a zona do campo e, com isso, passavam a se dedicar à agropecuária (BORGES, 1992).

A pecuária teve grande importância na penetração e povoação dos sertões mineiros, mas não foi tão significativa do ponto de vista da diversificação etnográfica quanto haviam sido a produção açucareira e a extração aurífera. A atividade demandava menos braços para o trabalho, como afirmou Furtado (2005). Por isso, recebeu menos escravos: “A expansão pecuária consiste simplesmente no aumento dos rebanhos e na incorporação – em escala reduzida - de mão-de-obra.” (p.67). Porém, o gado criado nas margens do São Francisco, segundo Bandecchi (1971), tinha um caráter expansionista e disseminava as culturas locais próprias ou as vindas com os colonizadores, seguindo no processo de penetrar através das fronteiras:

O gado podia penetrar o sertão. Não tinha o problema seríssimo do transporte, porque transportava-se por si mesmo. A mão-de-obra exigida era pouca. Sem a complexidade da agricultura, principalmente, da açucareira, tinha na amplitude do o sertão o caminho da sua expansão, acompanhando os rios rumo ao interior. Pelo São Francisco, o gado atingiu as regiões de Minas Gerais e subindo na direção Norte até o Piauí. (BANDECCHI, 1971, s.p.).

Nos sertões mineiros, ou seja, nos caminhos da Picada de Goiás, de 1737, havia uma diferença entre os negros-escravos e os índios escravizados,

chamados de carijós. Os negros-escravos eram denominados “calhambolas” no século XVIII e muitos deles viviam nos quilombos. D. João V mandava impor castigos, conforme documentos Arquivo Histórico Ultramarino- AHU. (Centro de Memória Digital da UnB. Códice:–ACL –AHU/MG, cx. 33 – doc. 63 10/11/1737).

Em 1786 havia 30.851 “índios domesticados”, que se juntavam ao português e ao negro africano para os serviços de mineração e das lidas domésticas. Logo, suas características eram nítidas “[...]na língua, nos nomes de pessoas e nas fisionomias.” (SANTOS, 1926, p. 19). Embora fosse comum a miscigenação, os casamentos entre os colonos portugueses, índios e negros não aconteciam facilmente. A predominância da miscigenação se deu através das uniões ilegítimas. No início do século XVIII, a proporção em Minas Gerais de “[...]nascimentos legítimos e ilegítimos era de 1:10.” (SANTOS, 1926, p.21, 22).

O “[...]caldeamento das raças[...]” (SANTOS, 1926, p. 19) foi habitual nas regiões da Picada de Goiás, como em toda a capitania de Minas Gerais. Os brancos eram filhos de portugueses ou estrangeiros europeus. Os pardos eram o resultado da união entre “pretos” ou “africanos” e os brancos. Vale ressaltar que os “pretos” não eram documentados, isto é, haviam entrado no Brasil por via de contrabando e os “africanos” eram aqueles que possuíam documentos, e, portanto, entraram no Brasil oficialmente, passando, na maioria das vezes, pela praça do Valongo<sup>62</sup>, no Rio de Janeiro, onde aconteciam os leilões dos escravizados (NOGUEIRA, 2009).

O estudo das etnias negras em Minas Gerais concedeu ao “negro mineiro” papel importante na formação da população e da história do Brasil. Os africanos que chegaram a Minas Gerais no século XVIII, eram basicamente de duas etnias: os de origem bantu, isto é, os originários da “Costa da Mina” e de Angola; e os sudaneses, provenientes do nordeste do Brasil, depois que os engenhos de açúcar perderam sua importância nos fins do século XVII. Os bantus

---

<sup>62</sup> Rui Barbosa, autorizou na Praça do Valongo, em 13 de maio de 1891, a queima de documentos relativos a entrada dos escravos. Consta nos autos documentais que era uma forma de impedir que os fazendeiros donos de grande número de escravos cobrassem indenização do estado. Mas, com o feito, prejudicou o conhecimento aprofundado das etnias que entravam para o Brasil pelo Valongo- “[...]verdadeiro açogue de carne humana”. (NOGUEIRA, 2005, p.10 in. FREITAS, 2005).

eram mais numerosos que os sudaneses e passaram a ser fundamentais na sociedade mineira setecentista (MARTINS, 2008).

A figura nº 18 demonstra a rota de transporte de negros que eram escravizados, partindo das regiões africanas para as capitanias do Brasil.

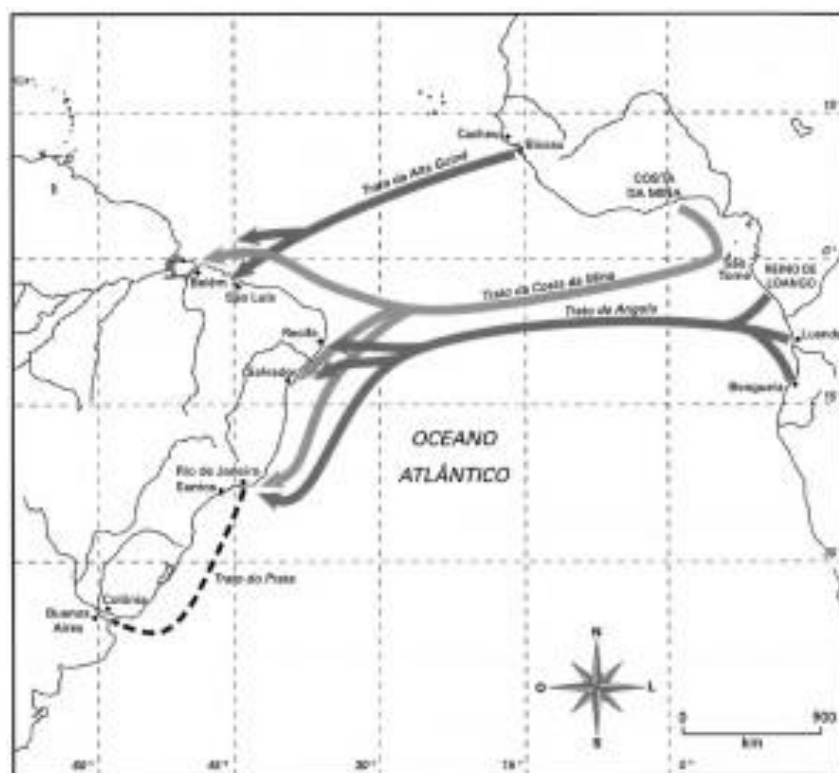


Figura 18- Rota do tráfico de escravos entre a América portuguesa e América, nos séculos XVII e XVIII<sup>63</sup>

Luiz Felipe de Alencastro (2000) propõe uma teoria segundo a qual “[...] o Brasil “[...]vive e se sustenta[...]” de Angola “[...]podendo-se com muita razão dizer que o Brasil tem o corpo na América e alma na África.” (ALENCASTRO, 2000, p.232). Em Minas Gerais, comprovando a teoria de Alencastro (2000), o pesquisador Martins(2008) mostrou que a capitania era o retrato de Angola: dos negros recebidos, entre “[...] 1718 a 1720, como se viu, apenas 39,36% era de nação mina, contra 60,64% de nações bantu, ou seja, os minas sempre foram

---

<sup>63</sup> Fonte: (ALENCASTRO, 2000, p. 250).

minoria nas Minas Gerais.” (BARBOSA,1972, p. 09-10 *apud* MARTINS, 2008, p.253).

Os sudaneses<sup>64</sup> não conseguiram imprimir sua marca na sociedade mineira, como aconteceu com os bantus de Angola. A cultura “bantu” é notória, ainda hoje, na toponímia mineira, principalmente nas áreas de maior incidência de quilombos<sup>65</sup>. A população que se considerava bantus chegava a 90% dos negros (MARTINS, 2008).

Nas pesquisas no período de dois anos, entre 1718 a 1720, entraram, em Minas Gerais, 475 negros, que foram registrados na Câmara de Vila Rica, sendo “39,36% eram de nação “Mina”; 22% de nação Benguela; 10,52% de Congos; 7,78% de Angolas; 6,10% de Moçambiques; 4,42% de Monjolos [...]” Os “Minas” eram ótimos mineradores e já dominavam a técnica que era praticada pelos povos do grupo étnico “bantu” ou banto (as duas grafias estão corretas) de Benguela, Congo, Angolas, Moçambiques, Monjolos e de outras etnias menores (BARBOSA,1972, p. 09-10 *apud* MARTINS, 2008, p. 235). Os negros “minas”, oriundos da Costa da Mina, falavam línguas distintas. Quando vieram para Minas Gerais como escravos trouxeram os dialetos africanos sudaneses, que se misturaram aos demais dialetos bantus, como o kikongo, ambundo, kimbundo, entre outros. Eles se juntaram à língua geral, o tupi guarani, para formar os nome das vilas e, posteriormente, das cidades mineiras (MEGALE, 2000; MARTINS, 2008).

Martins (2008) explica que a benevolência dos fazendeiros em aceitar os ritos cultuados de cada etnia africana não era por bondade ou aceitação. Era uma forma de manter o controle sobre os escravos, sem misturar as diversas etnias que

---

<sup>64</sup> Portugal teve os primeiros contatos com os negros africanos da parte sul para a norte, seguindo toda a costa do litoral do oeste da África. Esses locais eram habitados pelas etnias árabes ou sudanesas islamizadas. Muitos costumes árabes foram reintroduzidos no mundo português, através dos africanos escravizados. Os negros sudaneses eram considerados mais sábios por saberem copiar trechos do Alcorão mesmo sem dominarem a escrita árabe. O preconceito contra o sudaneses provavelmente advém desta prática (MARTINS, 2008, p. 238)

<sup>65</sup> O trabalho mostra a expansão dos quilombos, com ênfase ao quilombo do Campo Grande, através da Comarca do Rio das Mortes e Triângulo Mineiro. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/redede-museus/crch/simposio/SILVA\\_FILHO\\_EDSON\\_ET\\_AL.pdf](https://www.ufmg.br/redede-museus/crch/simposio/SILVA_FILHO_EDSON_ET_AL.pdf)>, Acesso em: 03 fev. 2017.

abarcaram por aqui. Ao manter seus costumes como na África, acentuava a rivalidade entre eles, fazendo com que não confabulassem para juntos fugirem para os quilombos.

Destes rituais permitidos nos sertões mineiros, os escravos que não podiam cultuar aos seus Deuses pagãos (considerados assim pelo catolicismo), passaram a adorar santos negros, Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. Com seus cânticos, mantiveram a cultura trazida da África, disseminada pelos grupos étnicos através do Congado (também denominado de Reisado), muito presente nas cidades de todo o sertão oeste de Minas Gerais e Triângulo Mineiro, através de guardas ou ternos conhecidos como Moçambique, Beija-flor, Congo, Marujos, Catupés, entre outros (NOGUEIRA, 2008).

Portanto, era a cultura e o conhecimento que os negros escravizados traziam da África que causavam temor aos europeus, portugueses e espanhóis, que residiam na colônia brasileira:

[...]Os batuques de negros preenchiam de sons as noites mineiras, aterrorizando senhores, que não compreendiam seus significados, pois não partilhavam do mesmo universo cultural. Os batuques lembravam aos homens brancos que a cultura africana era marcada por um universo de magia que, em Minas Gerais, se amalgamou às práticas de feitiçaria oriundas do universo cultural europeu, conforme estudos inovadores têm apontado. O desconhecimento da cultura africana, inclusive suas línguas, gerava o medo, mas não só isso, o perigo dos caminhos, a natureza agreste e selvagem, os conflitos cotidianos, a ameaça dos quilombolas estavam entre os inúmeros fatores que provocavam temor na população local (QUEIROZ, 1998; LARA, 1999; GROSSI, 1999a; RAMOS, 2000; PAIVA, 2001a; PAIVA, 2001b; AGUIAR, 2001; DIAS, P. 2001; LUCAS, G. 2002; CASTRO, 2002; FURTADO, J.F. 2008<sup>a</sup> *apud* FURTADO, 2009, p. 140, 141).

Logo, estes escravos eram vistos como pecadores, inferiores aos brancos, notórios por uma “sensualidade desenfreada”:

[...]Sendo os africanos tão inclinados por natureza ao vício da sensualidade [...] não faz dúvida que os etíopes excedam na lascívia. A razão desta grande propensão dos pretos à impudícia não só lhes vem do clima quente em que nascem mas muito mais do pouco temor de Deus e pejo dos homens, que neles há [...] (BENCI, 1954, p.182 *apud* AMANTINO, 2001, p.91).

Em Minas Gerais, população de pardos cresceu rapidamente, já que esta era, depois dos pretos escravos, a maior constituinte da região mineira. Os homens brancos se uniam às escravas e, assim, o número de pardos crescia, o que fazia

também crescer a população. O hábito da concubinação era comum em toda sociedade mineira e em todas as classes sociais (LIMA JR., 1965).

O Conde de Assumar não apreciava as relações inter-raciais, entre os brancos e os negros, pois, a seu ver, quando estes se juntavam nesta forma de “apadrinhamento”, surgia, na verdade, uma relação que imperou nos sertões mineiros, expandindo-se para Goiás e Mato Grosso: a vassalagem, que não respeitava a lei e fazia valer as próprias ordens (AMANTINO, 2001; ANASTASIA,1998). Assim:

[...] tendo-se considerado os grandes prejuízos que sucedem de terem os negros ou negras, escravos ou forros, domínio algum sobre outros negros, ou negras e de fazer atos por donde estes reconheçam algum gênero de subordinação aos primeiros a experiência tem mostrado que nas vilas e mais partes onde há muitos negros juntos se encontram alguns que foram filhos ou parentes dos régulos<sup>66</sup> das suas pátrias que indiferentemente os vendem: a estes tais tomam quase todos por padrinho no sacramento do batismo e matrimônio por cuja causa lhes tem subordinação e respeito o que redunde em fazerem-se capatazes e formar séquito metendo-se pelos matos em quilombos governados por eles[...] (APMSC - CMOP Cód. 06 fls. 17 - 19. *apud* AMANTINO, 2001, p.95).

A formação dos lugares permeou por essas nuances, na primeira metade do século setecentista. A mistura das raças era uma necessidade para se firmar economicamente e, assim, uma se ligava a outra. A força se valia das relações de compadrio, mais que a lei (ANASTASIA,1998, FARIA, 2009).

Nestas relações de compadrio, não era incomum os escravos, fosse pelos elos da família ou por negócios receberem os nomes de seus senhores, também uma forma de controlar a posse escravocrata da época. Entretanto, este costume dificultou os estudos genealógicos das famílias do sertão mineiro, na atualidade (FURTADO, 1999; PENIDO, SILVEIRA, NOGUEIRA, 2016, FARIA, 2009).

Assim, nestes aspectos, o homem do sertão, régulo, ao se sentir prejudicado pelas leis nas descobertas de ouro, promoveu as suas próprias leis. Nos

---

<sup>66</sup> Os régulos eram homens poderosos que usavam a força para manter a ordem nos sertões mineiros e não conheciam a lei (ANASTASIA, 2005).

domínios do Arraial de Pitangui e nas adjacências, era proibida a entrada de portugueses.

A justiça portuguesa também estava excluída. Era “[...] o impedimento da entrada de reinóis e das justiças [...]” (CARVALHO, 1931, p.36), portanto em 1709, surgiu o primeiro sentimento de nativismo dos povos do sertão mineiro (MOURÃO, 2009, p.13). A Guerra dos Emboabas<sup>67</sup> foi o motim que teve como desfecho principal uma luta no Capão da Traição, local na beira da estrada próximo a São João del-Rei . Os emboabas contaram com a ajuda dos negros- escravos e forros (embora alguns autores os coloquem como personagens ínfimos no episódio) e dos índios, saindo vitoriosos. Conforme atestou Martins (2008):

Juntos os moradores de fora e os do arraial se fez resenha e constava a lista dos brancos de duzentos e sessenta, pouco mais ou menos, e a dos negros de perto de quinhentos, e alguns destes com armas, dos quais se formou uma companhia, que se entregou a um forro por nome Lourenço da Mota<sup>68</sup>, com os quais fez muito bem a sua obrigação e foi um dos feridos. E os mais se armaram com foices de roça e paus de ponta tostada. (Cod., 1999, p. 236 e 284 *apud* MARTINS, 2008, p. 34).

Por ser latente a veia para comércio, o homem do sertão não aceitava com passividade os mandos e desmandos do governo colonial português. Na primeira metade do século XVIII, ainda dois motins agitaram a região dos sertões: o de 1718 ( que ocorreu quando revoltosos de Pitangui se negaram a pagar os quintos reais e chegaram a assassinar o responsável pela cobrança, Jerônimo Pedroso. Depois da não-sedição, o governo da capitania articulou medidas com moradores influentes do lugar, alegando a importância das minas auríferas) e o de 1736, no sertão do São Francisco. Conforme Anastasia (1998) estes:

[...] motins resultaram no repúdio dos moradores do noroeste de Minas ao estabelecimento, em fevereiro de 1736, da taxa de capitação no Sertão do

---

<sup>67</sup> Emboaba era a forma pejorativa de chamar os portugueses, principalmente, que ocuparam as Minas Gerais na época colonial, e também outros povos de lugares distintos (forasteiros) que chegavam à região das minas com a intenção de buscar metais preciosos. (Nota da autora).

<sup>68</sup> E ainda Martins (2008) mostrou que Waldemar de “[...]Almeida Barbosa dá notícia provavelmente do mesmo herói negro: “E foi um negro forro, Lourenço da Mata (sic), que ajudou a fundar a Confraria de Nossa Senhora do Rosário do Arraial Novo, depois São João Del Rei, em 1708, figurando seu nome como irmão benemérito da mesma confraria.” (BARBOSA, 1972, p. 122 *apud* MARTINS, 2008, p. 34).

São Francisco e se generalizaram a partir dos entendimentos entre a gente miúda e os grandes potentados. (ANASTASIA, 1998, p.61).

O Conde de Assumar, prevendo que a Vila de Pitangui pudesse esvaziar novamente em 1718, devido ao motim, tratou de diminuir os impostos sobre negros e carijós (escravos indígenas), além de conceder outros benefícios sobre as sesmarias, tudo para manter a terra povoada e, conseqüentemente, a região também (MARTINS 1995 *apud* AMANTINO, 2001).

[...]concedo a todos, tanto a uns como a outros amotinados e pessoas que quisessem ir para Pitangui, uma cobrança de quintos com suavidade, sendo que os novos moradores da vila que tiveram mais de dez negros ou carijós, nos próximos dois anos, só pagarão metade dos quintos; serão dadas aos novos moradores que tiverem família, por sesmarias "in perpetuum" a eles e seus descendentes, terras para suas lavouras [...] (ASSUMAR, 1718 *apud* MARTINS, 1995, p. 27 *apud* AMANTINO, 2001, p.80).

Os homens eram os heróis do sertão: este foi o mito criado através dos tempos. Esse mito surgiu até mesmo para manter a ordem na região que, desde o início de seu povoamento, era dada a motins e insurgências. A estrada teve papel fundamental para isso, pois era nelas que as tramas e negociatas aconteciam. Os heróis eram os bons negociantes, matadores, capturadores de escravos fugidos, e as mulheres ficavam no âmago de seus lares a cuidar dos seus vários filhos, subjugadas pelo marido herói. Mas, nos sertões, as mulheres tinham papel fundamental e eram até mais importantes localmente que os homens. Além de serem donas de casas, eram administradoras e precisavam da energia brada para regimentar, não só a família, mas também os negócios amealhados, que iam desde sesmarias, fazendas, fábricas de farinhas e teares aos escravos, a mão de obra utilizada para cuidar, principalmente, da agropecuária (FURTADO, 1999; NORONHA, 2007; MARTINS, 2008; 2011; RABELLO, 2014).

O significado dado aos mitos formadores do sertão mineiro de outrora não pode ser o mesmo dos tempos de agora. Trata-se de uma sociedade patriarcal, na qual se enobreceu o papel dos homens, esquecendo-se que, por detrás deles, havia toda uma égide que carece de maiores estudos e análises interdisciplinares. Negros escravos ou forros, índios carijós ou livres, mulheres brancas ou mestiças foram etnias importantes para o *modus vivendi e operandi* de toda uma teia construtora

engendradora nos sertões oeste de Minas Gerais. A articulação desta teia se deu através das estradas e, entre elas, a de maior relevância para o sertão, a Picada de Goiás.

O estudo da “tradicional família mineira” e das tramas criadas pelos sertões mineiros é retratado por diversos documentos nos arquivos públicos que não tiveram seus acervos destruídos ou nos registros historiográficos dos memorialistas e historiadores regionais, homens como Manuel Nunes Viana, (mercador de gado e outras “quinquilharias” que as gentes sertanejas necessitavam, régulo das próprias leis, tido por historiadores da Bahia como figura singular nos domínios das terras em todo sertão mineiro e baiano), João Rodrigues de Macedo (homem influente, contratador de tributos e do direito de cobranças durante o período colonial. Nas proximidades do Arraial de Paracatu, tinha sob seu comando cinco registros), o capitão-mor e de milícias Inácio de Oliveira Campos (esposo de D. Joaquina do Pompéu, que vivia como nômade à captura de negros e índios carijós fugidos), Leandro Ferreira de Siqueira (sesmeiro e minerador, grande fazendeiro da região centro-oeste mineiro) e, por último, Inácio Correia de Pamplona (que, embora fosse um dos protegidos do governo de Pombal e dos governadores de seu tempo e tenha contribuído para a povoação e criação de várias cidades atuais no sertão mineiro ao longo da Picada de Goiás, engendrou sua trajetória sob mentiras). (CARRARA, 2011; MARTINS, 2008:2011; RABELLO, 2014).

A formação étnica do sertão mineiro esteve ligada a estes homens e suas economias ostentosas que valorizavam a quantidade de terra, dividida em grandes propriedades rurais que se ligavam à Picada de Goiás pelas sesmarias amealhadas junto ao governo real.

As famílias tradicionais do sertão mineiro eram um misto genético, como se viu na formação familiar de Leandro Ferreira, fundador da atual cidade que recebeu o seu nome, localizada nas curvas do rio Pará, afluente do rio São Francisco (RABELLO, 2014).

A Família de Leandro Ferreira de Siqueira e as famílias de seus escravos, de seus capatazes, agregados, e, naturalmente e “índios mansos”, foram a sementeira onde brotou no sertão uma humilde aldeia batizada de Leandro. Com essas três raças se misturando, o povoado foi crescendo dando origem aos mulatos, mamelucos e cafuzos. O território antes chamado de Mato Dentro, [...], carrega o nome de seu pioneiro desde 1755

aproximadamente. Foi ele o maior empreendedor do Oeste Minas, em sua época, chegando a manter 110 escravos na mineração de ouro e nas atividades agrárias. (RABELLO, 2014, 193).

Logo, Rabello (2014) faz referência à fazenda que amealhou nos caminhos que se ligavam à Picada de Goiás como também em outras localidades na capitania de Minas Gerais:

A grande fazenda, propriamente, era chamada de Areias de Baixo (está escrito Baicho, no inventário) mas ocupava também uma parte que se chamava Areias de Cima, entre o rio Pará e Lambari, consta no inventário de Leandro como tendo “medida de sesmaria”, ou seja, ao todo, 174 km<sup>2</sup> [...] Complexo Econômico de tal envergadura exigia muitas instalações, como casas de moradia e senzalas: tanto na área rural, como na vila de Pitangui e nas minas de ouro, sendo três delas em sociedade, as de Casquilho, Boa Vista do São João e Ribeirão da Onça, além daquela em sociedade com Padre Siqueira no Furquim [...]. (RABELLO, 2014, p.193).

Algumas mulheres se sobressaíam como chefes de família ou viviam fora dos parâmetros sociais vigentes da época, como dona Brites, que se casou depois que os filhos estavam criados. Era mestiça, e, mesmo vivendo uma vida de trabalho e digna, não deixou de ser chamada jocosamente de “parda” por um padre na certidão de nascimento de um filho. O fato de Dona Brites<sup>69</sup> ter criado a filha do marido como se fosse sua, revelou traços de humanidade incomuns para os padrões habituais da época, pois imperava-se em geral o costume do não reconhecimento dos filhos bastardos e muito menos lhes era assegurado o direito de herança (RABELLO, 2014).

Joaquina do Pompéu casou-se aos doze anos, contrariando o que se esperava para os costumes das famílias tradicionais do século XVIII. No dia do seu noivado, bradou que o seu escolhido era Inácio Campos de Oliveira. Ao mudar para Pitangui, além de ser a chefe da família na ausência do marido, era a administradora

---

<sup>69</sup> Dona Brites foi também uma “Dama do Oeste Mineiro” antes de relevância singular como tiveram Maria Tangará e Joaquina do Pompéu. Dona Brites era viúva de Leandro Ferreira de Siqueira, era mestiça (morena) e só se casou após ter criado todos os filhos. O padre que registrou o batismo de um dos filhos de Leandro Ferreira na capela de Areias de Baixo, mostrou-se malicioso, perverso revelou como era preconceituosa a sociedade setecentista, ao referenciar a cor da pele da mãe de Alexandre como “parda”, deixando clara a falta de dignidade que era imposta ao papel da mulher na sociedade ( RABELLO, 2014).

dos negócios. Esses fatos eram, para os homens, habituais, mas, como tinham uma mulher à frente, rendiam comentários contra a sua moral. Eles iam desde os desejos sexuais que ela nutria por seus escravos, até os negócios escusos que fazia com tropeiros e viajantes. Quando os negócios não saíam a seu contento, ela mandava assassinar e enterrar os oponentes sob o casarão (NORONHA, 2007).

Eram também as escravas, mais que os escravos homens, que se tornavam livres através da alforria. As mulheres tinham mais aptidão para os negócios, seja como vendeiras em estabelecimentos fixos nas beiras das estradas, seja realizando trabalho como negras de tabuleiro. Estas atividades logo foram proibidas, por fazer o comércio clandestino e propiciar a troca de informações sobre as minas de ouro. Um fato ilustrativo do dinamismo das mulheres foi o primeiro recenseamento da colônia feito em Vila Rica, em 1804, por meio do qual foi comprovado que a maioria das “cabeças de fogo”, isto é, chefes de família, eram negras, também chamadas de cabras e mulatas. Seus dependentes incluíam escravos de ambos o sexo. Este fato não foi usual em outras capitanias, como na Bahia (MARTINS, 2008).

A descendência negra e indígena foi notória no sertão mineiro do século XVIII. Nos testamentos, os portugueses, às vezes, por consideração aos filhos, reconheciam a paternidade de filhos tidos com as escravas. Eles eram criados quase sempre como brancos, tendo hábitos e costumes de portugueses (LIMA JR., 1965):

Nenhum ou quase nenhum resquício de influência africana ou indígena se manteve na linguagem, nos costumes ou nas lendas mineiras, pelo menos na região clássica e característica da civilização do século XVIII. O que do africano se tinha incorporado aos costumes do Norte do Brasil, e que teria vindo com a gente da Bahia e Pernambuco, diluiu-se com a massa de brancos portugueses que penetrou em Minas sem interrupção durante quase um século. O filho do europeu com africana nascia um europeu na língua, nos costumes, na religião, na mentalidade, apagando-se na primeira geração os traços intelectuais da raça de Cam<sup>70</sup>, que só perdurava no tipo antropológico de transição. (LIMA JR., 1965, p.123).

---

<sup>70</sup> A raça que descendia dos africanos foi chamada assim, pois Cam era um dos filhos Noé. Cada um dos seus filhos foi, segundo os conhecimentos bíblicos, responsável por povoar e dar sua descendência para um continente: Europa, Ásia e África. Portanto: “De acordo com essa linha de

A dificuldade de acesso ao *hinterland* brasileiro limitou inicialmente a presença de mulheres brancas. A subida pelas escarpadas trilhas da Serra do Mar constituía um obstáculo de difícil transposição, pelo fato delas terem que escalar as “trilhas de gatinhos”. A conseqüente presença predominante de negras fez surgir a miscigenação na região central do Brasil (ZEMELLA, 1990, p.34). As barreiras impostas pela geografia proporcionavam casamentos multi étnicos, muitas vezes desaprovados pela igreja, e determinou a formação étnica da família brasileira (RABELLO, 2014).

Embora a presença da mulher branca não fosse expressiva na Capitania de Minas Gerais do século XVIII e, mesmo sabendo das dificuldades que teriam para alcançar as regiões de mineração e os sertões, as mulheres portuguesas preferiam, para não se somar ao contingente de solteiras, casar-se e acompanhar o marido em seus destinos nas colônias portuguesas, fosse no Brasil, Ásia ou África. O expatriamento dos homens foi marcante nas regiões nortistas portuguesas, como Guimarães, Minho e Alentejo, que passaram a ter mais mulheres que homens. A relação era de 100 mulheres para 76 homens. As famílias vinham de Portugal para Minas Gerais, principalmente para as regiões onde se extraía ouro, mas também para os lugares que as abasteciam, como os sertões da Picada de Goiás. Por aqui, incutiam os costumes das regiões nortistas-portuguesas (NOGUEIRA, 1998; RAMOS, 2006).

Sobre a presença da mulher, que acompanhava o marido funcionário público na Minas Gerais setecentista, Torres (2011) assim relatou:

---

pensamento, os descendentes de Jafé teriam dado origem aos europeus, e os de Sem, aos asiáticos. Mas os de Cam, que acabariam servindo de estopim para o surgimento dos negros africanos, seriam assolados por uma maldição. Esta teve início quando Noé, em um momento de embriaguez, despido, adormeceu. Enquanto seus irmãos trataram de cobri-lo em sinal de respeito, Cam riu da condição de seu pai. Mais tarde, ao saber da história, Noé amaldiçoou esse filho, condenando toda a sua descendência à escravidão. Tal episódio, contado no livro do Gênesis, do Antigo Testamento, resultou na posterior desqualificação racial dos negros. Por isso o teor religioso nos discursos sobre a desigualdade biológica da humanidade prevaleceu ao longo do século XIX, justificando a suposta inferioridade da “raça negra”, inclusive no Brasil.” (SEYFERTHÉ, 2014, s.p).

Em geral, houve nas Minas supervalorização da mulher. Inicialmente temos que, ao contrário de outros ciclos da vida brasileira, não houve crise de mulher branca senão na fase inicial. Era comum o fato de trazerem os funcionários da Coroa, ou os imigrantes posteriores aos meados do século XVIII, as suas famílias para as Minas. Há no Arquivo Público Mineiro enorme quantidade de documentos relacionados com licenças de viagens ao Reino ou do Reino, para cá, com constantes referências à família portuguesa. É claro que essa presença da mulher branca originou logo a existência de clãs endógamos cerrados. Porque, afinal, não eram tantas assim as mulheres brancas, apesar de seu número ser razoavelmente proporcional ao dos homens. Quer dizer: havia um certo número de núcleos de famílias de origem europeia flutuando sobre a multidão das pessoas de cor. (TORRES, 2011, p. 162).

Ainda compondo a paisagem étnica, existiam muitos imigrantes que vieram para Minas Gerais, com a finalidade do enriquecimento ou fugindo de problemas. Eles acabaram por se estabelecer economicamente na capitania, formando família e proporcionando, *a posteriori*, a constituição das cidades. Dentro deste perfil, havia os judeus que eram perseguidos pela Inquisição, feroz na Península Ibérica e também em suas colônias. Esses judeus que chegaram a Portugal foram batizados como cristãos-novos e vinham para a colônia fugidos da Inquisição, evitando as áreas litorâneas. Dessa maneira, a *hinterlândia* do Brasil era bom lugar para exercerem suas atividades fora dos olhares da justiça religiosa (SOARES, 2012).

Também havia os cristãos-velhos, assim denominados por serem, de fato, cristãos, diferentes dos cristãos-novos que eram judeus convertidos. Os cristãos velhos fizeram parte da formação histórica portuguesa e também aportaram no Brasil, fazendo parte das primeiras bandeiras e entradas e se estabeleceram em Minas Gerais. Eram os cristãos-velhos que denunciavam os cristãos-novos que não se converteram de fato e continuavam com as práticas judaicas condenadas pelo Santo Ofício. O estudo genealógico realizado pelo cônego Raimundo Octávio da Trindade, em sua obra de 3 volumes, *Velhos Troncos Mineiros* (1955), mostrou que 135 famílias, estabelecidas no oeste mineiro eram originárias de Portugal, e, a partir do ciclo do ouro, tinham vindo em busca de aventuras e riquezas. O Cônego Trindade, Vigário Geral da mais antiga diocese mineira (a de Mariana), era responsável por ordenar padres desde 1749 no seu tradicional seminário, que era a primeira escola superior de Minas Gerais. Analisando processos “*de genere, moribus et patrimônio*”, pôde realmente estabelecer a genealogia dos principais e

mais antigos troncos mineiros. Os habilitados ao seminário contribuía, na obrigação de demonstrar a pureza de seu sangue, porque não podiam ser “[...]apóstatas da nossa santa fé, ou filhos, ou netos de infiéis, hereges, judeus, ou mouros, ou que fossem presos, ou penitenciados pelo Santo Ofício, ou com parte de nação hebreia, ou de qualquer infecta, ou de negro ou de mulato.” (NOGUEIRA, 2008, p.25). Nem sempre a prova de pureza de sangue era realizada devidamente. Famílias abastadas ou de conhecimentos a burlavam, para ter um padre na família, costume típico da tradição mineira vigente.

A região de Pitangui no *hinterland* mineiro recebeu muitas dessas famílias, como Nogueira, Roriz, Macedo, Abreu, Campos, entre outras. As habilidades e preparo dos judeus (no caso cristãos-novos) no que diz respeito ao manuseio da terra contribuíram para a transformação da região em área abastecedora dos viajantes das estradas que cortavam a vila, rumo a Goiás. Eles não foram apenas criadores de gado, fazendeiros, mas também se transformaram em comerciantes. Com visão empreendedora e política, tornaram-se grandes potentados da economia mineira (PINTO, 2010; NOGUEIRA, 2008; SOARES, 2012).

Todo o fluxo surgido por meio da mineração, da agropecuária e do comércio teve como consequência o aumento do número de habitantes da capitania mineira. Segundo Antonil (1982 [1711]), eram cerca de 30 mil homens brancos.

Em 1736, a população de Minas Gerais chegou a 80 mil habitantes brancos. Porém, a população mineira de homens brancos e livres era minoritária, sendo que, em 1736 existia uma população de cativos que chegava a cerca de 160 mil (FURTADO, 2002).

Em 1776, a quantidade de habitantes em Minas Gerais chegava a 319.769, entre homens e mulheres (CHAVES, 1999; PAIVA, 1995).

Comarcas	Homens				Mulheres			
	Branco	Negros	Pardos	Total	Branca	Negras	Pardas	Total
Vila Rica	7.847	33.961	7.981	49.789	4.832	33.961	8.810	28.829
Rio das Mortes	16.277	26.199	7.615	50.091	13.649	10.862	8.179	32.690
Sabará	8.648	34.707	17.011	60.366	5.746	16.239	17.225	39.210
Serro Frio	8.905	23.304	8.196	39.395	4.760	7.536	7.103	19.339
Total	41.677	117.171	40.793	199.641	28.987	49.824	41.317	120.128
Total mulheres e homens:					319.769			

Tabela 2 - Total de homens e mulheres em Minas Gerais- 1776<sup>71</sup>

De acordo com a tabela nº 02 apresentada acima, o número de habitantes negros e pardos, na Minas Gerais de 1776, era de 157.964, o que correspondia a praticamente duas vezes o número de habitantes brancos. Com os dados levantados por Paiva (1995), ficou nítida a miscigenação ocorrida em Minas Gerais setecentista e a comprovação de que realmente eram menores os números de mulheres em Minas Gerais no século XVIII.

Este aumento da população se deve ao grande fluxo de pessoas vindas de todas as regiões do Brasil e aos escravos que aqui chegaram da África. Havia também as uniões de europeus, espanhóis, jesuítas em menor número e, principalmente, do português explorador e colonizador, com índias ou escravas.

<sup>71</sup>Fonte: PAIVA, Eduardo França. Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1995.

## 4.2 Financiopaisagens- através dos fluxos financeiros no entorno da Picada de Goiás

O ouro brasileiro deixou buracos no Brasil, templos em Portugal e fábricas na Inglaterra.

Eduardo Galeano  
As veias abertas da América Latina

Nos primeiros tempos da colônia do Brasil, era objetivo de Portugal seguir a trajetória das colônias espanholas e encontrar prata, dentro do território que lhe pertencia nos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas (1494). A ideia da prata fazia parte do contexto da mineração no Brasil, de forma que a mina das primeiras jazidas de ouro encontradas no Jaraguá, em 1590, por Pedro e Afonso Sardinha, foi chamada de “Peru do Brasil” (LEVY, 1945). A prata que chegava ao Brasil vinha por fonte de contrabando, através das moedas que eram cunhadas no Peru e na Argentina ou pelas vias fluviais dos rios do sul, a mesma rota utilizada pelo gado muar e cavalariço.

Assim, segundo Prado Jr. (1986):

As íntimas relações do Brasil com aquelas colônias deixaram um testemunho concreto e sensível na circulação monetária do país que nesta época se constituirá em grande parte de pesos espanhóis de prata cunhados no Peru e que se batiam no Brasil com as armas e os valores portugueses. (PRADO JR., 1986, p. 93):

Porém, foi a exploração de ouro que gerou o maior fluxo financeiro na colônia. Como este fluxo foi em grande parte materializado na própria mercadoria, o ouro, ele será apresentado em maior detalhe no capítulo referente à circulação de mercadorias.

Ao falar de mercado, não há como deixar de mencionar a moeda circulante. Embora não fosse, *a priori*, a principal fonte das trocas comerciais, foi utilizada por momentos curtos, pois o Brasil dos tempos coloniais teve sua história marcada por várias crises que desestabilizaram o uso da moeda (SIMONSEN, 2005).

Segundo Simonsen (2005), no Brasil:

[...]primeiros tempos, até o século XVIII, o uso da moeda era escasso. Durante o domínio espanhol<sup>72</sup> houve mais abundância de moeda de prata.” Em fins do século XVII, havia uma moeda metálica nacional, outra provincial, uma “paulista” e, no Estado do Maranhão, os fios e novelos de algodão corriam como moeda, tudo numa mesma época. ( p.89, 90).

Durante o século XVIII, a função de ourives e de prateiro foi proibida na capital da colônia e nas principais cidades mineradoras pela “Carta Régia de 30 de junho de 1766”. As ferramentas da função de ourives foram recolhidas à Casa da Moeda, o único estabelecimento que poderia fornecer ouro quintado. Logo, os ourives pegos no exercício da função eram punidos como moedeiros falsos (LEVY, 1945, p. 264).

A desvalorização cambial da moeda sempre esteve presente no universo mercantil de Portugal, englobando também a sua colônia, o Brasil. Assim, entre os anos de 1500, até o período de 1700 a 1808, a moeda metálica portuguesa teve seu valor depreciado quatro vezes. O real brasileiro caiu, entre 1808 e 1937, 35 vezes, e o português, cerca de 50. O real brasileiro, desde o descobrimento, já caiu mais de 140 vezes, “[...] das quais uma quebra de quatro vezes cabe à era colonial. Isso sem entrarmos em consideração quanto às flutuações do poder aquisitivo dos metais preciosos.” (SIMONSEN, 2005, p.89).

O ouro quintado era mais valioso do que o ouro em pó, por ser mais estável que as moedas correntes. Com a consolidação do ouro como mercadoria de troca valorizada tanto na colônia como na metrópole, as casas de moedas eram uma prioridade no século XVIII. Com o apogeu do Caminho Novo que conectava a região ao Rio de Janeiro, as atividades da Casa da Moeda do Rio de Janeiro resplandeceram e se reduziu drasticamente o trabalho em São Paulo e Parati/RJ, sendo que as casas de quintos de Taubaté e Guaratinguetá foram extintas em 1703.

---

<sup>72</sup> O Brasil esteve sobre domínio espanhol durante 60 anos, entre os anos de 1580 e 1640, depois do falecimento do rei português D. Sebastião I, em 1578 e da morte de seu sucessor em 1580, o cardeal D. Henrique (rei D. Henrique I). O herdeiro ao trono mais próximo a partir de então, era o Rei da Espanha, Felipe II, que assumiu o poder. (Nota da autora).

Em 1725, foi criada a Casa de Fundição de Vila Rica e, cinco anos depois, funcionava, ao lado, a Casa da Moeda (SANTOS, 2001).

No que diz respeito ao comércio, a circulação de moeda coexistiu com o escambo praticado na época colonial, na medida em que a estrutura econômica foi se consolidando.

Na Minas Gerais do período colonial, as escravas executavam outras atividades, como o comércio, que garantiam boas somas para seus senhores. Essas podiam ser chamadas de escravas de ganho. Repassavam o ganho, na época, denominado “jornal” para seus senhores. Não raro estas escravas conseguiam comprar suas alforrias e depois a de seus maridos (BONOMO, 2003).

O comércio já era mais lucrativo que a mineração em meados do século XVIII, conforme afirmou Figueiredo (2010):

Em regra geral, o comércio dava mais dinheiro que a mineração. Acabara-se o tempo em que os moradores da região compravam apenas produtos básicos, como açúcar, farinhas, carnes, cachaça, ferramentas de mineração e roupas grosseiras. Em meados dos Setecentos, os moradores da capitania tinham um padrão de demanda europeu. Louças, especiarias, móveis e tecidos finos vinham das Índias. Da Europa, chegavam espelhos, tapeçarias, livros, instrumentos musicais, azeites, vinhos e joias. (FIGUEIREDO, 2010, p.219).

Os detalhes deste comércio também serão apresentados no fluxo das mercadorias. Resta, portanto, apresentar algumas especificidades, que dizem respeito ao fluxo financeiro relativo à arrecadação de impostos, ao fluxo de ouro gerado pelas igrejas (numa relação entre a paisagem financeira e a ideológica) e, por fim, ao fluxo gerado na Europa diretamente relacionado à circulação da riqueza gerada pelo ouro.

De acordo com Boxer (2002), a mineração foi, também, responsável pela cobrança intensa impostos. Inicialmente, cobrava-se taxas sobre atividades ligadas à mineração. Posteriormente, percebeu-se que, nas regiões urbanas, as atividades que se desenvolveram graças à mineração eram mais lucrativas, como o comércio e a pecuária. A Coroa Portuguesa logo aperfeiçoou a cobrança dos impostos. Uma nova taxação foi indexada sobre o velho método dos quintos. Todos os bens e serviços produzidos que passavam nas vilas, arraiais, estradas com registros e

casas de contagem (locais destinados à cobrança de impostos) estavam obrigados ao pagamento da taxação devida.

Segundo Figueiredo (2010), as cobranças de impostos assombravam os moradores das regiões auríferas, visto que tudo que pudesse gerar lucros para a Coroa Portuguesa era feito:

Não existia um regulamento específico que estipulasse a forma de cobrança, os valores ou o período. Só uma coisa era certa: todos pagavam, na forma de novos impostos sobre a posse de escravos e transações comerciais, pedágio nas estradas etc. Havia formas de coleta ainda mais abusivas. Sem nenhum aviso prévio, guardas armados costumavam invadir residências para efetuar o confisco, operações que usualmente acabavam em violência e prisões.

A inquietude, é claro, tomou conta das sociedades que viviam em áreas de mineração, mas a Coroa não se importava com isso. A única meta era irrigar as finanças reais. (FIGUEIREDO, 2010, p.265).

Portanto, a cobrança de impostos não tinha como objetivo apenas taxar a produção que se fazia em Minas Gerais do século XVIII. Era uma forma de controlar e dominar a insurgente população que crescia (SANTOS, 2001).

Desde 1710, percebendo o relativo crescimento da extração aurífera, o governador de São Paulo e Minas de Ouro, Antônio de Albuquerque de Coelho Carvalho (1709-1710), instituiu a cobrança do Quinto e do Direito de Entrada de mercadorias. Estes rendimentos garantiriam os pagamentos dos soldos e “[...]ordenados dos militares e ministros.” Daí a importância das vilas criadas, pois eram elas que arrecadavam os impostos em suas Câmaras:

[...] no ano de 1711, a saber: Vila do Ribeirão do Carmo, hoje Mariana, em 8 de abril; Vila Rica, em 23 de abril; e Sabará, em 16 de julho. Outras vilas foram instaladas em anos subsequentes, tais como São João Del Rei, em 8 de dezembro de 1713; Caeté e Vila do Príncipe, em 29 de janeiro de 1714; Pitangui, em 9 de junho de 1715; e São José Del Rei, hoje Tiradentes, em 19 de janeiro de 1718. (RENGER, 2006, p.99).

Foi no mandado de D. João V (1707- 1750), perante a Coroa Portuguesa, que foram instauradas, em Minas Gerais, as Casas de Fundição (1719) e, posteriormente, as Casas de Moeda, responsáveis pela cunhagem de moedas. Para

tal ofício, foi escolhido Eugênio Freire de Andrade, já nomeado pela Carta Régia de 11 de maio de 1719, no cargo de Superintendente das Casas de Fundição. A abertura das Casas de Fundição e de Moeda foi postergada para 01 de fevereiro de 1725, devido aos “celebres motins”<sup>73</sup> acontecidos em Vila Rica (atual Ouro Preto) e Ribeirão do Carmo (atual Mariana). Em 1720, não desejavam permitir a abertura das casas responsáveis pela cobrança dos impostos reais e também a não circulação de ouro em pó nas estradas da capitania (COIMBRA, 1965).

Eugênio Freire de Andrade foi o responsável do regimento da Fazenda sob o comando do conde de Assumar. Baseando-se nos “livros da Real Fazenda e Contos”, definiu que os pagamentos deveriam ser em moeda, não em oitava de

---

<sup>73</sup> O primeiro motim durante o reinado de D. João V aconteceu na região da Comarca do Rio das Velhas, ou de Sabarabuçu (Sabará), à qual pertencia a região de Pitangui, a 7ª Vila do Ouro de Minas Gerais que neste período era ainda arraial. O *status* de vila viria apenas em 1715, “[...]por ordem do governador D. Braz Balthazar da Silveira”. A Guerra (ou Motim) dos Emboabas e Paulistas aconteceu em janeiro ou fevereiro de 1709 e foi um confronto entre Paulistas e Emboabas (nome dado aqueles que não eram paulistas natos, por isso, considerados “forasteiros”, que desejam controlar a região). Motivos que levaram ao confronto “[...] as desordens e sublevações da capitania mineira começaram invariavelmente por causa da insaciável ganância da metrópole: - dízimos, passagens de rios, direitos de entrada e particularmente a cobrança do quinto do ouro, serão além ele outros, vexatórios impostos que sugavam o melhor dos rendimentos elo povo laborioso, imposto aliás não legitimados em um décimo ao menos por benefício de qualquer espécie, pois não havia em Minas Gerais nem uma escola pública, nem policia, nem estradas, nem pontes, nem correio, absolutamente nada que interessasse ao povo contribuinte.” (VEIGA, 1897, v. II, p. 445). O conflito teve como expoentes, Borba Gato, que era dono de grandes sesmarias na região e Manuel Nunes Viana, que era mascate, viajante e dono de gado. Até 1720, a região de Pitangui ficou isolada, pois todos temiam a bravios “povos pitanguienses”, deixando a região livre para a exploração aurífera e o livre comércio. A Guerra dos Emboabas fez surgir, em 1709, a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro (VEIGA, 1897; MARTINS, 2008; SACRAMENTO, 2009).

Em 1720, Felipe (Filipe ou Felipe) dos Santos, tropeiro, condutor de bestas pelo sertão mineiro, considerado o líder da Revolta de Vila Rica, foi decapitado e os demais líderes, presos. A prisão ocorreu após o Conde de Assumar, governador da capitania de Minas Gerais, fazer promessas que concordava com súplicas dos revoltosos, mas, na verdade, estava reunindo os dragões (soldados) para prendê-los. Felipe dos Santos arregimentou cerca de 2000 homens em Vila Rica e depois partiu para Ribeirão do Carmo para falar com o Conde Assumar. Para se fazerem ouvir, prendeu os camaristas e seus subordinados (VEIGA, 1897, v. I e II). As exigências eram similares a Revolta dos Emboabas, com reclamações maiores sobre a abertura das Casas de Fundição e sobre o comércio de sal, aguardente, fumo e gado que era de monopólio de portugueses e também sobre o Quinto, cobrado sobre a extração e tráfego do ouro em pó. A Coroa Portuguesa, percebendo a necessidade de maior controle sobre os motins que aconteciam nas terras mineiras, criou a Capitania de Minas Gerais em 12 de setembro de 1720, desmembrada de São Paulo. As Casas de Fundição foram mantidas para cobrar os devidos impostos (VEIGA, 1897; FIGUEIREDO, 2010).

ouro, como era realizado desde o início da era setecentista. Entretanto, as moedas cunhadas em circulação eram insuficientes, e ele procurou, com o “zelo costumeiro”, que chegasse ao conhecimento da sua Majestade que “[...] não quisesse haver o seu ordenado senão a 1\$500 Réis pela oitava de ouro, e que visto não haver moeda, devia correr o ouro pelo mais alto preço das minas, que é o de 1\$500 réis”. Assim, o conde de Assumar determinou “[...]que a todos se pagasse na mesma forma, exceto aos dragões e mais oficiais de milícia, por entender se não poderiam sustentar dando-se o ouro a 1\$500 réis a oitava[...]”, em razão da “[...]suma carestia da terra”. (AHU, 1722, cx.22, doc. 58, *apud* CARRARA, 2011, p. 19).

Depois da derrota da Revolta de Vila Rica, que teve como maior punido Felipe dos Santos para servir de exemplos aos demais revoltosos, as Casas de Fundição foram instauradas nas proximidades das principais comarcas mineiras: Vila Rica - atual Ouro Preto, Sabará (Comarca do Rio das Velhas) e São João del-Rei (Comarca do Rio das Mortes) (RENGER, 2006; VEIGA, 1897).

São João del-Rei era a entrada da Comarca do Rio das Mortes e da Picada de Goiás, e pagava 5 arrobas de ouro, equivalente a 10 libras. Vila Rica, atual Ouro Preto, 12 arrobas de ouro e Sabará, 10 arrobas pelo ouro mais 02 arrobas pelo gado, valor equivalente a 12 libras (RENGER, 2006).

Não havia um valor estipulado do imposto cobrado, ele podia ser aumentado ou diminuído de acordo com produção aurífera. D. Lourenço de Almeida, o Conde Assumar (1721-1732), o primeiro governador da Capitania de Minas Gerais, promoveu uma “reforma tributária”: baixou as 30 arrobas de ouro para 25 e o Direito de Entrada, deixou de ser cobrado pelas Câmaras das Vilas e passou a ser realizado nas Fazendas Reais. As Casas de Fundição controlavam o tráfego do ouro em pó, como também a cobrança dos devidos impostos (RENGER, 2006). Essa mudança foi feita, mesmo considerando que a Capitania de Minas Gerais era a Joia da Coroa na arrecadação fazendária e representava cerca de 85% de todos os impostos arrecadados na colônia portuguesa em detrimento das demais capitanias. Porém, o rigor que parecia haver não era o exercido, pois as pessoas que trabalhavam nas Fazendas Reais não se preparavam para o serviço e faltava contingente humano para o ofício. Era instruído que o administrador não executasse outras tarefas, mas, contrariando essa instrução, ele era o faz tudo das casas de

Contagem e dos Registros. Assim, acabava deixando a desejar nas funções de cobrador, anotador das entradas e saídas e “patrulhador” das estradas (CARRARA, 2011).

Após 1720, constatados os movimentos que aconteciam nos caminhos, picadas e outras vias consideradas caminhos públicos, foi necessário, para a transformação em Estradas Reais, controlar os fluxos das mercadorias. Esses fluxos ocorriam devido à recém criação da Capitania de Minas Gerais. Com a criação do Caminho Novo, a Coroa Portuguesa exigia que a exportação de ouro fosse feita por ele, fato que transformou o Rio de Janeiro em grande eixo exportador e importador de mercadorias para a região central das Minas Gerais. Assim, o Caminho Velho, que abrangia a região de São Paulo e, principalmente, o Vale do Paraíba, praticamente caiu no esquecimento pela dificuldade de sua rota. Este caminho voltaria a ser amplamente utilizado mais tarde, como trajeto de aventureiros, forasteiros e até mesmo fugitivos da justiça, desejosos de alcançar o sucesso na extração aurífera e no desempenho de outras atividades, entre elas o comércio e agropecuária nas regiões adjacentes à mineração. Era também uma forma de fugir dos caminhos mais fiscalizados (SANTOS, 2001; SCARATO, 2009).

Nesse contexto, Renger (2006) fez um levantamento dos impostos arrecadados entre os anos de 1718 e 1727, nas Fazendas Reais<sup>74</sup> dos Caminhos Velho, Novo e da Bahia. Esse último também era conhecido como caminho dos Currais<sup>75</sup>, e servia também como “descaminho do ouro” e de outras mercadorias, principalmente o gado que abastecia a região aurífera e alcançava os sertões. A arrecadação está apresentada na tabela nº 03:

---

<sup>74</sup> As Fazendas Reais eram os locais usados para cobrança dos Quintos, que não apenas incidiam sobre a produção aurífera, mas também no comércio de gado, cavalos (muas) e escravos.

<sup>75</sup> Os “Caminhos dos Currais”, nas palavras de Simonsen (2005), eram “[...]os que iam dos sertões da Bahia para as zonas de mineração socorros alimentares, pelas mesmas estradas poderia ser contrabandeado o ouro, fugindo ao pagamento dos quintos... Daí a Carta Régia de 7 de fevereiro de 1701, ordenando que as Capitânicas da Bahia e Pernambuco não se comunicassem com as minas de São Paulo pelos sertões, para que dessas minas não se pudessem ir buscar mantimentos ou gados das mencionadas capitânicas.” (SIMONSEN, 2005, p. 201).

Triênio	Caminhos Novo e Velho		Caminho da Bahia	
	Valor do contrato		Valor do contrato	
1718/1721	11 ½ arr.	168,912 kg	15 arr.	220,320 kg
1721/1724	20 arr., 1 lb.	294,219 kg	25 arr.	367,200 kg
1724/1727	20 arr., 16 lb e 64 oit.	398,462 kg	20 arr. E 6 lb.	296,514 kg

Tabela 3: Arrecadação das fintas de ouro pela Fazenda Real entre os anos de 1718 a 1727<sup>76</sup>

Os limites entre a Capitania de Minas Gerais e o sertões da Bahia (região que se destinava mais a criação de gado, seguindo as margens do rio São Francisco) eram a região que carecia de maior fiscalização, para evitar o contrabando nas vastas áreas também denominadas sertões. Daí surge a necessidade de se criar arraiais e se instalar registros. Manter os caminhos que se interligavam fiscalizados (patrulhados) era uma prioridade para evitar a evasão de divisas para outras capitanias (MARTINS, 2008):

A resolução régia de 17 de maio de 1729 determinou que os novos locais descobertos de Araçuaí e Fanado (Minas Novas) deveriam pertencer a Capitania da Bahia (A P M, III, 777 *apud* MARTINS, 2008). No dia 21 de maio de 1729, foi expedida ordem para a criação da vila, que foi devidamente instalada em 2 de outubro de 1730, sujeita judicialmente à Comarca do Serro Frio, mas administrativamente e militarmente ao governo da Bahia. Denominava-se Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí e foi a nona vila de Minas Gerais (embora, na época, pertencesse à Bahia). Depois de instalada a Comarca de Jacobina, na Bahia, a vila ficou subordinada a ela (BARBOSA, 1979, p. 290 *apud* MARTINS, 2008, p. 352).

Assim, a cobrança do quinto real na região dos Caminhos da Bahia abrangia áreas mais extensas do que poderia parecer. Gomes Freire de Andrade, responsável pelo governo da Capitania de Minas Gerais entre 1733 e 1763, já

<sup>76</sup> Elaborada por: ( RENGER, 2006, p.100).

incluía os “sertões” do oeste e leste em seus planos<sup>77</sup>, com a finalidade de aumentar a capitação de impostos. Esses planos se justificavam pelo fato de que as margens do São Francisco eram destinadas à agropecuária, o que poderia render mais que as Casas de Fundação (RENGER, 2006; MARTINS, 2008).

A capitação de impostos nos ditos “Sertões” na região oeste de Minas, foi a precursora da liberação da Picada de Goiás (1736)<sup>78</sup> outorgada por Gomes Freire de Andrade que já previa a entrada destes recursos nos custos de seu governo (MARTINS, 2008).

A Picada de Goiás surgiu após o sistema de capitação de impostos sobre o quinto do ouro e sobre o tráfico de escravos ter sido alterado por Gomes Freire de Andrade.

Embora a Coroa Portuguesa obtivesse dividendos com extração mineral desde o fim do século XVI no Brasil, e desde o século XVII na região da capitania de Minas Gerais<sup>79</sup>, a arrecadação de impostos sobre a circulação de mercadorias era de suma importância para continuar a suprir os pagamentos dos acordos econômicos realizados com a Inglaterra, principalmente.

A religião está intrinsecamente ligada à historiografia de Minas Gerais e, portanto, estava também presente nos negócios que imperavam na capitania. Logo a fé se consolidara como fonte não menos importante de destinação de ouro. As

---

<sup>77</sup> Gomes Freire de Andrade, o 1º Conde de Bobadela, mostrava-se neutro em relação às questões limítrofes com a Bahia, pois seu irmão era governador da Capitania de Pernambuco. (MARTINS, 2008) Gomes Freire de Andrade assumiu o governo da Capitania de Minas Gerais em 26 de março de 1735, porém desde 1733 já era o responsável pela Capitania do Rio de Janeiro e, em 1737, passou também a governar São Paulo (BORGES, 1992).

<sup>78</sup> A Picada de Goiás foi outorgada por Gomes Freire de Andrade em 08 de maio de 1736, porém seu trajeto já era utilizado desde antes. Anteriormente, já era registrada a presença de paulistas nas regiões de Pitangui (1715) e eles também adentravam para atuais regiões de Goiás e Mato Grosso. A rota para Goiás era uma das variantes do “antigo caminho de São Paulo” que levavam para Pitangui, Desemboque e “Goiasés”. (ABN, 1943; COIMBRA, 1965; BORGES, 1992; MARTINS, 2008; FREITAS, 2005; BARBOSA, 1979).

<sup>79</sup> Desde a segunda metade do século XVI, a Coroa Portuguesa possuía conhecimento das minas auríferas no Brasil. Entre os anos de 1560 e 1570 foi encontrado ouro nas regiões de São Vicente e Paranaguá. Mais tarde, na Bahia e em Minas Gerais, (1695). A partir do século XVIII, foi encontrado ouro em Cuiabá, 1719, depois em Goiás, 1725, e Mato Grosso, 1734 (RUSSEL-WOOD, 1999).

obras religiosas, tanto a construção de igrejas, quanto as feitorias de caráter assistencialistas, necessitavam de constante aporte financeiro.

A religião se consolidara como um negócio promissor nos tempos áureos da mineração em Minas Gerais: as missas valiam quatro gramas de ouro para quem comungava e dois gramas para os não-comungantes. E assim, seguia: o batismo em quatro gramas, casamentos saíam por onze gramas, serviço fúnebre saía por quatorze gramas. Uma missa cantada custava 57 gramas e um culto que incluísse sermão era o preço de 72 gramas (FIGUEIREDO, 2010).

Minas Gerais não era terra dada à filantropia, mas foi paternalista e assistencialista para os pobres que necessitavam das misericórdias. Os moradores mineiros precisavam pertencer a uma irmandade religiosa, para serem enterrados como “irmãos”. Era necessário fazer parte de uma confraria e isto custava o pagamento de altas taxas. Depois de falecidos, os homens de posses costumavam deixar bens para as irmandades e confrarias das quais faziam parte. Nem sempre estes bens se destinavam para as obras misericordiosas, pois eles ora eram disputados pelos familiares, ora ficavam a cargo das irmandades e confrarias religiosas para serem usados em benevolência própria no *post mortem*, como para celebração de missas e também com os demais gastos fúnebres (BOSCHI, 1984:1986). Os gastos eram para: “[...] Assegurar em vida um lugar para o descanso final era fundamental.” (BOSCHI, 1984, p. 39). Os cemitérios se localizavam dentro das igrejas ou em suas proximidades, logo os homens alugavam “[...] tumbas e esquifes ou mesmo pelo simples acompanhamento e cortejo[...]”, o que garantia bons dividendos financeiros ao templo religioso. O pertencimento a uma irmandade de prestígio garantia um bom lugar de sepultamento (BOSCHI, 1984, p. 39). A morte, assim, garantia bons rendimentos pecuniários para as irmandades, que revertiam os valores recebidos para as obras de caridade, como as Casas de Misericórdia e a garantia do enterro descente para os pobres desvalidos. Eram as divisas financeiras que o ouro proporcionou que custeavam as obras destinadas à igreja católica, como também para as irmandades.

Ligada à religiosidade, a atividade de construtores e artesões atingiu uma nova esfera de riqueza e reconhecimento. Nada econômicas, as ordens, irmandades e confrarias queriam apresentar, cada uma, templos mais auspiciosos que a outra e,

para isso, empregavam quilos e quilos de ouro (FIGUEIREDO, 2010). Era a igreja o símbolo de maior ostentação local e também a propulsora do *locus* urbano, considerando que cerca de 90 % das cidades da capitania de Minas Gerais se formaram no entorno de uma igreja (BARBOSA, 1979 *apud* FREITAS, 2005). As sesmarias concedidas no século XVIII eram proibidas de exercer a religião, mas se fossem instalados os templos (ou oratórios) precisava-se da autorização do bispado e havia a obrigação de pagar os “dízimos seculares.” (RAPM, 1988 [1924]; FREITAS, 2005).

Muitas de nossas cidades atuais têm sua origem nas antigas sesmarias. Assim que uma igreja era construída, chamava para o seu entorno moradores. As igrejas no sertão mineiro, no caminho da Picada de Goiás, tiveram sua formação muito similar, considerando que eram os homens de poder econômico que propiciavam a construção das igrejas. O arraial de Senhora Santana do Bambuí, atual cidade de Bambuí/MG, foi um desses lugares. Embora o povoado já existisse desde 1720, a Picada de Goiás foi autorizada, em 1736, mas não prosperou, pois a região foi invadida por quilombolas. Foi com a iniciativa do latifundiário Inácio Correia de Pamplona e dos demais sesmeiros, que, pelos idos de 1770, a igreja para Nossa Senhora de Santa Ana, foi construída.

A primeira providência dos novos moradores foi levantar a capela de Santa Ana, o que, mereceu elogio do Conde de Valadares: ‘[...]princípios pela casa de Deus fez muito bem.’ Nessa carta, confessa o governador a Pamplona: Muita gente me tem pedido sesmarias nesse sítio e todas tenho a vmcê. mandado informar.” (25-setembro-1769). (BARBOSA, 1971, p. 58).

Logo, o fluxo financeiro ocorria principalmente no sentido da Colônia para a Europa. Não somente Portugal, mas também a Inglaterra foram os grandes beneficiários da exploração colonial. As riquezas auríferas mineiras serviram para pagar toda a reforma de Lisboa, após o grande terremoto que assolou a cidade portuguesa em 1755. Serviram também para a construção de suntuosas igrejas e castelos (FURTADO, 2005).

O fluxo financeiro gerado pagou, em grande parte, a Revolução Industrial. Assim: “[...]A elevação geral dos preços, a expansão da monetarização econômica e a ampliação de mercados, consequências da entrada maciça dos minérios coloniais,

alavancaram a instalação do capitalismo industrial, sobretudo na Inglaterra.” (COSTA, 2004, p. 104).

Em 1728, Montesquieu havia alertado sobre a abundância de ouro brasileiro que circulava na Europa civilizada, como uma benéfica influência para o norte do continente. Adam Smith destacava o incremento do intercâmbio comercial entre a Inglaterra e Portugal em razão do ouro vindo do Brasil. Ele chegou mesmo a admitir que em seu tempo quase todo o ouro fundido na Inglaterra era de origem brasileira”. ( PIETRO *apud* Costa, 2004, p. 104).

O fluxo financeiro proveniente da exploração mineral atingiu ainda outros países europeus:

Além dos pagamentos realizados por Portugal à Inglaterra, importa notar os pagamentos feitos a outras nações, como França, Holanda e Alemanha, intermediados pelos próprios ingleses. Devido às “facilidades de que gozavam os ingleses, a frequência das comunicações, a garantia que a poderosa marinha britânica oferecia”, os débitos portugueses eram saldados por Londres. Essa intermediação era, de tal sorte, profícua para os ingleses, uma vez que lucravam com a comissão de frete e o câmbio. (COSTA, 2004, p. 104,105).

### **4.3 Tecnopaisagens- infraestrutura e técnicas na Picada de Goiás**

Diz-se que o governo está mandando abrir boa estrada rodageira de Pirapora a Paracatu, por aí...

João Guimarães Rosa  
Grande Sertão Veredas, 1994

As Tecnopaisagens dizem respeito à tecnologia e infraestrutura necessária para o desenvolvimento e crescimento da Capitania de Minas Gerais. Porém, a tecnologia utilizada no Brasil Colônia em todo o território e, conseqüentemente, nas terras mineiras, foi a mais precária e rudimentar. Como colônia portuguesa, o Brasil ficava à mercê dos mandos e desmandos de Portugal que buscava apenas o lucro nas atividades aqui desenvolvidas (PRADO JR.,1986).

Inicialmente, logo quando o Brasil foi descoberto, a exploração não gerou lucros, como acontecera nas colônias espanholas. Portanto, não recebeu investimentos ou cuidados estruturais. Minas Gerais viria a ser um destino plausível a partir do final do século XVI (GOES FILHO, 2015; SANTOS, 1926).

A construção de estradas é uma questão que permeia e influencia todos os demais fluxos.

Em operação logística digna e corajosa, seguiam por Entradas<sup>80</sup> e Bandeiras, homens que não arriscavam somente seu patrimônio material, pelo alto custo da empreitada, mas também suas vidas. Quando não morriam acometidos pelas doenças, eram assassinados por índios ou até mesmo pelos próprios membros da empreitada sertanista (TAUNAY, 2012).

Faziam parte da organização das viagens as providências relativas a todo o aparato logístico. O planejamento poderia durar cerca de 60 dias. Era necessário aglutinar pessoas aptas a participar das entradas e bandeiras<sup>81</sup>. Quando não se tratava de entradas, patrocinadas pelos governos da Capitania, via Coroa Portuguesa, precisavam de mantimentos para a viagem e, principalmente, o mais dispendioso: munição e armas<sup>82</sup> para enfrentar o inesperado, desde os perigos naturais aos bravios gentios da terra, índios que não se rendiam facilmente à “escravização” dos paulistas (GOES FILHO, 2015).

---

<sup>80</sup> As entradas poderiam contar com o apoio financeiro da Coroa Portuguesa e do governo da Capitania que os enviava, geralmente a de São Paulo. A condição era que não ultrapassassem o limite do Tratado de Tordesilhas (1494). Já as Bandeiras, por serem realizadas com recursos dos próprios bandeirantes, seguiam sem que os governantes opinassem, fato que contribuiu para o aumento das fronteiras do Brasil pelo Tratado de Madrid em 1750.

<sup>81</sup> Vasco Rodrigues Caldas, que foi vereador na Bahia, fez a proposta ao governador Mem de Sá em 1561, de “[...] penetrar os sertões em busca de minas”. A sua “entrada” levou cem companheiros “à custa própria” como seria uma bandeira, embora, diferentemente, tinha o consentimento do governo baiano. O trajeto seguia subindo “[...] o vale do Paraguaçu, em uma distancia de 70 ou 80 léguas do litoral”. A incursão não foi feliz, os índios tupinaés a impediu de progredir e Vasco Rodrigues Caldas voltou a capital. (CARRARA, 2007).

Para se ter uma ideia da composição de uma expedição fluvial, como fora a chefiada por Francisco de Mello Palheta, em 1722, solicitada pelo Governo de Belém, havia cinco grandes embarcações o Amazonas e o Madeira em 1722, encontrando as frentes espanholas da Missão de Moxos e descobrindo o rio Guaporé. A expedição por estrada fluvial seguia com 118 pessoas, 30 armas de fogo e 88 índios de flechar.” As expedições que saíam de São Paulo por estradas fluviais não eram maiores que essa e contavam com algumas dezenas de pessoas, armas e mantimentos. ( ABREU, 1963, p. 341 *apud* GOES FILHO, 2015, p. 115).

<sup>82</sup> Os bandeirantes colocavam em suas incursões as armas comuns à época: “[...]o trabuco, o arcabuz, o mosquete.” (FRIEDERICI, 1967, p. 180 *apud* GOES FILHO, 2015, p. 120).

Em geral, as Entradas e Bandeiras foram atividades importantes para o traçado de caminhos e para a criação de povoados ao longo das suas incursões (PACHECO e SOUZA s.d., *apud* SOUZA; MOREIRA; PEDROSA, 2014).

Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera II (bandeirante), saiu de São Paulo em 03 de julho de 1722, e retornou somente em 21 de outubro de 1725, trinta e nove meses depois. Foi uma empreitada que contou com uma tropa de 152 homens bem armados e três membros do clero (BETRAN, 2000).

Na composição das Entradas e Bandeiras, vinham engenheiros militares, que, já conhecendo os trabalhos realizados em Portugal na área de construção, geografia e cartografia, norteavam a abertura do caminho. Estes engenheiros militares, inicialmente, proviam-se de anotações para compor os trabalhos que serviriam a delimitação do território brasileiro, ajudavam na orientação do caminho para concretização do objetivo principal das Entradas e Bandeiras, a descoberta do ouro. Posteriormente, atuavam como auxiliares dos governadores das capitanias na construção das cidades no estilo de fortificações e de obras públicas, como estradas, chafarizes, fontes e prédios governamentais (CARVALHO, 1935).

A Bandeira de Anhanguera II teve o apoio do oficial e engenheiro militar Manuel de Barros e de seus conhecimentos geológicos que guiaram a expedição até as margens do rio Vermelho, onde foram fundadas as povoações de Santana, na região das atuais da Cidade de Goiás, Ferreiro, Barra e Ouro Fino (CREA-GO, 2012, p. 13). Estava ainda presente os engenheiros militares e sargento-mor Manoel de Barros e Manoel Pinto Guedes, que foi responsável pela construção de arraiais e sítios que ficavam no caminho já utilizado pelo velho Anhanguera. Os vestígios antigos encontrados ao longo do caminho, tais como uma câimbra de freio utilizada em cavalos, mostravam que os caminhos já haviam sido trilhados por outros homens, além dos selvagens (índios) da região (BOAVENTURA, 2007).

Veiga (1897) confirmou os perigos enfrentados pelas primeiras expedições no desbravamento dos sertões mineiros. Não havia estradas, pontes e faltavam recursos para a alimentação. Os caminhos eram abertos a facão e apresentavam inúmeros perigos, como animais e tribos indígenas selvagens.

Apesar da infraestrutura precária, nos primeiros anos do século XVIII, Levy (1945) mostrou que a exploração mineradora exigia a abertura de caminhos:

“Há necessidade de ir às Minas, abrem-se picadas, meios de comunicação, é o produto incentivando a circulação, é o ouro orientando o traçado da estrada.” (p. 254).

Diferente das casas e fazendas, a delimitação cartográfica e a construção das edificações públicas seguiam os tratados lusitanos que se baseavam nos conhecimentos europeus das respectivas áreas aplicados pela engenharia militar. Depois dos conhecimentos de Serrão Pimentel, vários trabalhos foram elaborados por Manoel de Azevedo Fortes<sup>83</sup> se tornaram referências para construtores e engenheiros militares e foram utilizados na confecção dos mapas cartográficos e na construção de obras públicas<sup>84</sup> (fortalezas e abertura de estradas) (BUENO, 2011; COSTA, 2010; BOAVENTURA, 2007).

O mapeamento e delimitação cartográfica faziam parte do conhecimento dos europeus desde o século XV, quando resgataram ferramentas para que o espaço deixasse de ser apenas mera representação paisagística. A ideia era trazer as coordenadas matemáticas e projeções astronômicas através da posição geográfica da localidade no mapa global (FERREIRA, 2011, p. 229).

Segundo Costa (2011), a cartografia que faz referência aos sertões de meados do século XVII até o primeiro quarto do século XVIII foi pequena, mas profícua, principalmente para as estradas de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Há uma justificativa para a falta de documentação cartográfica sobre o período: era proibido fazer circular informações sobre as possíveis rotas que levavam as minas por motivos econômicos e, assim, o conhecimento era transmitido verbalmente. Além disso, muitos destes documentos, como “ordens régias”, não resistiram aos descuidos seculares (COSTA, 2011, p. 97).

---

<sup>83</sup> Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749) escreveu o tratado *O Engenheiro Português* (1728/1729) publicado em dois volumes. Os livros continham conhecimentos de geometria, trigonometria, matemática e engenharia, base de cálculos para as construções que seriam realizadas na metrópole e nas colônias portuguesas.

<sup>84</sup> A distância das aberturas da estrada era conhecida por coberta ou “encoberta”, como previa o antecessor na construção das estradas portuguesas, Serrão Pimentel, que afirma ser o termo mais correto. Assim era o método lusitano para a abertura de estradas, segundo Azevedo Fortes, e ele foi copiado tanto em Portugal como no Brasil Colonial (BOAVENTURA, 2007).

O engenheiro militar e cartógrafo genovês Tosi Colombina teve importante papel no levantamento cartográfico da região. A serviço da capitania de Goiás, atendendo a demanda do Conde Arcos, elaborou dois mapas referentes ao Caminho Geral do Sertão. Os mapas elaborados por Tosi Colombina facilitaram o entendimento da região de Goiás e dos caminhos que passavam pelo sertão oeste mineiro.

Foi o mapa de Tosi Colombina, de meados do século XVIII, que melhor representou a magnitude “estratégica e política” do Brasil colonial e seus limites (COSTA, 2011, p. 148).

No que diz respeito às estradas, inicialmente, seu traçado obedecia ao sistema mais econômico possível. Quando possível, adotava a linha reta ou acompanhava o terreno, para não ter que remover obstáculos, por menores que fossem. Tosi Colombina, ao percorrer o caminho, desde o “[...] fundo do canal de Santos a São Paulo, depois a Jundiá até Vila Boa de Goiás [...]” pôde constatar detalhes do planejamento e construção (CINTRA; COSTA, 2011):

[...] traça-se o caminho mínimo como primeira diretriz, para depois dividi-la em trechos em função dos acidentes geográficos a evitar: cadeias de montanhas, regiões pantanosas, cruzamento de grandes rios, etc.(CINTRA; COSTA, 2011, p.15).

Quanto às exigências tecnológicas, embora Portugal tivesse passado por avanços e possuísse uma considerável experiência na construção de estradas durante a época em que esteve unido à Espanha sob a dinastia dos Felipes (1580-1640), por aqui as estradas não adotaram o mesmo padrão.

O motivo talvez estivesse no objetivo da colônia, que era proporcionar lucros à metrópole e, portanto, limitava-se aos investimentos mínimos (BASTOS, 2013; COSTA, 2010). Uma outra teoria era que as estradas não podiam ser construídas e muito menos ter seus roteiros divulgados. Neste sentido, no século XVIII, inclusive os relatos que forneciam maiores informações sobre as minas não eram autorizados e foram por vezes recolhidos, como aconteceu com Antonil, em 1711 (CARRARA, 2015; ANTONIL, 1982[1711]).

Prado JR. (1986) resumiu: “[...] Em suma, a técnica da construção de estradas é na colônia o que pode haver de sumário e rudimentar, e a trafegabilidade

delas estava muito mais entregue aos azares da Natureza que às artes do Homem.” (p.257). O autor detalha ainda a dificuldade da trafegabilidade:

As estradas coloniais são, de fato, quase sem exceção, abaixo de toda crítica; apenas transitáveis mesmo só para pedestres e animais; e isso tem tempo seco porque nas chuvas transformam-se em atoleiros em que frequentemente se desvanece qualquer esperança de passagem. [...] Estradas calçadas de pedra são na colônia, verdadeiros prodígios de tão raras; podemos contar os trechos calçados nos dedos de uma só mão, e medi-los a palmo. Neste assunto de calçamento, o mais que se fazia, nos trajetos muito trafegados e sujeitos a chuvas grossas, era revesti-los nos pontos excessivamente alagadiços de paus atravessados no caminho; o que, se consolida um pouco o leito, torna a marcha sobremaneira penosa, em particular para os animais. O melhor combate à lama, e o mais empregado, era ainda contar com o Sol, e para facilitar-lhe a tarefa, davam-se os construtores e conservadores de estradas às vezes ao luxo de debastar um pouco a vegetação marginal. Mas nem isto era muito frequente. (PRADO JR., 1986, p.256).

Em Minas Gerais, as estradas reais se articulavam com outras rotas, como a do comércio, que viabilizava o transporte, principalmente através dos tropeiros, para o Rio de Janeiro - o único destino permitido no início do século XVIII, com a finalização da construção do Caminho Novo (PRADO JR., 1986).

Eram incessantes as reclamações sobre a trafegabilidade: um exemplo foi a realizada pelos tropeiros que trafegavam pelas estradas ao conde de Assumar, que enviou carta para D. João V, em 03 de fevereiro 1719. Estes tropeiros que faziam o transporte do ouro e de variado número de mercadorias (gado, sal, aguardente, entre outras) pelas estradas mineiras não estava satisfeitos com as precariedades dos caminhos e os riscos ocorridos no trânsito por eles (ZEMELLA, 1990).

Muito dos percalços, nestes caminhos, eram causados pelos roceiros e sitianteiros que moravam nas beiras das estradas, que os danificavam e os interrompiam propositalmente para cobrar dos passantes as melhorias da estrada e o direito de passagem- “um pedágio”- pelo serviço prestado. Mas a causa do medo exacerbado das estradas estava nos quilombolas, negros que fugiam da lida nas datas e fazendas. Eles faziam vítimas em assaltos, amedrontando os viandantes (CHAVES, 1999; MARTINS, 2008). Este medo que o quilombola, dado a criminalidade, causava impediu, por décadas nos anos setecentistas, que o sertão

oeste mineiro, cortado pela Picada de Goiás, fosse povoado e apto para o tráfego, tanto de passageiros, como de mercadorias.

Dando início às medidas para evitar tais transtornos estradeiros, em 24 de setembro de 1719, o conde de Assumar enviou outra carta para a Coroa Portuguesa, sugerindo que o Caminho Novo fosse terminado pelo “dito Garcia R. Paes” e que este pudesse tomar contas das estradas e dar posse das sesmarias que lhe cabiam por direito no em torno do caminho. Era função dos moradores locais, fazendeiros, sitiantes e roceiros cuidar dos caminhos e, assim, poderiam cobrar dos viajantes e mercadores por zelar das passagens (SCARATO, 2009; CHAVES, 2009).

A mim me parece conveniente que Vossa Majestade ordene ao dito Garcia R. Paes acabar e endireitar o Caminho na forma que diz, porque não só se seguirá a utilidade de ser menos penoso aos passageiros, e mais fácil a condução dos reais quintos, mas também nas partes do dito Caminho em que couberem, se poderão perfazer as datas que lhe faltam por evitar o público clamor de tantos interessados. A bem disto, como sejam do dito Garcia R. Paes as terras, dele fica obrigado a concertá-lo sempre à sua custa, o que não pode ser sendo de outros, pois não há coação contra ele tendo a justa desculpa de não dever consertar os Caminhos ao mesmo tempo em que as terras que confrontam com eles são de outros possuidores, que tiram delas as suas utilidades. (Carta do governador, d. Pedro de Almeida, ao rei de Portugal sobre as datas de terras de Garcia Rodrigues Paes -24/09/1719).

Assim, verifica-se a importância da definição das sesmarias para o estabelecimento de rotas, caminhos e para a dotação de infraestrutura. Era através das sesmarias que se realizavam os controles e a delimitação das estradas, pois eram os recebedores destas terras por concessão do governo que iriam cuidar das passagens, e de tarefas como a demarcação e confrontação com os vizinhos. As sesmarias eram uma forma de, além de povoar a Capitania de Minas Gerais, promover a melhoria da infraestrutura, das estradas e evitar, entre vários males, o principal para a Coroa Portuguesa: o extravio do ouro.

Portanto, o recebimento de sesmarias pressupunha que o donatário iria realizar melhorias nas terras recebidas. Entre as melhorias estava a solicitação de abrir estradas e construir pontes, para conter os desvios de ouro e os contrabandos. Tiveram papel determinante nesta tarefa os “potentados mineiros” e os “homens-bons”. A construção das estradas e povoamento das regiões também previa algo

necessário para a manutenção da capitania mineira: a cobrança de impostos da extração do ouro e das demais atividades, como o direito de Entradas das mercadorias que passavam pelas estradas pelos registros e casas de contagem construídas nelas. O principal objetivo era que estes impostos fossem devidamente arrecadados, sem estarem sujeitos aos extravios dos caminhos, considerados “os descaminhos do ouro”. (CARRARA, 2011; PINTO, 2010; ANASTASIA, 1998; SOUZA, 1982).

Muitos dos bandeirantes que participaram e realizaram incursões para as terras do sertão mineiro, além da Serra da Mantiqueira, passaram da função de explorador do lugar para colonizador. Isso ocorreu principalmente na região norte de Minas, que teve seu maior expoente no atual município de Montes Claros e adjacências. Esse local era um entroncamento de diversos caminhos na rota pecuarista dos sertões leste-oeste de Minas e também possuía rotas para as regiões mineradoras e para a capital mineira, Vila Rica (CARRARA, 2007; NOGUEIRA, s.d.; MARTINS, 2008; GOES FILHO, 2015).

Durante o século XVIII, algumas campanhas de povoamento foram propostas pelos governos da capitania mineira. Elas visavam proporcionar condições para as pessoas residirem nos sertões mineiros, bem como infraestrutura de acesso para os moradores e também para os viajantes, sanando os problemas das estradas. Assim, Inácio Correia de Pamplona, em 1769/1770, no percurso da Picada de Goiás, relatou, em várias cartas aos governadores Gomes Freire de Andrade e, principalmente, ao Conde de Valadares, suas obras de melhorias estruturais<sup>85</sup> na região como também a garantia da segurança dos viajantes. Para essas melhorias, o mestre de campo recebeu inúmeras sesmarias nas beiras das estradas do oeste mineiro e adquiriu, através de concessão do governo, o direito de

---

<sup>85</sup> As melhorias das estradas do passado eram realizadas por terceiros, geralmente proprietários das terras que circundavam os caminhos. Para isso, cobravam dos passantes o direito de passagem sobre as mercadorias. Além disso, os viajantes e passageiros também pagavam o próprio direito de passagem.

passagem, isto é, um pedágio que lhe permitia a cobrança de um tributo das pessoas que fizessem uso dos benefícios dos caminhos (MARTINS, 2011).

Inácio Correia de Pamplona se mostrava, através de seus registros, um homem dinâmico, construtor de pontes e estradas (picadas). Ele seguia munido de escravos, foices, machados e enxadas, abrindo caminhos até ir de encontro à margem esquerda do rio São Francisco. O lugar já possuía uma ponte que estava caindo, e ele construiu um jirau de madeira para servir de apoio para a estrutura da ponte, que ficava no lugar que foi chamado por Pamplona de Perdizes<sup>86</sup>(atual município de Iguatama/MG) (MARTINS, 2008 *apud* ABN, 1988, v.108).

Porém, Pamplona fazia esse trabalho seguindo um roteiro que era norteado pelo Conde de Valadares. Na realização de seus afazeres, Pamplona, fez a ponte<sup>87</sup>, como chamava o lugar. De lá, seguiria com a abertura de uma picada para o lugar conhecido como Pouso Alegre<sup>88</sup>, de acordo com as instruções gerais de Valadares:

[...]todos serão obrigados a terem caminhos e ruas dos arraiais prontos e em estado de se viajar por eles, tanto no tempo seco como de águas, fazendo cada um, como é obrigado, a sua testada. Os moradores de cada distrito serão obrigados aos consertos das pontes, sua conservação e fatura (feitura- construção), [...] pois que todo o Povo recebe benefício e vem utilidade a todos. (MARTINS, 2011, p.27 *apud* Revista ABN, 1988, p. 60-61).

---

<sup>86</sup> Para criar uma controvérsia, Inácio Correia de Pamplona ardilosamente denominou o local de Perdizes. Esse já era o nome de uma, de suas oito sesmarias, que ficava na margem esquerda do rio São Francisco, o Arraial no Triangulo Goiano, na região do Alto Paranaíba. O objetivo era confundir e fazer valer o pedido do Conde de Valadares de retomar as terras que foram anexadas a Goiás em 1748. O intento fracassou e o nome Perdizes perdurou na atual cidade do Triangulo Mineiro (MARTINS, 2008).

<sup>87</sup> Em nenhum documento antigo é mencionado lugar com o nome de Ponte, mas na verdade era denominado de Porto Real ou Porto Real do São Francisco, atual município de Iguatama/MG (BARBOSA, 1971).

<sup>88</sup> Embora Pamplona tenha relatado, através de seu escriba, como feito seu, a abertura da estrada entre o local de Pouso Alegre que ficava entre o Arraial de Formiga e o “[...]Povoado de Capivara, em Itapecerica, indo-se pela estrada nova aberta por Pamplona, passando pela ponte de Iguatama, também feita por ele, passando por Bambuí, rumo Paracatu, até o Salitre (Salitre de Minas, Patrocínio) a estrada de Pamplona teria 49 léguas.” Os caminhos já eram estradas antigas, portanto não podiam ter sido mencionados por Pamplona nas datas referidas em seus relatórios - 21 de setembro a 10 de outubro de 1769 (MARTINS, 2008, p. 989).

Outro exemplo de sesmaria foi aquela solicitada pelo Capitão Manoel Lopes de Oliveira (RAPM, 1988 [1924], p.425, 426) a José Gomes Freire de Andrada, Cavalheiro “Professo na Ordem de Cristo Tenente Coronel da Cavalaria a cujo Cargo está o Governo da Capitania de Minas Gerais, etc” . Ele concede:

[...] ao Suplicante por Sesmaria três léguas de terra na paragem do Campo Grande da Picada de Goiás, que ao presente se achava por frequentar; e como se mostra não terem duvida alguma; me pedia fosse servido mandar-lhe passar Sesmaria de três léguas, por em Sertão e para criar gados; [...] Hey por bem fazer mercê como por esta faço, de conceder em nome de Sua Majestade ao dito “Capitam Manoel Lopes de Oliveyra” três léguas de terra de comprido e meia quadra por ser “Certão” na referida paragem, se tanto em ela se compreender, dentro das confrontações assim a mencionadas, fazendo pião aonde convier; em que semelhante extensão e proibida, pelas ordens do dito senhor, porque só conforme elas é que lhe concedo a referida sesmaria: com declaração porém, que será obrigado de um ano, que contará da data desta ademarcá-las as judicialmente, sendo para esse efeito notificados os vizinhos, com quem partirem as ditas terras, para alegarem o que for bem de sua justiça; e o será também a povoar, e cultivar as ditas terras, ou parte delas dentro em dois anos [...] (RAPM, 1988 [1924], p.425,426 ). (Grifos da autora).

Os termos usados para designar a demarcação das sesmarias eram o pião e a testada. O primeiro, o pião, se adaptou da palavra “peam”, que depois se tornou “piam” e, por fim, pião. Ela tem sua origem nas medidas portuguesas: o “Pé Português é igual a 17 palmos craveiros; o pé quadrado tem 2 palmos e 4- o Cúbico, z) palmos, e o pé Geométrico, tem 12 polegadas. Medir-se com seu pé, ou com seus palmos.” (BLUTEAU, 1789, p. 173). A versão “pião” é utilizada por alguns historiadores (FONSECA, 1961; FREITAS, 2005; e MARTINS, 2008). A testada, por sua vez era a parte da frente da sesmaria, pois era comum que o fundo da terra concedida medisse mais. Para definir o marco de divisa e a medição das terras da sesmaria havia uma estaca ou uma pedra pontuda. Nas terras de Oliveira/MG, o árbitro João Martins da Costa, depois de uma demanda por causa de algumas divisas na região, encontrou algumas estacas feitas de jacarandá, com marcas de 1754. Mas nem sempre, o local do “peam” pião como limite das terras era correto (FONSECA, 1961):

Um dos árbitros indicados *ad hoc* para exame das terras, o tenente Paulo Roiz Rocha, declarou que, na barra da Forquilha, tendo aí feito todos os exames precisos, não encontrou pau algum, nem vestígios mais do “ditto Pau de Cathugá como bem consta da Certidão da medição”. Portanto, concluía ele, é justo e de direito que a barra mencionada fosse o pião da sesmaria, alvo de toda aquela velha demanda. Mais para cima, encontrou-

se uma pedra enterrada: coisa sem importância, declarava ele. O árbitro João Martins da Costa disse ter arrancado, 45 braças acima da Forquilha, uma pedra, sob a qual foram encontrados carvões que, sendo cortados a canivete, mostraram ser “Pau de Cathugá”. Correndo daí rumo norte até o alto da serra chamada Vera-Cruz (ou Bela-Cruz), foi dar em um pau de jacarandá nativo, em cujo tronco ainda reconheceu, confessa ele, as marcas feitas pelos demarcadores de 1754. Correndo rumo sul 140 cordas, foi dar em um “Pau de olhio”, vertentes para norte e sul. (FONSECA, 1961, p.48).

A medição das estradas, por sua vez, era realizada por meio dos marcos miliários. Essa era uma tradição trazida de Portugal, que foi, porém, herdada das vias romanas. Ela visava facilitar a apreensão das distâncias pelos viajantes e principalmente pelos mercadores e tropeiros. A medida portuguesa para instalação dos marcos era de 1000 pés, isto é, 1478 metros. Os marcos nas antigas estradas romanas eram colocados a cada mil passos romanos, que chegavam a 1800 metros (MARÉ, 2011; LOUREIRO, 2012).

No Brasil do século XVIII, o costume era semelhante, porém o percurso era medido através de uma légua, ou seja, 6.600 metros. Entretanto, a partir de 1769, os marcos foram colocados de meia em meia légua (3.300 metros). Muitos eram utilizados para delimitar o perímetro urbano das cidades que iam se formando<sup>89</sup> (NASCIMENTO, 2014).

Em Minas Gerais do século XVIII, os marcos de pedra seguiam a tradição portuguesa de outrora. Eram colocados os números de léguas, expressos em algarismos romanos. Estes marcos eram usados para identificar as estradas públicas em Portugal. Essa identificação era um dever dos municípios, que só foi atribuído à Coroa Portuguesa com maior rigor na Gestão de D. Maria I, que tinha o 6º Conde de Valadares, Dom José Luís de Menezes, como “inspetor das Estradas Reais e obras públicas”. Ele, na verdade, já havia iniciado a construção das estradas nas terras mineiras. Todavia, os marcos utilizados em Portugal, pelo Conde de

---

<sup>89</sup> O bandeirante Fernão Dias, em março de 1675, valendo-se da tradição portuguesa, ao passar, pelo Arraial de Ibituruna “[...]deixou fincado um marco de pedra, símbolo dos poderes régios conferidos à sua pessoa pela Coroa Portuguesa [...]” (RESENDE, 2008, p.133). Esse arraial viria a ser o primeira povoação das terras mineiras e assim, nas palavras de Diogo de Vasconcelos “o mais antigo lar da pátria mineira”.

Valadares, nas estradas públicas construídas por ele, em 1788, eram muito parecidos como que foram (e ainda são) encontrados em Minas Gerais.

Os relatos do memorialista Joaquim Antônio Gomes da Silva, “Quim Gomes”, no documento Escavações ou apontamentos históricos em Pitangui (1893), registraram o “costume do então construtor de estradas públicas”: Tomou a câmara posse daquele sertão, respeitando a jurisdição da justiça pondo vários marcos, para memória do que se fizeram os termos<sup>90</sup>. ( No mesmo ano de 1773, recolheu-se a Portugal o Exm<sup>o</sup>. Conde Valadares. Assim, ficou suspenso o conhecimento e descobrimento daquele sertão, pois os negros fugidos e a má vizinhança do gentio Caiapó, que patrulhava aquela terra, impunham receio (GOMES, 1883 *apud* MOURÃO, 2009, inédito).

A figura nº 19 apresenta também parte da Picada de Goiás que nasceu da estrada de São Paulo a Goiás, com suas rotas terrestres e fluviais, antes de alcançar, em Vila Boa de Goiás, o Caminho Geral do Sertão (CINTRA; COSTA, 2011). As cartas de sesmarias solicitavam aos concessionários das terras que deixassem meia légua, 3300 metros, nas margens dos rios para que servissem de passagem, no século XVIII (RAPM, 1988[1924]).

---

<sup>90</sup> Segundo Raphael Bluteau (1728) é limite. Portanto um: “Termo de Villa ou Cidade. É o distrito ou espaço de terra , aonde chega a jurisdição dos Juizes Ordinários, ou de Fora, de ou de outras Justiças. Chama-se assim de marcos, ou padrões de pedras, que tem os títulos de Villas ou cidades, e terminam ou põem termo a extensão da dita jurisdição. Os Juizes de Fora, sem decreto del- Rey não podem passar da vara alçada fora do termo, ou cidade, donde estão por Ministros; os Corregedores têm esta autoridade serem de Comarca.[...] ” (p.114). BLUTEAU, Rafael. Dicionário Raphael Bluteau: Vocabulario Portuguez & Latino –Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/termo>>, Acesso em: 15 jan. 2017.

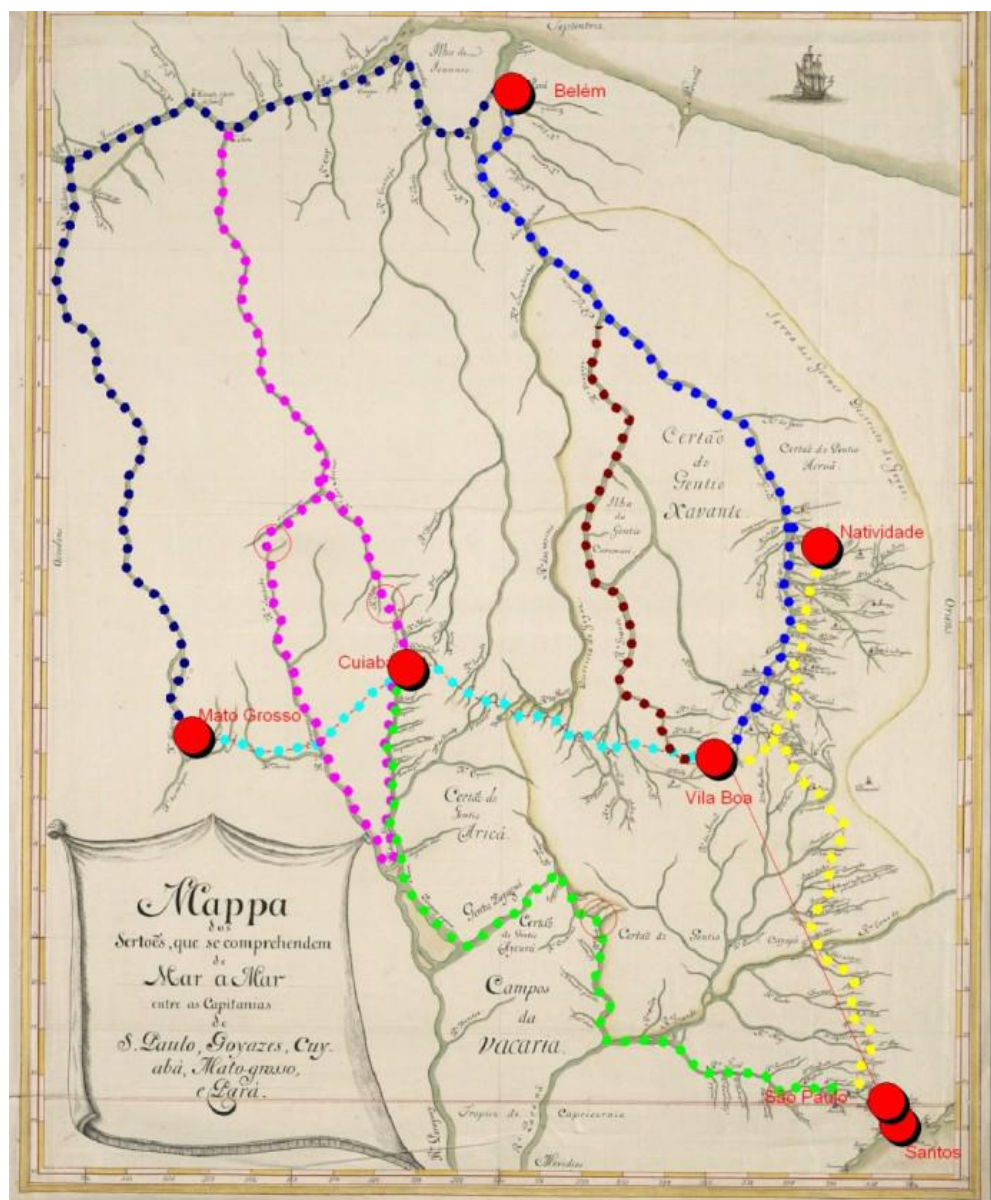


Figura 19 - Rotas terrestres e fluviais no mapa de Tosi Colombina: São Paulo- Goiás (Vila Boa)<sup>91</sup>

O trajeto da estrada alcançava o “Planalto Central, passando por Goiás Velho e indo até Natividade” e também Cuiabá, passando por várias “[...]minas de ouro, além de uma de três em três léguas, para plantação de pastos e instalação de pontos de apoio” (APG, 1863, p. 124 *apud* CINTRA; COSTA, 2011).

<sup>91</sup> Fonte: Figura elaborada por (CINTRA; COSTA, 2011, p.24) a partir do mapa de Tosi Colombina: São Paulo- Vila Boa/Goiás.

A solicitação do empreendimento estradeiro de Francisco Tosi Colombina e seus sócios foi deferida positivamente:

Por aviso [...] de vinte e oito de outubro deste presente ano [1750] [...] remetia um requerimento que lhe fez Francisco Tosi Colombina e vários outros sócios, que tem ajustado entre si uma Companhia para porem em execução o projeto que querem intentar de abrirem o caminho que vai da cidade de São Paulo a Vila Boa, e desta continua até a Vila de Cuiabá, conforme se via no mapa de fls ... pedem é que Vossa Magestade lhe conceda o privilégio por tempo de dez anos [...] e pedem mais que [...] naquelas tais terras poderem fazer casas e plantarem roças para terem mantimentos e os postos necessários para os gados e cavalos e tudo o mais que julgarem conveniente para suas fábricas. Parecer do Conselho Ultramarino, de 16 de novembro de 1750 (SILVA,1997, p. 19 *apud* CINTRA; COSTA, 2011, p. 04).

No entanto, o projeto audacioso do engenheiro militar e sargento-mor de Goiás não foi concluído por falta de fundos. Como de praxe, pelos serviços concedidos recebeu sesmarias e direito de passagens por suas terras (APG, 1863, p. 124 *apud* CINTRA; COSTA, 2011).

No que concerne a pavimentação das estradas e vilas, foi apenas no final do século XVIII (e início do século XIX) que as estradas mais importantes começaram a receber este acabamento, quando atendiam aos interesses econômicos da Coroa Portuguesa.

Algumas vilas setecentistas receberam calçamento, pavimentação de pedras. O trabalho era realizado por pedreiros e, na maioria da vezes, funcionários contratados pelos Senados das Câmaras. Como relatado abaixo sobre a atual cidade de Tiradentes/MG, este tipo de calçamento denominado de “pé-de-moleque”, também chamado de calçamento de “pé-de-galinha”. Este tipo de pavimento era comum em cidades criadas no século XVIII- utilizando pedras da região, esculpidas manualmente e colocadas sobrepostas de forma irregular no terreno (FIORITTI, 2007; SANTOS FILHO, 2013):

[...]antiga Vila de Vila de São José do Rio das Mortes, como as outras vilas coloniais do ciclo do ouro era desprovida de calçamento até meados ou terceiro quartel do século XVIII. Pouco ou quase nada se sabe sobre a execução do antigo calçamento em pé de moleque que cobria as rua da Câmara, Jogo de Bola, Direita, do Chafariz, do Sol, Rua das Forras, além do Largo do Ó, parte fronteira do Chafariz (ainda existente) parte do Largo do Sol e junto e sobre a Ponte de Pedra ( ainda existente). Há nos fragmentos de documentos setecentistas do antigo Senado da Câmara, mandados de pagamentos ao Pedreiro Bento Gonçalves Franco por execução de calçamento nas ruas da Vila, na década de 1780. É evidente

que a calçada de dentro do pátio do Chafariz e talvez a área frontal tenha sido feita na época de sua construção em 1749 e o calçamento sobre a Ponte das Forras e seus acessos, por volta de 1800, quando esta ficou pronta. O calçamento da rua das Forras terminava na esquina do atual prédio da prefeitura, não continuando no Largo da Rua das Forras, como se dizia na época. Há ainda na documentação da Câmara muitos pagamentos por consertos dos calçamentos e capina dos mesmos o que no final do século XIX, era feito apenas duas ou três vezes por ano. (SANTOS FILHO, 2013, s.p.).

O Arraial de Paracatu possuía calçamento de pedras<sup>92</sup>, feitos em seixos rolados (pedra lisas) e os entremeios das ruas eram mais profundos, para servir de escoamento para as águas da chuva (MELLO, 1999).

A pavimentação aplicada nas estradas das vilas com maior fluxo de pessoas era realizada, principalmente, nos “trechos perigosos” como o da encosta da serra do Deus-Te-Livre ou de Ouro Branco. Portanto, estes trechos perigosos eram revestidos com pedras, sendo também construídos muros com o quartzito retirado da própria serra (COSTA, 2010, p. 39).

A princípio, a pavimentação era realizada com pedras típicas da própria região, recortadas como seixos rolados que poderiam ser misturados a um material arenoso que tinha como objetivo dar sustentabilidade ao calçamento feito de forma intertravada ou com pedras talhadas manualmente, como executado nas vias romanas do período de antes de Cristo. Com o passar do tempo, surgiu necessidade de estradas mais solidificadas pelo intenso fluxo de mercadores e viajantes. Assim, as pedras recebiam entalhe diferenciado e para o rejunte poderia ser colocado o caulim<sup>93</sup>, mineral abundante em Minas Gerais e Goiás (TUPINAMBAS, et.al., 2005; FIORITI, 2007; STARZA, 2009).

---

<sup>92</sup> O calçamento de pedras foi substituído, no século XX, pelo asfalto em vários locais. Paracatu/MG, última cidade mineira no caminho da Picada de Goiás, foi um desses locais ( MELLO, 1999).

<sup>93</sup> Caulino ou caulim- Argila branca, rica em carbonato de cálcio, base de extração de cal. Disponível em: <[http://www.iar.unicamp.br/lab/luz/ld/Arquitetural/Gloss%E1rios/glossario\\_da\\_construcao.pdf](http://www.iar.unicamp.br/lab/luz/ld/Arquitetural/Gloss%E1rios/glossario_da_construcao.pdf)>, acesso em: 20 fev. 2017. A produção industrial de Caulim teve início no século XIX e XX, embora já fosse utilizada no século XVIII nas fábricas de cerâmicas refinadas na Europa. No Brasil, era utilizado como base da cal, utilizado para pintar as casas e igrejas setecentistas. Na região da Picada de Goiás, Formiga, arraial criado no século XVIII, era rica neste mineral. A atual cidade de Bicas, que pertencia a Juiz de Fora, também foi grande produtora deste mineral. (Nota da autora).

Para o trabalho de “leva e traz” de mercadorias do litoral para as regiões interioranas do Brasil, conseqüentemente para Minas Gerais, era importante um sistema de transporte eficiente.

Entretanto, Minas Gerais não possuía grandes criações de muares e, até meados do século XVIII, boa parte da produção aurífera e das mercadorias eram carregadas pelos escravos a pé nas estradas, pois era maior a quantidade de trilhas que permitiam a viagem apenas em fila indiana, isto é, um atrás do outro (PRADO JR., 1986).

Para tanto, foi implantado o transporte por tropas de mulas. A procura por muares fez surgir um enorme mercado para os animais de carga (FURTADO, 2005).

Em meados do século XVIII, as mulas e cavalos substituíam o escravo negro e o escravo indígena no transporte das mercadorias e dos passageiros (FIGUEIREDO, 2010). Embora mais rápido e eficiente, o transporte realizado pelos tropeiros por suas tropas de mulas e por carros de boi era muito dispendioso, pois as cargas eram perdidas pelas estradas que trepicavam pela falta de uniformidade do terreno. As cargas com as mercadorias também precisavam ser bem amarradas para não se soltarem ao bater nas árvores e galhos, pois muitas trilhas eram estreitas e mal permitiam a passagem de um único animal. As ferraduras precisavam ser bem colocadas para o conforto do animal e do tropeiro (SATHLER, 2003).

É preciso considerar também que “[...] o carro de boi era outra alternativa, mas não servia para as grandes distâncias em Minas, entre outros lugares com serra, dado à condição das estradas.”(SATHLER, 2003, p. 37).

O manuscrito de José João Teixeira Coelho, publicado em 1782 na Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais (COELHO, 1994), demonstrou os “[...] cálculos dos rendimentos em contos de réis[...]” que se arrecadava nas principais passagens da capitania de Minas Gerais do século XVIII (CASTRO, 2011):

[...]são diversos os contratos das passagens dos rios caudalosos da Capitania de Minas. Estes contratos se regulam pelas ordens gerais que ficam referidas no capítulo 14. Deles se paga o um por cento do total das suas [ar]rematações e as propinas que vão declaradas no capítulo 2 §3, no 1, mas não se pagam propinas aos ministros dom Conselho Ultramarino, nem as ordinárias e munições. (CASTRO, 2011, p.15 *apud* COELHO, 1994, p. 208; COELHO, 2007, p. 322).

Os valores recebidos em contos de réis pelos direitos de passagens, durante o século XVIII, mostravam a importância das atividades comerciais que precisavam transpor os rios. Dos direitos de passagens nos rios na capitania de Minas Gerais, foram arrecadados o valor de 465 contos de réis, durante todo o século XVIII. O valor mais alto arrecadado foi na passagem do Rio das Mortes, 306 contos, seguido dos rios Grande, 73 contos, e Paracatu, 34 contos.

Em 1750, no apogeu da mineração, os valores cobrados pelos direitos de passagem chegaram a 98,7 contos, com destaque para as duas referidas passagens dos rios, arrecadando 61,5 e 18,7 contos respectivamente. Nesta década, destaca-se também a passagem do rio Paracatu, arrecadando 9,1 contos, devido às descobertas de minas em 1744. Nos anos de 1791 a 1799, com a queda da produção mineral, os rendimentos gerais chegam aos níveis semelhantes aos registrados no início da exploração, na década de 1720, com arrecadações de 26 contos no rio das Mortes, 6 contos no rio Grande e 3,4 contos no rio Paracatu (CASTRO, 2011).

O objetivo era manter a produtividade e as rotas de abastecimento de Minas Gerais, conforme os relevantes estudos do prof. Alfredo Ellis Jr., o primeiro a “[...]equacionar o problema de abastecimento[...]” no seu livro *O ouro e a paulistânia*. Ele aborda a necessidade de um estudo:

[...] das qualidades e deficiências das correntes abastecedoras, o aparecimento dos núcleos produtores nas minas, o seu desenvolvimento até o momento em que a Capitania das Minas Gerais, ultrapassando o grau de auto suficiência, passou a abastecer as regiões que antes lhe faziam fornecimentos numa completa inversão do quadro econômico que prevaleceu até a segunda metade do século XVIII. (ZEMELLA, 1990, p. 31).

Para abastecer o *hinterland* brasileiro, era necessário abrir novas rotas para a interiorização que se daria nas minas auríferas descobertas no século XVIII. Essas novas minas geravam a necessidade de vários produtos, entre eles alimentos, gado para alimentação e muares para transportes. A capitania não estava preparada para suprir a necessidade das massas que trabalhavam na mineração. Assim, Zemella, citando Taunay, mencionou que “[...]até bois mansos carreiros foram sacrificados para o abastecimento das Gerais.” (ZEMELLA, 1990, p. 57 *apud* TAUNAY, 1927, p. 424)

Os muares, gado cavalari e *vacum* que abasteciam a região aurífera vinham do sul, em um intenso tráfego responsável pelo crescimento de campos inteiros, como o de Curitiba e de Paranaguá, que vieram a se transformar em cidades *a posteriori*. Partiam de vilas do sul, passando pelo porto de Santos e, depois, quando foi aberto o caminho por terra, os comboios de animais saíam das feiras de burros de Viamão/RS para as de Sorocaba/SP, de onde seguiam para o trabalho ou como gado para servir de alimentação nas regiões de mineração.

Com isso, várias cidades paulistas cresceram como o entreposto para o comércio, conhecido como “estrada do mar”, entre elas: “[...]Itapetininga, Faxina, Pirapora, Cabreúva, Apiaí, Avaré e outras.” (ZEMELLA, 1990, p.60 *apud* DEFFONTAINES, ano 1, p.263).

No traçado dos caminhos do Brasil, o abastecimento das regiões auríferas foi de extrema relevância, como ressaltou o capitão-general da Capitania de São Paulo, D. Luís Antônio De Sousa, que tinha, no comércio de muares realizado com Viamão por paulistas, um negócio relevante (ZEMELLA, 1990).

A mineração e suas atividades correlatas (comércio e agropecuária) fizeram outros centros importantes pela trafegabilidade, para dentro e para fora da capitania de Minas Gerais. São Sebastião do Rio de Janeiro era um pequeno núcleo urbano no início da mineração, quando ocorreu a abertura do Caminho Novo (1725) que era mais perto e de mais fácil acesso do que o Caminho Velho, por São Paulo. O caminho do Rio de Janeiro se transformara no novo caminho para região das gerais. Por algum tempo, para evitar os “descaminhos do ouro”, foi o único autorizado pela Coroa Portuguesa. São Sebastião do Rio de Janeiro tornou-se, em 1763, devido a este movimento, a capital da colônia do Brasil (SOUZA, 1982; CARRARA, 2015).

O caminho de São Paulo não ficou obsoleto pelo motivo da descoberta de ouro em Goiás e Mato Grosso, e Sorocaba continuava como entreposto comercial. De outras regiões, partiram caravanas em prol do abastecimento das regiões auríferas, inclusive das regiões denominadas Sertão, tanto na porção leste quanto na oeste da capitania mineira. Caminhos eram abertos com essa finalidade. Visava-se a promoção de todo tipo de comércio com a região da mineração, circulação de gado, tropas de burro e outros gêneros (ZEMELLA, 1990).

Segundo Lima (s.d.), por fatores históricos, o Brasil e Minas Gerais no seu período colonial ainda:

[...]Era o arquipélago econômico brasileiro, que, de tão marcante na formação econômica do Brasil, GUIMARÃES NETO; BRANDÃO (1989), ao estudar as relações do nordeste com as demais regiões, estabeleceu, em função dele, uma periodização com as três fases históricas: isolamento relativo, articulação comercial e integração produtiva. CASTRO (1971, p.11,17) refere-se a ele como a “herança regional no desenvolvimento brasileiro” e chama a atenção para o fato de que: Esta passagem de ilha a ilha no “arquipélago” regional brasileiro constitui um dos mecanismos básicos de nossa formação espacial e contrasta fortemente com o avanço tipo “mancha de óleo” característico da evolução norte-americana. (p.03).

Assim, estas estradas e picadas não formaram uma rede coesa, que servisse para interligar e integrar as “ilhas econômicas” fomentadoras do Brasil Colônia que surgiram principalmente devido aos seus ciclos econômicos. Logo, a colônia vivia sob a égide econômica de “arquipélagos regionais” isolados (OLIVEIRA, 1981, LIMA, s.d.).

Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, como ilhas de um mesmo “arquipélago regional”, fizeram surgir um novo eixo de movimentação devido à extração aurífera no século XVIII em suas terras. Nesse período, “[...] para a Metrópole e para a colônia, numa fase de “prostração e pobreza” pela qual passavam no final do século XVII [...]”, após o fim do ciclo açucareiro, uma destas “ilhas econômicas”, ocasionou um “[...]deslocamento espacial do centro econômico, possibilitando uma articulação das regiões e seu povoamento.” (GUIMARÃES NETO; BRANDÃO, 2009, p.03 ).

Portanto, o fluxo de pessoas se deslocava na busca de sintonia com o fluxo financeiro.

Assim, devido a essas ilhas econômicas que se formavam, chegou um momento que havia mais “transportadores” para as mercadorias do que cargas para serem conduzidas. Carros de boi, burros, tropas e tropeiros levavam e traziam tudo, desde café, rum, açúcar, e traziam sal, farinha e outros alimentos. O tropeiro era figura peculiar pelos caminhos para Mato Grosso. Eram eles que se movimentavam através das comitivas, que, nos locais dos “pousos, paradas e repousos”, formavam aglomerações e, depois, cidades. Em muitas destas paragens eram construídos

pedágios, locais onde ocorriam as cobranças dos direitos de passagens e a fiscalização dos tropeiros e suas cargas que adentravam para Goiás por rotas oficiais, muito vigiadas pelo tráfego intenso dos metais preciosos e outras mercadorias. Para fugir dos registros oficiais, os tropeiros saíam das rotas convencionais, dos pousos, paradas e, assim, surgiam outras aglomerações que logo formavam cidades, como Mogi Mirim/SP, Mogi Guaçu/SP e Ouro Fino/SP. Segundo Deffontaines (1935), fazia parte da cultura estradeira de Minas a concepção de cidades à beira das estradas: “Estas cidades de estradas foram abundantes, sobretudo em Minas Gerais em relação as minas e isto explica a frequência das cidades de passagem que se chamam: Pouso Alto, Pouso Alegre, ou ainda Passa Quatro, Passa Três, Passa Vinte [...]” (p. 145).

Mesmo que indiretamente, as estradas e seus fluxos, eram os condutores das maiores preocupações da Coroa Portuguesa.

Minas Gerais carecia de melhorias (LIMA JR.,1965):

[...] como o desenvolvimento da população e as necessidades da vida requeriam construções, meios de transportes, maquinaria, embora tósca, muitos dos emigrados voltavam a seus ofícios anteriores de ferreiros, carpinteiros, pedreiros, canteiros, que encontravam altos salários, não só trabalhos de mineração, como também nos arraiais que começavam a se formar em torno das casas de negócio, onde os ganhadores de ouro fácil, iam gastar o fruto de seus trabalhos. (LIMA JR.,1965, p.55).

Os viajantes, mercadores e negociantes faziam uso, *a priori*, dos pousos para descansarem antes de seguir viagem. Por isso, os pontos de parada eram de suma importância e deram origem a várias cidades nos arredores dos caminhos e estradas. Uma desses pontos fora o Arraial de Nossa de Oliveira, lugar que surgiu como núcleo de povoação para dar apoio aos que passavam pela estrada (SANTOS, 2001, FONSECA, 1961).

O Governador Gomes Freire de Andrade, 1º Conde de Bobadela, responsável pelas capitânicas do Rio de Janeiro e Minas Gerais, tinha consigo os

trabalhos do engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim<sup>94</sup>, que nasceu em Portugal e faleceu no Brasil em 1765. Assim, em 1743, Alpoim, discípulo do engenheiro-mor português, Manoel de Azevedo Fortes, com cargo de sargento-mor, traçou o plano de expansão urbana para a Vila de Nossa Senhora do Carmo, em 1745, e, em uma homenagem à D. Maria Ana D’Austria, rainha de Portugal, esposa de D. João V, chamou o local de Mariana. Através de seus trabalhos, a atual cidade de Mariana se tornou a primeira cidade planejada da capitania de Minas Gerais, do Brasil e também das Américas. Com ares urbanos e traçados que atendiam a cálculos geométricos e estudos vigentes, seu objetivo era ser a sede do bispado e fazer jus *ao status* de capital da capitania (COSTA, 2010; BUENO, 2011; FIGUEIREDO, 2010).

Antônio Pereira de Sousa Calheiros<sup>95</sup> construtor de várias edificações em Minas Gerais possuía o conhecimento que trouxera de Braga, cidade portuguesa, para desempenhar tal função. Estando no Brasil desde os idos de 1730 e, em Minas, desde 1736, logo conseguiu prestígio dos governantes e mobilidade na capitania, por ter atuado em Mariana, Ouro Preto e Tiradentes. Entre os anos de 1748 e 1751, ocupou o cargo de Administrador (também denominado de Caixa) do Contrato das Estradas (URIAS, 2013).

---

<sup>94</sup> Foi no século XVIII que as aulas de “Arquitetura Militar da Bahia e a do Rio de Janeiro” começaram no Brasil, com orientações da Coroa Portuguesa e se baseando nos tratados de Manoel de Azevedo Fortes de 1722 e 1729. Foram discípulos de Fortes tanto no ensino, quanto nas construções na colônia: Antônio Rodrigues, Matheus do Couto (o velho), e José Fernandes Pinto Alpoim, este com presença marcante de Minas Gerais. José Fernandes Pinto de Alpoim foi autor, entre outros, do manual “Exame de artilharia” que compreende aritmética, geometria e artilharia, com quatro apêndices. Alpoim foi autor do projeto do Palácio dos Governadores, que possui aspectos de fortaleza, comum às construções da época (COSTA, 2010; BUENO, 2011; FIGUEIREDO, 2010).

<sup>95</sup> Antônio Pereira de Souza Calheiros chegou ao Rio de Janeiro em 1730 ( ou 1732 ou 1733). No ano de 1736, já estava residindo em Minas Gerais, sendo vereador em Mariana e depois mudando-se para a Vila de São José (Tiradentes), onde dispunha de influência e riqueza. Era considerado um “homem bom”, por fazer parte da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São José do Rio das Mortes. Calheiros inseriu os conhecimentos do barroco italiano nas construções arquitetônicas setecentistas de Minas Gerais. Foi responsável por incluir a planta elíptica nas construções, influência dos italianos Gian Lorenzo Bernini (1598-1680) e Francesco Borromini (1599-1667) É possível que tenha influenciado Aleijadinho nas construções ouro-pretanas (URIAS, 2013).

Os construtores eram pedreiros<sup>96</sup> das obras orientadas pelos engenheiros, visto que seguiam os seus desenhos. Arouca foi construtor, de igrejas e outras obras públicas, como chafarizes e fontes em Ouro Preto e Mariana. Foi responsável pela construção da estrada entre Mariana e Ouro Preto, o caminho antigo que passava pela Mina de Passagem (Mariana) ultrapassando o ribeirão do Carmo, com toda uma infraestrutura presente, como os chafarizes, calçadas e aquedutos. As calçadas de pedras eram utilizadas, nas laterais das estradas, para facilitar o acesso em tempos de chuvas e o escoamento da produção de gêneros, como o açúcar. Essas vias, porém, eram raras na colônia (URIAS, 2013; COSTA, 2010; VEIGA, 1897; BUENO, 2009).

A construção das “[...] estradas, pontes, cadeias, repartições municipais, encanamentos de água e fontes[...]”, obras públicas, onerava a população moradora das vilas e regiões de mineração, através das fintas que eram impostas pelas câmaras municipais regularmente (RUSSEL-WOOD, 1999, p.499). Assim:

[...] uniformidade dos terrenos, correspondia à uniformidade dos partidos arquitetônicos: as casas eram construídas de modo uniforme e, em certos casos, tal padronização era fixada nas Cartas Régias ou em posturas municipais. Dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas foram exigências correntes no século XVIII. Revelam uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa. (FILHO N. 1.997, p.24 *apud* ZORRAQUINO, 2006, p. 15)

---

<sup>96</sup> Portanto: “Aos oficiais engenheiros cabia, além das obras de defesa, das demarcações das fronteiras e do ensino, a execução de obras civis e religiosas, a construção de estradas etc. Mas com frequência eram os mestres pedreiros os responsáveis pelas obras, sendo eles também encarregados de inúmeras outras funções, como a de extração de materiais pétreos. O mestre pedreiro Antonio Ferreira Lima assinou um contrato com a Meza da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de São João d’El Rey para trabalhar “pello seu of.o de Pedreyro, tanto para tirar pedra na pedreyra como lavar e tudo o mais que pertence ao dt.o seu of.o[...]” Francisco de Lima Cerqueira, responsável por várias obras em São João d’El Rey, era o mestre e o administrador das obras da nova capela de São Francisco e responsável por “Lavar Cantaria debaixo do Telheiro o tempo que lhe fosse possível [...] não só elle exercera od.o emprego, mas alem disso assistira nas pedreiras, estivera officio de Arquitecto tirando novas plantas, e novos dezenhos [...]”, segundo acordo com a mesma Ordem Terceira de São Francisco, firmado em ata da reunião do dia 13 de fevereiro de 1785 e lavrado em termo de 11 de setembro do mesmo ano.” (COSTA, 2010, p. 38).

Porém, no que diz respeito à habitação, fosse no meio urbano ou rural, as casas e fazendas do período colonial, embora tenham trazido os modelos técnicos da engenharia de fortificações no Brasil, eram adaptações simplistas, classificadas por alguns estudiosos da arquitetura nacional como classicismo singelo, descrito nos trabalhos de Lúcio Costa (1941)<sup>97</sup> e lembrado por Sylvio de Vasconcellos (1957). Era a “arquitetura tradicional doméstica” que dimensionava, dando uma funcionalidade para as casas em toda Minas Gerais setecentista, com uma distribuição simples, mas cômoda. (CRUZ, 2010, p.119):

Eis nossa arquitetura tradicional doméstica. Funcionalmente caracterizando-se pela boa distribuição das plantas: parte nobre, íntima e de serviço, autonomamente entrosadas; plasticamente desataviadas e singelas, mas agenciadas em boas proporções, harmonicamente dispostas. Composições claras, limpas, definidas, bem moduladas, e rítmicas, ostentando uma saúde plástica perfeita no dizer de Lucio Costa. Se lhes falta a ênfase que civilizações mais apuradas conferiram às suas moradias, será exatamente nesta despreziosa beleza, nesta fisionomia não maquilada, que devemos buscar seu valor e importância. (VASCONCELLOS, 1957, p.13)

Inicialmente, mesmo as casas de fazendas mais imponentes eram construídas sem ostentação arquitetônica e geométrica. Porém, havia um cuidado harmonioso entre as partes, o que transformava uma “[...] simples casinha, como um monumento grandioso.”(VASCONCELLOS, 1957, p. 13; CRUZ, 2010, p.119).

Os mestres de obras aplicavam o conhecimento das práticas que foram passadas, porém as técnicas que prevaleceram, no interior mineiro, foram trazidas pelos imigrantes portugueses, os primeiros habitantes da região, com noções “[...]construtivas tradicionais no norte da península, como a estrutura independente de madeira sobre bases de pedra”. Logo no “território mineiro” a técnica se desenvolveu (CRUZ, 2010, p.120):

[...]a partir da reconstrução da Baixa Pombalina, esse sistema tradicional sofre um processo evolutivo que resultou na “gaiola” de madeira com estrutura isostática. Sofre também um processo evolutivo no sentido estético à medida que, aos poucos, vai deixando de lado a simplicidade desordenada das primeiras construções para incorporar preceitos clássicos,

---

<sup>97</sup> A arquitetura dos jesuítas no Brasil- Texto publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 5, p. 105-169, 1941.

como proporção, simetria, harmonia e alguns elementos decorativos do repertório clássico. Dessa maneira, forjou-se em território mineiro uma arquitetura com características ímpares no Brasil, como a leveza e a altivez [...] (CRUZ, 2010, p.120).

O conhecimento era passado de geração para geração pelos seus antepassados. Os conhecimentos construtivos eram adaptados, tornando-os acessíveis em locais distantes. Era a abundância de material, mesmo na simplicidade da construção, uma forma de ostentar riqueza. A madeira foi um desses recursos utilizados (CRUZ, 2010).

As técnicas construtivas que imperaram, no século XVIII, na capitania mineira, foram as mesmas que também prevaleceram no sertão oeste mineiro: adobe, pau-a-pique e taipa, alvenaria, as construções não diferiam muita. Algumas casas mais elaboradas possuíam dois andares, chegando a ser consideradas palacetes, que podiam ser no meio rural ou urbano (SANTOS, 2001; NORONHA, 2007; CRUZ, 2010).

Santos (2001) registrou as construções do século XVIII prioritariamente. Assim, as casas “[...] eram todas de pau-a-pique<sup>98</sup>[...]”, tendo as:

[...]paredes de paus de madeira trançada, com os espaços cheiros de barro amassado ou de cascalho e saibro socados. As janelas eram do tipo guilhotina e as portas com batentes de madeira grossa. Os tetos, de esteira de bambu ou taquara ou, ainda, nas casas mais abastados, de madeira trabalhada. Assim se construíam casarões, igrejas e edifícios de toda natureza. [...] Algumas casas residenciais tinham dois andares, comunicados por escadas internas. Neste caso, as cocheiras, galinheiros, quartos de arreios e dormidas de escravos ficavam debaixo das casas. (SANTOS, 2001, p. 67).

As construções de moradias “[...]de adobe ou de taipas de pilão e pedra[...]” começaram a proliferar a partir de 1740, consolidando-se nas vilas e arraiais que começavam a fazer parte da recente urbanidade que surgia em Minas Gerais (SANTOS, 2001, p. 67). Logo as construções:

---

<sup>98</sup> “As construções de pau-a-pique ainda são existentes no interior mineiro- principalmente nas áreas mais pobres”. (SANTOS, 2001, p. 67).

Pela configuração necessária das vilas e povoados, longas ruas principais nas cumiada dos morros, cortados a longos espaços por vias secundárias, becos e vielas (betesgas), todos os quintais tinham ao fundo o “portão dos animais”, isto é, uma saída para caminhos desabitados, praias dos córregos ou “ruas de baixo”. As casas de janelas ao nível da rua, cujos peitoris de pouca altura permitiam ao transeunte devassá-las, tinham uma proteção: eram as rótulas ou gelosias feitas de fásquias ou tiras de madeira, estreitas e cruzadas diagonalmente, de dentro para fora, resguardando o interior, da vista intrusa, mas dando perfeita visibilidade para o exterior.

Até 1740-1750 foram esses espécimes de casa urbana, maiores ou menores, sobrados duplos, simples, ou sobradinhos minguados, inexpressivos, aconchegados uns aos outros, escuros, alinhados ao longo de ruas e ladeiras com patamares aos quais se subia por uma série de degraus mais ou menos numerosos, conforme a inclinação. (SANTOS, 2001, p. 68).

Segundo Colin (2010) a técnica da construção em taipa:

[...] consiste em amassar com um pilão o barro colocado em formas de madeira, os taipais, semelhantes às formas de concreto utilizadas hoje. Os taipais têm somente os elementos laterais, e são estruturados por tábuas e montantes de madeira, fixados por meio de cunhas, em baixo, e um torniquete em cima. Suas dimensões são de aproximadamente 1,0 m de altura por 3,0 a 4,0 m lateralmente, e têm a espessura final da parede, 0,6 m a 1 m. Após a secagem, o taipal é desmontado e deslocado para a posição vizinha. E assim sucessivamente. Os critérios de escolha do barro não se conservaram plenamente, de vez que dependia de tradição oral e ficou perdida no tempo. Sabe-se que, semelhante ao adobe, deve ser uma mistura bem dosada de argila e areia e alguma fibra vegetal, crina de animal ou mesmo estrume. Podia-se também misturar óleo de baleia, que “conferia uma resistência extraordinária.” A taipa de pilão foi mais utilizada nas regiões de São Paulo e Goiás. Em Minas, a encontramos em igrejas mais antigas e em residências. Nas cadeias, quando não era possível sua execução com pedra e cal, a taipa era reforçada com engradamento de madeira, nas paredes e nos pisos. (COLIN, 2010, p. 05, 06).

Os fluxos de materiais de construção eram locais, revelando aspectos da tecnologia tais como a simplicidade de execução e o caráter pouco especializado da mão de obra necessária.

Até o século XVIII, no Brasil, o uso da terra na construção “[...]teve seu emprego generalizado[...]”, tendo maior amplitude onde não havia pedra. Neste período foram comuns fortificações que utilizavam sacos de terra para fazerem suas barreiras (SANTIAGO, 2001, p.36).

Muitas das edificações mineiras foram erigidas em taipa, justamente pela abundância do material na região da construção. Assim “[...] nos arredores de

Cuiabá, bem como em São Paulo, (Minas Gerais) e Goiás, ainda nos sobram vestígios de arquitetura de terra.” (SANTIAGO, 2001, p.36).

Logo, os materiais utilizados nas construções das fazendas de Goiás, como também no sertão oeste mineiro,

[...] deveriam ser encontrados ou beneficiados na própria fazenda. [Outros materiais como] [...] as pedras – tapiocanga para os fechamentos dos porões, abaixo dos baldrames e lajes de arenito para a pavimentação – são abundantes na região. Necessitavam apenas ser cortadas e aparelhadas para os encaixes. [As telhas e tijolos também eram feitas na própria fazenda, pois a argila era] [...] facilmente encontrada [...] [na região do sertão do oeste mineiro, como também] [...] os diversos tipos de madeira para as diferentes partes da construção [...]. [As madeiras encontradas eram utilizadas nas diversas etapas da construção como a aroeira] [...] para a estrutura principal até o leve cedro para as esquadrias; o jatobá para o assoalho e para os portais, a garapa ou a canjica para os barrotes; o bálsamo para o mobiliário [...]. (PINTO JR., 2016, s.p.).

As técnicas construtivas foram as mesmas, sofrendo pequenas variações pequenas variações devido ao tempo e às especificidades dos lugares (PINTO JR., 2016, s.p.).

Segundo Zorraquino (2006), as construções do século XVIII utilizavam, em suas fundações de paredes estruturais, quando necessário, alicerces de terra e barro batido. No caso de solo arenoso e pouco resistente “[...] utilizavam-se fundações de madeiramentos e estacas [...]”(p.20). Assim:

As plantas térreas tinham o chão de terra batida. Nas plantas superiores, os pisos eram conformados por vigamentos de boa madeira brasileira e por soalhos de tábuas, apoiados diretamente sobre os barrotes que o sustentam e com recobrimento a meia madeira. (p.20).

Um exemplo da expressão simbólica da arquitetura nos sertões mineiros, propriamente em Pitangui/MG, foi a residência de Antônio Rodrigues Velho<sup>99</sup>. Era conhecido como “Velho da Taipa” justamente por morar em uma residência feita de taipa, em 1709. A técnica foi inicialmente utilizada pelo minerador e, mais tarde,

---

<sup>99</sup> Para demonstrar a importância de Antônio Rodrigues Velho na Vila de Pitangui, este, juntamente com João Cardoso, Lourenço Franco do Prado e José Pires Monteiro; e, para procurador, Antônio Ribeiro da Silva, foi eleito, em 1718, como Juiz Ordinário da Vila que fora criado três anos antes (MARTINS, 2008).

consolidou-se, tornando-se comum a partir de 1740. (SANTOS, 2001; MARTINS, 2008; RABELLO, 2014).

Considerada fundadora do lugar, a família de Antônio Rodrigues Velho construiu uma capela ao lado da casa, também de taipa. Antônio Rodrigues Velho era um potentado de Pitangui, com *status* de fidalgo. Era criador de gado *vacum* nas margens do rio Pará que dava no São Francisco. Logo sua casa, uma das primeiras da Vila de Pitangui (1715), tinha toda a imponência e volumetria geométrica que a riqueza de um fazendeiro e dono de mina de ouro podia ostentar, conforme figura nº 20 mostra (RABELLO, 2014; MOURÃO, ASBRAP, nº22, 2015).



Figura 20 - Casa do Velho da Taipa em Pitangui/MG<sup>100</sup>

Outro exemplo foi a residência da já mencionada Joaquina de Pompéu que, ao mudar-se para região do atual município de Pompéu/MG, no último quarto

---

<sup>100</sup> Na foto de Dalton Miranda (2006) percebe-se a volumetria das janelas e portas da moradia.

do século setecentista, contratou os serviços do mestre de obras Tomé Dias para construção de casa nova. Embora fosse uma casa de fazenda, possuía ares urbanos e era chamada por muitos de palacete. A construção possuía 79 quartos de dormir, abrigados em dois andares. Nesta casa, havia uma mesa, feita de “uma tábua só”, da madeira de lei peroba, para cem pessoas, que constituía uma das peças de sua mobília colonial. A magnífica obra incrustada nos sertões do São Francisco, conforme figura nº 21 foi demolida em 26 de abril de 1954 (NORONHA, 2007; MOREIRA, 1957).



Figura 21- Casarão de Joaquina de Pompéu, demolido em 1954<sup>101</sup>

No que diz respeito ao uso dos materiais nas construções, a madeira era o material e a matéria-prima mais utilizada para as casas, justamente pela falta de infraestrutura para se construir na Minas Gerais do século XVIII. Ela substituí

---

<sup>101</sup> Fonte: Imagem do casarão de Joaquina de Pompéu (1954). Disponível em: <[http://pompeanodamemoria.blogspot.com.br/2011\\_03\\_01\\_archive.html](http://pompeanodamemoria.blogspot.com.br/2011_03_01_archive.html)>, acesso em: 23 fev. 2017.

outros materiais como estrutura e ferramenta.<sup>102</sup> Assim, a madeira era usada na estrutura de gaiolas, telhados, pisos-assoalhos, forros-treliças e fechamentos. Cada uma se adequava de acordo com a sua função específica, nos conhecimentos do mestre de obras que as utilizava nas dimensões e sambladuras de cada construção. As madeiras eram usadas nas seguintes peças:

[...] baldrames, vigas-madres, barrotes, tábuas do piso, rodapés, rodacadeiras e roda-tetos, esteios, pés-direitos, cunhais, frechais, vergas, peitoris, travamentos diagonais, tacaniças, caibros, cimeiras, cachorros, tábuas do forro, cimalthas, guarda-pós, calhas de portas e janelas e pinázios” (CRUZ, 2010, p.91).

Logo, as ferramentas utilizadas para entalhar, furar, cortar, eram as serras, enxó, puas, machados e entre outras. As madeiras eram o pau-óleo ou cabreúva, o cedro, a peroba e o jacarandá, sendo as duas últimas as preferidas para construção do mobiliário das casas (CRUZ, 2010). De acordo com Zorraquino (2006): “[...] A mobília de interiores, em certos aspectos relacionados com os estilos arquitetônicos, também se pode considerar bastante sóbria.” (p.21).

No período colonial, a mão de obra para as construções valeu-se do abundante trabalho escravo. As moradias possuíam características semelhantes, e o que as definiam eram os tamanhos e as quantidades de materiais utilizados nas construções. (ZORRAQUINO, 2006; CRUZ, 2010).

Assim:

[...]não só da harmonia e da proporção se valeram nossos colegas dos séculos XVIII e XIX, valeram-se também da grandiosidade, da magnitude, da magnificência. [...] Por vezes, parece-nos que as proporções exageradas nas relações de escala com o homem, notadas na altura do pé-direito, nos portais e nas janelas, são uma questão simbólica, uma vez que a técnica construtiva era a mesma para todas as classes sociais. Os proprietários mais abastados utilizavam-se da fartura de materiais e das proporções exageradas, além de maior riqueza de detalhes, para expressar sua posição social. ( CRUZ, 2010, p.120).

---

<sup>102</sup> Por sugestão de Cruz (2010) a leitura do livro que trata do assunto: *Através da rótula*, de Paulo César G. Marins (2003). A autora aconselha uma visita ao espaço de Museu de Artes & Ofícios (<http://www.mao.org.br/>) para conhecer as ferramentas e peças utilizadas nas casas de fazendas, com também nas fábricas de farinha e atividades de tropeirismo do século XVIII.

A arquitetura criativa, chamada de “obra de arte”, era privilégio dos templos religiosos (ZORRAQUINO, 2006; CRUZ, 2010).

[...]Não temos regionalismo, nem podemos – como outros países - distinguir nitidamente, por meio de dados abundantes, na construção civil antiga, o encadeamento de estilos e modalidades arquitetônicos que se sucederam pelos séculos passados [...]Entre nós, faltaram: a casa apalaçada, o solar rico e o palácio que, servindo de padrão e estimulando uma construção melhor purificassem as formas e impedissem o abastardamento e o marasmo. Faltou-nos, no passado, a construção erudita, a ordem arquitetônica [...] Apenas a religião, agrupando os artistas nos templos, realizou a obra de arte. (RODRIGUES<sup>103</sup>, 1981, p. 288, *apud* ZORRAQUINO, 2006, p. 21).

Confirmando esta teoria, Furtado (2009) mostrou que diversos os artistas realizaram trabalhos durante o século XVIII, em Minas Gerais. Eles remontaram a “[...] importação de estilos e técnicas, bem como a criatividade e a inventividade local.” (p.138).

A igreja, as irmandades e as confrarias desempenharam papel fundamental nesta construção. Além de instaurar como uma arquitetura criativa através dos tempos, perpetuavam a doutrina religiosa, como era a intenção católica:

O espaço urbano nas Minas se tornou o local preferencial de identificação cultural. Ali, a administração metropolitana e a Igreja católica dispunham os símbolos de sua dominação e a utilização da pedra, como material construtivo preferencial, por sua durabilidade, marcava o tempo eterno do estado e da fé cristã (PAES, 2000 *apud* FURTADO, 2009, p.133).

A arquitetura colonial valeu-se também dos metais preciosos, pois “[...] influenciou o mobiliário e todos os adornos, inclusive as joias, entretanto a utilização dos metais preciosos como novidade e luxo influenciou a maneira de conceber e realizar as edificações”. (BARROSO, 1949 *s/p apud* LEVY, 1945, p.268).

Portanto, a preocupação com a infraestrutura era uma constante para os dirigentes da capitania de Minas Gerais e Minas do Ouro, desde 1709, quando foi

---

<sup>103</sup> RODRIGUES, José W. A casa de moradia no Brasil Antigo. In “Arquitetura Civil I”. São Paulo. MEC – IPHAN e FAU/USP, 1981.

desmembrada do Rio de Janeiro e vinculada a São Paulo e, posteriormente, em 1720, elevada a Capitania de Minas Gerais.

A primeira a mostrar a carência foram as regiões mineradoras: faltava maquinário adequado para o próprio desenvolvimento da atividade, mas também faltavam meios para suprir a infraestrutura necessária.

Como não se podia ter manufaturas no Brasil, o preço das ferramentas, picaretas, ferro e pólvora era muito alto, pois tudo tinha de ser importado. Essas taxas causaram um impacto inflacionário violento sobre todos os setores da economia de importação. O impacto foi bem maior sobre os escravos. Investimentos maiores demonstravam menores lucros, daí a preferência pelo retrocesso e maior lucratividade à curto prazo (RUSSELL-WOOD, 1999, p. 499).

O trabalho da mineração era o mais rudimentar existente. O tipo de garimpo mais empregado em Minas era o de aluvião, no qual os lavradores e faiscaidores<sup>104</sup> garimpavam nos veeiros dos rios, explorando-os. A mão de obra utilizada era a escrava (VEIGA, 1897). Os escravos ficavam a extrair apenas as camadas mais próximas dos veios auríferos. Embora as extrações por aluvião existissem desde o início da mineração, mesmo quando era incipiente em minas do Paraná e São Paulo, foi plausível de registro apenas no fim do século XVII, quando, em 1693, começou a extração aurífera na região que viria a ser Minas Gerais. Essa forma extrativa perdurou pelo século XVIII, já que o sistema de mineração por escavação somente foi iniciado no século seguinte<sup>105</sup>. Os escravos precisavam ficar

---

<sup>104</sup> As lavras eram como uma grande empresa e utilizava a mão de obra escrava. O dono de uma data (local destinado a extração aurífera, concedido pelo governo da capitania para aqueles que pudessem explorá-la). As lavras eram abandonadas quando se extinguia a mineração, deixando o resto para mineradores pequenos e menos abastados. A faiscação era realizada sem o trabalho escravo e, conseqüentemente, por explorar áreas já mineradas, apresentavam pouca rentabilidade e os faiscaidores não utilizavam técnicas aperfeiçoadas (SANTOS, 1926).

<sup>105</sup> Segundo Figueiredo (2010), o prenúncio do fim da extração aurífera por aluvião acontecera em 1761, quando um espião português era acostumado a dar boas novas referentes aos imensos carregamentos auríferos que chegava à capital portuguesa. Desta vez, foi o contrário. O agente de Luís XV contava exatamente o contrário: a frota que aportara no Tejo em julho de 1761 havia trazido pouco dinheiro — “coisa que muito preocupa o comércio”, afirmou. Sem saber, o espião antecipava uma novidade que, em breve, abalaria o mundo: o ouro de aluvião do Brasil estava chegando ao fim.” Portugal pensava ser a extração aurífera em Minas Gerais fosse infinita, fato que se justificava por

dentro dos rios para fazer a lavagem do ouro e as ferramentas (bateias, gamelas de madeira) não contribuía para o trabalho, embora se tratasse uma técnica mais apurada que a utilizada pelos faiscadores, geralmente os próprios donos das lavras, que ficavam dentro do rio a garimpar. As técnicas foram melhoradas quando os escravos sudaneses, da região da Costa da Mina, chegaram ao Brasil e a Minas Gerais. Eles trouxeram os seus conhecimentos na área de construção e exploração mineral e empregaram conhecimentos mais aperfeiçoados à atividade, mostrando-se mais aptos para o trabalho que os portugueses e luso-brasileiros. Empregaram as bateias de telas com tiras de couro de boi para a extração de partículas menores de ouro. Assim, os escravos africanos introduziram outras técnicas na mineração que já dominavam desde antes de 1500 na região central da África, hoje o Zimbábwe. Quando os escravos foram trazidos para o Brasil e para a capitania de Minas Gerais na condição de trabalhadores escravizados, trouxeram com eles o conhecimento que já detinham e que foram importantes na “[...]extração, remoção e beneficiamento[...]” do ouro. Durante todo o século XVIII a técnica mais aperfeiçoada para beneficiamento do ouro eram as mãos e as bateias. A técnica da bateia foi utilizada também no século XIX, quando começaram a fazer uso do mercúrio para amalgamar as partículas auríferas (FIGUEIREDO, 2010; SOUZA; REIS, 2006). Para o beneficiamento do ouro eram utilizada a tecnologia criada pelos africanos que aqui chegaram, método que se assemelha aos fornos modernos da atualidade (DAVIDSON, 1981 *apud* SOUZA; REIS, 2006).

Segundo Souza; Reis (2006), o século XVIII, poucas foram as tentativas de “mineração subterrânea”, que poderia buscar locais mais profundos. Os mineiros utilizavam, nos períodos do ano com menos chuvas, por isso mais secos, “[...]a nora, antigo aparelho hidráulico, um rosário de caçambas, o que não impediu os desmoronamentos frequentes.”(p.04).

---

uma frase proferida pelo governador-geral da colônia, d. Rodrigo da Costa, “enquanto o mundo durar, se não poderão extinguir as minas”. Porém, apenas cinco anos depois “o lúcido governador de São Paulo e Minas do Ouro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, alertava a Coroa Portuguesa: “A lavra de ribeiros não é perdurável.” Não foi por falta de aviso, a Coroa não se preparou para óbvio: “a extinção das minas de aluvião do Brasil.” (FIGUEIREDO, 2010, p.254).

Mesmo melhoradas as técnicas de mineração, elas continuavam as mais rudimentares, explorando o ouro de aluvião, longe das minas, fato que levou a seguinte questionamento de (SOUZA;REIS, 2006) :

A isto devemos chamar minas? Cabe antes melhor, o nome de lavras que lhes dão e não de minas, pois estão bem longe disso. O mesmo digo dos nossos mineiros, pois nada lhes quadra menos que tal nome; são mineiros que jamais perdem o sol de vista. VIEIRA COUTO,1994 *apud* SOUZA;REIS, 2006,p.03 )

Durante as “[...]duas primeiras décadas do século XVIII” os escravos africanos Mina foram muito valorizados na capitania de Minas Gerais, pois, além utilizar as gamelas, bateias e canoas, eram bons mineradores e possuíam habilidades como ferreiros e ourives. Estas atividades eram primordiais para o bom andamento das regiões auríferas e possuíam suma importância para os donos das lavras de mineração, que, na maioria das vezes, eram europeus que não detinham este conhecimento e aprendiam os ofícios com escravos (SOUZA; REIS, 2006).

Francisco Tavares de Brito (1732), que se encontrava de passagem por São João del- Rei, quando esteve em Minas Gerais, em 1717, registrou técnicas utilizadas pelos mineradores, nos leitos dos rios e descreveu como era feita a separação do cascalho:

À pouca distância desta vila corre o rio das Mortes, cujo fundo se sabe [que é] empedrado de ouro, e dele se tirava antigamente o que podia trazer um negro indo de mergulho arrancar com um almocafre<sup>106</sup> enquanto lhe durava o fôlego.

Agora, com novo artifício, se tira em canoas com grandes colheres de ferro enxeridas em uma comprida haste de pau, as quais artificialmente vazam em uns [sacos] de couro cru que estão pendentés pela parte convexa e com umas argolas, pelas quais se puxa da terra com uns sarilhos quanto pode sofrer o fornimento dos cabos, e cheias as colheres se cravam com a haste no fundo e trazem os [sacos] cheio de lodo, areia e pedras. O que tudo depois se bateia fica o mais precioso, por se não poderem mover, nem ainda arrancar as pedras de estranha grandeza que estão no fundo para se raspar a piçarra dele, onde o ouro faz seu mais natural assento. (BRITO, 1732, p. 21).

---

<sup>106</sup> Almocafre: espécie de enxada usada pelos mineiros. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/almocafre/>>; Acesso em: 14 jun. 2017.

Outra técnica utilizada consistia no método adotado na América Espanhola e aproveitava lavras desprezadas na extração aurífera. No procedimento tradicional, por aluvião, era impossível minerar em dias de chuva. A técnica trazida da Nova Espanha permitia trabalhar todos dias. O pioneiro pela implementação fora Pascoal da Silva Guimarães, no início do século XVIII:

Em vez de batear nos ribeiros, onde o ouro de aluvião se esgotava rapidamente, ele construiu um sistema de irrigação que levava grande quantidade de água, sob forte pressão, até as encostas de morros e grupiarias (camada de cascalho encontrada no sopé de montanhas). Pela força da água, a terra era então “desmontada”, originando uma lama rica em ouro. Essa lama era recolhida em canais e levada a tanques de separação, onde eram apuradas grandes quantidades do metal precioso. Além de reaproveitar áreas desprezadas e fazê-las produzir mais ouro do que antes, a técnica da Nova Espanha permitia a Pascoal trabalhar no período das chuvas. (FIGUEIREDO, 2010, p. 139).

Os engenhos que prosperaram no litoral do norte e nordeste do Brasil foram implantados em Minas Gerais somente no século XVIII, estabelecendo-se nas proximidades de outra atividade econômica e agrícola, em locais favoráveis a produção canavieira. Sem a interdependência dos fatores climáticos como fora em outros lugares do Brasil, era como um “[...]apêndice de uma nova atividade econômica mais importante, que era a extração de ouro e diamantes.” (SIQUEIRA, CASTROJR., 2013, p.310) Os objetivos eram a produção do açúcar ou da aguardente de cana, que era utilizada como bebida e remédio já utilizado pelos carijós ou para troca de escravos africanos (FERREIRA, 1735 *apud* FURTADO, 2002; MARTINS, 2008).

Como no nordeste, o engenho carecia de outros meios além da roda, que era girada pela força da água ou por tração animal. Carecia de boas terras para o plantio e, assim, evitava-se o uso de arados e adubos. A colheita se utilizava dos braços escravos, com ferramentas rudimentares, como o facão e a foice. Porém “[...] respeitava-se, todavia, segundo conta o bandeirante João Peixoto Viégas, as “luas próprias”. Para a função de caldeireiros e tacheiros eram escolhidos escravos fortes e robustos. E para fazer girar as moendas, para se extrair o caldo da cana de açúcar (VENANCIO; PRIORE, 2010):

[...]água, bois e cavalos alternavam--se na preferência dos senhores de engenho. Herdadas dos mouros, as rodas d’água chegaram ao Brasil pela mão de habilidosos artesãos. Sempre na vertical, tinha o diâmetro de

aproximadamente sete metros. Acoplada ao mesmo eixo da roda d'água havia uma outra roda menor, dentada, chamada rodete, que transmitia o movimento a uma roda maior, esta horizontal e com o mesmo diâmetro da roda d'água, que se chamava bolandeira. O eixo da bolandeira, revestido de um cilindro dentado e reforçado com aros de ferro, transmitia o movimento a dois outros cilindros paralelos, também dentados e reforçados. Era entre eles que se passava a cana. (VENANCIO; PRIORE, 2010, p.36)

O tabaco também era plantado mais a norte e nordeste do Brasil, sendo utilizado com remédio. Mas sua principal função era a comercial, pois era produto muito apreciado na troca pelos escravos da Costa da Mina, de origem bantu, que eram bons trabalhadores na extração aurífera. (MARTINS, 2008; ANTONIL, 1982 [1711]) Além do cuidado com plantação, que garantiria que a terra fosse devidamente esterçada, e do o cuidado com tamanho para apanhar e colocar para curtir o tabaco, Antonil (1711) alertava os perigos das pragas, como formigas, lagartas, pulgões e grilos, que comumente atacavam outras lavouras, como as de mandioca.

A pecuária adentrou pela foz do São Francisco, quando a cultura açucareira começou a dar sinal que chegava ao fim seus tempos de esplendor. Era uma expansão do litoral para interior, que, assim, chegava à Minas Gerais no século XVIII. O gado não era somente para o uso na alimentação, mas também para fornecer meios de transporte e de trabalho para a vida na capitania que surgia.

Mas foi a agricultura, desenvolvida nas roças da beira da estrada, como também nos pousos que foram implantados por Fernão Dias, que permitiu que o viajante e o bandeirante se fixassem nas terras que ficavam entre a Bahia e São Paulo (FIGUEIREDO, 2010).

Logo, a agricultura, juntamente com a pecuária, foram muito importantes para abastecer a população instalada nas Minas Gerais dos Cataguás. Era uma agricultura de subsistência, que se utilizava da mão-de-obra indígena, considerada de segunda classe perante aos escravos africanos (FURTADO, 2005). Essa era uma agricultura voltada, primeiramente, para a própria família e, depois, voltada para mercado interno da própria capitania que surgia.

A região da Comarca do Rio das Mortes que adentrava o *hinterland* de Minas Gerais, passando pelo atual Triângulo Mineiro e chegando até o noroeste,

onde estava o Arraial de Paracatu, já se consolidara mais por suas atividades agropastoris que pelo ouro (VENANCIO, 1998).

As roças eram locais distantes e ermos onde os roceiros<sup>107</sup> moravam. Também eram as roças os locais de plantio das culturas que as transformavam em quase autarquias, isto é, roças, sítios e fazendas autossustentáveis que dependiam das vilas e arraiais “[...] apenas para efetuar trocas: mandioca, feijão, bananas e laranjas por ferro, sal, instrumentos agrícolas, armas e pólvora.” (VENANCIO; PRIORE, 2010, p.100).

O plantio e cultivo das roças fazia uso de técnicas rudimentares :

[...] resumia ao machado para abater árvores e preparar lenha, a enxada, a foice e o rudimentar bastão para a sementeira. As terras eram medidas com braças de cipó, enquanto a caça e a pesca baseavam-se no facão, numa arma de fogo, em anzóis e redes. Às vezes, um ou dois escravos complementavam a mão de obra familiar nessas pequenas propriedades. Um calendário agrícola, herdado dos índios, dava lógica ao ciclo de plantações: os tubérculos eram semeados no primeiro ano da roça, entre agosto e setembro, ao passo que os cereais e as leguminosas, o café e a cana, eram plantados, geralmente, no ano seguinte. Garantia-se, dessa forma, a alimentação do grupo familiar no primeiro ano. Derrubadas e queimadas eram feitas nos meses secos: julho e agosto. (VENANCIO; PRIORE, 2010, p.100).

Nas palavras de Prado JR. (1986), a pecuária foi a responsável pelas ligações das estradas coloniais do Brasil e, conseqüentemente, as de Minas Gerais. Segundo o autor, ainda no século XX pode-se observar a forma como ela era praticada na época:

Há séculos esta cena diuturna se mantém em todo o país; e neste longo decurso de tempo não se alterou; as mesmas boiadas que seu primeiro cronista (Antonil) descreve com tão vivas, poderiam ressurgir hoje a atravancarem as estradas para maior desespero dos automobilistas: estes não notariam diferença. (PRADO JR., 1986, p. 187).

Porém, no fim do século XVIII, Minas Gerais, literalmente, voltou para sua condição de “sertão”. As cidades perderam seu *glamour* urbano dos tempos áureos, e “[...]com o término do *rush* muitos mineradores bem-sucedidos

---

<sup>107</sup> Estes roceiros eram denominados de “caiçaras” no litoral e “caipiras” no interior (VENANCIO; PRIORE, 2010).

aproveitaram o capital acumulado para investir em culturas de cereais, cana-de-açúcar, fumo e algodão.” (FIGUEIREDO, 2010, p.300).

Havia tratados econômicos que não permitiam a instalação de fábricas e manufaturas<sup>108</sup> no Brasil Colônia. O desenvolvimento da atividade no Brasil foi atrasado por estas proibições, mas, certamente, o ouro extraído aqui financiou a Revolução Industrial da Inglaterra (segunda metade do século XVIII), a maior fornecedora de produtos importados do Brasil. No último destes acordos ou tentativas de dissuadir as manufaturas, de se instalar clandestinamente, D. Maria I (denominada como “louca”), em 05 de janeiro de 1785 apresentou um alvará que proibia as manufaturas de tecidos finos no Brasil. O objetivo da proibição era não afastar os trabalhadores das atividades da mineração, lavoura e pecuária:

Eu, a rainha. Faço saber aos que este alvará virem: que sendo-me presente o grande número de fábricas, e manufaturas, que de alguns anos a esta parte se tem difundido em diferentes capitâneas do Brasil, com grave prejuízo da cultura, e da lavoura, e da exploração das terras minerais, daquele vasto continente; porque havendo nele uma grande e conhecida falta de população, é evidente, que quanto mais se multiplicar o número dos fabricantes, mais diminuirá o dos cultivadores; e menos braços haverá, que se possam empregar no descobrimento, e rompimento de uma grande parte daqueles extensos domínios, que ainda se acha inculta, e desconhecida: nem as sesmarias que formam outra considerável parte dos mesmo domínios, poderão prosperar, nem florescer por falta do benefício da cultura, não obstante ser esta a essencialíssima condição, com que foram dadas aos proprietários delas. [...] hei por bem ordenar, que todas as fábricas, manufaturas, ou teares de galões, de tecidos, ou de bordados de ouro, e prata. De veludos, brilhantes, cetins, tafetás, ou de outra qualquer qualidade de seda: de belbutes, chitas, bombazinas, fustões, ou de outra qualquer qualidade de fazenda de algodão ou de linho, branca ou de cores: e de panos, baetas, droguetes, saietas ou de outra qualquer qualidade de tecidos de lã; ou dos ditos tecidos sejam fabricados de um só dos referidos gêneros, ou misturados, tecidos uns com os outros; (AN, 1785, Alvará que proíbe as fábricas e manufaturas no Brasil, cód. 439). (Grifos da autora).

Entretanto, permitiu a continuação da atividade manufatureira com a finalidade de suprir a necessidade de vestimentas rústicas feitas de algodão para os

---

<sup>108</sup> Nas palavras de Marx (2003) “[...]toda indústria que não seja agrícola ou artesanal está indiscriminadamente compreendida no termo “manufatura”, com o que se apaga a distinção entre dois grandes períodos essencialmente diversos da história econômica: o período da manufatura propriamente dita, baseado na divisão do trabalho manual, e o período da indústria moderna, baseado na maquinaria.” (MARX, 2003, p. 144, 145).

escravos e moradores humildes, que não podiam comprar os tecidos refinados vindos da Europa. Eram produzidos também panos simples para casa.

[...] excetuando tão somente aqueles dos ditos teares, e manufaturas, em que se tecem, ou manufaturam fazendas grossas de algodão, que servem para o uso, e vestuário dos negros, para enfardar, e empacotar fazendas, e para outros ministérios semelhantes; todas as mais sejam extintas, e abolidas em qualquer parte onde se acharem nos meus domínios do Brasil, debaixo da pena do perdimento, em tresdobro, do valor de cada uma das ditas manufaturas, ou teares, e das fazendas, que nelas, ou neles houver, e que se acharem existentes, dois meses depois da publicação deste; repartindo-se a dita condenação metade a favor do denunciante, se o houver, e a outra metade pelos oficiais, que fizerem a diligência; e não havendo denunciante, tudo pertencerá aos mesmos oficiais.[...]cumpram e guardem, façam inteiramente cumprir, e guardar este meu alvará como nele se contém, sem embargo de quaisquer leis, ou disposições em contrário, as quais hei por derogadas, para este efeito somente, ficando aliás sempre em seu vigor. Dado no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em cinco de janeiro de mil setecentos oitenta e cinco. (AN, 1785, Alvará que proíbe as fábricas e manufaturas no Brasil, cód. 439). (Grifos da autora).

Além de proibir as manufaturas de tecidos, essa era também uma forma de coibir as “trocas mercantis” que se davam através dos mercadores, mascates e vendeiros que negociavam o excedente da produção das fazendas. Elas se mostravam “autossustentáveis” e produziam os bens e serviços para sua subsistência, mas logo passaram a participar do comércio na capitania mineira, fato que foi condenado no relatório deixado pelo Marquês do Lavradio, em 1779, ao “[...]vice-rei do Rio de Janeiro entregando o governo a Luiz de Vasconcellos, que o sucedeu [...]” no governo (LAVRADIO, 1843, RIHGB, IV, p. 411-505).

Em Minas Gerais, os homens de negócios, viviam com o que as próprias as fazendas<sup>109</sup> lhes proporcionava, fazendo, assim, surgir uma tecelagem à mineira. Possuíam maquinários rudimentares para, *a priori*, urdir tecidos toscos e grosseiros, como panos de algodão e estopas (LAVRADIO, 1843, RIHGB).

Pitangui e todo o seu entorno, que se delimitava com a Picada de Goiás, era um desses lugares cujas fazendas garantiam o próprio consumo e da região e

---

<sup>109</sup> As fazendas de Pamplona foram citadas pelo Marquês do Lavradio (1779) como “[...] as fábricas (que) iam se fazendo mais públicas [...] e outras se suprimiram (...)” fator que comprova a magnitude do sertão mineiro e da representatividade do potentado mineiro frente aos governos coloniais. (LAVRADIO, 1843, RIHGB, IV, p.460).

bons negociantes. Valeu-se das medidas adotadas pelo primeiro Conde de Oeiras e do Marquês de Pombal que, entre os anos de 1750 e 1777, foi o Secretário de Estado do Reino de D. José I, permitindo que manufaturas fossem instaladas. Essa era, assim, uma forma das colônias dependerem um pouco menos da metrópole. Portanto, a produção têxtil doméstica foi marcante na Sétima Vila do Ouro de Pitangui do final do século XVIII e em outras regiões localizadas no oeste mineiro<sup>110</sup> que se interligavam e iriam se firmar como polos têxteis no século XIX (MELLO, 1991; MARTINS, 1966).

Os teares rudimentares, utilizados para tecer as roupas mais grosseiras para escravos, continuaram a funcionar e foram o impulso inicial para as industriais têxteis que iriam se materializar nos sertões mineiros do século XIX e XX. Por outro lado, a proibição que perdurou de 1785 a 1808 não foi inteiramente respeitada, tendo o mineiros escondido os teares para a arte de urdir, cardar, tecer e fiar a lã e o algodão, que já era plantado nas alterosas mineiras (MELLO, 1991). Assim, as manufaturas de algodão continuaram a existir. E mais tarde especializaram-se na arte de fazer tecidos de algodão mais refinados, que passaram a ter bom valor comercial no sertão oeste mineiro (MARTINS, 1966; MELLO, 1991).

As manufaturas siderúrgicas tiveram suas origens no século XVIII, muito utilizadas para a confecção de ferramentas para as lavras. O trabalho era realizado pelos ferreiros e muitos deles eram escravos, que já estavam aptos a lidar com a forja, isto é, os fornos siderúrgicos<sup>111</sup>. Essas ferramentas serviam para moldar as barras de ferro gusa, que eram importadas da Inglaterra, transportadas por muares do porto do Rio de Janeiro, chegavam a Minas Gerais para serem transformadas

---

<sup>110</sup> Santana do Rio São João Acima (atual Itaúna), Patafúfio (atual Pará de Minas) e Brumado (distrito de Pitangui) eram lugares que obtiveram destaque na produção têxtil fabril do princípio do século XIX, mas que já apresentavam a produção doméstica com seus teares, no século XVIII. (MELLO, 1991)

<sup>111</sup> Muitas cidades atuais de Minas Gerais, do Centro-Oeste Mineiro e algumas na Picada de Goiás (ou nas suas proximidades), por serem pontos de passagem de tropeiros, desenvolveram-se na fabricação de ferramentas fundidas de ferro para animais ou para uso nas fazendas. Uma dessas é a cidade de Cláudio/MG, maior polo de fundições de alumínio da América Latina. O lugar tem sua origem no século XVIII, com um dos irmãos, dos mesmos fundadores do atual município de Dores do Indaiá na Picada de Goiás e era vizinha de Oliveira/MG que também se desenvolveu por causa da estrada. (Ver livro: Centro- Oeste Mineiro História e Cultura- 2008).

nos utensílios necessários ao trabalho e também ferraduras, utilizadas nos muares e cavalos necessários para o transporte de cargas, realizado principalmente pelos tropeiros (LIBBY, 2003; FURTADO, 2006). Portanto:

Não menos importante para a consolidação das atividades de transformação de metais em Minas foi a demanda por diversas ferramentas da parte de praticamente todos os demais ofícios aqui exercidos: para transformar o couro, a madeira, a argila, as pedras (preciosas ou não), os panos e os demais metais era imprescindível a produção das forjas, bigornas e, mais tarde, das fundições mineiras. Instrumentos de ferro também eram largamente utilizados pela agropecuária, desde as pequenas roças, passando pelos grandes e pequenos rebanhos de gado e outros animais, até os engenhos de açúcar conhecidos por “reais”, porque movidos por força hidráulica. Apetrechos e peças de ferro foram igualmente essenciais para a movimentação das tropas de burros e carros de boi e, portanto, para o transporte da variada produção mineira em direção aos mercados consumidores mais promissores. (LIBBY, 2003, p. 04, 05).

Porém, os estudos de levantados por Libby (2003) não estabelecem exatamente quando foi iniciada “[...]a fundição de ferro em Minas, mas é certo que a premência das necessidades da mineração deu o grande impulso inicial ao desenvolvimento da metalurgia mineira.” (LIBBY, 2003, p.05).

É fato que o minério de ferro já tinha sido encontrado em meados do século XVIII, na capitania mineira. Havia uma solicitação do governador D. Rodrigo José de Meneses para abrir siderúrgicas em Minas Gerais, a fim de beneficiar o minério por aqui e poder transformá-lo em ferramentas e mobiliário para a capitania que crescia. D. Maria I negou, através de um alvará, não só a extração, como também as manufaturas em Minas Gerais. Mesmo alegando a necessidade do maquinário para se trabalhar nas lavras, o pedido não foi aceito (MAXWELL, 1985).

Porém, a siderurgia no Brasil foi mais prodigiosa do que as manufaturas dos tecidos. Quando, em 1795, D. João VI assumiu o lugar de sua mãe como príncipe regente, tratou de revogar os alvarás que proibiam as metalurgias. Portanto, o minério de ferro começou a ser utilizado na fabricação de instrumentos de trabalho e ferraduras, através das forjas que já existiam clandestinamente na capitania. Assim, foi o minério de ferro que recomeçou o processo de reestruturação do “mosaico mineiro” (WIRTH, 1982), desde os fins do século XVIII (LEVY, 1945).

#### 4.4 Paisagem da informação - a comunicação através do sertão oeste mineiro e na Picada de Goiás

Há duas histórias, a oficial, mentirosa,  
*Ad Usum Delphini*, e a secreta, em que estão as  
verdadeiras causas dos acontecimentos, história vergonhosa.  
(Balzac, Les Illusions Perdues – t.III)

Ao propor as mediapaisagens, termo substituído neste trabalho por Paisagens de Informações, e as ideopaisagens, Appadurai (2004) destaca o relacionamento intrínseco entre elas, pois ambas são colocadas como paisagens iconográficas, refração das “[...] relações profundamente disjuntivas entre movimento humano, fluxo tecnológico e transferências financeiras.” (p.53).

As mediapaisagens (Paisagens de Informações) fornecem repertórios de informação. Ele destaca a dualidade gerada pela existência de paisagens realistas e ficcionais, de forma que, quanto mais distante as pessoas estão da experiência direta da vida, maior a probabilidade de construir mundos imaginados, dentro do conceito de “comunidades imaginadas”, de Benedict Anderson (1991). A informação não é, portanto, isenta. Ela é constituída por pedaços de realidade, que podem ser manipulados por seus emissores.

O fluxo das informações no Brasil Colônia esteve diretamente ligado aos meios de comunicação terrestre e, assim, eram as estradas que impunham suas limitações à transmissão das informações. Essas informações eram, muitas vezes, transmitidas oralmente, gerando alterações decorrentes deste tipo de transmissão. Outras vezes podiam ser escritas, na forma de cartas, pasquins, relatórios ou livros e também sob a forma de decretos e leis.

Inicialmente, é importante tratar da natureza das informações que fluíam tanto dentro da colônia quanto nas sua relação com a Europa. Havia informações objetivas, geográficas, geológicas. Havia informações sobre fatos ocorridos, em suas diversas versões. Existia, neste sentido, bastante manipulação de informação, também por meio dos boatos, dos relatos jocosos dos pasquins, das prestações de contas mentirosas de aventureiros a serviço da Coroa. Havia informações estratégicas, como a localização de uma mina ou de uma demanda latente, que

poderiam render lucro a seu detentor. Havia naturalmente informações de interesse pessoal, tais como notícias de família, de amigos, de negócios. Ademais, havia as informações que subsidiavam o conhecimento em suas diversas formas, por meio das escolas ainda não formalizadas ou a partir de livros, intrinsecamente ligadas à paisagem da ideias. Por fim, resta destacar as informações sobre os decretos e as leis, os mandos e desmandos dos governantes.

No que diz respeito à forma mais usual de comunicação, a língua falada, no século XVIII, três idiomas eram os mais adotados em todo o território: o português, o espanhol e o tupi-guarani - a língua geral. A língua indígena, que foi ensinada no início da colonização no Colégio Jesuíta, juntamente com o português e o espanhol, era utilizada pelos colonos, “[...] cerca de 75% da população civilizada.” (FREITAS, 2005, p.203). No interior do Brasil, também foi criado um dialeto, conhecido popularmente como caipira, que se juntou ainda ao conhecimento dos mestiços e dos africanos que vieram como escravos, mas se socializavam no trabalho forçado, livre, forro ou nos quilombos. O Brasil caipira se expressou, assim, nas regiões interioranas do Brasil, que se sucediam em São Paulo, parte do Paraná, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (MARTINS, 2008; GOES FILHO, 2015; MEGALE, 2000).

Porém, em 1759, o Marquês de Pombal estabeleceu a língua portuguesa como a língua oficial do Brasil colônia, em detrimento das demais (FREITAS, 2005).

De qualquer forma, os fluxos de informação eram bastante materiais na época, e as estradas terrestres e fluviais eram vias de comunicação importantes:

Faixa de terreno destinada ao trânsito de um para outro ponto, para este fim preparada e com características técnicas condizentes com o destino de sua execução, o caminho foi o primeiro elemento de comunicação entre os povos primitivos; principalmente entre zonas produtoras e consumidoras, com suas picadas ou trilhas, hoje transformadas em modernas rodovias. (BORGES, 1992, p. 33).

Portanto, a precariedade dos fluxos tecnológicos influenciou diretamente a comunicação e se colocou como o principal entrave aos fluxos de informação no Brasil colônia.

Adicionalmente, as chuvas e enchentes influenciavam diretamente estes fluxos. Um exemplo foi o período chuvoso na Bahia, “[...]ocorrido no inverno de

1700- 1701 (....)” que acabou isolando os caminhos para os distritos de Minas, e “[...]impedindo o tráfego com o Norte.” (LIMA JR.,1965, p.55).

Meio século mais tarde, os relatos de Fonseca (1961) ainda colocam as distâncias terrestres e as condições do trajeto como entraves para a comunicação da freguesia de Oliveira com a sede do curato, São José del-Rei, atual cidade de Tiradentes:

Enormes eram os sacrifícios exigidos para se entrar em comunicação com a vila de São José, a cuja freguesia pertencia Oliveira desde 1752. Grandes distâncias, poucas estradas, poucas e péssimas, além de exíguos e primitivos demais os meios de transporte. ( FONSECA, 1961, p.83).

Porém, é possível observar, ao longo dos anos, a construção de vilas, arraiais e cidades que se interligavam por caminhos. Assim, os caminhos existentes para o transporte de ouro, mercadorias, gado, muares e passageiros eram os mesmos utilizados pelos correios-mores assistentes e, depois, pelos correios postais, além de ser, também, por onde circulavam as pessoas, sempre portadoras de informações. Uma viagem em tempos secos, sem chuvas, poderia durar cerca de três meses e uma boiada conduzida do Alto Paranaíba e da região do atual Triângulo Mineiro até o Rio de Janeiro poderia durar até três anos (BARBOSA, 1979; PAULA SOBRINHO, 1997; NORONHA, 2007).

Considerando a natureza da atividade mineradora, a preocupação com a transmissão de informações sigilosas sobre a localização de veios e minas sempre esteve presente na região da capitania de Minas Gerais. Assim, estradas demandavam fiscalização, para evitar a saída destas informações ou a entrada de pessoas que pudessem revelar, posteriormente, a localização das principais descobertas de minas de ouro na capitania mineira. Os registros “alfandegários” das casas de Contagem e Fazenda não visavam apenas a fiscalização das mercadorias que circulavam, eram também uma forma de controlar as pessoas que passavam pelas estradas oficiais da capitania. Controlando as pessoas, controlavam as informações que elas carregavam. Assim, os descaminhos, ermos e longe da fiscalização, eram muitas vezes utilizados em substituição aos caminhos. Geralmente, os Registros e Casas de Contagem eram estabelecidos em entroncamentos de caminhos e estradas mais importantes, considerados enclaves

geográficos, e se tornavam pontos de abastecimento e pouso pela segurança que proporcionavam para os viajantes.

Todavia, pela confluência de pessoas, estes locais acabavam por ser estratégicos para as trocas de informações (CARRARA, 2001; SOUZA, 1982; BERTRAN, 2000; MARTINS, 2008:2011; BARBOSA, 1971:1979; CHAVES, 2013; OLIVEIRA, 2009; PEREIRA, 2010).

Havia, portanto, aqueles que se valiam da estadia nos Registros, para coletar informações e utilizá-las em benefício próprio, como afirmou Oliveira (2009):

Na verdade, até julho de 1789, data em que a Fazenda Real assume definitivamente as rédeas da condução do contrato, as autoridades pareciam não ter se dado conta de que o objetivo que guiava seus fiéis servidores alojados nos registros não era o simples desejo de bem servir Sua Majestade. Possuir o julgo e o controle do crédito era sinônimo de *status* e reconhecimento público de seu lugar na cadeia de intermediação e distribuição do poder, era a possibilidade de controlar aqueles que poderiam transitar pelas contagens, de beneficiar a si ou àqueles a eles relacionados na passagem de mercadorias. Mais que isso, o conhecimento e a experiência das redes de sócios e abonadores permitiam-lhes penetrar nas redes mercantis que se teciam pela Capitania, o que além de transformá-los em elos nas cadeias de correspondentes, garantia-lhes a ciência das conjunturas do mercado, das melhores praças e mercadorias a serem nelas comercializadas, e por fim, colher notícias do contrabando e nele poder participar. Como procuramos salientar, conhecer a importância destes homens era nosso objetivo, mas estudá-los pormenorizadamente será um trabalho futuro. Mesmo assim, dos frutos que agora podemos colher, o que nos fica neste recuo de um degrau da caminhada é a noção de que as cifras do comércio nas Minas não variava somente ao sabor dos preços e do mercado, dos caminhos e da política, mas também se sujeitava àqueles que silenciosamente passavam despercebidos e que sob o confortável véu de serviços de Sua Majestade, podiam interferir no comércio, no contrabando e até nos contratos da Fazenda Real.<sup>112</sup> (OLIVEIRA, 2009, p. 119, 120).

Não era apenas nos Registros que o fluxo de pessoas favorecia a comunicação oral, mas também nos núcleos urbanos: as informações chegavam através de boatos, conversas que eram transmitidas de pessoa a pessoa (PAULA SOBRINHO, 1997).

---

<sup>112</sup> No Fluxo de Mercadorias, a atividade foi citada como a do atravessador, que detinha informações vantajosas obtidas nas Fazendas Reais ou no seu entorno. O mercador sabia qual gênero poderia segurar em seus armazéns ou celeiros e, assim, subir os preços. Porém, os carregamentos de grãos, principalmente, quando adquiridos precisavam ser avisados nas Câmaras das Comarcas para evitar este tipo de ação (CHAVES, 2009).

Não era incomum que os governos da Capitania negassem a permissão para a prática do comércio – as vendas - nas regiões auríferas, pois temia-se que os comerciantes contassem onde estavam as minas recém descobertas e que estas fossem invadidas por mineradores.

As escravas de ganho e as negras do tabuleiro percorriam as regiões de lavras de ouro, praticando um comércio improvisado e, logo, exerciam um importante papel na transmissão da informação. Essa articulação do ir e vir, nas regiões auríferas, era prejudicial para a atividade do ouro e do diamante, pois favorecia o contrabando, fosse de diamante ou de ouro, e também possibilitava a armação de planos de fugas de escravos para os quilombos (FURTADO, 2002; CHAVES, 2013). Conforme registro de Martins (2008), era uma preocupação constante dos governantes, como fora expresso por Martinho de Mendonça<sup>113</sup> (1736-1737), o encontro dos negros em vendas de “beira de estrada”. Esse local não era considerado apropriado, pois lá se encontravam “pecadores” dados à corrupção, quilombolas, garimpeiros e todo tipo de apoio aos negros, sendo, entretanto, proibido o comércio de armas e pólvoras. As vendas eram permitidas apenas dentro dos arraiais, para suprir as necessidades dos gêneros. Em 1743, Gomes Freire de Andrade proibiu a atuação das negras de tabuleiro fora dos estabelecimentos comerciais, com pena de prisão de 15 dias, justamente para evitar o fluxo de informações. Também era nas vendas fora dos arraiais e vilas, isto é, nos caminhos, que as negras de tabuleiro promoviam seus encontros, confabulavam sobre o contrabando do ouro, praticavam assaltos aos passantes das estradas e ajudavam na manutenção dos quilombos.

[...]pelo temor que despertavam, devem realmente ter representado um papel de destaque na agremiação de indivíduos pobres e desclassificados, estabelecendo vínculos de solidariedade entre eles e ocupando o lugar que, na Europa, foi preenchido pela taverna. Foi, entre outras coisas, o seu 'local santo' de lazer e namoro, o espaço onde suas festas e seus batuques se

---

<sup>113</sup> Foi “[...]o fidalgo Martinho de Mendonça, mais intelectual do que homem de mando, governou interinamente a capitania durante 1736 e 1737. Modificou a cobrança de impostos e enfrentou um dos mais sérios levantes contra a política fiscal da Coroa na região.” (SOUZA, 2006, p.166 *apud* VALLE, 2008, p. 03).

desenrolaram. [...] As negras eram tidas como as principais culpadas de tudo quanto era desordem, e por esse motivo ordenava um bando do tempo de dom Lourenço de Almeida que os donos vendessem os gêneros 'por sua mão' ou tivessem negros homens que o fizesse, 'mas de nenhuma sorte terão negras ou mulatas, ou escravas ou forras, vendendo nos ditos ranchos. (RAPM, VI, 1901 p. 326-328. *apud* SOUZA, 1982,p.177-178 *apud* Martins, 2008).

Souza (1982, *apud* MARTINS, 2008) diz ainda que as vendas eram: “[...]Pontos de ligação entre o comércio e os quilombos, esconderijo de negros fugidos, locais alegres de batuques, as vendas foram também pontos privilegiados de contrabando[...].” Portanto, “[...]Atrás do batuque e da prostituição das vendas, havia os pontos de contatos e contratos ligados ao contrabando” (p.195).

Desde os primeiros tempos da descoberta do Brasil, a necessidade de comunicação foi uma preocupação constante. A distância entre a nova colônia e a sua metrópole, Portugal, era um dificultador. Porém, dentro das próprias fronteiras da colônia, a comunicação Mesmo não sendo a forma mais comum, as cartas eram utilizadas frequentemente para os que necessitavam tomar ciência dos acontecimentos nos mais diversos níveis hierárquicos: vilas, arraiais, comarcas, capitania, colônia e metrópole.

Portanto, foi através de uma carta que se deu exemplo da primeira função do “correio brasileiro”, ao ser mencionada como fonte historiográfica dos conhecimentos da terra recém-descoberta (PAULA SOBRINHO,1997).

Durante os primeiros séculos da história do Brasil, poucas eram as informações que seguiam por vias escritas - cartas e livros - quando permitidas. As cartas eram caras e pouco acessíveis para a população local (PAULA SOBRINHO,1997).

Já no final do século XVII, embora fosse lento o serviço de trocas cartas, ele foi útil ao bandeirante Fernão Dias, que se encontrava na sua incursão bandeirante pelo sertão mineiro. O serviço de correios foi usado para que se comunicasse por três vezes com o governo paulista. O serviço, embora precário, mostrou-se eficiente (FIGUEIREDO, 2010).

Não existia uma formalidade expressa no serviço de correios, mas devido à necessidade de comunicação, a partir da descoberta do ouro, foi preciso estruturá-lo e organizá-lo minimamente para além dos fluxos de informação informais:

[...] inexistindo correio oficial local, o governo provincial organizava o Serviço Postal em função de suas necessidades e das poucas rotas existentes, por caminhos incipientes e de difícil transposição. [...] As comunicações oficiais [...] eram transportadas geralmente por militares e as cartas particulares, inicialmente proibidas e posteriormente transportadas junto às demais, mas por diversas vezes rejeitadas em determinadas rotas, em face de circunstanciais proibições de comunicações, geralmente devido à descoberta de novas minas aqui ou acolá. (BAYLONGUE; RIBEIRO, 1998 *apud* MOURÃO, 2012,p.15).

Segundo Mourão (2012), mesmo com a necessidade latente de se estabelecer uma rede comunicação em Minas Gerais, os correios-mores deixaram de funcionar em 1710. A ordem legal era de fazer o cerceamento de práticas que se implantariam na capitania ao longo do século XVIII, a partir dos seguintes mecanismos: militar, fazendário e judiciário. Portanto “[...] com a pretensão de instaurar a autoridade régia na região, foram instalados mecanismos administrativos e concebidos instrumentos legais dirigidos ao ordenamento da região.” (ANTUNES, 2007, p. 170 *apud* MOURÃO, 2012, p.23).

Ainda citando MOURÃO (2012), a Capitania de Minas Gerais era considerada, na época, a “Capitania de todos os negócios”. Portanto, o serviço urbano dos correios era importante. Com o crescente afluxo de população nas vilas, arraiais, as vilas “[...]subitamente urbanizadas.” precisavam de uma estrutura de comunicação da qual os correios faziam parte. (PAULA, 2002, p.89 *apud* MOURÃO, 2012, p.16)

Então, foi criado o Correio Assistente do Correio-mor do Reino, que, no entanto, teve curta duração, pois logo houve a sua proibição definitiva. Foi por solicitação de D. João V que se instalaram os Correios Assistentes nas vilas do ouro que se formavam: Vila Rica, Vila do Carmo e Sabará. A posse do serviço assistente de correio foi dada, em 1712, a Antônio Alves da Costa por Francisco de Castro de Moraes, governador do Rio de Janeiro. Porém, cinco anos depois, outro governador do Rio de Janeiro, Francisco Xavier de Távora, em 17 de agosto de 1717, extinguiu o serviço em Minas Gerais. As solicitações foram feitas diversas vezes pelo antigo requerente do serviço, Antônio Alves da Costa, que o fez até à Corte Portuguesa, reportando-se às autoridades reais, que negaram, para evitar o contrabando do ouro.

Os correios foram definitivamente extintos, em 1730, por todo o Brasil. As comunicações foram proibidas para que não fossem revelados os endereços das minas de ouro.

No contexto da urbanização, no dia 29 de outubro de 1730, João Lopes de Lima, morador de Atibaia, São Paulo, seu irmão, Francisco Augusto de Lima, Padre Manoel Lopes e outros “[...]ilustres bandeirantes[...]”, primeiros moradores de Ribeirão do Carmo, em comum acordo com governador Artur de Sá Menezes, organizaram uma linha de correio ambulante entre Rio-São Paulo-Mariana. Eram três meses de viagem para levar a mala de couro com as cartas, sempre sujeitos a riscos como morte e roubos, devido aos assaltos às malas postais. Quando o Correio-Mor Assistente chegava em Mariana sua presença era anunciada “[...]com uma salva de mosquetão e diversos arautos, com trajes originais e trombetas[...]”, avisando aos destinatários e percorrendo as minas da região (PAULA SOBRINHO, 1997, p.175).

Vila Rica (1710) e Ribeirão do Carmo (1730) foram os primeiros lugares com correios assistentes em Minas Gerais (MOURÃO, 2012; PAULA SOBRINHO, 1997).

Nesta mesma data, linhas postais foram criadas entre as vilas de Sabará, Vila Rica, São João Del-Rei, Vila do Príncipe, Arraial do Paracatu e o Rio de Janeiro. Os percursos demoravam entre 15 e 42 dias, sendo realizados por um estafeta (oficial de montaria) e um escravo. Para viagens mais longas, eram necessários dois oficiais para o revezamento, como no caso da vila de Ouro Preto<sup>114</sup> (177 léguas) e do arraial de Paracatu (distante 842 quilômetros) (OLIVEIRA, 2010).

Paula Sobrinho (1997), citando partes do “Diário da Navegação de Rio Tetê, Rio Grande e Rio Guatemy”, transcreve detalhes do sistema de transporte das cartas, feito pelo sargento-mor Theotônio José Juzarte:

“Ao pé de grande árvore, junto a um dos pousos de bandeirantes e viajantes, fazia uma enorme “cava” onde colocavam as cartas que ali ficavam até que outro viajante, quando ali passasse, retirava as que

---

<sup>114</sup> Sabará ficava a 800 km do Arraial de Paracatu (GAMA, 2015).

destinavam as localidades de onde passaria e, assim, as entregava.” Constituía essa prática um verdadeiro cooperativismo. (JUZARTE, 1769 *apud* PAULA SOBRINHO, 1997, p. 15, 16).

A morosidade do serviço era também o problema atestado por Palacín (1994), em relação aos correios que chegavam a Goiás Velho, utilizando a Picada de Goiás e o Caminho Geral do Sertão (Caminho do Anhanguera) como via terrestre para a comunicação entre as capitanias e com a metrópole:

Esses sonhos desvaneceram-se rapidamente..., o próprio correio, que com tão bons auspícios foi inaugurado [...] ligando Vila Boa à capital regularmente, pelo menos quatro vezes por ano, foi também decaindo até extinguir-se. Primeiro era um soldado a cavalo que levava o correio, mais tarde, um negro a pé, finalmente cessou por completo. Uma carta para o Rio demorava um ano, uma consulta a Lisboa, três. (PALACÍN, 1994, p. 128).

O retorno oficial do serviço do correio postal se deu em 1798, com alvará lavrado em 20 de janeiro, em Portugal, permitindo a comunicação com outros países, via postagem marítima: Brasil-Portugal. As encomendas seguiam sob a fiscalização da coroa, de dois em dois meses (OLIVEIRA, 2010; PAULA SOBRINHO, 1997).

O alvará não previa o uso de carimbos ou marcas postais. Isso passou a ser regra apenas em 05 de março de 1829. Foi neste mesmo alvará de 1798, que ficou proibido que as cartas fossem transportadas por particulares. Na verdade, atividade já não era permitida anteriormente nos correios-mores assistentes, nos quais o transporte das cartas era realizado por um estafeta e um escravo (PAULA SOBRINHO, 1997). Nesta ocasião também foram criadas quatro agências de correio nas sedes das comarcas, porém, só mais tarde elas funcionariam efetivamente (VEIGA, 1897).

Em 01 de abril de 1799, foi criado um regulamento provisional, que no seu artigo XXVIII, previa o modo como deveriam ser pagas as taxas: “[...] cartas e papeis, expedidos pelas autoridades públicas, para interesses particulares e o prêmio do seu seguro será tudo pago antecipadamente no Correio aonde são entregues para se remeterem”. (PAULA SOBRINHO, 1997, p.21).

As linhas postais implantadas a partir de então em Minas Gerais, podem ser vistas na figura nº 22 (PAULA SOBRINHO, 1997):

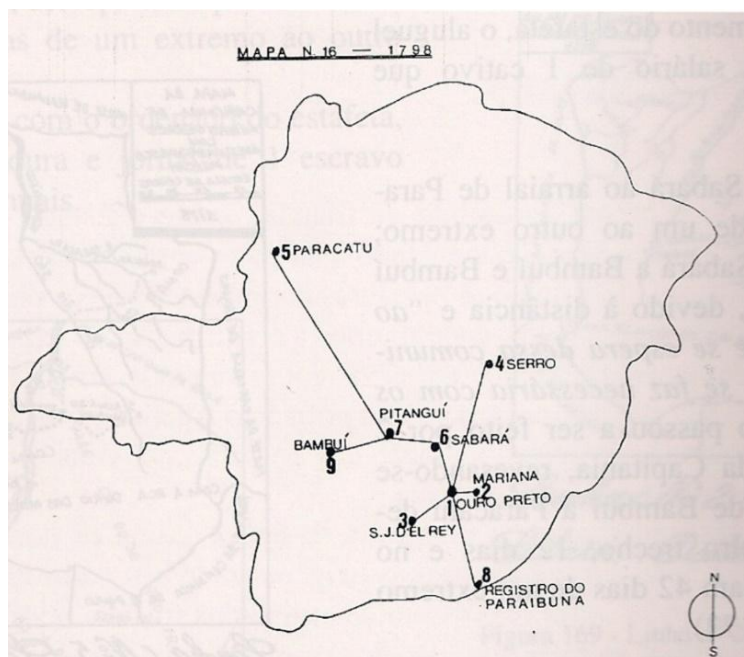


Figura 22- Linhas Postais em 1798<sup>115</sup>

De acordo com o mapa da figura 22 eram estas linhas, com origem-destino e com o tempo gasto no deslocamento das correspondências:

Linha 1- Villa Rica- Rio de Janeiro, passando pelo Registro de Parahybuna (Distância: 80 léguas - 15 dias – 2 trechos de viagem);

Linha 2- Villa Rica – Sabará (Distância: 114 léguas - 4 dias)

Linha 3- Villa Rica- São João del- Rei (Distância: 24 léguas - 5 dias de viagem)

Linha 4- Villa Rica- Villa do Príncipe (Distância: 50 léguas - 10 dias de viagem)

Linha 5- Sabará-Paracatu- com troca de malas em Bambuí (Distância: 117 léguas - 42 dias - 2 trechos de viagem)

A linha 5, detalhada na figura nº 23, mais onerosa, era a que mais adentrava pela Picada de Goiás, tendo maiores custos com os condutores. Além disso, esperava-se pouco trabalho de troca de correspondências para essa rota, que contava com troca de malas em Bambuí. Era um total de 117 léguas de Sabará a

<sup>115</sup> Fonte: (PAULA SOBRINHO, 1997, p.164).

Paracatu, sendo que se gastavam 12 dias no trecho de Sabará a Bambuí. E de Bambuí a Paracatu gastava-se 30 dias, somando assim 42 dois dias de um extremo ao outro, quando realizado por dois cavaleiros da capitania. Os gastos de 339\$000 eram divididos com o aluguel de uma cavalgadura, vencimentos do estafeta, e o “[...] salário de um cativo que o acompanhava” (PAULA SOBRINHO, 1997, p. 163).

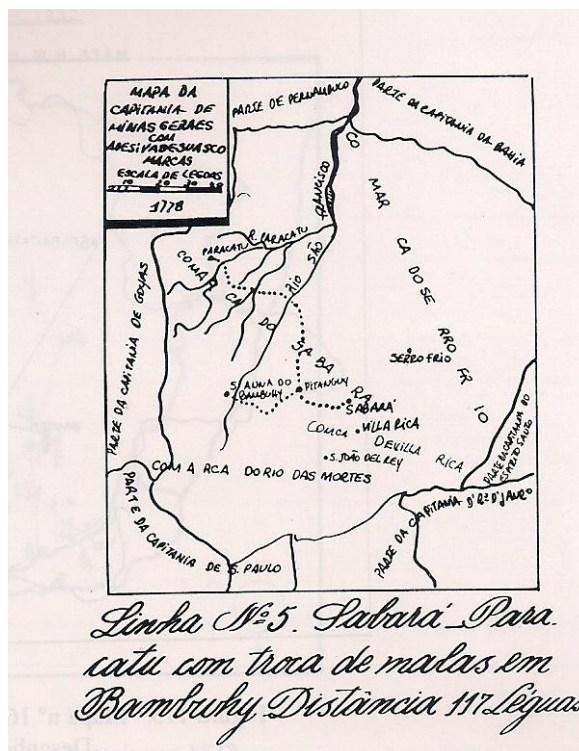


Figura 23 - Linha 5- Sabará-Paracatu- com troca de malas em Bambuí – Distância: 117 léguas - 42 dias - 2 trechos de viagem<sup>116</sup>

Na terceira tentativa de povoar os sertões mineiros, Inácio Correia de Pamplona estabeleceu comunicação com o Conde Valadares através de cartas, nas quais Pamplona, ávido por mostrar seus valores, denegria os caminhos da Picada de Goiás, que adentravam para o oeste mineiro e rumavam para o Triângulo Goiano e Noroeste Mineiro. Enaltecia seus préstimos, colocando-se como um herói, principalmente para o Conde de Valadares que administrou a capitania mineira de 1768 a 1773 (AMANTINO, 2001). Pamplona contava em suas incursões sertanistas

<sup>116</sup> Fonte: (PAULA SOBRINHO, 1997, p. 163).

sobre os padres locais, que o proclamavam “Hércules do Sertão”, o herói que a população precisava para libertar da barbárie que assolava a região. Era “[...] o “cavaleiro do sertão” que traria a civilização para o povo do oeste de Minas.” Martins (2008) menciona que os “sonetos bajuladores” escritos geralmente pelos padres eram lidos após o almoço ou o jantar (MARTINS, 2008, p. 991).

Pamplona dispunha de todo poder, dado pelo próprio governador da capitania, o Conde de Valadares. Poderia ele, com a outorga de mestre de campo, resolver qualquer aresta judicial ou criminosa, distribuir sesmaria, exterminar inimigos, construir estradas, igrejas e pontes. Aproveitava para se glorificar e anexar os sonetos em suas cartas que enviava para o Conde de Valadares. Contava suas aventuras prodigiosas, como as caçadas que fazia pelos sertões, pois sabia que a atividade era apreciada pelo governante. Em seguida, enumerava os gastos com a expedição, com a finalidade de cobrar os dividendos que gastava às próprias custas com bestas, barcos e materiais que usava na construção de pontes e capelas. Os sonetos ou versos, como no caso do que fora lido por Francisco Camacho, “[...]homem, casado, morador na Picada de Goiazes” (ABN, 1988, p.76):

Verso

Senhor Conde de Valadares,  
estrela mui ecelente,  
vós nos destes por Regente,  
Ilustre por geração.  
Escolhido entre tantos,  
Inácio Correia Pamplona  
por nosso mestre de campo,  
Ó espada de Roldão,  
toque(-)se trompas,  
cantem Anjos,  
entre povo para este Sertão  
Tudo feito nesta maneira  
pólvora, chumbo [,] e patrona,  
espingardas à bandoleira,  
entrando duas bandeiras  
Procurando Negros [,] e ouro,  
Deus nos depare um tesouro  
para garrochiar neste touro  
A Deus pedimos paciência  
Logo hoje neste dia  
para que vivamos todos,  
Sua Excelência e Vossa senhoria {,} (.)  
(ABN, 1988, p.76, 77)

Nem sempre os sonetos ou versos eram apreciados pelos ouvintes que participavam da incursão sertanista de Inácio de Pamplona, nos caminhos seguiam a “[...] galhofar dos versos de Francisco Camacho [...]” (ABN, 1988, p. 77).

Nos documentos diários em que Inácio de Pamplona (1769) escrevia para o Conde de Valadares, registrou soneto de autoria não conhecida, mas faz referencia ao tempo que o sertanista deixou a fazenda do Capote, de sua propriedade na região de Prados, e saiu à conquista dos sertões mineiros, por isso a alusão que o soneto faz nas conquistas de Moisés (ABN, 1988, p.70):

Magnânimo herói altivo coração  
Sempre impávido, forte e arrojado [...]  
E nós todos que temos a ventura  
De a um segundo Moisés acompanhar  
As graças lhe rendamos com ternura.  
E aquém só de nós se quis lembrar  
É certo que com fé  
muito firme e pura,  
Reverentes indultos devemos tributar.  
(ABN, 1988, p.70)

Nas comunicações políticas de maior importância para os governos da capitania, como os de maior interesse da Coroa Portuguesa para a população, usualmente, o governo da capitania lançava mão do bando “[...] ou seja, uma pequena procissão, quase sempre acompanhada de fanfarra, que percorria a localidade, fazendo paradas em vários lugares, aos quais a população acorria para ouvir ler as ordens ou leis que se divulgavam.” (IANSEN, 2012, s.p.).

Em Minas Gerais, os bandos foram muito utilizados, já que a capitania tinha sobre si todos os olhares reais. Eles eram uma forma de proteger a atividade extrativa de ouro do perigo e, para isso, era preciso manter a população na perfeita ordem. Em 1718, o Conde de Assumar comunicou, através de um Bando na Vila de Pitangui, que os paulistas e portugueses estavam isentos de pagar os quintos reais por dois anos, desde que continuassem a residir na vila. (MARTINS, 2008). Depois da Revolta dos Emboabas (1709), os moradores debandavam para os sertões de Goiás a procura de novas oportunidades e também para fugir da região conflituosa.

Além das informações factuais, corriqueiras ou estratégicas, que trafegavam por cartas ou através da língua falada pelas estradas, havia ainda o fluxo de conhecimento mais sedimentado que chegava e saía sob a forma do ensino

oficial e dos livros, que precisavam de autorização da Coroa Portuguesa para serem impressos.

A educação na capitania de Minas Gerais era destinada, nos primeiros tempos, para aqueles que podiam pagar por ela. Foi proporcionada pela riqueza aferida pela extração de ouro, que transformou e povoou as regiões interioranas do sertão mineiro, trazendo a necessidade da educação formal. Os filhos das famílias abastadas da mineração eram enviados para o estudo na Europa ou para as escolas que foram criadas, ligadas à igreja.

Os estudantes que iam estudar na Europa, voltavam munidos dos conhecimentos filosóficos e a vontade latente de promover revoltas que podiam transformar a vida dos mineiros, exauridos pela Coroa Portuguesa nos deveres sem proporcionar direitos para a população. Portanto, estes mineiros, inspirados pelo Iluminismo exerciam um tipo de jornalismo literário político, presente nas Cartas Chilenas de Tomás Antônio Gonzaga (1789) que possuíam este caráter político e de denúncia (CUNHA; LIMA; CAETANO, 2011).

Entre os estabelecimentos de ensino na Capitania, destacaram-se o Seminário de Mariana, permitido pela carta régia de 12 de setembro de 1748, e o Colégio do Caraça. Ambos eram reservados ao ensino para os homens. Mesmo quando era voltado para os filhos da elite econômica, nas escolas vinculadas às instituições religiosas, os candidatos precisavam passar por seleção que envolvia o processo *De genere, vitae et moribus* - sangue, vida e costumes<sup>117</sup> - consolidado

---

<sup>117</sup> O processo *De genere, vitae et moribus* - sangue, vida e costumes, para os futuros sacerdotes envolvia, além de condição financeira condizente (já que a educação nos educandários religiosos era paga), a resposta a um questionário sobre a vida e costumes. Muitas das vezes não era seguido amplamente pelo Seminário de Mariana, já que os processos *De genere, vitae et moribus* apresentavam lacunas sobre as questões relativas a “pureza do sangue”- as perguntas a serem respondidas eram as seguintes:

1. Se o ordenando é batizado, e crismado.
2. Se é, ou foi herege, apóstata de Nossa Santa Fé, ou filho, ou neto de Infiéis, Hereges, Judeus, ou Mouros; ou que fossem presos, e penitenciados pelo Santo Ofício.
3. Se é legítimo, havido de legítimo Matrimônio.
4. Se tem parte de nação Hebréia, ou de outra qualquer infecta: ou de Negro, ou Mulato.
5. Se é cativo, e sem licença de seu senhor se quer ordenar.

na prova de pureza do sangue e costumes. Para entrar no Seminário de Mariana (1750), e se tornar sacerdote, Simão Pires Sardinha (1751) , omitiu as informações que demonstravam que ele era filho de “sangue impuro”, por ser o primogênito dos quatorze filhos de Chica da Silva e o único que ela teve com o sargento-mor Manoel Pires Sardinha.

---

6. Se tem idade para receber a Ordem que pretende: convém a saber para a primeira tonsura, Hostiário, Leitor, Exorcista ao menos sete anos completos, e para Acólito doze.
7. Se é corcovado, ou aleijado de perna, braço, ou dedo, ou tem deformidade, que cause escândalo, ou nojo algum a quem o vê.
8. Se lhe falta a vista especialmente no olho esquerdo, ou se tem tal belida (sic) em algum deles, que cause deformidade.
9. Se é enfermo de lepra, ou gota coral, ou de outra doença contagiosa.
10. Se é vexado, ou assombrado do demônio.
11. Se é abstêmio, de maneira que quando bebe vinho lhe venham vômitos: ou pelo contrário, se é demasiado no beber vinho ou se se toma dele.
12. Se cometeu algum homicídio, ou se por alguma via foi causa dele: se cortou membro a alguém, ou foi causa disso, ainda que fosse por autoridade da justiça, como sendo Juiz, Acusador, Testemunha, Meirinho, Notário, Acessor ou Procurador.
13. Se foi causa de algum aborto, fazendo morrer alguma mulher.
14. Se é bígamo por alguma espécie de bigamia.
15. Se é blasfemo, arrenegador, ou acostumado a jurar, revoltoso, teful, ou de ruins conversações.
16. Se é concubinário, ou tido e havido por incontinente.
17. Se cometeu algum crime, pelo qual esteja querelado, ou denunciado às justiças seculares, ou Eclesiásticas.
18. Se por algum delito fez penitência pública, ou se incorreu infâmia de fato, ou de direito.
19. Se está excomungado, suspenso, ou interdito.
20. Se tem, ou teve alguma tutoria, ou ofício da administração da fazenda Real, ou de alguma pessoa particular, em razão da qual esteja obrigado a contas.
21. Se é casado por palavras de presente, ou futuro, tendo jurado, ou prometido de receber alguma mulher.
22. Se vem constrangido a tomar Ordens por força, ou medo grave, que lhe faça alguma pessoa.
23. Se é frequente em se confessar, e comungar.
24. Se é natural deste Arcebispado, ou nele se tem feito compatriota [...]
25. Se tem idade para receber a Ordem, que pretende: convém a saber, se tem entrado em vinte e dois anos para a Epístola, em vinte e três para Evangelho, e vinte e cinco para a Missa.
26. Se está suspenso, por se ordenar antes da idade legítima, ou por ser ordenado fora dos tempos determinados por direito ou sem licença do seu Prelado, ou por falto.
27. Se no Benefício, Pensão ou Patrimônio, a cujo título se ordena, há algum engano, pacto, ou simulação, porque não fique seguro, e se dele está de posse pacificamente.
28. Se exercitou algum ato de Ordens estando censurado
29. Se tem renunciado a Benefício, ou dimitido (sic) a pensão, ou alheado Patrimônio, a cujo título se ordena. (VIDE, 1720, Livro I, Tít. L, LI, p. 99 -101 *apud* Milagre, 2011, p. 69, 70; NOGUEIRA, 2008).

Já as mulheres, quando pertenciam à elite econômica mineira, eram recolhidas no Convento de Macaúbas, como foram as nove filhas de Chica da Silva com João Fernandes de Oliveira, o contratador de diamantes do arraial do Tejuco - atual Diamantina/MG- e as filhas do mestre de campo Inácio Correia Pamplona, considerado o povoador das regiões da Picada de Goiás (DORNAS FILHO, 1957; BARBOSA, 1979, v.3; NOGUEIRA, 2008; SANTOS, 1926).

No geral, as mulheres do século XVIII recebiam educação diferente daquela dos homens através da “escola doméstica”, voltada para o ensino das práticas do lar, destinadas à administração da casa, e a se tornarem boas esposas e mães. A elas, não era permitida a leitura, principalmente de romances. As mulheres precisavam ser vigiadas por seus tutores, pais, irmãos ou tios e a educação não-dada servia como pretexto para coibir os desejos sexuais que elas poderiam ter, conforme a doutrinação religiosa (BARBOSA, 1979, v.3; PRIORE, 2004).

Assim, a educação para os homens e para as mulheres podia ser resumida, na capitania de Minas Gerais pela seguinte observação: “[...] a preocupação nesse sentido não ia além do ensinar “os machos a ler, a escrever, contar e as fêmeas a coser e lavar.”(PRADO JR., 1925, p. 94, *apud* BARBOSA, 1979, v.III, p. 536).

O Marquês de Pombal, imbuído dos ideais iluministas, logo se tornou um déspota esclarecido, para continuar a exercer o poder real da monarquia. Seu papel na educação foi marcante na colônia do Brasil, sendo que através do Alvará Régio, de 28 de junho de 1759 (SECO; AMARAL, 2006):

“[...] suprimia as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as colônias ao expulsar os jesuítas da colônia e, ao mesmo tempo, criava as aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica, que deveriam suprir as disciplinas antes oferecidas nos extintos colégios jesuítas.” (SECO; AMARAL, 2006, p.06).

Porém, as aulas régias, “autônomas e isoladas”, dadas separadamente por um professor único, não supriam a necessidade educacional dos brasileiros, e os colégios das ordens religiosas continuaram a vigorar para aqueles que podiam pagar por um ensino com melhor qualidade (SECO; AMARAL, 2006).

Portanto, ao povo de fato, a educação pública só chegou nos fins do século XVIII. As primeiras instruções educacionais públicas<sup>118</sup> em Minas Gerais datam de 10 de novembro de 1772, no governo de Antônio Carlos, concedidas através de uma Carta Régia, em 17 de outubro de 1773, pelo Marquês de Pombal que criou o “subsídio literário” - imposto especial pelo qual incidia a cobrança de 80 réis por barril de cachaça produzida e 225 réis por cada cabeça de gado abatida. Esse imposto começou a ser arrecadado em janeiro de 1774. Com esses “exíguos recursos” foram criadas as primeiras escolas públicas da Capitania: duas escolas primárias em São João del-Rei, São José, Pitangui, Mariana, Serro, Caeté Minas Novas. Em 30 de janeiro de 1774 “[...] instituiu-se a aula régia de latim em São João, a qual, de certo modo, pode-se considerar como tendo sido o primeiro estabelecimento público, secundário que surgiu em Minas.” Mais tarde, “Pitangui e Diamantina” receberam as “aulas de latim” (SANTOS, 1926, p.161).

Porém, diferentemente das regiões auríferas abastadas, o sertão mineiro, que adentrava pela Comarca do Rio das Mortes e alcançava o médio São Francisco, era destinado à agropecuária. Grandes fazendas de produção de gado, com o surgimento das primeiras povoações urbanas, recebiam nome com alusão a atividade agropastoril, como ocorreu em 15 povoados chamados de “Curral, Curralinho e Currais” nos atuais municípios de Curvelo, Camacho, Pequi, São Gonçalo do Pará, Desterro de Entre Minas, Resende Costa, Patos de Minas, Lagoa Dourada, entre outros. Outros nomes também surgiram, como Fazendinha, Retiro, Capinópolis, Capinzal, Capim- Açu e também Retiro da Roça, Retiro dos Currais. Esta foi uma forma de mostrar a presença da atividade, que era muito forte e

---

<sup>118</sup> Houve, em 1721 um primeiro intento de se instalar escolas na capitania de Minas Gerais por ordem de Dom João V, após a Revolta dos Emboabas (1709) e de Felipe dos Santos (1720), uma forma de colocar ordem na capitania. Mas, em carta, Dom Lourenço de Almeida respondeu: “Logo que esta frota partir, chamarei os procuradores e falarei com eles que paguem mestre para ensinar os muitos rapazes que há: porém receio que estes tomem pouca doutrina, por serem filhos de negras, que não é possível, lhes aproveitem as luzes, conforme a experiência que há em todo este Brasil, mas sempre se há de obedecer a V. Majestade, como é justo e somos obrigados.” E, assim, o assunto foi encerrado. ( RAPH, XXIV, p.348, *apud* BARBOSA, v. III, p. 537)

agregadora de mão de obra. Mas, infelizmente, a educação não fazia parte da vida destes fazendeiros, segundo Barbosa (1979):

E, enquanto nas vilas do ouro, os filhos de mineiros podiam cursar universidades, nos arraiais que iam surgindo em função das fazendas de criar, nem ao menos escola de primeiras letras havia. [...] Em 1800, era a Câmara de Tamanduá repreendida porque dera licença a Antônio José Coelho Fortes para abrir na vila uma escola de primeiras letras, usando de “uma jurisdição que lhe não competia”. A criação de gado trouxe consigo essa classe de trabalhador- a camarada- cujo nome, por si só, é de um belo simbolismo. (APM, cód.277, 77v. *apud* BARBOSA, 1979, v. I, p. 197)

No fim do século XVIII, a colônia contava com 262 professores de ler, 17 de ler, escrever e contar: um em Vila Rica, outro em Mariana e também São João del-Rei. Havia três professores de língua grega, sendo que nenhum desses morava em Minas Gerais, seis de retórica, apenas um em Mariana, três de filosofia em outras localidades fora de Minas Gerais (BARBOSA, 1979, v.III). O ensino não era uma prioridade do governo no sertão mineiro, que compreendia as áreas de expansão da capitania como o entorno da Picada de Goiás, regiões destinadas a fazendas de criação de gado e, assim, “[...] o povo, na sua maioria absoluta, vivia no ambiente rural, onde nenhuma escola podia existir.” (BARBOSA, 1979, v. III., p. 536). Quando os pais desejavam que seus filhos estudassem o ensino “das primeiras letras”, ficava a cargo de particulares, muitas das vezes de padres e capelães (BARBOSA, 1979, v.III).

A partir da segunda metade do século XVIII, quando a economia se mostrou profícua no campo da pecuária, agricultura e comércio, o foco econômico migrou da mineração para estas atividades e para a região da Comarca do Rio das Mortes e da vila de São João del-Rei. Logo, no ano de 1786, dez alunos filhos de abastadas famílias que exerciam atividades manufatureiras e agropastoris foram estudar em Coimbra/Portugal (HOLANDA, 2004).

Assim, durante o século XVIII, o “[...]povo nas Minas[...]”, foi fadado a uma situação lastimável, a grande maioria “[...] era constituída de analfabetos.” (BARBOSA, 1979, v.III, p.535).

A troca de informações e conhecimentos era necessária não só para o *modus vivendi*, mas também para o *modus operandi* que existia na vida cotidiana pelos sertões, conforme descrito no Erário Mineral, impresso “[...] com todas as

licenças necessárias[...]”, em 1735, com reedição coordenada pela Fiocruz e Fundação João Pinheiro (ERARIO MINERAL, 2002).

A obra traz relatos interessantes sobre o cotidiano “nos sertões das Minas”, a partir da rotina de Luís Gomes Ferreira . Ele exercia a medicina na função de “cirurgião-barbeiro”, “[...] nestas Minas aonde não chegam médicos nem cirurgiões, padecem os povos grandes necessidades.” (CARNEIRO, in ERARIO MINERAL, 2002, p. 11).

Suas atividades o colocaram em contato direto com os “negros da terra”, e seus relatos mostram grande riqueza de detalhe:

[...]permaneceu na Capitania entre 1708 e 1733, tendo girado por muitos lugares e residido em vários arraiais e vilas das Comarcas do Rio das Mortes, Rio das Velhas e Ouro Preto. Ali viveu dias turbulentos, marcados inicialmente pelas disputas que abalaram paulistas e reinóis, na célebre Guerra dos Emboabas, e pela lenta e controvertida afirmação da política fiscal e administrativa da Coroa portuguesa. Parte preciosa de seu relato é constituída pelas minuciosas informações que fornece sobre os escravos: características, alimentação, hábitos, doenças, trabalho e moradia, dentre outros aspectos. As duras condições de vida e de trabalho a que estavam submetidos pelos senhores, permanentemente mergulhados nos rios, nos afazeres da mineração, minavam-lhes as forças e facilitavam a propagação das doenças. (CARNEIRO, in ERARIO MINERAL, 2002, p. 11).

Luís Gomes Ferreira viera para Minas, como tantos outros no período, para tentar a vida na mineração. No entanto, viu no ofício da medicina melhores oportunidades, o contato, com os índios mais dóceis, foi de suma importância para a construção de seus saberes. Como exemplo, sua explicação sobre a raiz de butua, utilizada “para doenças do fígado, para carnosidades e purgações da madre, e para toda sorte de venenos” (Erário Mineral, v. 2, p. 676-678), de cujas virtudes não se podia duvidar (FURTADO, 2002):

[...]porque eu vi os paulistas fazerem muito caso dela, trazendo-a consigo, que são estes homens muito vistos e experimentados em raízes, ervas, plantas, árvores e frutos, por andarem pelos sertões anos e anos não se curando de suas enfermidades senão com as tais coisas e por terem muita comunicação com os carijós de quem tem alcançado cousas boas. (EM, 1735, v. 2, p. 677, 678 *apud* FURTADO, 2002, p.140)

Era no contato com seus pacientes, fossem eles os negros (escravos importantes ferramentas de trabalho, que embora exauridos em suas forças e mal alimentados, eram investimentos dos donos das lavras de mineração) ou os ricos políticos e comerciantes que circulavam pelos sertões mineiros, que o *status* de

bom curador ganhou notoriedade pelo aperfeiçoamento das práticas médicas dos livros portugueses. De forma erudita soube utilizar o conhecimento da farmacopeia popular do “ouvir dizer” nos tratamentos para doenças que mudavam a cada estação (EM, 1735, v. 1, p. 471 *apud* FURTADO, 2002, p.15).

Outro livro importante foi o trabalho de Francisco Tavares de Brito, de 1732, denominado “Itinerario Geografico com a verdadeira descripção dos caminhos, estradas, rossas, citios, povoaçoens, lugares, villas, rios, montes, e serras, que ha da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro”, foi impresso em Sevilha, na “Officina de Antonio da Sylva”, que também obteve a outorga real para sua publicação. Como sugeriu o título, o trabalho dava um panorama geral sobre a capitania mineira e também fazia referências à delimitação geográfica das quatro comarcas criadas, ao mencionar a do Rio das Velhas (Ouro Preto), que seguia no rumo “[...] oeste pelos “certõis” sem conhecido limite.” Além disto, menciona a Comarca do Rio da Morte, que seguia em várias direções, mas na sua porção “[...] oeste com a de São Paulo, pelo limite da “Mantiquera” no Caminho Velho.” (BRITO, 1732, p.16). As informações de Francisco Tavares de Brito (1732) mostram os limites das comarcas que seguiam para os sertões mineiros, onde foi construída a Picada de Goiás.

Outro veículo de informação importante para a sociedade mineira setecentista foi o pasquim. Embora algumas vezes trouxesse informações concretas, o pasquim, era dado a boatos e servia para denegrir a imagem das autoridades, principalmente quando cobravam os impostos ou o quinto sobre o ouro (FURTADO, 2002).

As notícias partiam com maior intensidade das vilas e arraiais mais movimentados. Quando o Conde de Assumar assumiu o governo da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, tratou logo de ficar atento a esse “tipo de escrito”, em forma de pasquins, e se valeu dele para comunicar os novos pagamentos dos quintos. Assim, ele os fez circular através do mascate e criador de gado, Manuel Nunes Viana, conhecido régulo dos sertões mineiros, que viajava por toda extensão do Rio São Francisco, atravessando os sertões mineiros de leste para oeste, e pôde levar a informação até os baianos (FIGUEIREDO, 2010;RAPM, 2014; NETO, 2012):

“[...] diante da boataria que o velho emboaba Manuel Nunes Viana espalha levando a notícia de que o governador acrescentara 10% sobre todo tipo de consumo além do quinto que pagariam – fazem-na os descontentes circular pelo sertão, segundo escreveu o governador, “pondo pasquins em várias partes [comunicando] que morresse quem pagasse quintos.” (AHU,cx. 02 *apud* FIGUEIREDO; RAPM, 2014, p. 49).

O pasquim, um tipo de jornal, era usado também para promover a efervescência mineira e inflamar a população a participar dos motins, como a Revolta de Vila Rica, em 1720. Os comunicados realizados pelos pasquins ressurgiam ao menor sinal de crise política, fato que foi comentado pelo Conde de Assumar, em 1721, em “[...]carta ao governador do Rio de Janeiro[...]” sob o risco de novas sedições em “[...]todas as comarcas[...]” (FIGUEIREDO, RAPM, 2014, p. 49).

Mas eram os pasquins satíricos, escritos em rimas poéticas, que andavam de mãos em mãos e eram lidos em voz alta em lugares públicos, percorrendo as estradas e causando agitação na capitania. Isso pode ser constatado pelos Auto da Devassa de 1760, contra os irmãos franciscanos Frei Antão e Irmão Lourenço Félix que eram da região do Arraial de Papagaio e Santo Antônio do Curvelo. Como circulavam com papéis, proclamando palavras impróprias contra o rei, foram delatados e acusados pelo crime de injúria real. Irmão Félix e Frei Antão foram punidos de forma branda, já que o padre José Carlos Lima apurou o crime “fabricação de Letras Apostólicas”, tornando as acusações de ataque a autoridade real mais branda. O vigário despistava a atenção e foi praticamente uma ação de compadres (CATÃO, 2005).

O fluxo de informações era também necessário para a troca de informações entre os governos das capitanias setecentistas, o governo na capital da colônia e, portanto, a Coroa Portuguesa, sendo que muitos cargos eram providos com esta intenção explícita.

Havia uma reciprocidade na comunicação real-colônia que se mostrou profícua nos primeiros anos da instalação da capitania mineira, conforme foi relatado em “O primeiro livro da Provedoria da Real Fazenda de Minas Gerais, 1722-1727”, organizado em 2011, por Ângelo Alves Carrara. O provedor da Real Fazenda era o Fidalgo Eugênio Freire de Andrada, que chegara em Vila Rica após um pedido do Conde Assumar. Ele assumia o cargo em momento nada favorável- os

moradores estavam agitados com os motins que houvera antes, a Guerra dos Emboabas (1709) e a Revolta de Vila Rica (1720). Mas era preciso colocar ordem “na casa”, que, por mais de dez anos enfrentara o “descontrole do ouro” e demais mercadorias que entravam e saíam das minas. As casas de Fundação não eram capazes de controlar e informar a Coroa Portuguesa sobre a quantidade de ouro extraído de Minas Gerais (CARRARA, 2011, p.14).

Assim, através do contador Eugênio, organizou-se um sistema fiscal que foi utilizado por todo século XVIII. A real fazenda passou a cuidar dos contratos dos dízimos reais, os contratos dos quartéis vencidos dos contratos do caminho da Bahia, do Sertão (Caminho Geral do Sertão), dos Currais como também dos direitos de passagens<sup>119</sup>, contrato (de naturezas diversas) dos direitos do Caminho Novo do Rio de Janeiro e velho de São Paulo, além das provisões enviadas para as capelas. Outras tarefas eram enviar um advogado para servir no arraial de Papagaio e organizar a cobrança dos quintos reais da Vila de Pitangui, que não aceitava a cobrança do imposto desde a sublevação que motivou as lutas de “ódios e vinganças” dos emboabas (CARRARA, 2011).

#### **4.5 Ideopaisagens- a base ideológica da formação da Picada de Goiás**

O tempo presente é mais monstruoso do que natural.<sup>120</sup>  
François Belleforest (1570)

De acordo com Appadurai (2004), a paisagem das ideias está ligada às informações, porém, possui maior cunho político e ideológico. As ideias

---

<sup>119</sup> O Direito de Passagem ficava no Rio das Mortes na “Fazenda Real de São João del- Rei” em 06 de junho de 1722. CARRARA, 2011, p.14) O local que mais tarde (1736) seria oficializada a Picada de Goiás. São João del-Rei já era entroncamento conhecido de outros caminhos- da Estrada Real Caminho Velho vigente desde o fim século XVI e o Caminho Novo que fora oficialmente terminada em 1725 (SANTOS, 2001).

<sup>120</sup> A frase foi citada nos livros de O diabo e a Terra de Santa Cruz de Laura de Mello e Souza, lançado em 1986 e Esquecidos por Deus – Monstros no Mundo Ibero-Americano. Séculos XVI-XVIII, de Mary del Priore, publicado em 2000.

mercantilistas determinaram toda a estrutura da colonização, já que o iluminismo surgiu na Europa exatamente no século XVIII, e tinham a ver com a liberdade econômica, com o avanço da ciência e da razão, com democracia e com os ideais burgueses (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Estas ideias chegaram à Colônia e à região das minas por meio de livros e de intelectuais que realizaram seus estudos na Europa. Esses ideais influenciaram movimentos reivindicatórios, como a Conjuração Mineira. Entretanto, a exploração das riquezas locais para benefício da coroa, resquício mercantilista, ainda perdurou além do final do período em foco.

A paisagem de ideias está sujeita, então, às injeções de novos significados que a paisagem das informações continuamente injeta nos discursos de cunho ideológico (APPADURAI, 2004).

Chauí (1981) define ideologia como:

[...] um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo, de representações e práticas (normas, regras e preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças, como as de classes, e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento de identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a humanidade, a liberdade, a igualdade, a nação, ou o Estado. (p.113, 114).

Porém, a diáspora que as ideias sofrem faz com que, em muitos lugares, elas percam a relação lógica com a sua representação e com a esfera pública. Destaca-se, então, a importância de verificação do contexto e do exame das “[...]convenções de gênero pragmático [...]” que “[...] regem as leituras coletivas dos diferentes tipos de texto [...]” (APPADURAI, 2004, p.55).

No Brasil Colônia, aventureiros e religiosos travavam uma batalha. Os primeiros que vieram para o “Novo Mundo” trouxeram, inicialmente, suas bases ideológicas, porém, *in loco*, encontraram o substrato cultural indígena. Com chegada do escravo, a *posteriori*, foram introduzidos os conhecimentos através das ideias e religiões africanas. Tudo isto ocorreu ao longo de um período histórico de

grande dinamismo na Europa. Logo, na colônia portuguesa, as bases ideológicas dos conquistadores eram renovadas por mudanças constantes, colocando em choque as próprias premissas trazidas no primeiro momento.

Os portugueses traziam da Europa, o Velho Mundo, a percepção de que o “Novo Mundo”, isto é, o continente americano, era regido por monstros terríveis, conforme a ideia repercutida pelos navegadores dos grandes mares (PRIORE, 2000). E, nas palavras de Souza (1986), isso fazia com que “[...]o Brasil, colônia portuguesa, nascesse assim, sob o signo do Demo e das projeções do imaginário do homem ocidental.” (p.28). Assim, “[...] a fé não apresentava isolada da empresa ultramarina – propagavam a fé e colonizava também.” (SOUZA, 1986, p. 33). Era a “[...] dilatação da fé, colonização, fortalecimento do poder monárquico [...]”; além das riquezas materiais que se almejava encontrar, devia-se também “[...]enriquecer os céus convertendo almas.” (SOUZA, 1986, p.33,34). As perspectivas apresentadas por Priore (2000) e Souza (1986) mostraram não só o Brasil, mas toda a América, como local em que existia constante dicotomia entre o bem e mal ou bom e o ruim.

Os portugueses, imbuídos de ideias já pré-concebidas sobre o novo desconhecido, passaram para seus descendentes a imagem que os sertões, ainda desabitados no século XVIII, eram repletos de monstros e feras, replicando o conhecimento que traziam do Velho Mundo. Cardoso de Souza, ao ser enviado para uma expedição, em 1769, pelo Conde de Valadares, no rio Doce, local onde se refugiavam os índios Botocudos, fez a seguinte afirmativa (AMANTINO, 2001):

[...] tão grande que parecia o próprio mar, com ondas e marolas que faz temer navegar nela em canoas [...] Além disso, continuava ele em seu relatório. [...] A dita lagoa tem animais monstruosos que várias pessoas da minha conduta os viram; além de eu mesmo chegar a ver o rastro de um que saiu de noite a praia que vários soldados chegaram a ver antes de retornarem a precipitar a água. (BN, 1769, cod. 18,2,6 doc. 301 *apud* AMANTINO, 2001, p.33).

A tradição colonial e católica concebia a ideia do “Diabo”, na personificação do ameríndio como monstro, selvagem e natural. Os indígenas adoravam o Diabo através da figura do pajé (SOUZA, 1986, p. 55). Este mesmo medo, posteriormente, foi observado com relação às práticas do negro africano escravizado. Mesmo recebendo o sacramento do batismo, ele não aceitava a religião católica como sua e continuava a realizar os cultos pagãos, nos quais se

destacava o papel do curandeiro. Estes cultos, fruto da mistura sincrética que se consolidara em todo o Brasil amedrontavam a todos em suas práticas de feitiçarias e curandeirismo (SOUZA, 1986).

O medo fazia parte das aventuras dos navegadores, como também era uma constante para os bandeirantes e entradistas. Ao saírem da Vila de São Paulo do Paraitinga, estes sertanistas eram aconselhados a fazer um testamento, já que havia certeza da entrada para os sertões, mas não da volta (TAUNAY, 2012).

Dentro deste contexto, duas ideologias principais determinaram as características básicas de conformação dos fluxos da colônia, e também na região da Picada de Goiás. Por um lado, foi o mercantilismo que norteou a exploração econômica e determinou a forma de organização imposta à colônia. A ideologia mercantilista foi, portanto, a base do sistema pelo qual a Picada de Goiás, entre outras estradas, tornou-se canal de fluxos voltados para o lucro da metrópole. O mercantilismo foi um conjunto de práticas econômicas caracterizadas pela intervenção do estado na economia. Esses ideais foram baseados na ascensão da burguesia. A ideologia foi colocada em prática por meio das grandes viagens marítimas que buscavam novas fontes de riqueza e, também, novos mercados, permitindo o acúmulo de capital pelas nações europeias envolvidas. Este acúmulo de capitais foi chamado por Marx (2013) de “acumulação primitiva”, e, na América, foi desencadeado pelo descobrimento de ouro e prata pela contribuição ao “[...] extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas[...]” e a “[...] transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras.” (p. 998).

Segundo Harvey (2010), a “acumulação primitiva”, conforme Marx (2013), fez surgir, através do capital, uma classe que se norteava pela produção de “títulos de superioridade “natural”, baseados em fatores biológicos legitimados pelas “[...] formas de poder hierárquico[...]”, regidos pelas ideias religiosas “[...] seculares do status de igualdade perante os olhos de Deus[...]” e também pela hegemonia exercida pelo Estado. Porém os mercantilistas, sedimentados no capital, não tinham problemas em explorar, como também “[...] promover fragmentações, e os próprios trabalhadores lutam para definir meios de ação coletiva que muitas vezes se defrontam com os limites das identidades étnicas, religiosas, raciais ou de gênero.”

(HARVEY, 2010, p. 57,58). Portanto, “[...]proporcionava imposições e práticas imperialistas em sociedades não capitalistas.” (HARVEY, 2010, p. 93).

O Brasil Colônia foi produto do capitalismo econômico mercantilista, que foi o período com maior incentivo para mão de obra escravagista, apropriada para o sistema de *plantation* (sistema de monocultura que iria imperar nos grandes latifundiários tropicais coloniais). Esse fato impossibilitava a contratação de assalariados (FAUSTO, 2006). Além disso, os tratados mercantis coloniais, impostos pela Coroa Portuguesa, impediam a instalação de manufaturas fabris no Brasil e, assim, muitas das mercadorias vinham dos países europeus (Portugal, França e Inglaterra, principalmente) ou eram fabricadas artesanalmente. Assim as trocas comerciais aconteciam; donos de lavras auríferas pagavam com ouro valores proporcionalmente altos (PRIORE; VENANCIO, 2010; ANTONIL,1982 [1711]). Dentro desta égide, as regiões do sertão mineiro (permeadas pelos diversos caminhos, entre eles a Picada de Goiás), por se mostrarem aptas ao abastecimento das regiões auríferas, viram a sua agricultura e pecuária de subsistência migrar para a produção de gêneros alimentícios (prioritariamente grãos e cereais) em larga escala para serem comercializados. Os latifundiários eram também ricos mercadores, sem abandonar a religiosidade inerente aos países ibéricos (CARRARA, 2011; BORGES, 1992; VENANCIO, 1998).

A educação durante o período colonial foi precária na região das minas, o que era de interesse da Metrópole, pois evitava o choque da chegada de novas ideias e os impactos que pudessem causar. Porém, formou-se, aqui, uma elite, que sofreu a influência ideológica das ideias iluministas que surgiam na Europa.

O Iluminismo foi um movimento ideológico que buscava, na acumulação do saber, a renovação constante das ideias e “[...] capaz de ser modificado até nos seus fundamentos.” (GRESPLAN, 2003, p. 15,16). O movimento nasceu durante o século XVIII na Europa e foi de singular importância para a defesa de novas ideias que surgiam, como o desejo latente das novas classes sociais em colocar fim ao antigo regime, considerado o período (era) das trevas, em contraposição do uso da razão, denominada a era das luzes. Ele enfatizava a economia e a política, atreladas aos conhecimentos filosóficos, que se aliavam as ideias revolucionárias (GRESPLAN, 2003).

A burguesia, que idealizava o mundo, como os pensadores do movimento aderiram ao Iluminismo, teve em Kant (1784) seu maior divulgador. Os burgueses e os pensadores do Iluminismo faziam fervorosas críticas contra as ações do Antigo Regime e tudo relacionado a ele, prioritariamente ao absolutismo, forma de governo da monarquia. Ademais, criticava-se veementemente a religião da igreja católica (anticlericalismo) e o mercantilismo. A burguesia europeia desejava o reconhecimento de seus ideais econômicos sem a intromissão do estado e, juntamente com os pensadores iluministas, buscavam o acesso às ciências atrelado a razão, tendo na educação a forma de difundir as ideias (GRESPLAN, 2003).

Os pensadores do Iluminismo conseguiram inculcar em alguns governantes monárquicos as ideias que defendiam. Estes foram chamados de Déspotas Esclarecidos, para não perder o poder que a governança absolutista garantia. No Brasil, ações do primeiro ministro, do rei de Portugal, D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1750- 1777), foram marcantes neste sentido, principalmente do campo da educação. Foi ele que expulsou os jesuítas do Brasil, instaurou as aulas régias de Latim, Grego, Filosofia e Retórica e oficializou o português como língua oficial da colônia. Para tal fim, concebeu a contratação de professores de português para ensinar a língua *mater* em detrimento da língua geral, usada com frequência no Brasil (FREITAS, 2005; MAXWELL, 1985).

Embora houvesse uma distância geográfica com relação à Europa, havia uma conexão, fosse por vias legais ou de contrabando (ZEMELLA, 1990; SOUZA, 1982). Como os produtos chegavam, as ideias difundidas do Velho Mundo também abarcavam por aqui, assim:

O trânsito de ideias entre os dois continentes constituía pano de fundo comum capaz de unificar o mundo transoceânico português, configurando semelhanças que se revelam não só no compartilhar das formas de submissão, mas no próprio espectro político das rebeliões (FIGUEIREDO, 1995b; ANASTASIA, 1998; CATÃO, 2005; ROMEIRO, 2008 *apud* FURTADO, 2009, p. 125).

Portanto, nas palavras de Torres (2011), o mineiro nunca deixou de se atualizar com as ideias europeias:

As ideias novas nunca haviam deixado de penetrar nas Minas. Isso mesmo durante a Colônia, com todas as proibições absolutistas contra as ideias do *aufklärung*<sup>121</sup>, que andavam provocando revoluções na França. Os Inconfidentes liam Adam Smith, livro que mal saíra dos prelos. Todo o pessoal da Independência, a começar por Cayrú, andava às voltas com os economistas e filósofos ingleses do século XVIII, esses extraordinários fundadores da economia política liberal ou economia política, simplesmente, e com os mais ferozes revolucionários franceses. Era uma gente em dia com as novidades do tempo e com as novidades as mais subversivas. Por que, então, estas ideias iriam fazer mal, se antes foram benéficas? Já disse: a espécie de veículo, a sua velocidade e a massa transportada. (p. 140).

Eram os filhos das famílias abastadas que voltavam de Coimbra/Portugal e Montpellier/França, com ideias avançadas, entre estes estavam:

[...] Cláudio Manuel da Costa, José Álvares Maciel, Alvarenga Peixoto, Domingos Vidal Barbosa, José Vieira Couto, Antônio Pires, da Silva Pontes, Manuel Ferreira da Câmara Bittercourt e Sá, Joaquim Veloso Miranda, Frei José de Santa Rita Durão, José Gregório de Morais Navarro, João da Rocha Dantas e Mendonça, José Severiano Maciel da Costa, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, José Basílio da Gama, Francisco de Paula Meireles, João Evangelista de Faria Lobato, José de Sá Bettencout e Acioli, José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, entre outros. (BARBOSA, 1979, v.III, p. 535).

Infelizmente, mesmo com a difusão ideológica que vinha da Europa, não era incomum, “[...] os comerciantes abastados que não sabiam ler.” (SOUTHEY *apud* AZEVEDO, dr. M.D. Moreira de\_ Instrução Pública nos tempos Coloniais, Ver. do I.H.G.B. tomo XV, parte II, p. 141/148 *apud* BARBOSA, 1979, v.III, p.535).

Atestando, Prado JR. (1925) escreveu que: “[...] o nível cultural da colônia era da mais baixa e crassa ignorância. Os poucos expoentes que se destacavam, pairam num outro mundo ignorado por um país que não podia compreender.” (PRADO JR., 1925, p.94 *apud* BARBOSA 1979, v.III, p.536).

---

<sup>121</sup> *Aufklärung*– palavra de origem alemã, que foi a base do Iluminismo por significar esclarecimento, descobrimento e reconhecimento (KANT, 1784).

Entretanto, constituíam exceção ao baixo nível cultural reinante os vigários, “homens de ilustração<sup>122</sup>” e filhos de mineradores que estudaram na Europa, alguns possuidores de bibliotecas (BARBOSA 1979, v.III).

Da Europa, veio o “[...] movimento Arcade, também chamado de Neoclassicismo, (que) surgiu na Itália, no final do século XVII, perdurando durante todo o século XVIII e encerrando-se já no século XIX. Desenvolveu-se em terras mineiras em pleno auge do ciclo do ouro.” (ARAÚJO; SOUZA, 2016, p. 08). Teve como autores os estudantes que voltavam do “velho mundo” com ideias revolucionárias e libertadoras, pregadas pelo movimento iluminista, e foram motivadoras da Conjuração Mineira. Entre eles estavam os expoentes: Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, José de Santa Rita Durão, Tomás Antônio Gonzaga<sup>123</sup> e José Basílio da Gama. Usavam das palavras para demandar a liberdade do governo para qual trabalhavam. Esse era o caso de Claudio Manuel da Costa<sup>124</sup>, que utilizava das sátiras para “atacar” o governo português, presente na capitania mineira, e já sonhava com a liberdade (ARAÚJO; SOUZA, 2016).

A sátira poética era também uma ferramenta ideológica setecentista, tanto para a igreja quanto para estes homens letrados que utilizavam dela para condenar a riqueza que a mineração ocasionava, na antiga ambivalência: riqueza versus pobreza. Padres a utilizavam para, no momento da pregação, deixar claras suas

---

<sup>122</sup> O homem de Ilustração era o “homem da Razão, da Lógica, da Experimentação, da Ciência, do Direito Natural. Era o pesquisador, cosmopolita, reformista, antiabsolutista.” (MOTA, 2006, p. 67 *apud* BOTO, 2010, p.282) A definição das palavras “Iluminismo” e “Ilustração”, embora não sejam o foco deste trabalho conceituá-las, foram usadas durante o “movimento filosófico e cultural”, que imperou durante o século XVIII e fora amplamente estudada por Falcon (1986). (FALCON, 1986, p. 09 a 19 *apud* LIMA, 2009, p. 08).

<sup>123</sup> Em 1789, durante a Conjuração Mineira, o poeta Tomás Antônio Gonzaga (por muito tempo foi atribuída a autoria a Cláudio Manuel da Costa) escreveu e fez circular anonimamente, de mão em mão um conjunto de poemas que ficaram conhecidos como as Cartas Chilenas, criticando o governo português na capitania mineira (MARTINS FILHO, 2013).

<sup>124</sup> Cláudio Manuel da Costa estudou direito em Coimbra. Além de poeta consagrado, escreveu comentários sobre o livro do economista inglês Adam Smith- Tratado da Riqueza das Nações. Foi funcionário do governo português: secretário de Gomes Freire de Andrade (15 de junho de 1762); mantido no governo de Luís Diogo Lobo da Silva até 1765, quando voltou para atividades forenses (MARTINS FILHO, 2013).

opiniões a respeito da moralidade, a respeito da desonestidade, a condenação da atividade mineradora<sup>125</sup> e o papel da mulher, ao lado do homem (CAPANEMA, 2013).

O fluxo de ideias trazidas da Europa para região de minas, era disseminado pelos livros, pela informação trazida pelos viajantes, que aqui chegavam e também filhos dos mineradores que estudavam fora do Brasil serviram de base para motins, como fora a Guerra dos Emboabas (1709), a Revolta de Felipe dos Santos (1720) e a Conjuração Mineira (1789), contra o poderio português (TORRES, 2011).

Embora imbuídos de toda a ideologia iluminista vigente na Europa, ao tentar imprimi-las na sociedade colonial brasileira e, portanto, na capitania mineira,

<sup>125</sup> Na Carta que Veio de Minas (1727), Capanema (2013) existe também o papel da alegoria da Carta “[...]assim como na sátira, funciona como prática moralizante articulada a outras práticas discursivas contemporâneas, que mediatizam e redirecionam seu sentido [...] Nesta linha, a intervenção satírica não só desenvolve temas convencionais, adaptando-os ao referencial discursivo do lugar quando os trata poeticamente, mas também alegoriza várias posições.” (HANSEN, 2004, p.92. *apud* CAPANEMA, 2013, 62). Seguem trechos da Carta para a contemplação dos versos em “tom de lamento:

Sou as Minas, a que me estranhas.  
 Pois com tanta riqueza nas entranhas;  
 Dei o peito indigesto ao movimento;  
 Na gigante máquina a poder de braços  
 Soltei da vida os hálitos escassos;  
 Abateram dos montes a estatura  
 Que eram membros fatais desta figura  
 Os soberbos outeiros.  
 Dando os últimos ais, e derradeiros;  
 Caiu já das serras a grandeza  
 Envolta na mortalha da tristeza  
 Ficando assim vencida de outro Império  
 Para ser de mim mesma cemitério.  
 Vendo-me tão opulenta  
 Quem deste golpe se julgará isenta.  
 [...]

Com isso levando as mãos ao peito, rasgou os vestidos, e patenteando à vista a maior parte do corpo aberto por tantas partes em brechas, e boqueirões, por onde se viam os duros penhascos, e horríveis ossos deste composto, que dilacerado a mãos de africanos conduzidos; pouco, ou nada lhe vi intacto, por onde infiro que esta mulher não dura muitos anos porque vai a espirar, e sossegada da fúria, e ira com que se descompõe, lhe perguntei: minha senhora bem infiro eu de suas queixas a muita razão que mostra, e a liberalidade com que despendeu a tantos, os muitos cabedais que possuem; se bem vejo que são pouco permanentes; tomara saber a causa, porque eu também fui um destes, e agora acabo de conhecer, que a fortuna uns nega e tira o que a outras oferece. (CARTA que veio das minas, 1727?, fl.1v-2v *apud* CAPANEMA, 2013, p.61,62)

não conseguiram grandes avanços. Mesmo estes homens ilustrados não conseguiam transpor as barreiras políticas e religiosas tão arraigadas ao comportamento mineiro. Os melhores serviços eram concedidos pelo governo. Logo, os fidalgos, quando voltavam de seus estudos, podiam conseguir colocações compatíveis com suas qualificações educacionais no governo. Mesmo promovendo e incentivando colaboração ideológica revolucionária aos motins e rebeliões, não conseguiram sobrepor os novos fluxos de ideias àquelas já concebidas ideologias religiosas e políticas que vigoravam na Minas Gerais setecentista.

Outra consideração importante é relativa à ideologia religiosa vigente na Colônia. Durante a Idade Média, a Igreja Católica, associada ao Feudalismo, alcançou importância ideológica e material sem precedentes, que a colocaram como uma das forças propulsoras das Grandes Navegações, fato que a fez continuar importante durante Mercantilismo, impresso no Brasil Colônia através da metrópole portuguesa. A ideologia católica foi, assim, uma das bases do fluxo de ideias na colônia e consequente em Minas Gerais (PEREIRA, 2010; GOES FILHO, 2015; BOSCHI, 1987; MARX, 2013).

Desde o Descobrimento do Brasil<sup>126</sup>, a religião esteve presente. As grandes bandeiras que adentravam pelo Brasil contavam com um padre. A importância da religião aparecia nos detalhes, como os nomes dados aos acidentes geográficos (serras, rios e vales) e arraiais que estavam no trajeto dos bandeirantes (BARBOSA, 1979; MEGALE, 2000).

A igreja exerceu importante papel no domínio do índio e, depois, na cristianização do escravo africano. A cristianização dos escravos negros não era um problema para os padres, mas eles se colocavam contra o apresamento dos “negros da terra” indígenas, que, depois de aceitarem a religião, poderiam fazer os serviços domésticos e rurais (FIGUEIREDO, 2010).

---

<sup>126</sup> O primeiro nome dado ao Brasil fora Terra de Santa Cruz- já como uma alusão religiosa.(Nota da autora).

[...]do Brasil era empregado na lavoura, na indústria do açúcar, na pecuária, nos transportes e nos trabalhos domésticos. Mas havia um problema: ao contrário do que acontecia com os negros, a escravização do índio era considerada, pelos jesuítas, imoral, e pela Coroa, ilegal. A transformação dos “negros da terra” em escravos precisava ser feita sob o manto da domesticação, da catequização e da conversão espontânea do índio ao cristianismo. Sabe-se, por exemplo, que os irmãos João Coelho de Sousa e Gabriel Soares de Sousa, que morreram buscando o Sabarabuçu, eram grandes predadores de selvagens — no engenho de açúcar que possuíam em Jaguaribe, na Bahia, eles mantinham aldeias repletas de “gentio administrado”, como eram eufemisticamente chamados os índios submetidos ao trabalho escravo. A expedição de Antônio Dias Adorno não voltou com riquezas minerais, mas trouxe aprisionados cerca de 7.000 silvícolas. Outro paulista, Nicolau Barreto, não encontrando ouro no sertão, arrastou 3.000 índios acorrentados até São Paulo. (FIGUEIREDO, 2010, p. 101).

Desta forma, a ideologia cristã foi imposta aos habitantes originais da colônia. Os bandeirantes lançavam mãos dos índios domesticados e evangelizados, que eram mais dóceis para mostrarem os caminhos para as minas de ouro e também para guerrear com outras tribos do sertão mineiro.

No Triângulo Mineiro (em 1748 era Triângulo Goiano) havia os índios araxás, descendentes dos cataguás<sup>127</sup>, que eram considerados menos hostis e evangelizados pelos jesuítas que, na região, possuíam um aldeamento (SANTOS, 1926).

A imposição ideológica era complementada pelo papel desempenhado pelas ordens terceiras e as irmandades. A Igreja exercia, junto com a Coroa Portuguesa, o papel de organizar a colônia e, por isso, exercia influência na vida dos moradores locais. As principais construções eram as destinadas à igreja e quando uma localidade tinha o *status* elevado a Paróquia, este fato era indicativo de progresso do lugar. A igreja desempenhava o papel doutrinador, considerando que a colonização não poderia ser leiga e deveria estar vinculada à fé religiosa (PRADO JR., 1986; BOSCHI, 1986). Logo as Irmandades surgiram:

---

<sup>127</sup> No significado da língua geral tupi-guarani, Cataguás quer dizer “gente boa” e os cataguás denominavam o paulista de “gente ruim” (os Pixi-auás). (FERNANDES, 2010, p. 04) Dentro da perspectiva histórica, os habitantes além dos sertões da Mantiqueira eram como monstros, feras capazes das mais terríveis atrocidades e segundo Vasconcelos (1974) o maior feito do Lourenço Castanho Taques foi ter exterminado os índios cataguases. (AMANTINO, 2001; FERNANDES, 2010).

[...]com a finalidade de fornecer assistência e solidariedade a quem necessitasse de ajuda, as irmandades surgiram nos países Europeus, ao longo da baixa Idade Média, em um momento de importantes mudanças políticas e econômicas, como o declínio do feudalismo e o florescimento das cidades comerciais. (SILVA, 2010, p. 78).

A partir de 1720, quando a Capitania de Minas Gerais foi criada, desmembrada do Rio Janeiro, foi prometido a Vila de Mariana a sede do Bispado, fato que se concretizou em 1745. Assim, em 1721<sup>128</sup> algumas das freguesias criadas anteriormente se tornaram paróquias e outras também surgiram com a finalidade da manutenção local através da religiosidade e fé dos habitantes. E o Conde Assumar, prevendo que cada paróquia tivesse seu pároco fixo, passou a pagar a cômgrua régia. Essa resolução fazia com que os párocos não efetuassem outra atividade com a finalidade de seu provimento ou de enriquecimento. Esse fato era comum, já que com essas atividades poderiam ficar ricos em menos de dois anos. O pároco, recebendo a cômgrua, deveria servir à sua paróquia e as capelas adjacentes. O Conde de Assumar via na religião um “[...] *instrumentum regni*, mecanismo apaziguador das tensões sociais em regiões de “fronteira aberta” e distantes dos olhos do rei.” (DIAS, 2010, p.157).

A criação das paróquias e capelas curadas era uma forma do poder da Coroa Portuguesa dentro da capitania e, conseqüentemente, tinha um impacto no *modus vivendi*, caracterizado pelos hábitos e costumes dos paroquianos. Portanto, sua capilaridade territorial era necessária e útil para o poder político e também para o controle sócio-econômico na capitania. Assim, as paróquias, criadas desde 1721, mostravam a expansão territorial alcançada com a mineração, conforme a tabela nº 04 (FIGUEIREDO, 2010; DIAS, 2010):

---

<sup>128</sup> Mesmo antes sob a ordem diocesana do Rio de Janeiro, no período 1702 a 1721, foram criadas cerca de quarenta freguesias, divididas em curatos: Carmo (Mariana), São Sebastião (Bandeirantes), São Caetano (Monsenhor Horta), Sumidouro (Padre Viégas), Furquim, Pilar de Ouro Preto, Catas Altas (do Mato Dentro), Cachoeira do Campo, Guarapiranga (Piranga), Ouro Branco, Antônio Dias de Ouro Preto, Santa Bárbara, São Bartolomeu, Inficcionado (Santa Rita Durão), Camargos, Antônio Pereira, Casa Branca (Glaura), Congonhas, Itabira do Campo (Itabirito), Itaverava, Itatiaya, Borda do Campo (Barbacena) e Carijós (Conselheiro Lafaiete). Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana/AEAM pesquisa realizada em 2008.

Vigárias [paróquias] que ficam:	Capelas que podem ser curadas:
Ouro Preto	Antônio Dias / São Bartolomeu
Cachoeira	A capela de Bar. de Godois
Itaubira	
Ouro Branco	Carijós / Congonhas / Itatiaia
Ribeirão do Carmo	S. Sebastião / Antônio Pereira / Sumidouro / Brumado
Bom Jesus do Forquim	São Caetano
Guarapiranga	Noroega / Itaberava
Catas Altas	Inficionado / Camargos e Bento Roiz
	Santo Antônio no Rio de S. Barbosa
Vila Real do Sabará	Rossa Grande / Curral de El Rey
	Raposos
Vila Nova da Rainha	Morro Vermelho / São Miguel
Vila do Serro do Frio	Conceição do Rio do Peixe
Vila de Pitangui	Rio da Onça
Vila de São João do Rio das Mortes	Caminho Velho / Caminho Novo
Vila de São Joseph	Prados / Lagoa Dourada

Tabela 4: Abrangência territorial da igreja na Capitania de Minas Gerais<sup>129</sup>

Porém, com a criação do Bispado de Mariana (1745) muitos desses padres já estavam estabelecidos em rincões distantes no sertão mineiro e não desejavam deixar suas atividades secundárias, economicamente prósperas. Dessa forma, transformavam-se em inimigos reais, perseguidos e delatados constantemente ao governo da capitania. Mas eles continuavam a celebrar suas missas, até mesmo no local de sua atividade econômica. Na região de Pitangui,

<sup>129</sup> Fonte: Elaborada por (DIAS, 2010, p.170).

havia um açougue e, depois do ofício de cortar as carnes, o balcão se transformava em altar (DIAS, 2010).

Com a expansão da Capitania, a influência da ideologia religiosa se afirmou também nas regiões centrais de Minas e, conseqüentemente, da Picada de Goiás:

Na segunda metade do século XVIII, quando se verificou a expansão geográfica da Capitania com as fazendas de criação de gado de diversos povoados foram surgindo em torno de capela, sobretudo no Alto São Francisco e no Sul de Minas. Foram as sementes que deram origem as cidades de hoje. [...] Os moradores vinham ao povoado para missa, aos domingos, e para as festas religiosas. (BARBOSA, 1979, v.3, p.536).

As fazendas, mesmo localizadas no longínquo sertão instalavam oratórios em suas sedes. Para a posse de oratório fixo ou ambulante, era preciso ter licença concedida por um ano ou em casos excepcionais, por três anos, pela Cúria Metropolitana de Mariana, que registrava em seu livro de provisões. Os oratórios eram uma homenagem para os santos de devoção da casa, e os fazendeiros potentados faziam questão de ostentar imagens de ouro (FREITAS, 2005; RABELLO, 2014).

A influência ideológica da Igreja chegava à interferência na organização física das cidades. As Ordens Terceiras, juntamente com as Irmandades religiosas e o Terço de Auxiliares, tinham o papel de organizar o “espaço urbano colonial”, de acordo com o sistema de fortuna e conforme os fatos que eram marcantes nas instituições e confrarias religiosas do século XVIII. E, mesmo depois que as leis da cor deixaram de valer nos Corpos Auxiliares, elas continuaram a ter importância nas irmandades, isto é, elas segregavam pela cor do indivíduo. Assim, existiam irmandades específicas para negros, pardos e brancos (LIMA JR., 1965; MONTE-MÓR, 1998). A participação em irmandades era também a denotação do poder social e econômico que o indivíduo possuía, definindo os “homens bons”, requisito importante para aqueles que quisessem sobressair perante a sociedade. (TORRES, 2011). Eram os homens bons que podiam votar, exercendo poder local nas câmaras

das vilas e cidades. Eram eles, os “homens-bons”, que decidiam sobre as obras e realizações e seguiam o *modus operandi* da Coroa Portuguesa, estabelecido para organizar os territórios conquistados<sup>130</sup> (BOXER, 1981).

As irmandades denotavam o poder de que dispunham os moradores das vilas arraiais e também dividiam a população entre negros, pardos e brancos. Os negros não podiam frequentar e nem ocupar os lugares dentro das igrejas destinadas aos brancos e possuíam irmandades próprias. Assim: “Em seu sentido político, a Igreja procurava conter a violência, organizar o *corpus* social, fazer reconhecer a autoridade régia e as distinções entre o povo comum e as pessoas de “mor qualidade.” (DIAS, 2010, p.165). Eram as irmandades e confrarias religiosas as responsáveis por dar um caráter assistencialista à sociedade mineira que carecia de apoio nas minas setecentistas, inspirando-se “[...]nos princípios de caridade cristã de ajuda” aos necessitados (BOSCHI, 1987, p. 25). As irmandades das Misericórdias, embora (BOSCHI, 1987):

[...]assistissem a todos os necessitados, independentemente de sua situação de classe, credo cor, não deixavam também de ser restritivas quanto à composição de seu quadro de associados, pois filiar-se a elas exigia do candidato certos requisitos, como o da pureza de sangue e o de uma relativa disponibilidade de dinheiro para as obras assistenciais coletivas; o insucesso dessas associações em Minas Gerais vem reforçar a tese do acentuado exclusivismo confrarial existente na região. (BOSCHI, 1987, p. 38).

Devido à necessidade, havia campo de trabalho para todos os “profissionais” que exerciam a medicina, pois encontravam amplo mercado de trabalho às custas “[...]dos Senados das Câmaras e das irmandades, confrarias e ordens terceiras.” (BOSCHI, 1984, p. 34). Eram essas três entidades - “Senado da Câmara, Confrarias e Irmandades laicas” - que mantinham a colônia unida (BOXER 1977, p.305 *apud* BOSCHI, 1984, p. 28). Essa foi uma amostra das junções do

---

<sup>130</sup> Por exemplo, este foi o caso do construtor Calheiros, que fazia parte de uma rica irmandade na Vila de São José del-Rei, devido aos seus trabalhos para a capitania e o bom casamento que havia feito em terras mineiras (URIAS, 2013; PINTO, 2010).

poder religioso e político que fez parte da vida mineira, desde os primeiros tempos, e perdurou através dos séculos (PEREIRA, 2010; BOSCHI, 1984).

A igreja era construída, seguindo os padrões europeus e lusitanos que se difundiram graças aos construtores que aqui vieram residir, trabalhando para a Coroa junto aos governos locais. Verdadeiras fortificações<sup>131</sup>, as igrejas eram símbolos de poder no local mais alto e as casas e pontos de comércio, quando ficavam no em torno da estrada, miravam o alto, como forma de agradecimento a Deus (MONTE- MÓR, 1998).

Conforme Torres (2011), as demais construções do arraial que se formasse seguiria a ótica da linha da igreja, geralmente construídas em locais mais seguros. Assim, as estradas eram construídas para alcançar estes pontos, aproveitando a natureza do lugar, seguiam “serpenteando” as montanhas e serras, uma forma de facilitar o transporte fosse de mercadorias ou passageiros (TORRES, 2011).

O povoamento, preocupação constante da Coroa Portuguesa e dos governos da Capitania de Minas Gerais, fazia valer a máxima; a “[...]veneração ao sacramento [...]”, mostrava a supremacia da monarquia nas terras sertão adentro, onde outro poder não chegava: os párocos davam o recado real através dos aconselhamentos e, principalmente, da homilia (DIAS, 2010).

Nas terras do *hinterland* mineiro e no Triângulo Goiano, Inácio Correia de Pamplona, mestre de campo que esteve à frente de uma incursão povoadora em

---

<sup>131</sup> As igrejas do período setecentista possuíam projetos de engenheiros militares que aqui vieram morar, tornando-se responsáveis pelas plantas que eram efetivadas por construtores- pedreiros e carpinteiros- acompanhados pelos escravos. Estes engenheiros militares, além do conhecimento apurado vindo de Portugal, ensinado nas escolas da época, também tinham a influência da França (em 1747 École Nationale des Ponts et Chaussées- Escola Nacional de Pontes e Estradas- considerada a primeira instituição a formar engenheiros civis, aptos à construção) e das construções e ensinamentos italianos- essa última tendência sentida nas construções barrocas das igrejas mineiras. No estilo de fortificações, as igrejas e os prédios públicos ficavam em local mais imponente para o controle social. E assim, boas somas de ouro eram destinadas para a construção das igrejas, que empregavam os melhores artesãos e construtores. Tanto que: “[...]Tal qual seu distante rei, os súditos da Coroa em Minas não economizavam quando se tratava de agradar a Deus.” (FIGUEIREDO, 2010, p. 220).

1769 ao criar arraiais, também possuía a missão de fundar igrejas. As conquistas de Pamplona eram realizadas em nome da Câmara de São João del-Rei. Assim, todas as sesmarias eram abarcadas na Comarca do Rio das Mortes, já que esse era o principal o objetivo da incursão do mestre de campo. A distribuição das sesmarias era realizada após a missa, que era sempre o evento de maior expressão local. As sesmarias eram distribuídas para aqueles que faziam parte da incursão de Pamplona ou, em alguns casos, para aqueles que já habitavam a terra. Este fato não solucionou o problema povoador e das estradas na Picada de Goiás, visto que a questão não era para quem se dava as terras, mas sim, quem poderia investir no manuseio delas (MARTINS, 2008).

O alcance da influência da ideologia católica não teve páreo em relação a outras religiões, embora, tenham permanecido algumas influências da religião judaica<sup>132</sup>, trazida pelos cristãos-novos que aqui chegavam (SOARES, 2012).

---

<sup>132</sup> Costumes judaicos incorporados à tradição mineira, presentes no livro de Leal (2000) e outros registrados pela tradição oral: 1. Passar a mão na cabeça- perdoar, relevar, ignorar uma falta de alguém; 2. Jurar pelo eterno descanso de um morto querido; 3. Deus te crie: ante o espirro de uma criança. Herança da frase hebraica – Hayim Tovim; 4. Varrer a casa: da porta para dentro das casas, costume arraigado até os dias de hoje; 5. Lavar os mortos: usado no interior das Minas Gerais; ainda é usado em algumas regiões; 7. Para o santo: o hábito de jogar a parte inicial da bebida para o santo, tem raízes no rito hebraico milenar de reservar, na festa do pessach (páscoa), copo de vinho para o profeta Elias (representando o Messias que ainda virá); 8. Punhado de terra: costume de jogar terra no caixão quando ele é descido na sepultura; 9. Carapuça: uso da expressão “por a carapuça” vem dos tempos da Inquisição, quando o réu assumia a culpa por seus atos e coloca a carapuça na cabeça para a sentença; 10. Judiar: termo usado nos tempos da Inquisição, em que se maltratavam e perseguiam os judeus, torturar, atormentar os judeus; 11. Nas mesas dos mineiros “cristãos-novos” haviam gavetas para esconder a comida dos cristãos-velhos, pois embora batizados, estes cristãos-novos, continuavam a se alimentar como no judaísmo. Mantinham os hábitos da alimentação kasher-recomendada pela Torah, na qual existem alimentos proibidos aos judeus, conforme no livro Levíticos 11, como, por exemplo, a carne de porco, peixe sem escama, entre outras. E outras receitas tipicamente judaicas. Caso o flagrante fosse denunciado o cristão-novo era levado a Inquisição. As gavetas não tinham a ver com a “sovinice” como se acreditava; 12. Lenda da Verruga: criada para que as crianças judias não apontassem para o céu e denunciasses o [...]shabat- descanso judaico no Sábado que começa na véspera com o nascimento da primeira estrela. Os adultos poderiam se conter, mas as crianças, não!; 13. Ficar a ver navios: no apogeu aurífero, Dom Manuel, rei de Portugal precisando da mão de obra dos judeus-portugueses, não podia fazer como fez a Espanha que expulsou os judeus., Assim, utilizou de uma artimanha para continuar com os judeus em Portugal, já que eram a classe média local, mão-de-obra e representavam boa influência intelectual. Dom Manoel marcou uma data falsa para expulsar os judeus. O local da expulsão foi o porto, com todos os judeus reunidos, foram batizados à força, no domingo da Páscoa de 1492 e todos foram convertidos em cristãos (cristãos-novos). Mesmo depois de convertidos, as práticas judaicas foram

O declínio da mineração, atividade que possuía uma força aglutinadora de pessoas, dispersou os judeus para outras regiões, onde levavam seus costumes, mostrando suas origens, como apontado por Soares (2012):

Com o passar do tempo, passando a febre do Eldorado, os cristãos-novos se segregaram, por assim dizer, entre as montanhas de Minas, longe dos litorais e portos marítimos, distantes de outras correntes migratórias, dando ao povo mineiro peculiaridade étnica e cultural com características bastante definidas. No começo, famílias como os Leões, os Fortes, os Henriques, os Carneiros, os Campos, etc., chegaram a constituir povoados, verdadeiros “guetos”, que ainda hoje se reconhecem por não terem capelas em suas ruínas, em contraste com os fundados por cristãos-velhos, onde a igreja era uma das primeiras edificações (LEAL, 2000). Em Paracatu, Serro Frio, Sabará e imediações e em Pitangui tinham suas maiores aglomerações. Eram numerosos também nos arraiais que cercam Ouro Preto e Mariana e ao longo do caminho do Rio Grande e da Bahia. Havia, porém, cristãos-novos espalhados por todo o território mineiro: nas estradas, nas entradas das vilas e nos caminhos de “ir-e-vir”. (SOARES, 2012, s.p.).

---

permitidas por mais 30 anos (às escondidas), até que a Inquisição se mostrou intolerante a todas as práticas não cristãs. (MENDA, 2000 *apud* SOARES, 2012, s.p.) A Influência dos judeus “cristãos-novos” na cultura mineira. Disponível em: <<http://anussim.org.br/a-influencia-dos-judeus-cristaos-novos-na-cultura-mineira/>> . Acesso: 12 nov. 2016.

## 5. PAISAGEM DAS MERCADORIAS E BENS NO SERTÃO DA PICADA DE GOIÁS E NO ENTORNO DA PICADA DE GOIÁS

Governar é povoar; mas,  
 não se povoa sem se abrir estradas,  
 e de todas as espécies;  
 Governar é, pois, fazer estradas!

Washington Luís  
 Político e historiador  
 (1869- 1957)

A análise proposta neste capítulo parte da proposta de uma paisagem formada pelos fluxos de bens e mercadorias, que ajuda a entender história e a cultura no entorno da Picada de Goiás, refletindo aspectos dos fluxos propostos por Appadurai (2004).

Desta forma, serão analisadas questões relativas aos fluxos de bens e mercadorias, procurando destacar suas relações com os demais fluxos. Inicialmente, no subcapítulo 5.1, uma visão da paisagem dos bens e mercadorias é apresentada e, em seguida, no subcapítulo 5.2, procede-se à investigação de seus aspectos que revelam características dos demais fluxos.

### 5.1 Características do fluxo de mercadorias

Eu não nasci para ter ódios, nem rancores, nasci para construir.

Juscelino Kubitschek  
 Político e médico  
 (1902-1976)

Nas palavras de Prado JR. (1986), a essência da formação da colônia brasileira esteve dividida em ciclos econômicos<sup>133</sup> que foram voltados para atender ao mercado europeu, e: “[...] para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros;

---

<sup>133</sup> Os ciclos econômicos sempre tiveram caráter exploratório durante o período colonial, assim podem ser divididos: ciclo do pau - brasil (de 1500 a 1553); ciclo da cana-de-açúcar e outros gêneros agrícolas como o tabaco e algodão (de 1600 a 1700); ciclo do ouro ou da mineração (de 1700 a 1800). (ANTONIL, 1982 [1711]; PRADO JR., 1986).

mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto.” (p. 14).

Assim, a mineração, depois da atividade açucareira, foi a que mais rendeu dividendos para a Coroa Portuguesa. A atividade de mineração predominou na capitania de Minas Gerais e, em menor escala e durante menos tempo, nas capitanias de Goiás e Mato Grosso. Os trabalhos na mineração necessitavam de grande contingente humano, consumindo mercadorias para a alimentação que não eram produzidas nas regiões auríferas (SIMONSEN, 2005). Os desgastes eram extremos, em todos os sentidos, e um dos problemas mais graves era a fome. (SIMONSEN, 2005). Em decorrência da necessidade de abastecimento, vieram outras atividades, que se desenvolveram ou ganharam impulso para dar suporte aos mineradores e faiscadores, trabalhadores e moradores das regiões auríferas.

A Capitania de Minas Gerais do século XVIII fez movimentar não só a economia regional, mas, também, a colonial<sup>134</sup>, cujos fluxos se reorientaram a partir da descoberta do ouro: outras capitanias, como a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e capitanias do sul passaram a encaminhar mercadorias para as minas. Estas capitanias possuíam excedente disponível, já que o mercado externo não o absorvia e o disponibilizaram para atender as demandas crescentes em torno da mineração (PRADO JR., 1986; FURTADO, 2005; CARRARA, 2011).

Na região da Picada de Goiás, o ouro foi encontrado, em 1722, pelo segundo Anhanguera e trouxe notoriedade para a região, que foi elevada a capitania em 1748. A exploração da mina aurífera mais duradoura foi a do Arraial de Paracatu, descoberta em 1744 e esgotada em 1781, após “intensa produção”.

---

<sup>134</sup> Segundo Caio Prado Jr.(1986), a economia colonial era voltada para o mercado externo, referindo-se à metrópole portuguesa: “[...]São estes, em suma, os característicos fundamentais da economia colonial brasileira: de um lado, esta organização da produção e do trabalho, e a concentração da riqueza que dela resulta; do outro, a sua orientação, voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional. (PRADO Jr., 1986, p.125). Portanto, Prado Jr. (1986) confirma que as atividades realizadas “[...] se destinam à exploração de produtos que têm por objeto unicamente a exportação, em função da qual se organiza e mantém a exploração; são atividades que se desenvolvem à margem das necessidades próprias da sociedade brasileira.” (PRADO Jr., 1986, p.169).

Outras minas foram encontradas em Desemboque, hoje distrito da cidade de Sacramento/MG (antigo Arraial do Rio das Velhas), entre os anos de 1751 e 1759, na região denominada “Sertão da Farinha Podre”, atual Triângulo Mineiro. Foi encontrada uma faisqueira em Piumhi, em 1754, cuja existência já era notória desde 1752 e causava preocupação devido à “[...]afluência de gente de toda parte se deslocando para Piumhi.” (BORGES, 1992, p. 29). Assim, em fevereiro de 1754, o guarda-mor de Passa Tempo recebeu a incumbência do ouvidor interino da Comarca do Rio das Mortes de dividir as áreas aos faiscadores. Outra região na qual foi encontrado ouro foi a de São Bento do Tamanduá, atual cidade de Itapeçerica. A partir 1743, esta descoberta despertou a atenção das autoridades da Vila de São José del-Rei, que tomaram posse das minas e, em seguida, do arraial que se formou, em 18 de junho de 1744- sendo que no ano 1757 já havia igreja paróquia constituída no arraial de São Bento do Tamanduá. Como a extração aurífera não vingou, o “ouro verde” dos campos passou a ser o foco de interesse direcionando fluxos de forasteiros para as terras, antes desconhecidas dos sertões (BORGES, 1992).

Desta forma, os fluxos da mineração definiram e comandaram os demais fluxos na região, seja os fluxos de outros bens e mercadorias ou fluxos financeiros intrinsecamente ligados e fluxos de pessoas, informação, ideias, tecnologia.

### **5.1.1 A circulação do ouro como base para o fluxo dos bens e mercadorias: exportação de ouro, importação de produtos de luxo e produção local**

Só o passado verdadeiramente nos pertence. O presente..  
 O presente não existe: Le moment où je parle est déjà loin de moi.  
 O futuro diz o povo que a Deus pertence.  
 A Deus... Ora, adeus!

Estrela da tarde  
 Manuel Bandeira  
 Poeta brasileiro  
 (1886-1968)

Minas Gerais recebeu este nome justamente devido à atividade mineradora, que se perpetuou através do tempo. A região teve inicialmente como

“[...] função econômica essencial: a mineração, do ouro e dos diamantes[...].” (PRADO JR., 1986, p. 04).

O ouro, diferentemente da pecuária e da agricultura em solo mineiro, foi, desde o início, cercado de aparato fiscal, sujeito ao rigor disciplinar para que a produção não se esvaísse em contrabando e sonegação de impostos.

A região de Goiás foi chamada de Canaã, por fazer alusão à terra prometida para onde os aventureiros iam pobres e voltavam ricos (FONSECA, 1961). Mas, nem de longe, a atividade desenvolvida em Goiás, lugar que se tornaria capitania por causa dos achados auríferos, atingiu o apogeu que alcançou em Minas Gerais. Dentre as três capitanias - Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso - a primeira citada foi a principal produtora de ouro na colônia portuguesa em solo americano, enviando cerca três vezes mais ouro pela cobrança de impostos que as duas outras (BOAVENTURA, 2007).

O gráfico nº 01, a seguir, demonstra a superioridade mineira sobre Goiás e Mato Grosso, em relação à quantidade de ouro produzida em toneladas, durante o século XVIII.

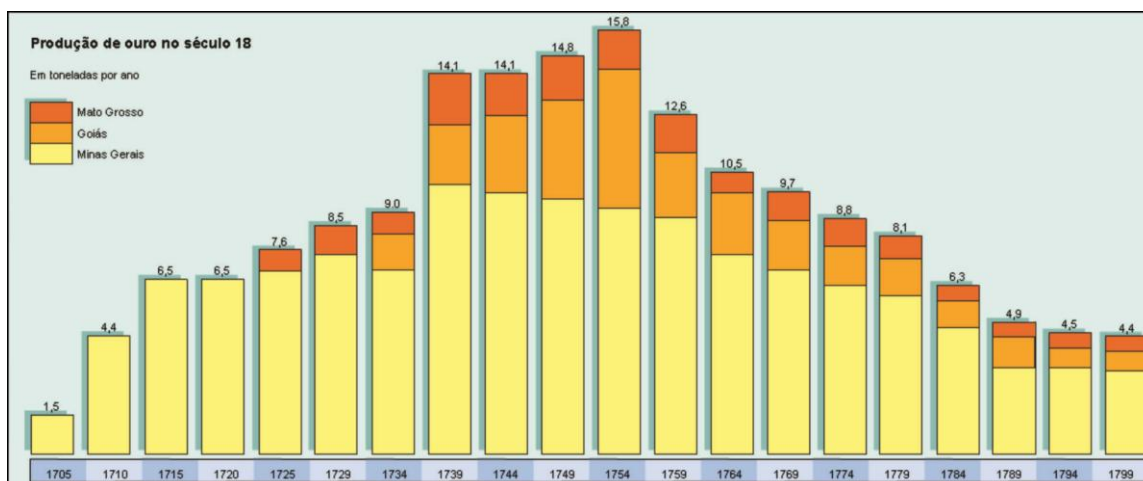


Gráfico 1- Produção de ouro no século XVIII (em toneladas)<sup>135</sup>

<sup>135</sup> Fonte: Gráfico realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e adaptado pela autora disponível em: <<http://atlas.fgv.br/marcos/descoberta-do-ouro/mapas/graficos-producao-de-ouro-e-populacao-mineira-no-seculo-18>>, acesso em : 01 maio 2017.

O Brasil foi, por aproximadamente cem anos, o maior produtor mundial de ouro. Esta produção era praticamente dois terços de todo o minério produzido no mundo (HUBERMAN, 1936 *apud* WANDERLEY, 2015). Por meio desta produção que os pagamentos dos impostos eram retirados em ouro e remetidos para Lisboa/Portugal, fato que comprova que o metal era a moeda corrente no século XVIII.

Carrara (2016), valendo-se dos trabalhos de Eschwege (1944) e de Cunha Matos (1837), elaborou a tabela denominada “[...] Quintos do ouro- segundo Eschwege e Cunha Matos, 1736-1751[...]” (p.858), que mostra os valores arrecadados em oitavas de ouro nas devidas intendências mineiras. É interessante notar que suas áreas adjacentes eram chamadas pelo autor de sertão. Eram regiões com ampla abrangência econômica e, portanto, profícuas para a cobrança de imposto. Assim, era a região de Minas Novas, dentro da Intendência de Sabará (rio das Velhas) e o Arraial de Paracatu. A Intendência do Rio das Mortes- São João del-Rei, de onde partia a Estrada Real da Picada de Goiás, abrangia vilas, arraiais e povoados que apresentaram um pequeno período de extração aurífera, como as regiões de São João del-Rei, Piumhi, Itapecerica (São Bento do Tamanduá). Assim, os sertões oeste de Minas, cortados por diversos caminhos, estradas e picadas, estavam contemplados pela fiscalização régia através das Intendências de Sabará – Sertão de Sabará, Intendência de Paracatu, Intendência do Rio das Mortes e o Sertão de Paracatu. A tabela nº 05, demonstra o fluxo do ouro que era arrecadado e, posteriormente, enviado para Lisboa/Portugal.

Circunscrições de arrecadação		Subtotais em oitavas	
Eschwege	Cunha Matos	Eschwege	Cunha Matos
Intendência de Vila Rica	Vila Rica	1.874.118,15	1.874.184,15
Intendência de Mariana	Vila do Carmo	2.123.055,58	2.123.055,58
Intendência de Sabará	Sabará	1.998.105,81	1.998.105,81
sertão de Sabará	sertão de Sabará	145.173,01	145.173,01
Intendência de Paracatu	Paracatu	298.229,94	298.229,94
Intendência do Rio das Mortes	Intendência do Rio das Mortes	1.236.213,44	1.277.173,44
sertão de Paracatu	sertão de Paracatu	28.392,00	28.393,00
Intendência do Serro Frio	Serro Frio	686.955,81	686.955,81
sertão do Serro Frio	sertão do Serro Frio	6.207,00	6.207,00
<b>Total</b>		<b>8.396.450,75</b>	<b>8.437.477,74</b>
Diferença entre os totais de ambos os autores		41.027,00 oitavas, ou 10,01 arrobas	

Tabela 5 -Fluxo do ouro que era arrecadado nas Intendências de Minas<sup>136</sup>

<sup>136</sup> Fontes: ESCHWEGE, Wilhelm von. Pluto Brasiliensis, vol. 1. São Paulo:Companhia Editora Nacional, 1944, p.366-370 (os dados foram conferidos com a primeira edição alemã: ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. Pluto Brasiliensis. Berlim: G. Reimer, 1833); “mapa do rendimento do quinto do ouro de Minas Gerais desde 1o de julho de 1735 até 31 de julho de 1751 que se cobrou por capitação dos escravos e censo das indústrias dos moradores da capitania”. In: MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia Histórica da Província de Minas Gerais [1837], vol. 2. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979, p.220; a fonte dos dados mencionada por Cunha Matos é o próprio “livro da receita da capitação da Casa de Intendência de Vila Rica, fols. 240 e ss.”. (Elaborada por: CARRARA, 2016, p. 556).

Entretanto, havia alguns problemas, devido ao fato de que nem todas as políticas e medidas de proteção ao ouro extraído em Minas Gerais se mostraram eficazes, e o contrabando pelas estradas, caminhos e descaminhos continuava. Estes fluxos alternativos foram responsáveis por uma parcela significativa da movimentação e dinamização dos demais fluxos (pessoas, ideias, informação, finanças, tecnologia).

O ouro era a principal mercadoria que seguia em direção à Europa. Na direção oposta, vários bens chegavam para suprir uma demanda emergente. No início do século XVIII, Antonil (1982[1711]) descreve estes fluxos que vinham, principalmente da França:

Porém, tanto que se viu a abundância do ouro que se tirava e a largueza com que se pagava tudo o que lá ia, logo se fizeram estalagens e logo começaram os mercadores a mandar às minas o melhor que se chega nos navios do Reino e de outras partes, assim de mantimentos, como de regalo e de pomposo para se vestirem, além de mil bugiarias de França, que lá também foram dar. E, a este respeito, de todas as partes do Brasil, se começou a enviar tudo o que dá a terra, com lucro não somente grande, mas excessivo. E, não havendo nas minas outra moeda mais que ouro em pó, o menos que se pedia e dava por qualquer cousa eram oitavas. (ANTONIL, 1982 [1711], p. 170).

Sanches (2011) também identifica a entrada de mercadorias, que vinham pelo Caminho de Anhanguera, por exemplo, por meio do ofício do então Governador-General de Goiás, João Manuel de Melo ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça:

[...] Nunca vi ano mais abundante de carregações, estão as lojas cheias de fazendas, e as molhadas nunca se venderam com tanta barateza [...]q tem vindo muitos tropeiros de S. Paulo. (AHU, Goiás, cx 23, doc.1459 *apud* Sanches, 2011 p. 11).

O sistema de frotas estabelecia o monopólio do comércio para a Companhia Geral do Comércio do Brasil que, desde 1694, era órgão governamental. A companhia mantinha uma frota armada para comboiar navios mercantes que saíam do Brasil duas vezes por ano, e fazia parte de um sistema de preservação dos privilégios mercantilistas de Portugal, que “[...]usufruiria do monopólio das importações de vinho, farinha, azeite de oliva e bacalhau e do direito de estabelecer os preços para esses artigos.” (FAUSTO, 1996, p. 33).

Na perspectiva de Simonsen (2005) os fluxos do ouro da capitania de Minas Gerais se estendiam até a Inglaterra, já que os tratados econômicos

estabelecidos pela Coroa Portuguesa não favoreciam uma indústria forte no reino português e muito menos em suas colônias: o ouro “[...] num tempo em que era considerável ao mundo, graças ao tratado de Methuen, passou apenas pelo Reino, para a Inglaterra, em troca de manufaturas[...]” (p. 26).

O Tratado de Methuen(1703) é um exemplo dos acordos firmados entre Portugal e Inglaterra, que eram poucos benéficos para Portugal e muito favoreciam a Inglaterra. Ele previa a negociação entre a produção de vinhos lusitanos e as manufaturas de tecidos ingleses. Esse acordo ocasionou grande déficit na balança comercial portuguesa, favorecendo os ingleses, pois o consumo de tecidos era maior do que o de vinhos. Neste mesmo período, a exploração aurífera no Brasil chegou a seu apogeu, daí o interesse inglês em manter exclusividade com Portugal e, conseqüentemente, não deixar que nenhuma indústria se instalasse no Brasil (SIMONSEN, 2005).

No sentido contrário, da Europa para o Brasil, quando as frotas vinham de Lisboa, principalmente, para o Rio de Janeiro, “[...] dava[m] grande animação ao comércio[...]” e as que partiam do Porto “[...] carregada[s] com vinhos, aguardente, vinagres, etc., trazia[m] artigos menos interessantes.” (SIMONSEN, 2005, p. 26).

O movimento do fluxo mercantil no Rio de Janeiro determinou a mudança da Capital da Colônia da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763 (SANTOS, 2001; PRADO JR., 1986).

Entretanto, dentro deste contexto, boa parte da população do Brasil não podia pagar pelos produtos importados e ficava em situação desvantajosa pela falta de alguns gêneros. Para suprir as necessidades surgidas com a falta de indústrias, desenvolveram-se atividades para permitir que a população que crescia na Capitania de Minas Gerais tivesse o conforto necessário. Surgiram, assim, os artesãos, sapateiros e ferreiros. Para as famílias menos abastadas e para os escravos, a colônia produzia de forma rudimentar e artesanal: nos teares, através da lã das ovelhas, tecia roupas; do couro do boi, os calçados.

O Marquês de Pombal tentou, por diversas vezes, organizar as frotas. Instituiu, através do Alvará de 1753, que os navios deviam partir dos portos de Lisboa “[...] a 1º de fevereiro e dos portos do Brasil por todo o mês de julho de cada ano.” (SIMONSEN, 2005, p. 462). Não conseguiu, entretanto, organizar os fluxos,

devido aos constantes atrasos, que também geravam prejuízo ao comércio, que necessitava das mercadorias. Assim, em 1765, com vistas a estimular o comércio, o Marquês de Pombal aboliu o sistema de frotas (SIMONSEN, 2005).

Por outro lado, a dificuldade e os altos preços da importação estão nas raízes do desenvolvimento da manufatura na região. Foram, primeiramente, as fazendas (sítios) autossuficientes, que não dependiam do mercado externo, que fizeram surgir a tecelagem em Minas Gerais. Primeiramente a produção era voltada para o uso da propriedade: vestimentas simples da casa, para uso dos escravos e panos do cotidiano. Porém, com a “lei da oferta e da demanda” e a concorrência exacerbada dos altos preços dos tecidos importados, os panos de algodão, tecidos com lã de carneiro, e o algodão que já era plantado no Triângulo Goiano/Mineiro e Alto Paranaíba se sofisticaram em Minas Gerais, transformando-se em um produto de primeira linha comercializado pelos mascates, vendeiros e negociantes das alterosas mineiras setecentistas (CHAVES, 1999). Desde 1775, o tráfico de tecidos se caracterizava como um problema para a Coroa Portuguesa, fator que diminuía a importação dos panos ingleses. Contudo, conforme já visto, D. Maria I outorgou um alvará, em 05 de janeiro de 1785, que proibiu em toda a colônia a manufatura de tecidos como chitas, fustões, linhos, bombazinas, entre outros, mas permitia justamente os mais comuns em Minas Gerais, o tecidos rudimentares de algodão que foram melhorados, agradando o gosto do cliente (MELLO, 1991).

### **5.1.2 Contrabando: os fluxos clandestinos do ouro**

Que país é este?

Francelino Pereira dos Santos (1921)  
Político mineiro

Além da circulação do ouro em direção à Europa, havia uma grande circulação interna na colônia, em grande parte alimentada pelo contrabando.

No que diz respeito aos descaminhos do ouro, vale ressaltar o papel dos frades, relatado por Holanda (2004):

[...]em geral, mas principalmente os frades<sup>137</sup>, são apontados como dos que mais contribuem para a fuga do metal. Em documento contemporâneo daquelas explorações iniciais, existente na Biblioteca da Ajuda e incluído na “Informação Sobre as Minas do Brasil” impresso nos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, já se alude à “grande multidão de frades que sobem às minas e que sobre não quintarem o seu ouro ensinam e ajudam os seculares a que façam o mesmo”. O remédio contra tais abusos estaria na limitação ou total exclusão desses religiosos das ditas minas. (HOLANDA, 2004, p.277).

Um padre teve também papel relevante em um episódio ligado ao contrabando, que esteve à origem da disputa em torno da posse da região do Triângulo Mineiro. Com a elevação da região de Goiás a capitania em 1748, o atual Triângulo deixou de ser mineiro para fazer parte da porção goiana, fato que não deixou satisfeitas as autoridades mineiras. Com a concordância do Conde de Valadares, Inácio Correia de Pamplona começou a investir para retomar a região do atual distrito de Desemboque, lugarejo que era conhecido como Arraial do Rio das Velhas. Sua importância pelos idos do século XVIII, deu-se, *a priori*, pela descoberta de ouro em seus rios (em pequena quantidade). Além disso, gozava de boa localização geográfica, pois era deságue do rio das Velhas e era onde desembocavam (por isso o nome - Desemboque) caminhos para Goiás, exercendo “[...] importante papel como centro territorial: dali era que partiam as expedições” que faria conhecido o Sertão da Farinha Podre (BARBOSA, 1971, p. 161).

Era neste local do sertão, conhecido como Desemboque, que residia, em 1765, o Padre Félix José Soares, conhecido sonegador de impostos, o qual, pelas atividades de atravessador de bestas, entre outras, fora preso algumas semanas em Vila Rica. Ao voltar, aproveitou para se dirigir até Vila Boa de Goiás, “[...] narrou a Governador da Capitania de Goiás, D. João Manoel de Mello” como se dava a extração de ouro no Rio das Velhas e aproveitou, arditamente, para dar uma sugestão ao governador goiano (PEREIRA, 2010, p.55):

---

<sup>137</sup> Portanto, nas palavras de CARRARA (2009) a igreja era contra essas atitudes dos frades- como também advertia aqueles extraviavam o ouro “[...] em que diga quer tirar carta de excomunhão para todos aqueles que souberem ou derem auxílio a extraviadores dos direitos dos contratos das entradas”. ( Carta de João Rodrigues de Macedo a Manuel José de Oliveira Guimarães”, 29 de março de 1778, in *ibid.*, pp. 216-217 apud CARRARA, 2009, p. 42).

Garantiu-lhe que os mineradores ficariam muito satisfeitos se a administração do tributo passasse a ser feita por Goiás, a cujas autoridades dariam todo apoio se fossem isentos de contribuir para qualquer derrama. Este clima de apoio, argumentou o Padre, seria ideal para o governo de Goiás afirmasse sua autoridade sobre aquela parte de seu território de que Minas tinha se apossado e que vinha administrando. (PEREIRA, 2010, p.55).

O Padre Félix<sup>138</sup> aproveitou para colocar o seu plano em ação. Foi acompanhado por mais de cento e vinte mineradores, que se mostravam descontentes no Desemboque, com as ações de Pamplona. Logo, o Governador de Goiás agiu e enviou expedição militar para colocar fim aos desmandos nas áreas que, por lei, pertenciam a Goiás e que eram reivindicadas por Minas Gerais (SANTOS, 1976 *apud* PEREIRA, 2010).

O Julgado do Desemboque foi criado, portanto, para consolidar a posse da região, já em conflito com a Capitania de Minas, dividindo as regiões entre Paracatu e o Sertão da Farinha Podre (PEREIRA, 2010).

Criado o “[...] Julgado de nossos descobertos de Nossa Senhora do Desterro do Rio das Velhas e Desemboque [...]” pela Rainha D. Maria I, ou seja, o Julgado de Desemboque ficou subordinado à Comarca de Vila Boa de Goiás entre 1766 e 1816, quando o território foi anexado a Minas Gerais novamente (PEREIRA, 2010). Logo, toda a região do Sertão da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro), juntamente com o Julgado de Desemboque, passou a fazer parte da capitania goiana, que cobrava menores impostos que a capitania mineira, portanto “[...] a Derrama empurrou o arraial para Goiás.” (PEREIRA, 2010, p.55). Assim, as fronteiras do (atual) Triângulo Mineiro se tornaram cada vez mais goianas, pelo fato

---

<sup>138</sup> Padre Félix servia como padre da capela do Rio das Abelhas exercia desde 1764, com a provisão da cúria de Goiás tendo reconhecimento do governo de Goiás. Em Desemboque fez uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Desterro em 1768 e segundo o historiador Alencastre (1979) era estimado pela população local justamente por “[...]conciliar os ânimos, constantemente perturbados pela ambição”. (ALENCASTRE, 1979, p.163,164 *apud* PEREIRA, 2010, p.56).

Segundo o historiador Waldemar de Almeida Barbosa (1971) Padre Félix era um “criminoso vulgar, contrabandista”, que ficou preso por duas vezes pelo juízo eclesiástico e conseguira se libertar pelas ordens da Coroa (BARBOSA, 1971, p.161).

da cobrança dos impostos da capitania mineira ser mais eficientes que o da vizinha Goiás (PEREIRA, 2010; RIBEIRO, 2008).

Apesar da subordinação a Vila Boa de Goiás, a região continuava a ser procurada por “todo tipo de gente”, que preferia que “[...] continuasse como “sertão”, sem lei e sem impostos[...]” (RIBEIRO, 2008, p. 24):

Todo o oiro que extrahem pelo dito Julgado e Lavras adjacentes o transportão pelo Rio grande para Sam Paulo e por outros graves Riberios navegaveis que correm livremente por todos aquelles [...] longinquos e vastos certoens nam sujeitos a guarda alguma sosim ao gentio selvagem o que nam sucederia com tanta facilidade se se lhe pusessem Registros e a povoaçam se augmentasse por aquellas paragens no que totalmente adormessesse Guayas e os do Julgado sendo todo o seu forte empenho subir a este termo e entrar por minas e fasella certão por causa de seus preciosos thesouros. (RAPM, 1897, p. 384 *apud* RIBEIRO, 2008, p. 24).(Grifos da autora).

O sertão mineiro era, assim, “terra de ninguém”, lugar que propiciava a falta de justiça e fiscalização. Nos caminhos que levavam a Goiás, era evidente a falta de uma fiscalização mais rígida visando proteger os moradores locais, mercadores e viajantes contra vadios, quilombolas, salteadores e os régulos que se achavam acima das leis reais (ANASTASIA, 2005, p.53). Era imperante a falta de ordem nos sertões mineiros em:

[...] quase todo o sertão que fica nas extremidades das capitancias da Bahia, Minas Gerais, Goiases e Pernambuco sofre grandes incômodos pela falta da administração da Justiça, por causa dos longos caminhos e pela mesma razão: o respeito da régia autoridade nestes lugares é bem à semelhança da luz, cujos raios são tanto mais fracos quanto maior é a sua distância do foco. (ACIÓLI, 1799, *apud* ANASTASIA, 2005, p.56)

Os problemas, como a falta de segurança e infraestrutura continuaram mesmo com a proibição do Caminho Geral do Sertão, no início do século XVIII, que ocorreu para impedir desvio do ouro para os portos paulistas e também para as colônias espanholas localizadas mais ao sul do continente americano. Logo que ouro foi descoberto em Goiás (1722) e em Cuiabá (1718) o caminho foi reativado, para deleite de São Paulo, que tinha visto o fluxo de ouro, mercadorias e pessoas esvair-se com a utilização do Caminho Novo, mais apropriado e econômico para o Rio de Janeiro (TAUNAY, 2012; ANASTASIA, 2005).

### 5.1.3 Agricultura e pecuária: os fluxos de suprimento da atividade de mineração

O mineiro é visceralmente um homem rural.

João Dornas Filho  
Historiador itaunense  
(1902-1962)

Na região dos sertões mineiros, o fluxo de pessoas era intenso, mas, antes da descoberta do ouro, as pessoas não se fixavam, a região era apenas um terreno de trânsito tanto na sua porção central quanto nas estradas que seguiam para a Bahia, os antigos caminhos do Brasil já mencionados por Capistrano de Abreu (1998) e Sérgio Buarque de Holanda (1957).

Uma das atividades que ajudou a consolidar os fluxos entre as regiões e fixou os caminhos que eram apenas passagens foi o transporte das mercadorias feito por tropas. O tropeiro foi o responsável, levado pelo fator econômico, por recortar todo o solo mineiro, em uma junção de atividades:

O tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro; a transição faz-se assim sem violência. O espírito de aventura, que admite e quase exige a agressividade ou mesmo a fraude encaminha-se, aos poucos, para uma ação mais disciplinadora. À fascinação dos riscos e da ousadia turbulenta substitui-se o amor às iniciativas corajosas, mas que nem sempre dão imediato proveito. O amor da pecúnia sucede ao gosto da rapina. Aqui, uma ambição menos impaciente que a do bandeirante ensina a medir, a calcular oportunidades, a contar com danos e perdas. (HOLANDA, 1957, p. 425).

As tropas de mulas eram utilizadas no transporte da extração aurífera para o porto (FURTADO, 2005). As tropas eram necessárias também para o comércio mais diversificado para a região mineradora, porque inicialmente nela não se produzia nenhum gênero alimentício. O trabalho dos tropeiros, isto é, aqueles que conduziam as tropas pelas estradas da capitania mineira, perdurou bastante, por cerca de dois séculos. Este trabalho de transporte e comércio foi de suma importância: além de levar mercadorias e ouro pelas estradas mineiras até o Rio de Janeiro, eles traziam também os produtos importados da Europa (SATHLER, 2003).

Além da criação de muares que se desenvolvia na própria Capitania de Minas Gerais, foi necessário, também, estabelecer um forte mercado com outras regiões, pois as mulas e os cavalos “[...] já substituíam o índio e o escravo negro

como principal meio de transporte de cargas e de passageiros.” (FIGUEIREDO, 2010, p.219).

Zemella (1990) traçou a rota dos muares vindos do sul do Brasil. Antes de serem construídas as estradas por São Paulo, a rota incluía trechos marítimos, por onde transitavam os tropeiros, viajantes e mercadores. Mesmo o caminho sendo de difícil acesso, a trilha foi aberta e mantida. Sorocaba e Taubaté foram exemplos de vilas que se formaram e prosperaram mais tarde por serem entrepostos comerciais na “compra e venda” de muares vindos das colônias do Sul, principalmente de Viamão/RS e também do Uruguai. Havia uma feira de burros em Sorocaba/SP, onde se fazia o controle das mercadorias que adentravam para Minas Gerais, principalmente para região de Vila Rica, que ficava a cerca de 706 quilômetros de Sorocaba. Era através desta feira de Sorocaba/SP que eram introduzidos em Minas Gerais boa parte dos muares utilizados no trabalho e transporte das mercadorias. Eram cobrados cerca de 3\$500 (três contos e quinhentos réis) de impostos por cabeça, e o número de entradas em um ano chegou a 30.000 mil animais entre cavalos e mulas. No solo mineiro, os animais eram sobretaxados novamente, fato que elevava o preço da mercadoria. Mesmo com a diminuição da extração aurífera, o mercado de muares continuou aquecido, pois eles foram muito úteis no transporte de cargas, realizado pelos tropeiros, até o advento da ferrovia, no século XIX<sup>139</sup>. (AUSTREGÉSILO,1950; ZEMELLA, 1990).

Os muares, gado cavalar e *vacum* eram utilizados para o trabalho na Capitania de Minas Gerais, na extração aurífera. Outra parte significativa era empregada no transporte tropeiro

Assim, em Minas Gerais, áreas que não tinham potencial para a mineração como a região da Picada de Goiás e as proximidades do rio São Francisco, logo foram aproveitadas amplamente para a pecuária, na criação de gado *vacum* e muares (FURTADO, 2005; ZEMELLA, 1990).

---

<sup>139</sup> Mesmo com a chegada do trem de ferro, no século XIX, eram os tropeiros que transportavam as mercadorias para serem embarcadas nas estações ferroviárias. Assim, diminuindo a logística no transbordo das cargas produzidas onde a ferrovia não alcançou.(Nota da autora).

A pecuária foi, portanto, uma das principais atividades de suporte à mineração. A criação de gado era desenvolvida no sul do Brasil sem muita rentabilidade. Por outro lado, os bois utilizados na fabricação de açúcar ficaram sem serventia com o final do ciclo de seu cultivo no nordeste, e, por isso, com preços baixíssimos. Com a mineração, tiveram seus preços inflacionados (FURTADO, 2005; ZEMELLA, 1990).

Nos dizeres de Anastasia (1998), o sertão apresentava tenacidade diferenciada no que tangia a economia:

Como o Sertão do São Francisco não se vinculava à economia de exportação, podia-se observar, nesta área, grande fluidez administrativa e uma organização sócio-econômica bem diferenciada daquela da região mineradora, embora sua formação e desenvolvimento estivessem intimamente ligados a estas. A ocupação do São Francisco desviou-se dos pressupostos administrativos básicos da política metropolitana para as regiões mineradoras - montagem de um vasto aparelho burocrático, tributário e fiscalizador. (ANASTASIA, 1998, p. 62).

A agricultura, por sua vez, teve um papel crucial para o abastecimento das regiões de exploração do ouro: “[...] os produtos primários, principalmente os produzidos nas roças que margeavam o caminho, eram destinados para o consumo da mesma[...]” (SANCHES, 2013, p. 49).

Nas vilas que se dedicavam à mineração, o foco dos exploradores girava em torno das atividades de extração de ouro. Assim, havia falta de todos os gêneros alimentícios, cujo preço subiu de forma substancial. Havia ouro, mas não havia comida, de forma que tudo era pago “a preço de ouro”. A fome era uma constante, sendo que as principais crises por falta de alimentos para os trabalhadores ocorreram nos anos de 1697/1698, 1700/1701 e em 1713.

Não é fácil abastecer centros populacionais nascidos quase da noite para o dia. Havia gente demais para ser alimentada, vestida, calçada e abrigada. O abastecimento das minas tornou-se um problema que por vezes se apresentou quase insolúvel, sobrevivendo crises agudíssimas de fome, decorrentes da total carência de gêneros mais indispensáveis à vida. (ZEMELLA, 1990, p. 191).

Algumas das crises de fome foram agravadas pela falta de ação efetiva da Coroa Portuguesa, que se mostrava omissa com relação à situação e preferia manter alguns monopólios que lhe eram lucrativos, como fora o do sal (ZEMELLA, 1990; CHAVES, 2009).

Outro agravante para as estradas foram os “tempos de chuva” que causavam estragos e, assim, interrompiam o abastecimento que vinha do Rio de Janeiro e da Bahia (DORNAS FILHO, 1957, p.12,13).

Entretanto, estes problemas de suprimento se colocaram como oportunidade para as localidades adjacentes à mineração, que não apresentavam a pujança do ouro, mas estavam aptas para a produção agropecuária. Desta forma, abasteceram as regiões das minas, fornecendo gêneros alimentícios, cultivados em fazendas autossuficientes, que negociavam o seu excedente. Também disponibilizaram muares, utilizados no trabalho nas minas auríferas, principalmente no transporte, viabilizando, com isso, o comércio (MAXWELL,1985; ZEMELLA, 1990; CHAVES, 2009; NORONHA, 2007).

Minas Gerais também recebeu comerciantes que mercantilizavam os produtos que eram produzidos pelos fazendeiros e sitiantes que se instalaram ao longo das picadas e estradas, nas sesmarias que se transformaram em propriedades rurais dos sertões mineiros. Não raro, o comércio também era realizado pelos potentados latifundiários, como foi o caso da já citada “Dama do Sertão”, a “Sinhá Braba” (NORONHA, 2007), conhecida como Joaquina do Pompéu por ter adquirido as terras que foram as sesmarias conhecidas como “Sítio do Pompéu”, doadas a Antônio Pompeu Taques pela Coroa Portuguesa, em 1711. Estas ficavam nas proximidades da Vila de Pitangui, onde Joaquina foi morar, em 1762, depois de se casar com o capitão Inácio de Oliveira Campos. As propriedades da Joaquina de Pompéu incluíam as regiões que abarcavam os sertões mineiros, que adentrava pelo oeste mineiro, nas margens do rio São Francisco, nos atuais municípios de Pitangui e Abaeté e que chegava a cidade de Paracatu. Além do desenvolvimento da pecuária em suas extensas propriedades de 4598 quilômetros quadrados (95 mil alqueires geométricos), a família possuía significativo número de escravos. A casa grande contava com quarenta quartos e possuía gado de leite e de corte, muitos carneiros para produção de vestimentas, além de grãos: milho,

feijão e arroz. Eles eram utilizados para o provimento da própria fazenda e supriam, com o excedente, a Vila de Pitangui, à qual pertencia a fazenda do Pompéu. As propriedades rurais de Joaquina<sup>140</sup> forneciam grãos também para outras regiões da capitania mineira nos fins do século XVIII, fato que demonstrava a importância da economia local dos potentados rurais e comerciantes destes gêneros no *modus operandi* de Minas Gerais (DORNAS FILHO, 1957; CAMPOS, 2003; NORONHA, 2007).

Não era incomum a existência de “latifúndios integrados” nas cercanias de Minas Gerais. Tratava-se de fazendas autossuficientes em suas atividades, pois agregavam o engenho de açúcar, a mina e pecuária, com lavouras de milho, feijão e cafezal formado. Uma dessas propriedades, pertencente ao padre Carlos de Toledo e Melo, ficava na entrada da Picada de Goiás, na divisa da Vila de São João del-Rei, na Vila de São José del-Rei, Comarca do Rio das Mortes. Outra fazenda bastante grande, com características de “[...] latifúndios horizontalmente integrados [...]” ficava nas atuais cidades de Campanha/MG e São Gonçalo de Sapucaí/MG, pertencendo ao inconfidente Inácio José de Alvarenga Peixoto (MAXWELL, 1985, p.149).

O excedente produzido neste latifúndio foi responsável por uma inversão na conjuntura econômica mineira, que a partir da segunda metade do século XVIII, alcançou a autossuficiência em gêneros e manufaturados locais, transcendendo para o provimento da economia regional (ZEMELLA, 1990).

Portanto, nos dizeres de Dornas Filho (1957): “O mineiro é visceralmente um homem rural.” ( p.90). Mesmo quando habitava nos centros urbanos o mineiro voltava para as fazendas, tendo na agricultura sua maior preocupação.

Os quilombos também eram centros produtores e, muitas vezes, ocupavam terras férteis. No Centro-Oeste Mineiro, Triângulo Mineiro e Alto

---

<sup>140</sup> Quando Joaquina do Pompéu faleceu em 1824, possuía, em suas terras, cerca de 40 mil cabeças de gado, cerca de 1000 equinos, mais de 100 escravos, que foram avaliados a 150 mil réis, baixelas de prata, títulos de dívidas com fazendeiros vizinhos, veículos de transporte, móveis e outros imóveis (NORONHA, 2007).

Paranaíba, região no entorno do caminho de Picada de Goiás e nas suas áreas confrontantes, predominavam dois tipos de quilombos: os dependentes e os “autossuficientes”. Na verdade, todos os dois tipos causavam medo aos viajantes, pois era comum haver assaltos pelos caminhos.

Os dependentes eram aqueles que precisam do subsídio de outrem para se manter. A fartura de gêneros era notória nestes quilombos dos sertões mineiros. Documentos encontrados no Arquivo Público Mineiro (APM) relataram a presença de “roças e os armazéns”, fato que demonstrava, considerando o tamanho dos quilombos, que não era possível que os quilombolas sobrevivessem apenas de assaltos de cargas ou aos passageiros das estradas. O Quilombo do Campo Grande, em 1746, quando foi destruído pela primeira vez e ressurgiu, posteriormente, em outro local, contava com cerca de 600 moradores, “[...] possuía além das roças, armazéns e paióis [...]” (RAPM, 1903, p.619- 621); o quilombo do Pitangui, “possuía roças” (APM, SC 60, P COD. 118v-119), o Quilombo da margem Rio da Perdição, em 1769 “[...] tinha um mandiocal e uma plantação de algodão [...]” (ABN, 1988, v. 88 cod.18,3,5), o quilombo do Paranaíba, em 1767, “[...] tinha roças de milho, feijão, algodão, melancia e outras frutas[...]” (APM, 1903, Cód.110v, p.60). Porém, eram os quilombos “autossustentáveis”, de economia, baseada no trabalho agrícola<sup>141</sup>, como o do Campo Grande e do rei Ambrósio que deixavam em pânico as autoridades governamentais da capitania mineira. A partir do momento que passassem a comercializar os excedentes de suas produções agrícolas para regiões auríferas, tornariam os quilombos poderosos e ricos monetariamente, fato que não poderia ocorrer, pois garantiria aos quilombolas autonomia (AMANTINO, 2001, p.141).

---

<sup>141</sup> Economia baseada no trabalho agrícola segundo Marx (2003): Eram sociedades que tinham suas bases na agricultura, com atividades focadas na produção inerentes à natureza e os produtos da terra, e dela provinham os lucros (mais-valor) para o seu proprietário e para os trabalhadores, que da terra se serviam. (MARX, 2003). A economia agrícola se apresenta como fator principal a terra, como um meio de trabalho que tem na agricultura a fonte de desenvolvimento. Marx (2003) aprofundando os conhecimentos de David Ricardo- tem na terra a geradora de renda – criou o termo “renda fundiária”. (MARX, 2003).

Não foi por mero acaso que, depois de uma grande organização que durou cerca de três anos, entre 1756 e 1759, seguiram mais de 3000 homens, saídos de São João del-Rei, pelos caminhos dos sertões, movidos como se fossem para uma guerra, contra os rebelados quilombolas do Alto Paranaíba. Eram conduzidos, para exterminar o segundo Quilombo do Campo Grande, “[...] por Bartolomeu Bueno do Prado, a partir deste momento, chamado de Governador do Campo Grande.” (AMANTINO, 2001, p.26).

O Quilombo do Campo Grande não se encontrava abandonado quando foi invadido e exterminado por Bartolomeu Bueno em 1759. Prova disso eram seus paióis (armazéns) que estavam repletos de alimentos, mostrando que, realmente, ele era autossuficiente (MARTINS, 2008):

[...] com paióis cheios de roças plantadas, é que os negros, por seus espias, notaram a aproximação de soldados e, diante do volume de tropa que se aproximava, julgaram mais acertado fugir. Não porém, para os lados de onde tinha vindo a tropa; alguns fugiram para leste, para os lados do Paraopeba<sup>142</sup>. (BARBOSA, 1972, p. 48 *apud* MARTINS, 2008, p. 196, 197)

Embora os motivos alegados pudessem ser os mais variados, o certo era que os “[...] quilombolas habitavam uma área muito rica e fértil, portanto, valorizada aos olhos coloniais.” (AMANTINO, 2001, p.26).

---

<sup>142</sup> Sobre a localização do Quilombo do Campo Grande: “[...]a. Paraopeba de Baixo, em território do atual município de Paraopeba, ficava do outro lado do rio São Francisco, passando pelas atuais cidades: Martinho de Campos, Pompéu e Papagaios. b. sendo o local chamado Peropeba, ou Paraopeba de Cima, ficaria distante, limítrofe ao território do atual Município de Passa Tempo, nordeste de Oliveira, entroncamento para o região dos atuais municípios de São Brás do Suaçuí, Entre Rios e Queluzita, quilombos atacados em 1741, onde ficaram acantonados José Luiz Cardoso e suas tropas 1966. Porém, nesta hipótese “b”, esse “Quilombo Grande” poderia ficar, isto sim, ao sul de Cristais, território do atual município de Aguanil.” Logo está carta também delimitava o local do dito quilombo “[...]de 23 de outubro de 1759 que, de São João Del Rei, escreveu o governador ao capitão-mor Antônio Ramos dos Reis, a notícia de que: “Pelas partes do Paroupeba tem saído para o Quilombo Grande um grande número de negros que, dos ditos quilombos saíram antes de se dar neles como a Vossa Mercê fez ciente o capitão Antônio Francisco França.” (MARTINS, 2008, p. 690).

#### 5.1.4 Comércio: motivação dos fluxos de bens e mercadorias

A grande movimentação do comércio é detectável pelo fluxo de mercadorias que entrava e saía dos Registros. A importância da circulação de mercadorias também se reflete nos negócios de pequeno porte. Esses pequenos negócios movimentavam as pequenas vilas, arraiais e as vendas que abasteciam os viajantes nas estradas, pois muitas se encontravam nos seus entroncamentos e nas proximidades das pontes (CARRARA, 2005; FURTADO, 1999; CHAVES, 2009).

Zemella (1990), porém, citando as palavras de um autor anônimo, remete-nos a este tipo de comércio realizado no século XVIII, que ocorria por todo o *hinterland* mineiro. Os moradores da Capitania de Minas Gerais tinham apreço pelas compras “fiado”, as compras “a prazo”, que se perpetuariam por um longo período, conforme relato:

He tão frequente vender-se em Minas tudo fiado, como será raro aparecer algum vendedor embolçado de todo preço da cousa vendida. He já como sero deixar-se sempre de cobrar parte do que se fia de sorte que, quem calcular o que vende, e cobra o agricultor e comerciante, hade achar que o agricultor perde anualmente parte dos frutos que colhe; porque ainda que a venda, nunca vem a cobrallo; e que o comerciante deixando também em todos os giros que faz o Capital do seu negócio, de embolsar o vallor de parte das mercadorias que vende: vem por último a perder do mesmo capital e reduzir-se a termos de fallir; fim comum a todos os Comerciantes de Minas. ( R.I.H.G.B v. 99, *apud* ZEMELLA, 1990, p.60 )

Segundo Zemella (1990), as mercadorias que existiam nas vendas e lojas eram trocadas por ouro extraído das regiões auríferas. As mercadorias provinham de outras regiões, como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Da Europa, vinham os artigos importados que “[...] realizaram uma função nobre nas minas: concorreram para a concentração dos povos e formação das cidades.” (ZEMELLA, 1990, p.161). Era também uma opinião compartilhada por Lima Jr. (1965) que “[...] as lojas e vendas constituíram pontos de atração do povoamento, representando função semelhante à desempenhada pelas igrejas no nascimento de nossas vilas e arraiais.” (LIMA JR., 1965, p. 87; ZEMELLA, 1990, p. 176).

Do “além mar”, através do Porto de Santos e, posteriormente, pelo do Rio de Janeiro, vinham produtos como: armas, sal, ferro, tecidos, e as manufaturas que continuavam proibidas no Brasil. Esses produtos que adentravam iriam direto para as vendas das regiões mineradoras, principalmente, o que deu “novo realce” ao Porto de Santos, que se apresentava obsoleto desde a construção do Caminho Novo que chegava ao Rio de Janeiro (ZEMELLA, 1990, p.61). A descoberta de ouro em Mato Grosso e Goiás trouxe uma nova dinâmica para o Caminho Geral do Sertão que seguia para região central do Brasil (ZEMELLA, 1990).

As Câmaras, em 1722, fizeram um levantamento, por solicitação da Capitania de Minas Gerais, e nesta ocasião foi constatada a “[...] existência de 1384 lojas e vendas.” (ZEMELLA 1990, p.164 *apud* GUIMARÃES, 2003, p.180). Mesmo sem contabilizar as “vendas ocultas”, aquelas que não eram devidamente documentadas, o número era bastante expressivo (GUIMARÃES, 2003, p.180).

Na Minas Gerais dos anos setecentistas, predominaram dois tipos de comércio: o fixo e o volante. O primeiro era aquele realizado pelos comerciantes que transportavam mercadorias, viajando pelos caminhos e estradas mineiras. Eles seguiam nas vilas e arraiais, eram abastecidos nos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo, e por vezes, compravam e revendiam produtos rurais e artesanatos de Minas Gerais. Para esse tipo de comércio, há destaque para o tropeiro, o comboieiro, o boiadeiro, o atravessador, o mascate e a negra de tabuleiro. O segundo tipo de comércio comerciário era aquele que contava com instalações próprias estabelecidos fisicamente em arraiais, vilas e nas beiras das estradas. Eram os vendeiros, lojistas e comissários sendo guarnecidos de mercadorias trazidas pelos tropeiros, além da produção dos artigos dos artesãos mineiros e a produção rural local (CHAVES, 1999; OLIVEIRA, 2009).

As atividades comerciais nem sempre eram legais. Muitas das vendas ocorriam de forma clandestina, incluindo as exercidas pelas negras forras, isto é, pelas escravas que conseguiram a sua alforria sendo chamadas de negras de tabuleiros, vendeiras e ou quitandeiras. Diversos autores descreveram as atividades das negras de tabuleiro, demonstrando a sua importância para o contexto de circulação de mercadorias, como também a circulação financeira, de informações, ideias, interferindo inclusive na formação étnica, levando em conta o exercício das

atividades de prostituição. Essas mulheres comercializavam os “gêneros da terra” e também produtos que elas próprias produziam: bolos, biscoitos, fumo, broas, leite e aguardente. As “negras do tabuleiro” escolhiam as regiões de mineração como a antiga Vila Rica, atual Ouro Preto, Mariana, São João del-Rei e Diamantina para exercer os seus ofícios de vendeiras. Praticando o comércio nas proximidades das regiões auríferas, elas eram acusadas de contrabando do ouro e diamantes e também no desvio do jornal, o valor devido que deveria ser repassado para o senhor da lavra. Muitas delas se rendiam à prostituição também. O comércio das “negras do tabuleiro” era uma atividade lucrativa, favorecendo a formação e manutenção dos quilombos que existiram em quantidade expressiva durante o período colonial (BONOMO, 2003).

As atividades comerciais exercidas pelas “negras do tabuleiro” não agradavam aos administradores coloniais, pois elas tinham livre trânsito para transportar suas mercadorias, ouro, informação e também para as práticas ilegais (BONOMO, 2003, p.08,09). Este tipo de atividade tinha origem africana. Na verdade, elas já eram acostumadas com os mercados “[...] a céu aberto, onde, sobre panos coloridos, as mercadoras negras expunham alimentos e produtos artesanais, dominando, de norte a sul, as ruas das cidades coloniais.” (PRIORE ; VENANCIO, 2010, p. 114). Nas terras da colônia da brasileira, vendiam “[...] pastéis, bolos, doces, mel e os quitutes regionais: em São Paulo, as saúvas tostadas, e, no Rio, o pão de ló.” (PRIORE; VENANCIO, 2010, p. 114).

Todas as atividades comerciais, de menor ou maior expressão, precisavam passar pelos Registros, para o pagamento dos devidos impostos.

Também nos Registros, as negras de tabuleiro marcavam presença. No Registro do Ribeirão da Areia, localizado na região da Vila de Pitangui era notavelmente expressiva a presença da negra forra Josefa Maria, que, além de comércio, fazia o transporte de suas mercadorias (ANASTASIA in CHAVES, 1999).

No arraial da Paraúna, na região Pitangui, uma negra forra chamada Eugênia, “[...] recolhia em sua casa, negras de tabuleiros e negros das faisqueiras, 'e a uns e outros consente em sua casa de noite para todas as velhacarias e maganagens [...]’” (SOUZA, 1982, p. 179 *apud* MARTINS, 2008, p.191). As negras dos tabuleiros, entre outros tipos de comerciantes ambulantes (mascates) e as

vendas no entorno das estradas eram propícias tanto para badernas quanto para articulações que desestabilizavam a paz almejada pelos dirigentes locais (CHAVES, 1999; SOUZA, 1982; MARTINS, 2008).

Embora soubessem do risco que corriam para ganhos próprios ou para seus senhores, as “negras do tabuleiro”, dedicavam-se a este comércio nas estradas, passagens e nas proximidades das minas:

[...] e contando-me juntamente, que nos córregos, e sítios onde se minarão diamantes andam negras com tabuleiros, e outras vendendo cachaça, o que em todas estas Minas é proibido, qualquer delas, que for achada nas ditas paragens, além de perder toda a mercancia, que levar, será presa e não sairá da cadeia, sem primeiro pagar cem mil réis, ou seja forra, ou cativa [...]Bando do Governador e Capitão General das Minas de Ouro, André de Mello e Castro, Conde de Galvêas, 02 de dezembro de 1733

Logo, mesmo estas leis, proclamadas através de bandos<sup>143</sup> e criadas para evitar o comércio “fixo ou volante”, durante todo o século XVIII, não eram seguidas, tornando-se “letras mortas”. (CHAVES, 1999; MARTINS, 2008).

Os produtos manufaturados localmente também eram vendidos ou, na maioria das vezes, trocados por outras mercadorias. Assim era promovido o sistema de trocas, conhecido com escambo. Os mascates eram vendedores, negociavam de porta e porta mercadorias, algumas vindas da Europa, outras produzidas na própria capitania de forma artesanal (CHAVES, 2009; NORONHA, 2007; FONSECA, 1961). Mesmo estes produtos e serviços não estavam isentos de tributação, conforme a obra de Alexandre de Gusmão “O Regimento” (MATOSO, 1999 apud MARTINS, 2008):

[...] uma capitação geral de todos os escravos e uma contribuição proporcional aos lucros que se fazem nas Minas, sem dependência de escravos (lojas, vendas, cortes de carne, mascates, etc.) ficando os demais direitos em vigor. (MATOSO, 1999, p.297 apud MARTINS, 2008, p. 340).

---

<sup>143</sup> Bando segundo Bluteau era no século XIII: “[...]pregão público, pelo qual faz pública alguma ordem, ou decreto; denuncia talvez de guerra.” (In: Dicionario Língua Pôrtugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Morais Silva- natural do Rio Janeiro- 1754/1823, p. 163)

Os comerciantes passaram a disponibilizar todos os gêneros, como tecidos, vestimentas, bebidas e outras necessidades para vida urbana colonial, vendidos em armarinhos, armazéns também conhecidos como “secos e molhados”. Os produtos comercializados nestes estabelecimentos eram as ferramentas, tecidos, entre outros (secos) e os molhados eram os alimentos, as bebidas principalmente (PIORE ; VENANCIO, 2010). Portanto, estavam a frente deste comércio e com destaque, as mulheres:

[...]as mulheres: brancas, mulatas ou negras, elas se instalavam nas periferias urbanas e nos caminhos mais frequentados, explorando, além de mercadorias, a venda de bebidas e a prostituição. As mulheres eram também maioria no pequeno comércio, no qual exploravam os escravos de ganho – cativos e cativas que circulavam pelas ruas oferecendo bebidas, alimentos e panos. (PRIORE ; VENANCIO, 2010, p. 114).

O comércio, estando ligado à pecuária e à agricultura, fomentou a economia mineira. No primeiro momento, a exploração da colônia não era a prioridade. Entretanto, logo a cobrança de impostos sobre as atividades mercantis se tornou viável. Devido ao esgotamento da atividade aurífera que se acentuava ano a ano, a Coroa Portuguesa precisava manter sua lucratividade (PRADO JR., 1986; FONSECA, 1961).

### **5.1.5 Registros e Contagens: cruzamento e controle dos fluxos de bens e mercadorias**

[...]  
 A estrada é o rio sem água -  
 quem desce nele são os viventes.  
 A estrada é o longe e o perto,  
 a presença da distância,  
 o convite à caminhada,  
 a aventura, a fuga.  
 A estrada leva e traz,  
 a estrada anda,  
 vive e participa também.

A Estrada  
 Rachel de Queiroz  
 Escritora brasileira  
 (1910 – 2003)

No centro da compreensão dos fluxos de bens e mercadorias, estão os Registros e Contagens, que tinham exatamente a função de controlar estes fluxos. Muitos caminhos eram rotas de transporte de mercadorias vindas da Europa, como também de gêneros para alimentação das áreas interioranas da colônia. Neles, existiam pontos de parada, que por sua vez, funcionavam com pedágios obrigatórios. Estes pontos de fiscalização para o tráfego das mercadorias que adentravam para o território goiano recebiam, muitas vezes, o nome de registros. A “[...]estrada oficial que atingia Goiás, a estrada real era muito vigiada[...]”, uma vez que a Coroa Portuguesa, havia percebido que os tributos sobre as mercadorias transportadas “[...] constituíam um dos principais benefícios [...]” para a Metrópole no Brasil. Os pousos eram responsáveis por “balizarem” o pagamento da “estrada saleira”, estrada do sal, que alimentava o gado nas regiões de Mato Grosso (DEFFONTAINES, 1935, p. 145).

O controle das estradas não era tarefa fácil, pois muitos caminhos e picadas se juntavam à rota oficial. Esse fato dificultava o controle e promovia a necessidade das Casas de Contagem. Segundo Bertran (2000):

Uma Contagem era um posto fiscal intermediário, entre os registros instalados nas fronteiras das capitanias e o destino final das mercadorias nos arraiais auríferos. Uma espécie de “malha fina” do sistema tributário colonial, “contando” as guias fiscais emitidas nos registros das fronteiras, a ver se no trajeto entre os dois não aumentavam nem diminuíam as mercadorias, caracterizando alguma forma de contrabando. Mas dependendo do itinerário da tropa de mercadores, tinha a mesma função originária dos registros, recebendo o imposto sobre as mercadorias e gado e emitindo um recibo ou “guia” que de via ser apresentado ao caixa do contrato no arraial de destino da tropa, no absurdo prazo de 24 horas, sob ameaça de confisco. (p.84).

A partir de 1717, foram estabelecidas três contagens de entrada de mercadorias, para fiscalizar e também cobrar os devidos impostos dos produtos que chegavam de outras regiões para capitania mineira. Na descrição abaixo, Carrara (2011) apontou as mercadorias que fluíam pelos principais caminhos e, portanto, passavam pelos registros fixados nestas estradas:

[...]o do Rio Grande, no caminho para São Paulo; o das Abóboras, no caminho para a Bahia; e o do Caminho Novo, no caminho para o Rio de Janeiro. Enquanto que a importação de mercadorias pela capitania de Minas Gerais passava pelos registros ao sul e ao norte, pelas contagens do Sertão circulavam as fazendas sertanejas: carne-seca de vaca e de porco, sal da terra, couros, rapaduras, peixe seco, além do gado *vacum* e cavalari.

À medida que o porto do Rio de Janeiro ia se tornando preferencial no destino das mercadorias despachadas da metrópole, a ligação entre esse porto e as Minas pelo Caminho Novo respondia de maneira direta. Entre 1765 e 1768, o Caminho Novo respondia por três quartas partes do rendimento total das entradas. (CARRARA, 2011, p.37). (Grifos da autora).

Geralmente, as Casas de Contagem eram bem situadas geograficamente, para cumprir seus objetivos, como o controle das mercadorias e a devida cobrança de impostos (BERTRAN, 2000).

Em 1736 foi criada a “Contagem de São João”, que ficava a cerca de 10 quilômetros do atual Plano Piloto de Brasília. O objetivo era o controle das mercadorias que entravam para Goiás, após a descoberta de minas de ouro em Traíras e em Niquelândia. Neste ponto, controlava-se o comércio na região que vinha de Minas Gerais, pelo Caminho da Bahia, do Rio São Francisco e do noroeste de Minas Gerais. A “Contagem de São João”, embora situada em ponto estratégico, não conseguia impedir o contrabando. Os próprios soldados que deviam fiscalizar permitiam a contravenção, mediante pagamento dos passantes mercadores (BERTRAN, 2000).

As Casas de Contagem contavam com administradores e um “fiel” que pertencia à tropa paga da capitania, sendo este responsável por fazer a patrulha dos caminhos. Este soldado, conforme explicação dada pelo contratador João Macedo, era responsável pela cobrança dos impostos caso fosse necessário, mas tinha como função primordial “patrulhar as picadas,” pois era por estas vias “por onde podem introduzir extravios”. (Correspondência, 1981, vol. 1, p. 118, 119 *apud* CARRARA, 2011, p. 41).

Os Registros, por sua vez, fiscalizam e cobravam os impostos sobre as atividades comerciais nas estradas autorizadas pelo Rei da capitania de Minas Gerais. Esses registros foram colocados “[...] nos pontos em que as estradas reais cruzavam as fronteiras entre capitanias.” (COSTA, 2010, p. 39).

Tinham a finalidade de evitar o contrabando, não só do ouro, mas de todo o comércio que adentrava pelas Minas Gerais com o objetivo de alcançar os sertões mineiros e também as minas de Goiás. Entre eles, estava o contrabando de escravos vindos da África, o de gado e muares vindos do sul do Brasil e das colônias espanholas (ZEMELLA, 1990; MARTINS, 2008).

O cartógrafo e sargento-mor José Joaquim da Rocha, ao fazer o mapa da Capitania de Minas Gerais, (figura nº 5), referenciou a região da picada de Pitangui-Paracatu, rota que saía de Conceição do Pará, passando pelo norte na margem dos rios Pará e São Francisco, alcançando a região de Paracatu, ao atravessar as barras dos rios Indaiá e São Francisco e também dos rios Abaeté e São Francisco, rumando ao noroeste com destino a Paracatu. Por estes caminhos foram instalados “[...] alguns Registros e Postos de Guarda [...]” com a finalidade de captar os impostos devidos:

[...] ao sul de Paracatu, o Registro de Nazaré; com direção a Pitangui- foi instalada a Guarda do Porto Bezerra, nas divisas dos atuais municípios de João Pinheiro e Lagoa Grande. E rumo a sul foi instalado o Posto de Guarda do rio da Prata, nas proximidades da Serra das Almas; mais ao sul, a guarda da Várzea Bonita, que pertencia a território de São Gotardo do Abaeté, seguia para o Registro da Marmelada, no atual município de Abaeté. O Registro da Piraquara, no caminho de Pitangui- Paracatu somente recebeu um Registro (alfândega) nos fins do século XVIII. (FREITAS, 2005, p. 72).

A região do Triângulo Mineiro, Sertão da Farinha Podre, e Alto Paranaíba no século XVIII foi ponto de entroncamento de rotas diversas, dando apoio singular e expressivo para a prosperidade da agricultura mercantil de gêneros alimentícios e lugar de abastecimento para os tropeiros e mineradores. O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba se mostrara importante pelos fatores geográficos, topográficos e humanos na criação de gado dando à região um caráter agrícola que iria perdurar pelos séculos seguintes (BRANDÃO, 1989).

Os direitos de entrada das mercadorias eram arrendados pelos contratadores de tributos de entrada, que arrematavam as Casas de Contagens e Registros, e faziam jus a estes arrendamentos junto à Fazenda Real. Estes pagavam 8% aos administradores, entre outras despesas, e nos momentos de pujança aurífera a Coroa Portuguesa prometia cem arrobas de ouro. No período de maior pujança aurífera as Casas de Contagem foram arrematadas por João de Souza Lisboa e, no segundo, quando os direitos de entradas decaíram, João Rodrigues de Macedo [...] arrematou as entradas das capitanias de Minas Gerais, São Paulo, Goiás e Mato Grosso, em dois triênios: de 1776 a 1778 e de 1779 a 1781, por 944 contos livres para a Real Fazenda, além dos dízimos da capitania de Minas, de 1 de agosto a 31 de dezembro de 1783.”(CARRARA, 2011, p.36).

A seguir, a figura nº 24 mostra os caminhos e estradas que levavam a Goiás e nestes foram instaladas as Casas de Contagens e Registros, para controle e fiscalização de entrada e saída de mercadorias.

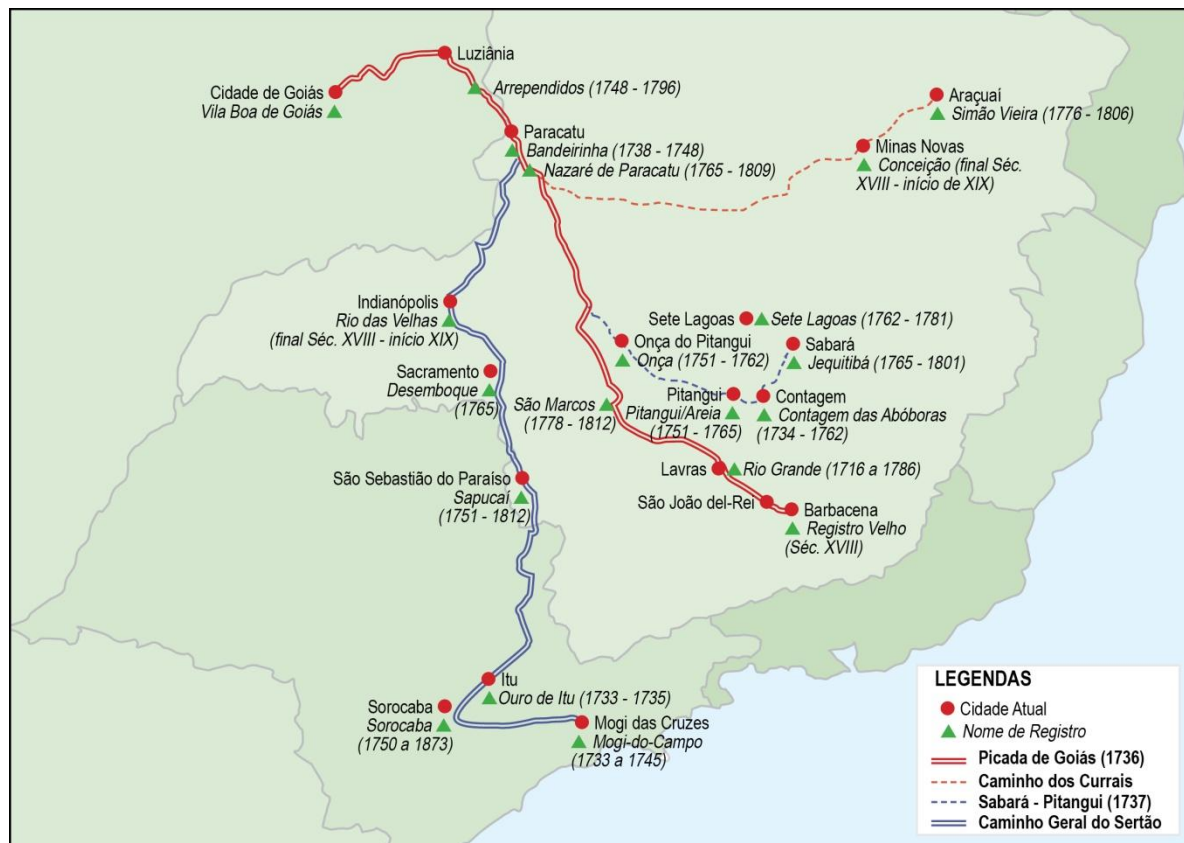


Figura 24- Registros e Casas de Contagem – nos caminhos para Goiás<sup>144</sup>

Nas proximidades das fronteiras ou em vilas mais prósperas, o rigor fiscal era mais intenso, por isso se instalavam vários registros. No entorno do arraial de Paracatu, foram instalados vários registros estiveram ativos em meados do século XVIII, período de maior produção aurífera paracatuense. Nesta região, existiam os registros de: Olhos d'Água, Nazaré, Santa Isabel e São Luís, e as guardas de Santo Antônio, do Porto da Bezerra, do Rio da Prata e da Várzea Bonita. Outro conjunto de

<sup>144</sup> Fonte: Elaborada pela autora (2017) com base em BRASIL, Receita Federal do Brasil, (2015). Registros. Disponível em: <[http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo\\_colonial/letrar/registros.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo_colonial/letrar/registros.htm)>; Acesso em: 28 fev. 2017.

registros estava localizado na região da atual cidade de Mogi-Mirim/SP, pois era um dos caminhos de São Paulo para Goiás, passando por Paracatu. Alguns destes registros eram denominados “alfândega”, como os de Caconde e Mogi-Guaçu (BRASIL, 2015; RAPM, 1988 [1924]).

Sanches (2013) utilizou documentação referente a registros da região das minas de Goiás, que se integravam ao “caminho de Anhanguera” e adicionou os “[...] dados dos registros que existiam pela rota.” (p. 40), trazendo assim informações sobre o fluxo de mercadorias:

[...] no Registro do Rio das Velhas, situado no caminho, os negociantes pagaram taxas no ano de 1767, sobre 3793 ½ de fazenda seca, 6003 cargas de molhados e 158 peças de escravos. No Registro do Rio das Almas nove cargas de molhados, oito arrobas de açúcar, oito cabeças de gado *vacum* e 62 arrobas de carne seca. A maior parte da carga, portanto, aparenta ser de regiões da colônia distantes de Goiás, como é o caso do gado *vacum* e da carne seca que, como muitos autores demonstram, provinham do sul ou o próprio açúcar que mesmo parcialmente deixado de lado em detrimento da mineração, abastecia este sertão através da rota de São Paulo. Contudo, ao considerar as 3793 1/2 de carga seca que passaram pelo Registro do Rio das Velhas, não deixei de cogitar quais eram esses produtos e de onde vinham. Como Zemella bem esmiuçou, as fazendas secas eram produtos como ferramentas, armas, ferro, sedas, tecidos, sal e utensílios domésticos que na sua maioria tinham sua fabricação proibida na colônia e, muitas vezes adentravam os sertões através do Porto de Santos. Na análise do Registro de Extrema, que a própria autora descreve como sendo passagem de paulistas para as Minas Gerais ( SANCHES, 2013. pp. 40 a 42) (Grifos da autora).

Lamas (2009 *apud* Carrara, 2000) fez um levantamento dos bens que passavam nos registros de Abóboras, no Caminho de Sabará a Paracatu, e revelou que, no início do século XVIII, foram registrados: secos: 210; molhados:1350; escravos:778. No registro do rio Grande, nas proximidades da atual cidade de Lavras na Comarca do Rio das Mortes, o registro constou de secos: 1007; molhados: 8664; escravos:177 (p.52).

Segundo Lamas (2009), acontecia em Minas Gerais um comércio do que era produzido [...] dentro das próprias Gerais [...]” como o “[...] gado, mandioca, algodão, açúcar, carne de porco, entre outros gêneros. O dinamismo da economia colonial mineira não se restringiu, portanto, em momento algum, à mera extração de metais e pedras preciosas.” (p.54). Portanto:

Essa produção, aparentemente em conflito com a economia extrativa foi, ao mesmo tempo, complementar para a sociedade que se desenvolveu naquela área e essencial para a política mercantilista portuguesa, uma vez

que proporcionou tantos lucros ou mais, uma vez que mais estáveis que a economia mineradora, para a Coroa de Portugal. (LAMAS, 2009, p.54).

As cidades no entorno da Estrada Real Picada de Goiás do século XVIII, tiveram sua formação voltada para as atividades do comércio, agricultura e pecuária. A região não teve momentos longevos de extração aurífera. (FONSECA, 1961, LAMAS, 2009, BOSCHI, 1996, HOLANDA, 2004, FREITAS, 2011, RABELLO, 2014). Assim, o comércio movido pela picadas, caminhos e estradas foi a força motriz que fez crescer e prosperar a região.

## **5.2 Aspectos da interseção do fluxo das mercadorias com os demais paisagens**

O objetivo deste subcapítulo é demonstrar que os fluxos de bens e mercadorias trazem preciosos indícios sobre os demais fluxos e são, portanto, indicadores de grande valor para as pesquisas a serem realizadas sobre esta época. Procura-se assim, efetuar uma análise das relações entre os fluxos de bens e mercadorias e a formação das paisagens propostas por Appadurai (2004).

### **5.2.1 A Etnopaisagem em suas interseções com o fluxo de bens e mercadorias**

— Caprichada! E ainda estou por conhecer lugar melhor para se viver.  
Essa gente da Conquista é que diz que lá só tem fumaça de pretos...  
Mas isso é inveja, mas muita! (Lalino passou a declamar):  
Qual!... Criação de cavalo, é no Passa-Tempo...  
Povo p'ra saber discurso, no Dom Silvério... E, festa de igreja, no Japão...  
Mas, terra boa, de verdade, e gente boa de coração, isso é só lá no Rio-do-Peixe!

A Volta do Marido Pródigo  
João Guimarães Rosa  
Sagarana, 1994

Não há como negar, conforme atesta Celso Furtado (2005), que, embora lucrativa, a atividade mineradora foi extremamente oscilante. Seu ápice foi em 1760, quando atingiu cerca de 2, 5 milhões de libras. Porém, em 1780, o valor

movimentado já havia caído para menos de um milhão de libras (FURTADO, 2005). A atividade mineradora já apresentava indícios de seu declínio desde os anos trinta-setecentistas. Este fato levou os habitantes das vilas e arraiais para outras regiões, como a região de Goiás, onde foi encontrado ouro em 1722. A instabilidade ligada à exploração mineral e também à necessidade de prover suporte a esta atividade fizeram surgir outras atividades econômicas, entre elas a agropecuária e o comércio, largamente desenvolvido nos sertões da Picada de Goiás e nas adjacências do rio São Francisco (FONSECA, 1961).

Desta forma, o fluxo dos bens e mercadorias está intimamente ligado ao fluxo das pessoas na região.

#### **5.2.1.1 Fluxos étnicos transformados em fluxos de mercadorias**

Deus me colocou neste lugar como herdeiro  
de um grande passado,  
portador de um grande presente  
e construtor de um grande futuro.  
Pe. J.Kentenich  
Religioso alemão  
(1885-1968)

Um aspecto digno de atenção, com relação ao entrelaçamento dos ciclos étnicos e os fluxos de mercadoria, foi a transformação das pessoas em mercadorias por meio da instituição da escravidão como relação básica de trabalho subjacente ao sistema de exploração colonial.

A escravização dos índios brasileiros e dos negros africanos pelos conquistadores e, posteriormente, os colonizadores do Brasil era considerada legítima com base em ideias religiosas (bulas papais antigas, remetendo ao tempo das Cruzadas, que permitiam subjugar e escravizar povos pagãos hostis) e até filosóficas (os povos não cristãos eram considerados moralmente inferiores e deveriam “[...]ser guiados por aqueles que lhe eram moralmente superiores[...]”, o que justificava a escravidão (KAPP, 2011 p.05; BOXER, 1969; LIMA JR., 1965). Logo, os portugueses que vinham residir no Brasil não viam os índios, os negros e os nascidos aqui frutos do “[...]caldeamento das três raças[...]” como iguais aos

colonizadores e, por eles, nutriam os mesmos sentimentos preconceituosos (SANTOS, 1926).

No centro da organização do sistema de produção colonial estava, então, o pressuposto de que seres humanos de outras raças podiam ser considerados mercadorias e bens.

O escravo, era, inclusive, “[...] uma mercadoria muito especial: Cada negro entregue na colônia era como uma carta de crédito: significava a necessidade de o comprador entregar de volta mercadorias no valor da compra[...]” (CALDEIRA, 1999, p. 146).

A atividade mineradora demandava mão de obra escrava para as regiões de Minas Gerais, que receberam grande contingente de africanos. Portugal tentou “domesticar” o índio brasileiro para servir ao trabalho, mas não foi bem sucedido no intento, pois muitas das tribos não se adaptaram à escravização e, assim, foram exterminadas por ações apoiadas pela Coroa e colonizadores portugueses. Mesmo assim, os índios “mansos” foram comercializados como mercadorias, chamados “ouro vermelho” (RESENDE; LANGFUR, 2007).

Não foram poucos os gentios que foram tirados de suas tribos no interior mineiro prioritariamente. Ellis Jr. (1961, *apud* SALES, 1992 p. 93, *apud* MARTINS, 2008, p. 20) fala de “8000 de índios” apresados em São Paulo entre os séculos XVI – XVII, que foram condicionados à escravidão, catequizados na religião católica e domesticados para servir de mão de obra para as entradas e bandeiras paulistas e para os jesuítas (MARTINS, 2008).

No século XVIII, a partir dos anos de 1730, os índios do sertão oeste mineiro, residentes do “Triângulo Mineiro e sul de Goiás”, foram condicionados ao apresamento, e as tribos que não se rendiam eram exterminadas (MARTINS, 2008; MANO, 2015).

Os índios cataguazes, da etnia Cataguás dominaram “[...] o sul de Minas, estendendo-se depois pelos sertões de Itapeçerica e Piumhy.” (SANTOS, 1926, p. 16). Eles eram abundantes nas regiões do sertão oeste mineiro: “Centro, Oeste e Sul de Minas” (SENNÁ, 1924, *apud* FERNANDES, 2010, p. 05) e, “[...] descendentes dos Tremembé, teriam saído do Jaguaribe em direção aos Vales do Alto São Francisco e Rio Paranaíba.” (GOMES, 2000; SOBRINHO, 1951,

RESENDE, 2005 *apud* FERNANDES, 2010, p. 05). Para os paulistas e colonizadores, eles eram índios violentos e foram dizimados totalmente, “abatidos por Lourenço Castanho Taques” na região de Prados, nas proximidades de São João del-Rei/MG. Foi a partir desta empreitada que o bandeirante Lourenço Castanho Taques abriu caminho para sua empreendedora campanha entradista que daria nos sertões do Arraial de Paracatu, nas divisa do que viria a ser a capitania de Goiás (1744). (VASCONCELOS, 1974, p.96 *apud* FERNANDES, 2010, p. 05).

Na capitania de Minas Gerais, os índios, depois de apresados, eram chamados de “negros da terra”, para não infringir a imposição dos padres jesuítas, que não permitiam a escravização do indígena. Assim, os colonos usavam os índios como “[...] mão de obra para a lavra mineral ou agrícola e, sobretudo, como escravos domésticos, vivendo sob a administração dos colonos”. (RESENDE, 2005, p. 188).

Com relação aos escravos provenientes da África, eram eles tratados como mercadoria dentro de um modelo de cadeia de suprimentos que se iniciava na própria África. A escravidão já existia no continente. A captura era feita por meio de Guerras, processos judiciais e rapto, mas a decisão de exportar dependia do preço; “[...] a exportação, portanto, ao contrário da captura, conjuga-se com o modelo econômico. A questão decisiva, aqui, é a capacidade de reação da oferta de escravos de exportação às variações de preço” (MANNING, 1963, p. 18). As flutuações de preço dependiam da relação entre oferta e demanda: surtos de fome, epidemias e guerras diminuía a oferta. Já a demanda da indústria açucareira no mundo, começando pelo nordeste brasileiro, aumentou a procura .

Entre os anos 1650 e 1800, a alta produtividade do trabalho escravo no Novo Mundo e o alto poder de compra dos proprietários de escravos, particularmente na indústria do açúcar, criaram um nível de demanda que dirigiu o preço em todo o mundo. (MANNING, 1963, p.14).

No Brasil, a maioria dos escravos adentrava pelo porto do Rio de Janeiro e era comercializada na Praça do Valongo (NOGUEIRA in FREITAS, 2005). Dessa forma, o gráfico nº 02 mostra o número de escravos que desembarcavam no porto do Rio Janeiro entre os anos de 1720-1764 e aqueles sobre os quais houve incidência de imposto – capitação (CARRARA, 2016).

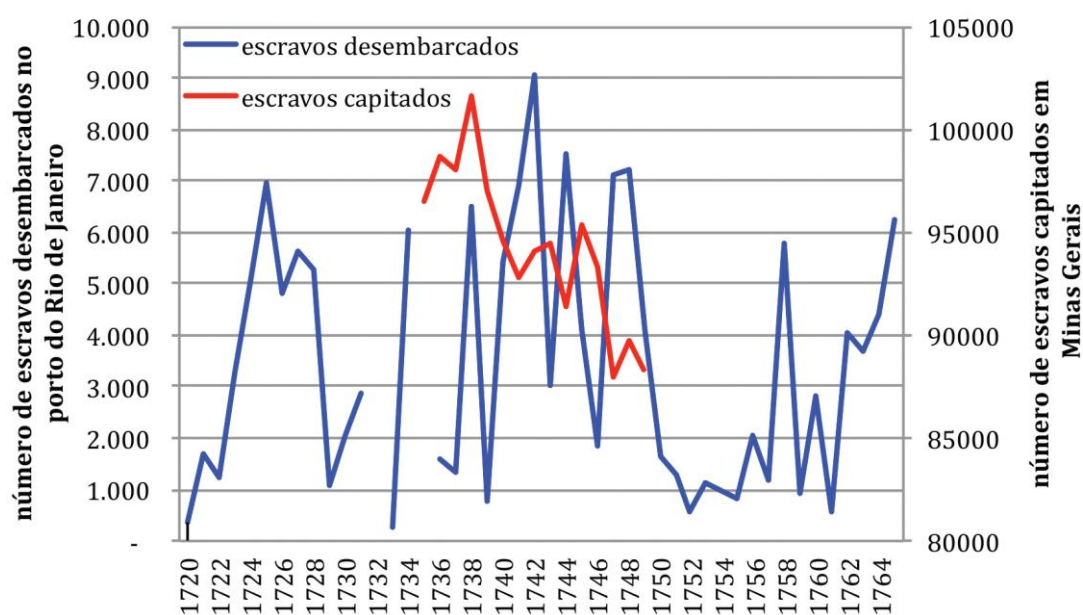


Gráfico 2- Número de escravos capitados em Minas Gerais (1735-1749) e desembarcados no porto do Rio de Janeiro (1720-1765).<sup>145</sup>

Com relação à população de escravos, as compilações de Costa Matoso, no seu código em 1999 trazem dados que são interpretados por Martins (2008), na tabela nº 06:

Ano	1ª Matrícula	2ª Matrícula	Média	Diferença
1746	92.628-	90.772-	91.700	1.856-
1747	87.970-	89.373-	99.671	1.403-
Diminuição	4.658-	1.399-	3.029-	3.259-

Tabela 6: Números de escravos pagantes da capitação em Minas Gerais nos anos de 1746 e 1747<sup>146</sup>

<sup>145</sup> Fonte: Gráfico elaborado por Carrara (2016, p. 952) através dos escravos capitados relatados no: Código, 187-189 (os dados da população escrava informados por esta fonte correspondem exclusivamente aos escravos residentes, com ou sem multa, excluindo-se assim do cálculo os adventícios); para os escravos desembarcados, Eltis *et al.*, 1999.

<sup>146</sup> Fonte: Tabela elaborada por: (MARTINS, 2008, p. 525). Os números de escravos citados na tabela nº 07 “[...]se referem a escravos que pagavam e deixaram de pagar a capitação de 1746 para 1747, sendo a diferença entre a segunda matrícula de 1746 e a primeira de 1747, de 3.887 escravos, descontado o “sertão” que só se contabiliza na segunda matrícula.” (MARTINS, 2008, p. 525).

Martins (2008) analisa a variação na quantidade de negros matriculados (em COSTA MATOSO, 1999) e confrontando com dados de sua entrada efetiva, propõe a tese que:

[...] grande parte desses escravos “sumidos” das listas pertencesse a brancos pobres e pretos forros adimplentes com a capitação que, por se encontrarem em meio aos sonegadores aquilombados no Campo Grande, foram mortos ou, vivos e inadimplentes, não puderam mais voltar para as vilas oficiais. (p.526).

O comércio de escravos foi um negócio lucrativo para os mercadores nos sertões mineiros, como também nos sertões goianos (SANCHES, 2013):

Porque sendo comprados escravos nos domínios da África, e conduzidos por conta da dita real fazenda, ficam postos em Goiaz por preço tao commodo, quanto era o excessivo lucro, com que os negociantes d'este gênero tinham acumulado grossos cabedaes em dano dos mineiros, como se mostra dos exemplos abaixo apontados. A venda verificada pela importância do capital, e a credito por seis anos, e ainda por menos, facilita aos compradores a solução do preço, recebendo a real fazenda no tempo convencionado os fundos empregados no lucro do quinto do ouro extrahido, e augmentado pelos mesmos escravos, e dos impostos nos generos de importação, augmentando-se tambem o consumo d'estes e o giro do commercio na proporção do activo fabrico das minas.<sup>147</sup> (RIHGB, 1892, p.401 *apud* SANCHES, 2013, p.50).

Sobre os escravos, incidiu o imposto da capitação, entre os anos de 1734 e 1750. Este imposto perdurou por 16 anos em Minas Gerais (CARRARA, 2016).

Assim, quando os governos da capitania mineira, juntamente com a Coroa Portuguesa, outorgaram a cobrança da capitação, negro foi colocado na condição de mercadoria, nivelando-o com demais itens, como os bens e serviços, sobre os quais incidia tributação (CARRARA, 2016).

O escravo era uma mercadoria, objeto das mais variadas transações mercantis: venda, compra, empréstimo, doação, transmissão por herança, penhor, sequestro, embargo, depósito, arremate e adjudicação. Era uma propriedade, enfim. O ordenamento jurídico da sociedade o constituía como tal, exceto no que concerne à transgressão da lei. Aliás, têm razão os historiadores que consideram que o primeiro ato humano do escravo é o

---

<sup>147</sup> Breve reflexão sobre o meio eficaz de se remediar a decadência da Capitania de Goiás Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Parte I, tomo LV, Rio de Janeiro, Companhia Typographica do Brazil, 1892, p. 401 *apud* SANCHES, 2013, p.50)

crime – sintetizado, por exemplo, no roubo, no assassinato de senhores ou na fuga e na formação de quilombos. A legislação cuidou, é verdade, de regular o seu uso, como normalmente acontece com outros tipos de propriedade. Mas apenas reconhecia humanidade no escravo por ocasião do crime, pois, afinal, nenhuma outra propriedade é punível. (p.261).

A cobrança da capitação era realizada através câmaras das vilas. Desta forma, os senhores de escravos precisavam pagar o valor em ouro estabelecido sobre o número de escravos que possuísem. Algumas vilas e arraiais no sertão oeste mineiro e também no entorno da Picada de Goiás receberam maior número de escravos, como podemos analisar na tabela nº 07, relativa às vilas de São João del- Rei e Pitangui (BOTELHO, 2000).

A tabela nº 07, a seguir, tem o objetivo de enfatizar a condição do escravo como mercadoria e faz referência à quantidade média de escravos que cada proprietário possuía na referida região. Quanto mais longe dos centros mineradores mais movimentados, menor era o número de proprietários e maior era o plantel de escravos, mostrando a concentração de renda que havia sertão adentro.

Tabela comparativa do número de escravos nas vilas e arraiais- sertão Oeste Mineiro				
Vilas	Escravos	Proprietários	Média/ plantel	Anos
São João del- Rei	3337	1042	3,21	1716/1717
São José del- Rei	3357	494	6,79	1722
Pitangui	894	125	7,17	1722

**Tabela 7** - Comparação média que cada proprietário deveria pagar por lote de escravos nas suas respectivas vilas<sup>148</sup>

Na época da oficialização da Picada de Goiás, em 1736, a Comarca do Rio das Mortes contava, de acordo com números da capitação, com 11.098 escravos (DIAS, 2000).

<sup>148</sup> Tabela elaborada pela autora, a partir dos dados levantados por Botelho (2000, p. 11-13), no Arquivo Público Mineiro- APM, nas caixas nº 1012, 1038, 1046.

A cobrança exacerbada de impostos fazia surgir diversos problemas, entres eles, o de cunho social “[...] o mais grave era, segundo os oficiais, o número de escravos que não sendo mais sustentados por seus senhores, também na miséria, se lançavam às ruas, atacando, roubando, matando e fugindo para os quilombos.” (AMANTINO, 2006, p. 03,04).

Concluindo, os fluxos de bens e mercadoria se confundem, neste sentido com os ciclos étnicos já que, embora tratados como mercadorias os escravos participaram intensamente dos processos de miscigenação e da configuração da cultural local.

### **5.2.1.2 Fluxo do ouro como determinante para a instalação e deslocamento de população**

Quem carrega o mar nos seus limites tem carinho com o mar.

Adélia Prado (1935)  
Poetisa divinopolitana

A descoberta do ouro em Goiás determinou o deslocamento de grandes contingentes de população para a região. Desta forma, o fluxo do ouro, enquanto mercadoria, reflete-se no fluxo étnico da região, influenciando a formação de aglomerações urbanas, e também a composição étnica da população, consequência da organização produtiva da atividade.

De acordo com Monte-mór (1998, s.p.) a mineração e, portanto, os fluxos do ouro foram fundamentais para a formação socio-espacial brasileira, a partir do “[...] desenvolvimento de uma cultura urbana[...]” que fora também “[...] marcada pela precocidade, intensidade e concentração [...]”. Assim:

A natureza exclusivamente extrativa da economia urbana mineradora implica, de um lado, no surgimento de núcleos marcados pela concentração e centralização das atividades de produção, reprodução/consumo, circulação/distribuição e gestão num mesmo espaço (urbano), acelerando assim a formação de uma cultura (urbana) ( MONTE-MÓR, 1998, s.p.).

Desta forma, as características dos fluxos de mercadoria, comandados pelo ouro, mas que incluíam, ainda, todo o suprimento para a população que se deslocou para regiões antes despovoadas, determinaram não somente o

deslocamento das pessoas, como também a sua forma de organização, por meio da conformação de um espaço urbano.

Inicialmente, as expedições em busca do ouro deram origem à formação de núcleos de povoamento ao longo dos caminhos percorridos. Portanto:

O ouro havia sido a razão do impulso migratório para o oeste. O fascínio obsessivo e singular que ele exerceu em seus primeiros anos levou assentamentos mineiros individuais, e quase a região inteira, à beira da autodestruição. Mas o desenvolvimento de mercados alternativos para a iniciativa empresarial e a possibilidade de mobilidade social e geográfica proporcionaram as válvulas de segurança necessárias. A longo prazo, isso permitiu que as ondas de migrantes oportunistas e especuladores, de diferentes raças, posição social e origem, se transformassem numa sociedade equilibrada e cada vez mais estável. (RUSSEL-WOOD, 1999, p.503).

Desta forma, foram vários os arraiais que surgiram na “terra prometida” (FONSECA, 1961). Os primeiros povoados formados pelo segundo Anhanguera na região goiana do rio Vermelho, marco do ouro na futura capitania (1748), foram denominados Sant’anna e Barra. A região sul de Goiás se ligava com Minas Gerais, através do Arraial de Paracatu, área riquíssima em ouro, dando a São Paulo o respaldo financeiro usurpado quando Minas Gerais deixou de utilizar as rotas estradeiras que levavam aos Registros de Taubaté e Santos:

No Sul de Goiás o terreno é copiosíssimo em ouro de primeira qualidade: assim o solo da capital, o de Ferreiro a uma légua E.N.E., o de Ouro Fino a três léguas, o de Santa Rita a 14, o de Pilar a 33, cuja montanha Muquem é da maior riqueza, o de Boa Vista, onde trabalharam já 9.000 escravos, o de Bonfim, a 38 léguas, em cujas vizinhanças vêem-se grandes escavações, o dos arraiais, outrora florescentes, hoje tão completamente extintos que nem sinais ficaram, do Buriti Queimado, de Calhamares e d. Miguel de Tesouras. (TAUNAY, 2015 [1875], p.41).

Outras cidades foram surgindo no sul-goiano através do ouro, entre elas Anta, Barra, Ferreiro, Ouro Fino e Santa Rita e outras (BOAVENTURA, 2007).

Após a transposição da Serra o Pirineus, em 1731, surgiu o Arraial de Meia [Meya] Ponte, atual cidade de Pirenópolis/GO, que por sua localização geográfica estratégica para se chegar a Vila Boa, atual cidade de Goiás, também conhecida de Goiás Velho. Meia Ponte era ponto de encontro dos caminhos em

território goiano que adentravam para o *hinterland* brasileiro, promovia, assim, a interlocução com arraiais do norte,<sup>149</sup> também riquíssimos em ouro (TAUNAY, 2015[1875]; BOAVENTURA, 2007; BUENO, 2009).

O primeiro lugar a ter representatividade foi a região de São João del-Rei (Rio das Mortes) e Tiradentes/MG (Vila de São José del-Rei), que teve origem nas bandeiras de Tomé Portes D'el Rey, nos fins do século XVII. Os arraiais se formaram entre 1702 e 1705 (GAIO SOBRINHO, 2000). O ouro atraiu moradores para o lugar que cresceu nas proximidades do chamado rio das Mortes<sup>150</sup> e prosperou como entreposto comercial, graças à mineração e aos caminhos que passavam pelo lugar, tornando um ponto de estalagem. O ouro da região foi descrito por Antonil (1982 [1711]):

Do Rio Grande se vai em cinco ou seis dias ao rio das Mortes, assim chamado pelas que nele se fizeram, e esta é a principal estalagem aonde os passageiros se refazem, por chegarem já muito faltos de mantimentos. E, neste rio, e nos ribeiros e córregos que nele dão, há muito ouro e muito se tem tirado e tira, e o lugar é muito alegre e capaz de se fazer nele

---

<sup>149</sup> Vários foram os arraiais formados através da riqueza aurífera, Goiás adentro, entre eles: Maranhão (1730), Água Quente (1732), Natividade (1734), Traíras (1735), São José (1736), São Félix (1736), Pontal e Porto Real (1738), Arraiais e Cavalcante (1740), Pilar (1741), Carmo (1746), Santa Luzia (1746) e Cocal (1749). Atuação digna de nota do historiador Taunay (1875/2015): “No lado setentrional da província não são menos deslumbrantes as notícias históricas do começo de suas povoações e seu fugaz florescimento, nem menos rápidas e contristadoras as de sua decadência e definhamento. Riquíssimos foram S. José e sobretudo Água Quente, onde chegaram a trabalhar nas minas 16.000 escravos, e se acharam folhetas do peso, uma de quase arroba e meia, outras de seis a dez libras e muitas de 30 oitavas, e que assenta a curta distância do grande confluente do Tocantins, o rio Maranhão, cujas águas rolam ouro a rodo.”(p.42). O assunto sobre os diversos caminhos de Goiás setecentista são explanados por Leonora Barbo- explicitados no artigo: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14330.pdf>>, acesso em 02 março 2017. Logo, Cunha Matos (1776- 1839), governador de armas de Goiás desde 1823, descreveu os caminhos da Picada de Goiás e as demais estradas que seguiam para o Pará e Maranhão, através do rio Tocantins- afluente do rio Araguaia, passando pelos arraiais do norte da capitania, que possuíam os registros do tempo do ouro, utilizados no século XIX para fiscalização das tropas que passavam com as mercadorias. Ver Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás (1836), republicado pelo ICAM em 2004. (Nota da autora).

<sup>150</sup> Antonil (1711) justificou o nome da região do Rio das Mortes: “Também há uma paragem no caminho para as ditas minas gerais, onze ou doze dias distante das primeiras, andando bem até as três horas da tarde, a qual paragem chamam a do rio das Mortes, por morrerem nela uns homens que o passaram nadando, e outros que se mataram às pelouradas, brigando entre si sobre a repartição dos índios gentios que traziam do sertão. E neste rio, e nos ribeiros que dele procedem, e em outros que vêm a dar nele, se acha ouro, e serve esta paragem como de estalagem dos que vão às minas gerais, e aí se provêem do necessário, por terem hoje os que aí assistem roças e criação de vender.” (ANTONIL, 1982 [1711], p. 164, 165). (Grifos da autora).

morada estável, se não fosse tão longe do mar. Desta estalagem vão em seis ou oito dias às plantas de Garcia Rodrigues. (ANTONIL, 1982 [1711], p. 165).

Os caminhos e descaminhos que se localizavam no oeste-mineiro se ligavam à Picada de Goiás no período setecentista, como foi o caminho de Sabará que passava por Curral del-Rei (Belo Horizonte/MG). Estavam, no São Sebastião do Itatiaiuçu, terras que pertenciam, neste período, ao antigo arraial de Santo Antonio do Morro de Mateus Leme (atual cidade de Mateus Leme/MG). Sua denominação remete ao bandeirante que veio juntamente com Borba Gato, “o descobridor das esmeraldas”, primeiramente para a região de Sabará e posteriormente para Pitangui. Os posseiros, a partir de 1738, tornaram-se donos da terra. Itatiaiuçu/MG se tornou *locus* mineratório desde os primórdios de sua história, *a priori* com o “sertanista aventureiro” Feliciano Cardoso de Camargo, que minerou por cerca de um ano no local denominado Quilombo, nas proximidades do lugarejo. Depois deste tempo, partiu para Itapeçerica (MOURÃO, inédito; BARBOSA, 1971; NOGUEIRA, 2008). Desde o início de sua história, Itatiaiuçu foi marcada pela mineração, tendo sido encontrado ouro, em pequena quantidade, no leito do rio São João e nas serras e montanhas que permeavam as adjacências do lugar: “[...] Gabriel da Silva Pereira e Tomás Teixeira cuidavam da mineração, Francisco de Araújo Sá e Manoel Neto de Meio trabalhavam como cultivadores da terra, pastoreando o gado que possuíam.” (NOGUEIRA, 2008, p. 156).

A região de Abaeté/MG, por sua vez, localizava-se às margens do rio Abaeté, afluente do rio São Francisco. A região teve enorme fluxo de pessoas, no século XVIII, que fugiam da fiscalização e da carga tributária onerosa do Arraial Tijuco (Diamantina/MG). Mesmo proibida a mineração, foi neste rio que, no ano de 1764, foi encontrado um diamante de 1684 quilates. Entretanto, este diamante chamado de Bragança, era, na verdade, um topázio ou safira colorido (Machado ; Figueroa, 2000 *apud* BRASIL, 2009). O rio Abaeté, em toda sua extensão, apresentou grande potencial para a mineração e, em 1798, foi encontrado um outro diamante, de 144 quilates, sendo ele chamado de Regente ou Bragança (BRASIL, 2009).

Pitangui/MG foi considerada a “Sétima Vila do Ouro” em Minas Gerais, com formação registrada em 09 de junho de 1715. Conhecida anteriormente pela participação ativa de seus moradores no Motim dos Emboabas (1709), eram os formadores do arraial, os paulistas “[...] gente atrevida, valente, destemida[...],” que não permitiam que os reinóis (portugueses) adentrassem na região onde havia “[...] encontrado ouro em abundância.” Nesta época, Pitangui, a “matriarca” de várias outras cidades do sertão oeste mineiro, possuía dimensões territoriais maiores que as atuais, e era destino estradeiro dos desbravadores da região (BARBOSA, 1971, p. 366).

Na década de trinta, do século XVIII, foi encontrado ouro em Piumhi/MG pelo paulista João Batista Maciel, radicado em Pitangui. Esta descoberta promoveu uma afluência dos pitanguienses para as “[...] faisqueiras de ouro no Piumhi[...].” No entanto, elas não eram tão prodigiosas como se esperava e logo o veio aurífero acabou (MELO, 2008, p.264).

Em São Bento do Tamanduá, atual cidade de Itapeçerica/MG, foi encontrado ouro, em 1739, descoberto pelo sertanista Feliciano Cardoso de Camargo, que já vinha de outras regiões próximas no intuito minerador (BORGES, 1992).

Outro mineral que foi transformado em mercadoria e originou fluxos de pessoas foi o salitre<sup>151</sup>: “[...] fundamental na fabricação da pólvora”. A descoberta de algumas jazidas no Brasil trouxe deleite para a Coroa, onde não existia o mineral: “[...] em meados da década de 1750, achados na serra dos Montes Altos, perto do rio São Francisco, mostraram-se produtivos e foram explorados comercialmente.” (RUSSEL-WOOD, 1999, p. 473). A região era cortada pela Picada de Goiás (1736) e se consolidou na atual cidade de Serra do Salitre (1953), desmembrada de

---

<sup>151</sup> Primeiramente, em 1690, foi encontrada uma jazida salitre em Jacobinas na Bahia (RUSSEL-WOOD, 1999). Sobre o uso da pólvora no Brasil foi publicado o livro pelo Engenheiro-Mor José Fernandes Pinto Alpoim que foi professor da Aula do Terço de Artilharia, no rio de Janeiro, em 1738, convidado por Gomes Freire de Andrade (PIVA, 2015).

Patrocínio/MG, denominada anteriormente São Sebastião da Serra do Salitre (BARBOSA, 1971, p. 401).

Outra maneira pela qual os fluxos do ouro deram origem a cidades foi por meio da instalação de registros e casas de contagem para a sua fiscalização. Também eram fiscalizadas as demais mercadorias que transitavam pelos diversos caminhos para Goiás. Estes locais eram mais seguros e davam abrigo aos viajantes, que muitas vezes acabavam por se instalar nas imediações. As oportunidades de comércio e a organização administrativa nestas localidades estiveram na base das configurações urbanas que foram sendo implantadas, transformando-se em povoados, arraiais, vilas e cidades.

A estreita relação entre o fluxo das pessoas e a exploração mineral é evidente no relato de Antonil em 1711, no livro “Cultura e Opulência por Drogas e Minas. Com várias notícias curiosas do modo de fazer o açúcar, plantar e beneficiar o tabaco; tirar Ouro das Minas ; descobrir as da Prata”. Ele já levantara as riquezas que surgiram da própria atividade de extração mineratória, como também das trocas comerciais que aconteceram através dela. Registrou, ainda, as pessoas envolvidas na lavra do ouro nas datas e nos demais ofícios que renderam boas fortunas. A exploração aurífera fez movimentar uma rede de serviços, como o comércio e agropecuária. O metal precioso era a moeda de troca para as mercadorias vindas do *hinterland* do Brasil, como de outras regiões da futura capitania mineira e de nações europeias. Esses produtos eram necessários nas regiões urbanas que cresceram nas adjacências das minas e, assim, garantiam boas somas do metal precioso para os comerciantes, mercadores, industriais e tropeiros, os transportadores de cargas da época:

[...] não parecerá incrível o que por fama constante se conta haverem ajuntado em diversos tempos assim uns descobridores dos ribeiros nomeados, como uns mais bem afortunados nas datas, e também os que, metendo gados e negros para os venderem por maior preço, e outros generosa mais procurados, ou plantando, ou comprando roças de milho nas minas, se foram aproveitando do que outros tiraram. Não falando, pois, do grande cabedal que tirou o governador Artur de Sá, que duas vezes foi a elas do Rio de Janeiro, nem dos que ajuntaram uma, duas e três arrobas, que não foram poucos. Tem-se por certo que Baltazar de Godói, de roças e catas ajuntou vinte arrobas de ouro. De vários ribeiros e da negociação com roças, negros e mantimentos, fez Francisco de Amaral mais de cinquenta arrobas. Pouco menos, Manuel Nunes Viana e Manuel Borba Gato, e com bastante cabedal se recolheu para São Paulo. José Góis de Almeida e para

o Caminho Novo Garcia Rodrigues Pais, João Lopes de Lima tirou do seu ribeirão cinco arrobas; Os Penteados, de suas lavras e indústrias, sete arrobas; Domingos da Silva Moreira, de negócio e lavra, cinco arrobas; Rafael Carvalho, cinco arrobas; João de Góis, cinco arrobas; Amador Bueno da Veiga, do rio do Ouro Preto, do ribeirão e de outras partes, oito arrobas. E, finalmente, deixando outros muito bem aproveitados, Tomás Ferreira abarcando muitas boiadas de gado, que ia dos campos da Bahia para as minas, e comprando muitas roças, e ocupando muitos escravos nas catas de vários ribeiros, chegou a ter mais de quarenta arrobas de ouro, parte em ser e parte para se cobrar. Mas, tratando de cobrar o ouro<sup>152</sup> que se lhe devia, houve entretanto quem lhe deu por desgostos umas poucas balas de chumbo, que é o que sucede não poucas vezes nas minas. Também com vender cousas comestíveis, água ardente e garapas, muitos em breve tempo acumularam quantidade considerável de ouro. Porque, como os negros e índios escondem bastante oitavas quando catam nos ribeiros e nos dias santos e nas últimas horas do dia, tiram ouro para si, a maior parte deste ouro se gasta em comer e beber, e insensivelmente dá aos vendedores grande lucro, como costuma dar a chuva miúda aos campos, a qual, continuando a regá-los sem estrondo, os faz muito férteis. E, por isso, até os homens de maior cabedal, não deixaram de se aproveitar por este caminho dessa mina à flor da terra, tendo negras cozinheiras, mulatas doceiras e crioulos taverneiros, ocupados nesta rendosíssima lavra e mandando vir dos portos do mar tudo o que a gula costuma apetecer e buscar. (ANTONIL, 1982 [1711], p. 172, 173). (Grifos da autora).

Antonil (1982 [1711]) não mencionou o local de origem das pessoas que cita, mas, ao fazer um levantamento prévio, sabe-se que Baltazar Godói [y] Moreira, português, residia em São Paulo, na região de Mogi das Cruzes - local de passagem do antigo Caminho Geral do Sertão. Em solo mineiro, fixou-se nas regiões limítrofes, entre as atuais cidades de Ouro Preto e São João del-Rei, que, no final do século XVII e XVIII, dividiam seus territórios. Foi através de suas cartas que ficaram conhecidos os percalços que a fome causava. A morte era certa aos que comiam certas larvas de bichos venenosos. Baltazar Godói deixou registrada a necessidade de cozimento destes para não matar os desavisados que sofriam pela fome (GODOYS<sup>153</sup>, Compartilhar, 2016; ROMEIRO, 2009).

---

<sup>152</sup> Minas Gerais consolidou profícua rede de cobradores de impostos e de ouro, logo estas redes se misturavam com outras redes de sociabilidade como apontou Faria (2009), as redes dos “homens do ouro” das minas: em busca de prestígio e legitimação do mando.

<sup>153</sup> Disponível em: <<http://www.projetocompartilhar.org/Familia/Godoys.htm>>; acesso em: 03 março 2017.

Antonil (1982 [1711]), ao falar dos Penteados, citou a família no plural, mostrando e comprovando que as sagas pelo interior mineiro eram de “família inteira”. Eram de origem paulista, mas os laços familiares remetiam a Portugal, em seguida para a capitania de Pernambuco. Residiam em Santana do Parnaíba/SP (de onde partiram muitos bandeirantes e sertanistas), possuíam “fazenda de cultura”, no termo de Araçariguama, de onde saíram para as “Minas Gerais dos Cataguás”.

Os irmãos sertanistas de Francisco Rodrigues Penteado<sup>154</sup> se estabeleceram no antigo arraial de “Roça Grande do rio das Velhas de Borba Gato”, local fundado, anteriormente, pelo genro de Fernão Dias, Borba Gato. Ele criou um roçado, antes de se mudar para Vila de Pitangui (1715) no início da primeira década setecentista. Nesta região, os irmãos Penteados criaram plantação e povoado, que foi chamado de “Ribeiro da Roça dos Penteados”, e enriqueceram na lavra de ouro da região do Rio das Velhas. Logo a família dos sertanistas Manoel Correa Penteado ( ?- 1745) e Francisco Rodrigues Penteado, o moço, (1652/1654? -1738) se envolveram ativamente no desbravamento das regiões auríferas não só em Minas Gerais, mas também no Mato Grosso e Goiás pelo século XVIII. (LEME, 1903/1905, p.368 a 404; GENI, 2016, s.p.). Amador Bueno da Veiga (1650-1719), paulista, bisneto de Amador Bueno de Ribeira,<sup>155</sup> parece não ter residido em Minas, pois faleceu em Casa Branca, que ficava nas proximidades da “[...] data com uma légua de testada e duas de sertão no rio Mogi [...]”. Depois sua viúva, Martha de Miranda el Rey, solicitou, através de sesmaria, terras que ficavam no “[...] caminho do novo descobrimento dos Goyazes em meio do sertão das ditas terras.” (Repertório, p. 423-424 *apud* NOZOE, 2008, p. 25). Amador Bueno da Veiga teve sua figura exaltada por participar do famoso motim conhecido como Guerra dos

---

<sup>154</sup> Disponível em: <<https://www.geni.com/people/Francisco-Rodrigues-Penteado/6000000014233273875>, [http://www.arvore.net.br/Paulistana/Penteados\\_1.htm](http://www.arvore.net.br/Paulistana/Penteados_1.htm)> , acesso em: 03 março 2017.

<sup>155</sup> Amador Bueno de Ribeira<sup>155</sup> (1584-1649?), conhecido como “O Aclamado” assim chamado por ter sido escolhido rei na capitania de São Vicente, mas aclamou ao rei de Portugal - Dom João IV- depois do período que o Brasil sobre o domínio espanhol (1580-1640) (GENI, 2016). Disponível em: <<https://www.geni.com/people/Amador-Bueno-da-Veiga/6000000009702142398>>; acesso em: 04 março 2017.

Emboabas (1709), tendo partido de São Paulo como chefe dos paulistas. Antes, por volta de 1704, propôs ao governo abrir um caminho mais amplo e apropriado para as cavalgadas para São Paulo, mas sua proposta foi demasiadamente onerosa e Garcia Rodrigues continuou a construção do Caminho Novo para o Rio de Janeiro, com valores módicos (ROMEIRO, 2009; GENI, 2016; NOZOE, 2008, p.25).

Manuel Nunes Viana, embora residisse nos sertões da Bahia, na proximidade dos Caminhos dos Currais, mantinha interlocução pelos sertões oeste e leste mineiro, já que era mercador de gado e mascate de outras quinquilharias que comercializava pelo interior mineiro. Foi dono de lavras na região de Caeté, e, assim, também trafegava nas demais regiões de mineração como Sabará, Mariana e a futura capital da capitania, Vila Rica. Posteriormente, tornou-se régulo pelos sertões mineiros, fazendo valer as leis próprias, longe dos domínios do governo da capitania que surgira graças ao apogeu que o ouro imprimira nas Minas Gerais dos Cataguás (NETO, 2012; RAPM, 2004, FIGUEIREDO, 2010).

O perfil e a trajetória destes forasteiros exemplificam, portanto, a capacidade dos fluxos de mercadoria de se articular com os fluxos de pessoas.

### **5.2.1.3 Fluxos de população gerados pela agricultura, pecuária e o comércio no entorno da Picada de Goiás**

E assim continuaram, traçando por todos os lados linhas apressadas, num raio de dez léguas, na mesopotâmia que vai do vale do Rio das Velhas — lento, vago, mudável, saudoso, sempre nascente, ora estreito, ora largo, de água vermelha, com bancos de areia, com ilhas frondosas de mato, rio quase humano, — até ao Paraopeba — amplo, harmônico, impassível, seivoso, sem barrancas, sem rebordos, com praias luminosas de malacacheta e águas profundas que nunca dão vau.

Duelo, Sagarana, 1994  
João Guimarães Rosa  
Escritor brasileiro  
(1908-1967)

A estreita relação entre o comércio de gêneros de abastecimento e a instalação de pessoas foi clara e o seu reconhecimento pela Coroa portuguesa evidenciou-se por um episódio na Capitania de Goiás. Com a falta da circulação de moedas de prata e cobre, a Coroa liberou a utilização do ouro em pó como moeda.

Apesar de perder na cobrança de impostos, viabilizou a vida nos sertões, que essencialmente era a base de sua arrecadação:

A Coroa entende a necessidade desse comércio para a manutenção da Capitania de Goiás. Essa permissão se deu porque, em última instância, se não houver gêneros que abasteçam a região não existirá pessoas para habitá-la e minerá-la e por fim cessaria a arrecadação real. (SANCHES, 2013, p. 9).

Assim, os fluxos de gêneros alimentícios trouxeram importantes informações sobre os fluxos de pessoas. Diversos pesquisadores se ocupam de investigar a documentação de Registros na busca de subsídios para a compreensão da formação social e cultural.

Os fazendeiros, no século XVII e XVIII, fizeram o papel de exploradores, conquistando terras, lutando contra índios para desenvolver sua atividade.

Na situação de colonizadores, vários foram os bandeirantes que se lançaram na atividade agropecuária do sertão, e muitos destes se fixaram na Comarca do Rio das Mortes (1714), sendo esta a que mais recebeu concessões de sesmarias com o objetivo de povoar a terra e torná-la produtiva.

Um desses foi Antônio Gonçalves Figueira, bandeirante que se tornou pecuarista na região do norte mineiro. Esteve ele presente na bandeira de Fernão Dias (1674) e Matias Cardoso de Almeida<sup>156</sup> (1707). Antônio Gonçalves Figueira, João Gonçalves Figueira (este era casado com Maria de Lara, filha de Lourenço Castanho Taques, também bandeirante pioneiro dos sertões na região de

---

<sup>156</sup> Grandes pecuaristas e comerciantes se tornaram os bandeirantes. Matias Cardoso de Almeida participou ativamente da “Guerra do Sertão”, também denominada de “Guerra dos Bárbaros” para derrotar os índios bárbaros e negros que residiam na região entre o rio das Velhas e rio São Francisco, “[...]chamado de O Pará pelo gentios[...]”, depois da empreitada que já se arrastava desde 1651, receberam grandes levas de terra (sesmarias). (CARRARA, 2007; GOES FILHO, 2015). A extensão se prolongava desde “[...]ribeira francisquense e no vale do rio Verde e do Urucuia na região outrora intitulada: os Currais da Bahia, cujo limite extremo meridional era a confluência do rio das Velhas e do São Francisco. Mais tarde a zona pecuarista se dilatava para o sul pelo vale do Guaicuí, depois que na zona de Sabará se encetaram os trabalhos da mineração, no grande ciclo inicial do Ouro.” (TAUNAY, 2012, p. 152-153) Januário Cardoso de Almeida, familiar de Matias Cardoso foi o fundador de São Romão, às margens do rio São Francisco.

Paracatu/MG<sup>157</sup>), capitão Pedro Nunes de Siqueira e o capitão-mor Manuel Afonso de Siqueira receberam, em 12 de abril de 1707, “sesmarias de três léguas em quadra” na região do atual município de Montes Claros/MG, “nas terras e campos Tubatingas (a leitura correta é Tabatingas)”, vizinhas das vertentes do rio Verde e Itaqui (patente erro de leitura de Pacuí)”. Para atender a demanda de sua produção agropecuária, sendo sua fazenda grande produtora de gado e carne seca, já que os bois eram abatidos na propriedade, Antônio Gonçalves Figueira, produtor e comerciante, em 1720, abriu uma estrada, por seu interesse de facilitar o comércio e encurtar os percursos. A estrada de Antônio Gonçalves Figueira foi de mais 40 léguas, até o rio São Francisco, ligando região ao rio das Velhas (Sabará), também Serro e Pitangui. O objetivo deste caminho era encurtar distâncias entre a Estrada da Bahia (Caminho dos Currais) e a região central de Minas, facilitando o trabalho de abastecimento de gado e mercadorias, não só para as regiões auríferas, para as demais regiões mineiras, como também para o nordeste brasileiro (CARRARA, 2007; NOGUEIRA, s.d.; MARTINS, 2008; GOES FILHO, 2015).

Segundo Boaventura (2007), fazendeiros de gado também partiram da Bahia em direção a Goiás, até mesmo um pouco antes da descoberta do ouro. A trajetória destes exploradores e a povoação que geraram pode ser traçada a partir das trajetórias das boiadas, conforme relata a autora ao definir que atividade agropastoril foi fundamental para o crescimento das regiões do *hinterland* do Brasil. Em alguns lugares, como foram certas regiões de Goiás, a pecuária e a lavoura se consolidaram antes da região despontar como possível área de mineração. Já no século XVIII, havia um pré-indicativo da economia que iria fazer prosperar a região (BOAVENTURA, 2007).

As informações que o fluxo de mercadorias traz sobre as pessoas ficaram claras através da análise realizada por Sanches (2013, p.37), que identificou, em meados do século XVIII, uma característica da ocupação, a partir do tipo do

---

<sup>157</sup> Na região limítrofe entre Goiás e Minas Gerais, nas proximidades do atual município de Paracatu/MG, há uma serra com nome do bandeirante Lourenço Castanho Taques.(nota da autora).

abastecimento no comércio na região de Goiás (envolvendo produtos de primeira necessidade como farinha, feijão, milho e toucinho). O tipo de produto comercializado revelou que a região estava primordialmente ocupada pelos mineradores. Mais para o final do século XVIII e nos primeiros anos do XIX, ele identifica um crescimento nos gêneros importados: “[...] Arames, materiais de escritório, fardas, armas e munições[...]” (p. 38), que revelaram a presença de indivíduos de outros grupos sociais, como administradores e militares, sendo que muitos destes profissionais vieram do reino.

Guimarães e Reis (1987 *apud* ANASTASIA, 2005), em um trabalho realizado através das obras de Antonil (1711) e Brito (1732), mostraram o crescimento gradativo dos pousos, roças, número de paragens, como também da produção de gêneros alimentícios, comércio, população fixa e circulante. Assim, a partir das relações estabelecidas, puderam verificar que a agricultura e a pecuária aconteceram prematuramente em Minas Gerais, devido ao grande número de sesmarias concedidas através dos caminhos, que assim, possibilitaram aos sesmeiros “[...] renda através da prestação de serviços, bem como o escoamento de sua produção agropastoril.” (GUIMARÃES ; REIS,1987, p.85-99 *apud* ANASTASIA, 2005, p.131).

No noroeste do estado, no Arraial de Paracatu e adjacências, como também no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, nas proximidades do Julgado de Desemboque, despontou a cultura da criação do gado *vacum* e muares nas margens do rio São Francisco e seus afluentes. A pecuária e agricultura se apresentaram como molas propulsoras da economia local e regional que faziam circular mercadorias e mover o comércio, promovendo intenso fluxo de tropas e tropeiros (PEREIRA, 2010, VENANCIO, 1998; BOAVENTURA, 2007; SATLHER, 2003; FURTADO, 2005; ZEMELLA, 1990).

As atividades de agricultura e pecuária estavam intrinsecamente ligadas ao seu comércio. Segundo o engenheiro Henrique Cáper Alves de Sousa (*apud* Costa Pereira, 1966, s.p.):

Nas regiões auríferas estabelecem-se organizações comerciais poderosas com base na capital do estado ou em cidades próximas, que por intermédio de seus agentes- os pequenos comerciantes estabelecidos nas minas-

adiantam mercadorias aos fiscoadores e drenam para sua sede todo o ouro produzido [...]

A mineração, conforme já visto, exigiu a organização das atividades necessárias para o seu suprimento e estas atividades provocaram novos fluxos de população. Paracatu era um lugar diferente no sertão oeste mineiro, que possuía fluxo intenso de passantes devido aos quatro caminhos que cortavam a povoação. Sua fase de desenvolvimento marcante ocorreu a partir do século XVIII, devido à descoberta de ouro em seus rios, mas já era uma região conhecida desde os anos seiscentistas. A região assistiu ao fluxo dos bandeirantes paulistas dos primeiros tempos.<sup>158</sup> O Arraial de Paracatu desenvolveu uma rede de serviços diversos, por causa da mineração, pelo fluxo intenso de pessoas e também pelas atividades agropastoris do arraial- notório pelos impostos arrecadados.

O Arraial de Paracatu, assim como outros lugares em Minas Gerais, dados à extração de ouro por aluvião, como por exemplo, as regiões de Serro Frio e principalmente na Comarca Rio das Mortes, assistiu à decadência da mineração desde os anos de 1750 e subsistiu graças à adaptação a outras atividades econômicas. Estas regiões prosperaram através da “[...] economia agropastoril e (da) manufatura[...]”, propiciando o desenvolvimento da futura vila (LOURENÇO, 2005, p. 102-103 *apud* SILVA, 2012, p. 52). Assim em 1784, Paracatu possuía (SILVA, 2012):

[...]337 produtores agrícolas que cultivavam trigo, milho, mandioca, feijão, café, cana-de-açúcar, banana, laranja, limão, jabuticaba, jaca, jenipapo, ananás. Além do mais, depois da Comarca do Rio das Mortes, era Paracatu o maior fornecedor de gado da capitania; gado que se levava, cruzando toda a extensão do território dela, até o Rio de Janeiro. (PRADO JR., 1981, p. 74 *apud* SILVA, 2012, p. 52).

---

<sup>158</sup> A região do Arraial de Paracatu, com ponto de passagem, foi recortada por várias bandeiras, como também pelos pecuaristas e pelos aventureiros durante todo o período colonial. Segundo Mello (1994) *apud* Pimentel (1998) a região foi caminho dos bandeirantes Domingos Luis Grau (1586-1587), Antônio Macedo (1590), Domingos Rodrigues (1596), Domingos Fernandes (1599) e Nicolau Barreto (1602-1604). E mais tarde conforme Ellis Jr. (1939) a bandeira de Lourenço Castanho Taques (1670-1674).

O comércio, atrelado à pecuária e agricultura, fazia movimentar uma intensa rede mercantil, fato que se contrapõe à ideia difundida por autores como Celso Furtado (2005) de que houve grande decadência após o fim do apogeu aurífero em Minas.

### 5.2.2 Tecnopaisagens reveladas nos fluxos de bens e mercadorias

Quando chega a estrada, foge o bandido, cresce o comércio,  
abre-se a porta da indústria, cria-se o desaguadouro para a agricultura.  
Atrás da estrada vem a escola, vem o médico, o capital.

Rachel de Queiroz  
Revista Rodovia/DNER  
nº 290, 15/04/1971.

A tecnologia, durante o século XVIII, era a mais rudimentar possível, já que os tratados econômicos não permitiam a instalação de indústrias por aqui. O registro material da precariedade tecnológica está nas ferramentas toscas que eram utilizadas e foram deixadas como legado para a posterioridade de maneira que o fluxo destas ferramentas traz importantes informações sobre as tecnopaisagens.

Mas em condições adversas, o mineiro do sertão exerceu ofícios que, muitas das vezes, eram aprendidos e aprimorados pelos escravos que já tinham tido experiências no exercício de determinadas atividades em sua terra de origem.

A mineração foi o motivo principal para o adentramento para os sertões do oeste mineiro, Paracatu, Itapacerica, Pitangui, Piumhi/ MG. A tecnologia utilizada na extração do ouro não diferia das demais regiões auríferas. No arraial de Paracatu/MG, embora houvesse controvérsias sobre a qualidade do ouro extraído, que diziam ser inferior àquele das demais regiões auríferas da capitania, houve uma exploração significativa, que utilizou tecnologia precária para exploração do ouro de aluvião, conforme o gráfico nº 03 (RUSSEL -WOOD,1999, SILVA, 2012) :

Esse processo aluvional de extração do ouro geralmente demandava poucos investimentos financeiros, uma vez que, para realizar essa tarefa eram necessários poucos instrumentos, como bateia, carumbi, almocafre, caixote para lavagem do cascalho e água em abundância. Apesar de utilizarem uma técnica bastante rudimentar, ou seja, não necessitavam de uma sondagem mais profunda do solo, os mineradores de Paracatu do século XVIII conseguiram extrair uma quantidade bastante significativa de

ouro para o período, se comparada à produção dos antigos centros minerários. (SILVA, 2012, p.44).(Grifos da autora).

O ouro do arraial paracatuense era levado em “[...] borrachas de couro lacradas com o ouro em pó para a Real Intendência de Sabará [...]” da qual a região dependia jurídica e politicamente (SILVA, 2012, p.46).

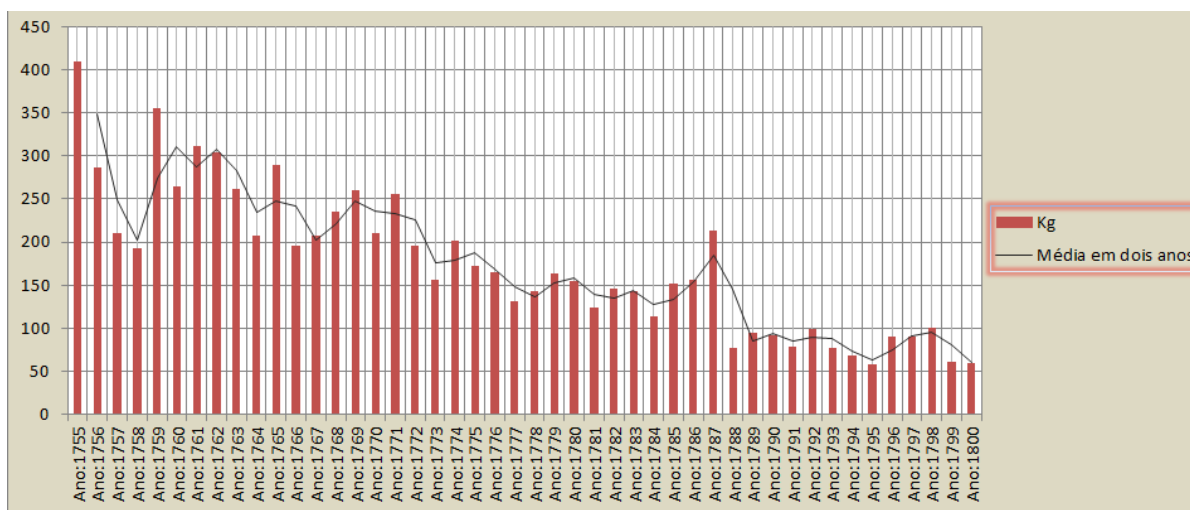


Gráfico 3– Produção de ouro – Paracatu/MG (1755 – 1800)<sup>159</sup>

A extração do ouro e as demais atividades econômicas desenvolvidas demandavam tecnologia de transportes, tanto para passageiros quanto para as cargas (FONSECA,1961; MAXWELL, 1985; HOLANDA, 2004; LIBBY, 2003; SATHLER, 2003; SILVA, 2012).

Porém, a tecnologia de transporte vigente do período setecentista era precária, o que pode ser comprovado pelas próprias estradas e ferramentas utilizadas para sua abertura: as estradas, picadas abertas que passavam pelo Arraial de Paracatu para se chegar a Goiás e a Cuiabá/Mato Grosso, depois de sair de São Paulo. As viagens eram pouco estruturadas, os bandeirantes seguiam a pé.

<sup>159</sup> Fonte: Gráfico elaborado por Silva, 2012, p.49, através dos dados do Arquivo Histórico Ultramarino, AHU, Conselho Ultramarino., Brasil/MG, Cx.: 156, Doc.: 84 -1801, 2, 27 – Sabará/MG. De 01/01/1755 até 30/09/1800, foram retirados cerca de 2:231:098 as /8=2 (dois milhões duzentas e trinta e um mil e noventa e oito oitavas e dois vinténs de ouro, que convertendo em cruzados, corresponderia a um valor de seis milhões, seiscentos e noventa três mil cruzados e cento setenta e cinco reis).

As mulas somente foram introduzidas a partir da segunda metade do século XVIII, paravam no caminho para o abastecimento de alimentos e as ferramentas eram as mais rústicas possíveis. Logo, tanto as vias terrestres, quanto as fluviais careciam de infraestrutura. As canoas deviam ser construídas e ter manutenção constante, fato que não impedia os percalços da viagem, como o atolamento das embarcações nos rios. Fazia parte da logística das viagens “[...] preparar o almoxarifado da expedição: armas e munições, móveis, roupas, medicamentos, foices, machados e enxadas.” (JUZARTE, 2000, p. 23 *apud* ROSETTO, 2006, p.11; ROSETTO, 2006; HOLANDA, 1989).

Nos pousos, que se consolidavam nas picadas, estradas e caminhos, existia toda uma rede de serviços em prol dos viajantes aventureiros ou trabalhadores, que deixou também indicadores do nível tecnológico em que operava por meio das ferramentas. A atual cidade de Oliveira/MG, antigo Arraial do Nossa Senhora da Oliveira na entrada da Picada de Goiás, foi um dos que cresceu às margens da estrada, fornecendo o aparato necessário para quem desejava se aventurar sertão adentro (FONSECA, 1961).

Outra informação interessante que se deduz a partir da circulação dos animais envolvidos na exploração pecuária e no transporte, é o nível de tecnologia genética da época. Uma das ferramentas para o transporte estradeiro, que merecia constante adaptação e estudos para a viabilidade eram os cavalos e muares, que substituíram a mão de obra escrava no transporte de cargas. Assim, muitas vezes as raças de muares e cavalos eram “geneticamente” modificadas, quando se promovia o cruzamento entre as raças para que se melhorasse o instrumento de trabalho (SATLHER, 2003).

O cavalo também pode formar um híbrido com a zebra. Os híbridos de todas as espécies têm um vigor manifesto, superior ao dos pais. É um fenômeno denominado em genética de “heterose”. Os muares são extremamente rústicos, sóbrios e resistentes, donde o seu uso como animais de carga em regiões áridas e montanhosas.

Em Minas tem o jumento Pega, raça local da região perto de Lagoa Dourada,<sup>160</sup> com origem étnica de sangue egípcio, ibérico e italiano. Aliás, o berço de origem do jumento parece ser o norte da África, donde a sua difusão por todos os países do Mediterrâneo. A origem do nosso jumento é certamente ibérica, pois não havia equídeos na América antes da descoberta. A chegada dos primeiros jumentos teria ocorrido em 1540. (SATLHER, 2003, p. 27).

Os carros de boi também revelam detalhes da tecnologia não só de transporte, como também de agricultura. Foi meio de transporte usado para áreas com distâncias menores, ligando os núcleos urbanos até aos rurais. Porém, lembremos que as estradas, meras picadas, eram abertas para passar de um a um, em “fila indiana”, um tropeiro atrás do outro e ainda correndo riscos para não se machucarem, de modo que não havia espaço para os carros de boi. Este não era somente um meio de transporte, mas também uma ferramenta de trabalho utilizada vigorosamente nos sertões do oeste mineiro, que fazia parte do contexto da Picada de Goiás setecentista, quando as localidades eram ligadas pelas estradas carreiras. Era o meio de transporte dos fazendeiros que deixavam suas propriedades rurais e, com toda a família, nos dias de festa religiosa, levavam para suas moradias nos arraiais e nas vilas todas as necessidades para provê-los nos dias de festa. Era utilizado também para carregar os doentes na busca de um tratamento médico nas vilas e arraiais com maiores recursos. Era o carro de boi que levava das fazendas, a produção de rapadura, aguardente, milho, mandioca, farinhas, entre outras coisas. Na volta, carregava as compras necessárias para o sustento da fazenda, mercadorias que eram produzidas nas propriedades. O sal era uma prioridade, e era usado tanto para casa quanto para o gado. Além do transporte rural-urbano, os carros de boi eram utilizados nas tarefas mais pesadas, para aqueles trabalhos que a força humana não era suficiente, como arrastar toras de madeira. Neste sentido,

---

<sup>160</sup> Lagoa Dourada/MG denominada anteriormente de Santo Antônio da Lagoa Dourada, Curralinho pertencia a Comarca do Rio das Mortes. No final do século XVIII (1792), foi formada a fazenda do Engenho que pertenceu ao inconfidente degredado para a África, José Resende Costa. A família já morava na região de Prados/ MG. Foram eles os criadores do jumento pega na região. (Nota da autora).

levando em conta as relações paternalistas, clientelistas e de compadrio que imperavam nos sertões oeste mineiro, não eram incomuns as trocas de favores, serviços entre os fazendeiros, latifundiários e sitiante da região. Assim, o carro de boi fez parte do *modus vivendi e operandi* das regiões do Alto Paranaíba, Centro-Oeste, Noroeste e Triângulo Mineiro<sup>161</sup> (FONSECA, 1961; SATLHER, 2003; MACHADO, 2006; NORONHA, 2008).

### 5.2.3 As paisagens das ideias reveladas nos fluxos de bens e mercadorias

Aos amigos, tudo!  
Aos inimigos, os rigores da Lei!

Getúlio Vargas(1882-1954)  
Maquiavel(1469-1527)

As duas ideias principais que moldaram o século XVIII no Brasil Colônia foram o mercantilismo, no que tangia o campo geopolítico e o geoeconômico, e a

---

<sup>161</sup> Várias são as cidades de Minas Gerais que mantiveram a tradição do uso do carro de boi, nas festas dedicadas ao transporte carreiro, uma origem que remonta ao passado setecentista mineiro (as cidades assinaladas fizeram parte da Picada de Goiás e dos demais caminhos que passavam pelo sertão oeste mineiro): Abadia dos Dourados; Alfenas; Alpinópolis; Alto Jequitibá; Andrelândia; Areado; Boa Esperança; Bom Despacho; Brasília de Minas; Buritis, Buritizeiro; Cabeceira Grande; Caratinga; Carmópolis de Minas; Campanha; Campestre; Carvalhópolis; Conceição da Barra de Minas; Conceição do Mato Dentro; Congonhal; Conselheiro Lafaiete; Coromandel; Crucilândia; Desterro de Entre Rios; Diogo de Vasconcelos; Dores de Campos; Entre Rios de Minas; Fortaleza de Minas; Formiga; Goiabeira; Gonçalves; Guapé; Guaraciaba; Guimarães; Ibertioga; Ibitiúra de Minas; Ilcínea; Ipuiuna; Itaberaí; Itapeçerica; Ituginga; Jacuí; Jacutinga; Jesuânia; Lagamar; Lagoa Formosa; Leandro Ferreira; Macuco de Minas; Matutina; Moema; Monjolinho de Minas; Monte Belo; Morro da Garça; Nova Resende; Nova Serrana; Onça do Pitangui; Oliveira; Palmital de Minas; Patrocínio; Pará de Minas; Paraguaçu; Patos de Minas; Pedralva; Piedade de Caratinga; Pitangui; Poço Fundo; Ponte Nova; Prados (Vitoriano Veloso); Presidente Olegário; Queluzito; Resplendor; Rio Paranaíba; Santa Cruz da Prata; Santa Rita de Caldas; Santana do Guarambéu; Santana dos Montes; São Sebastião do Paraíso; São Francisco; São Gonçalo do Pará; São Francisco do Glória; São Pedro da União; São Sebastião da Bela Vista; SãoTiago; Silvianópolis; Soledade; Tiradentes; Tiros; Uberaba; Unai; Vazante. As cidades de Goiás que possuem a Festa do Carro de Boi (as assinaladas estão no entorno da Picada de Goiás): Goiás; Abadiânia; Água Fria de Goiás; Anicuns; Aracú; Cabeceiras; Cocalzinho; Davinópolis; Itaberaí; Mossamedes; Nazário; Pirenópolis; Planaltina; Portelândia; Radiolândia; Santo Antônio do Descoberto; Trindade. (Ver: <<http://www.carrosdeboi.com.br/p/cidades-que-pussuem-festas.html>>) (Nota da autora). Sobre a festa em Vazante (1953), antigo distrito de Paracatu/MG: “Hoje, vem gente de Unai, João Pinheiro, Formiga Coromandel, Lagamar, Patrocínio, Bonfinópolis, São Brás, Patos de Minas, Presidente Olegário, Brasília, Paracatu, até de Goiás e São Paulo. Isso estimulou a criação de boiadas novas, o trabalho dos carpinas de carros, o aprendizado de candieiro, carreiro.” (MACHADO, 2006, p. 39).

religião, sendo o catolicismo o maior campo de influências da população do Brasil, principalmente com as nuances jesuítas.

O mercantilismo<sup>162</sup> foi um conceito ideológico que perdurou por mais de três séculos no Velho Mundo, sendo a égide que levou Portugal a dominar os mares através da navegação (CARDOSO; CUNHA, 2011).

De acordo com a ideia mercantilista, o papel das colônias era abastecer o centro metropolitano com produtos valorizados na Europa (como o açúcar, tabaco e ouro) e fornecer mercadorias por meio de monopólio e trocas (inclusive de escravos).

Mattos (2007), analisando as críticas de Adam Smith ao mercantilismo, identificou as características do fluxo de mercadorias que caracterizaram a visão de Portugal:

[...] tornou-se necessariamente o grande objeto da Economia Política [dos mercantilistas], diminuir tanto quanto possível a importação de produtos externos para o consumo doméstico, e aumentar tanto quanto possível a exportação do produto da indústria doméstica. Seus dois grandes mecanismos para enriquecer um país, portanto, eram restrições sobre importações e incentivos às exportações. (*WN*, IV, i: 450; SMITH *apud* MATTOS, 2007, p.112).

Na colônia, esta política se reflete na proibição de produção nacional de produtos concorrentes aos importados e na exportação e taxaço das riquezas minerais, já que o “[...] ouro e a prata eram os produtos mais aspirados do mercantilismo, que drenava os recursos minerais das periferias coloniais para o centro metropolitano ou entre os centros da economia mundo.” (WANDERLEY, 2015).

Segundo Caldeira, (1999) “[...] Adam Smith chamava a política mercantilista de política de lojistas. Seu objetivo era criar fluxos de comércio que pudesse beneficiar as metrópoles [...]” (p.162).

---

<sup>162</sup> Segundo Cardoso; Cunha (2011): “O próprio mercantilismo é um termo volátil que dá conta de uma base de conhecimentos que foi se recompondo ao longo de três séculos[...]” sendo também influenciado por outras ideias iluministas- que no Brasil serão claramente percebidas no governo de Pombal- quando, de certa forma promoveu a união destas duas correntes (p. 68, 69).

A exploração do ouro ocorreu, portanto, sob bases mercantilistas, que previam, através do acúmulo de capitais, a promoção de um governo rico, e centralizado, com a devida subordinação às ordens e leis hierárquicas (KOSHIBA; PEREIRA, 1996; ARRUDA, 2002). O ouro foi o transformador da vida da metrópole portuguesa, da colônia brasileira e, conseqüentemente, das regiões além dos sertões da Mantiqueira, que viriam a ser Minas Gerais, a partir de 1720 (RUSSELL-WOOD, 1999).

Assim, no Brasil, foi o mercantilismo que levou os portugueses radicados em São Paulo a desbravar o inóspito, através dos empreendimentos bandeirantes, como indicou Monteiro (1999 *apud* SANTOS, 2001).

Logo, estes empreendimentos bandeirantes, utilizando dos caminhos precursores do período pré-cabralino e abrindo novos, tinham como objetivo “[...] acumular riqueza que vinha da descoberta e exploração de bens minerais, Primeiro o ouro, depois o diamante. Destes, o ouro era componente típico da dimensão financeira do mercantilismo.” (SILVA, 2008, p.677).

Primeiramente, o ouro passou a definir as regras que imperavam nas terras mineiras. A Coroa Portuguesa abriu mão de fazer cumprir a lei com relação àqueles que oferecessem compensações em ouro. Um dos casos mais emblemáticos foi o do bandeirante Borba Gato, que fez parte da bandeira de Fernão Dias (1674). Borba Gato assassinou D. Rodrigo Castelo Branco (ou Castelblanco), em uma emboscada, na Sesmaria do Tombadouro, no lugar denominado de Sumidouro, na Comarca de Sabará, em 23 de agosto de 1682. Castelblanco veio para administrar as Minas de Sabarabuçu, por solicitação real. Devido às suas descobertas auríferas no rio das Velhas, mesmo tendo assassinado um funcionário português, foi aconselhado a fugir para a região de Pitangui, onde amealhou quilômetros e quilômetros em concessões de sesmarias e descobriu minas de ouro. Borba Gato teve seu crime de assassinato perdoado, após comunicar a localização das minas e entregar boa soma em ouro para a Coroa Portuguesa. Assim, Borba Gato retornou aproximadamente a Sabará 18 anos após ter cometido o crime cometido (RABELLO, 2014).

A Capitania de Minas Gerais sofria a intervenção direta do “governo português” que preferia as “[...] formas mais rigorosas e burocratizadas de controle

da produção e da tributação.” (SILVA, 2008, p. 677). Mas nem sempre isso era possível, pelo fato dos súditos “[...] não se sujeitavam ao controle proposto sem reação.” (SILVA, 2008, p. 677). Portanto, existiam duas formas de conviver com as normas governamentais que eram aplicadas pelas “[...] autoridades portuguesas locais. Em alguns casos, buscavam adaptar-se a esse poder. Em outros, adotavam formas de transgressão às normas emanadas do governo metropolitano.” (SILVA, 2008, p. 678).

As ideias mercantilistas promoveram, na colônia, a constituição de uma sociedade com organização política fluida, formatada a partir da valorização da sincronia com os objetivos da metrópole. Nos primeiros tempos, o *status quo* estava vinculado ao ouro através da mineração, dos negócios de roças, da criação de gado e do comércio, atividades que não aconteceram simultaneamente, mas foram complementares. Logo estas atividades se tornaram importantes para cumprir os objetivos da Coroa Portuguesa, e seus promotores obtiveram benefícios entre eles a concessão régia de mercês<sup>163</sup> e também: “[...] sesmarias, postos militares, concessões de contratos e títulos de prestígio como a do hábito da Ordem de Cristo, muitas honras militares e até, por parte de alguns, a condição de fidalgos da Casa Real.” (OLIVEIRA, 2012, p. 102).

Nesse contexto, era necessário “controlar o interior” e para isso bastava:

[...] ao governo central o reconhecimento de uma autoridade sem contraste para os poderosos locais, que não exigiam dinheiro do governo, mas concessões. Seu único “custo” era irem formando com fumaças de classe dominante, uma casta que se identificava como “nobres da terra”- mas que era inofensiva na disputa pela moeda metálica. (CALDEIRA, 1999, p.203).

Em seguida, o governo se concentrou na arrecadação fiscal e rompeu os laços baseados em concessões que imperavam anteriormente, “[...] geradores de obediência por cooptação [...]” (CALDEIRA, 1999, p. 207). A tônica dominante passa a ser a coerção:

---

<sup>163</sup> As mêrces eram um dos títulos concedidos pela Coroa Portuguesa “[...] àqueles que comprovassem sua reputação e a prestação de bons e fiéis serviços” (OLIVEIRA, 2012, p. 102).

A atividade governamental terá outro sentido: interiorizar o Fisco e acompanhar a interiorização da moeda, o que significava interiorizar o poder dos agentes do rei, para se fazer a ordenha do metal. E para interiorizar a cobrança de impostos, era necessário outro tipo de aliança política com os agentes disponíveis para os fins pretendidos- os comerciantes cobradores de impostos. Com dolorosa surpresa, os poderosos locais iriam ver rompidos de cima os hábitos tradicionais de administração. (CALDEIRA, 1999, p.207). (Grifos da autora).

Assim, a constituição da sociedade local e de seus símbolos de *status* está intrinsecamente ligada às formas de constituição de poder e aos objetivos mercantilistas, de modo que os interesses da metrópole definiram as formas de poder local.

As questões de poder também permearam a religião, segundo as ideias predominantes no Brasil do século XVIII, (CALDEIRA, 1999; AZEVEDO, 2004):

O poder estabelecido, no período colonial, promoveu um modelo de Catolicismo, conhecido como Cristandade. Nele, a Igreja era uma instituição subordinada ao Estado e a religião oficial funcionava como instrumento de dominação social, política e cultural. (AZEVEDO, 2004, s.p.) .

A construção de igrejas era promovida pelos personagens importantes de cada local. Em lugar de destaque havia uma cultura trazida com os padres jesuítas nos séculos XVI e XVII, que continuou a fazer parte deste conceito por aqui disseminado, a “[...] imposição da religiosidade aos povos dominados.” (GARCIA, 2005, p. 23).

As capelas, no espaço colonial, não deixavam de atender às motivações específicas da vida dos habitantes, como atesta a valorização notável dessas instituições religiosas, apesar das suas funções (é certo que marcadas por desvios) de enquadramento político da população e de enraizamento territorial do poder do centro (a instância do Rei e dos seus representantes diretos). (ANDRADE, 2007, p. 153).

O fluxo de bens materiais traz o registro do poder das ideias religiosas. Baseado no catolicismo, que era vigente no século XVII, esse pensamento, portanto, tornava-se notório por meio da quantidade de objetos de arte sacra que foram produzidos . Assim, neste aspecto: “[...] a arte religiosa se portava como o canal de propagação dos dogmas católicos ao maior número possível de fiéis, para encantá-los e convencê-los de seu esplendor e riqueza.” (GARCIA, 2005, p. 22).

Foi através das igrejas, em Minas Gerais, do século XVIII, das Irmandades e das Ordens Terceiras que a arte foi plenamente difundida. Essas instituições eram as maiores contratadoras dos artistas, que criavam pinturas inspirados nas gravuras europeias, produzindo uma similaridade entre as versões bíblicas retratadas nos dois continentes, assim na América Espanhola e Portuguesa, como nas nações ibéricas (Portugal e Espanha). Logo, todo o aparato para as missas era amplamente decorado, como os missais adornados. O objetivo não era só a apreciação no mundo terreno, mas também tinha a intenção de agradar a almas (GARCIA, 2005).

#### 5.2.4 As paisagens da informação reveladas nos fluxos de bens e mercadorias

... A náutica é uma arte, e baseia-se principalmente na experiência, banindo e repudiando, muitas vezes e com razão, fantasias abstractas. /.../ Mas os matemáticos pretendem arrogar-se [o conhecimento] da ciência náutica, que é exercida principalmente na matéria. E homens que nem sequer podem agüentar os mais leves solavancos do mar, prometem explicá-la. São realmente temerários, porque desconhecendo a realidade, de modo algum poderão interpretá-la. /.../ Os matemáticos, /.../, que não viram o mar, não andam embarcados nem praticam a arte de navegação, terão mau conhecimento dos temas náuticos e podem sustentar pior interpretação deles /.../. Não metam foice em seara alheia homens que, encerrados em seus gabinetes como tartarugas entorpecidas, desconhecem por completo navegações e viagens.  
Fernando Oliveira, *Arte da Guerra do Mar*, 1555, *apud* COSTA, 2007, p. 29.

A literatura e o conhecimento não eram incentivados no Brasil Colônia e muito menos em Minas Gerais. Logo, os livros, até o início do século XIX (1808), eram impressos na Europa. Enquanto o Velho Mundo reluzia com ideias iluministas, ainda aqui vivíamos na “idade das trevas” no que tangia a produção literária e à leitura.

À metrópole interessava restringir o fluxo de informações, sob diversos pontos de vista. As obras informativas sobre a colônia brasileira, no princípio do século XVIII, precisavam de autorização da Coroa Portuguesa para serem impressas. Mesmo com todas as outorgas reais concedidas, poderia ter proibida a sua veiculação e foi isso o que ocorreu com o livro de André João Antonil (1650-1721) (BRASIL, 2017, ANTONIL, 1982[1711]):

Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas: com várias notícias curiosas do modo de fazer o assucar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas, e descobrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da America Meridional da' ao reino de Portugal com estes, e outros generos e contratos reaes-Impresso em Lisboa, na Officina Real Deslenderina com as licenças necessarias, no anno de 1711 (BRASIL, 2017, s.p.).

O livro de Antonil (1711) foi recolhido duas semanas após seu lançamento e destruído pelo governo português, fazendo jus à política da confidencialidade, uma preocupação e também uma precaução que já datava do século XV. A obra dava informações importantes sobre o Brasil e, principalmente, fornecia o mapa das minas, contando detalhes das atividades econômicas que prosperavam no Brasil - tudo que a metrópole não desejava. Alguns poucos exemplares da obra subsistiram o que permitiu suas novas edições, uma delas, já impressa no Rio de Janeiro em 1837 (BRASIL, 2017; TAUNAY,1982 [1922] in ANTONIL,1982 [1711], CALDEIRA, 1999). Os estudos sobre a obra, realizados por Affonso D'escragnolle Taunay, em 15 de Junho de 1922, demonstram claramente os motivos da proibição do livro (TAUNAY,1982 [1922] in ANTONIL,1982 [1711]; CALDEIRA, 1999):

Principiamos pela obra de Antonil, livro famoso, inacessível, aureolado pela perseguição colonial de que foi vítima, pela raridade extrema de sua edição *princeps* em acima de tudo, cheio de grandes méritos pela abundância, riqueza e sinceridade dos informes. Constitui um repositório preciosíssimo sobre a vida econômica do Brasil em princípios do século XVIII; faz um apanhado completo das condições que regiam as principais indústrias do país; a cana-de-açúcar, fator de enorme opulência do Norte, do luxo da Bahia e de Pernambuco, e a mineração do ouro, exatamente numa época em que acabara de dar-se o grande rush de paulistas e reinóis para as terras prodigiosas dos antigos Cataguazes, agora Minas Gerais. TAUNAY,1982 [1922] in ANTONIL,1982 [1711], p. 02).

Outros livros foram impressos durante o século XVIII, mas nenhum com informações tão precisas como o de Antonil (1711).

Eram poucas e “singelas” as bibliotecas, sendo geralmente particulares e raras - não desprezíveis, mas com poucos exemplares. Muitas dessas bibliotecas pertenciam aos padres e capelães, de forma que os assuntos não variavam muito, eram baseados na religião e referiam-se à “história dos santos, “obras de devoção”,

catequese, exercícios espirituais e manuais religiosos” (VILLALTA in SOUZA, 1997, p. 361 *apud* ANTUNES, 2000, p.02).

Porém, a partir da metade do século XVIII, devido à pujança do ouro, a capitania mineira começou a apresentar um panorama diferente. Os filhos dos mineradores que iam estudar na Europa, voltavam com livros “profanos”. Eram obras de “[...] ciências naturais, matemática, medicina, direito civil [...]” Estes livros passaram a fazer parte das bibliotecas, chamadas livrarias nos anos setecentistas. Porém, o acesso era restrito a um seletos e significativo público populacional (ANTUNES, 2000, p.02).

Os livros começaram a ser comercializados pela Coroa Portuguesa nos fins do século XVIII. Eram um item caro, digno de ser designado nos “inventários *post-mortem*” (FURTADO, 1997, p. 54 *apud* ANTUNES, 2000, p.03; BRASIL, 2015).

Segundo Morais (2009):

Os inventários *port-mortem* e testamentos dão acesso às características econômicas e culturais de parte das populações estudadas, mas oferecem ainda limites - principalmente com relação à caracterização dos leitores. O aparecimento da posse de livros nessas fontes não é muito comum, o que não quer dizer que os inventariados não liam. Os livros poderiam ser tomados de empréstimo ou outras forma de escrito poderiam ser utilizadas e não inventariadas, como folhetos baratos ou cópias manuscritos de textos. Nem sempre o responsável pela descrição das bibliotecas particulares o fazia de maneira minuciosa ao inventariar os bens. Muitos livros não são descritos ou seus títulos se encontram incompletos, os nomes dos autores escritos de forma incorreta, etc (p.64).

Na Comarca do Rio das Mortes dos fins do século XVIII, dos trinta testamentos analisados sobre os hábitos de leitura, escrita e possuidores de livros havia “[...] dezenove homens (um deles preto forro) e onze mulheres [...]”, sendo que quatro mulheres não assinaram seus testamentos. Os assinantes estavam na condição de “[...] proprietários, ou seja, possuíam escravos, bens de raiz, bens móveis e alguns deles tinham patentes ou exerciam profissões que dependiam das habilidades de ler, escrever e/ou contar [...] como os professores das aulas régias, comerciantes e tropeiros” (CMORAIS. 2009, p. 64). Alguns deles cultivavam hábitos nobres e caros, como foi José Fortes, morador da Comarca do Rio das Mortes, que, em 1748, adquiriu o “título de Familiar do Santo Ofício”. Ele relatou no seu inventário objetos que, além de mostrar a nobreza que almejava, revelavam o letramento e o

hábito de leitura – fatos incomuns no ambiente em que vivia: “[...]circundado pela pobreza e rusticidade da maioria dos habitantes.”

José Fortes<sup>164</sup> deixou, além de vários outros objetos refinados, armas de fogo, livros e jogos de tabuleiro (OLIVEIRA, 2012, p. 110, 111).

Furtado (1997 *apud* ANTUNES, 2000) também registrou que, no final do século XVII e início do XVIII, dos sessenta e seis inventários analisados em Arraial Tejuco, atual Diamantina/MG, apenas “[...] quatorze (21,2%)[...]” possuíam livros inventariados. Os donos das livrarias em Tejuco eram brancos, padres ou funcionários públicos (p.54). Não diferente foi a análise de Vila Rica (atual Ouro Preto/MG), na qual apenas 12 (7,59%) dos cento e cinquenta e oito inventários investigados possuíam livros (ALVARENGA, s.d. *apud* ANTUNES, 2000). Em Mariana, uma análise realizada por Villalta (1999) de novecentos e onze inventários constatou, em setenta e seis deles a presença de livros, portanto 8,34% possuíam livros inventariados. Dos detentores de livros inventariados “[...] setenta e um eram brancos, um era negro e forro, outro era mulato e livre e os três demais tiveram cor e condição definida” (VILLALTA, 1999, p. 355, 356 *apud* ANTUNES, 2000, p. 03).

Uma análise realizada por Villalta (1999 *apud* ANTUNES, 2000) revelou que somente uma terça parte dos clérigos que tiveram seus inventários investigados possuíam livros. Esse fato demonstrou que não bastava ser letrado, mas era necessário ter condições de adquiri-los.

Embora a questão ainda necessite de maior aprofundamento, os sertões oeste de Minas Gerais parecem ter sido habitados por uma gente mais voltada para trabalho agropastoril, principalmente, que era pouco interessada nas letras (BARBOSA, 1979).

Um importante registro material dos fluxos de informação, na época, eram os diários e relatos que os viajantes escreveram sobre o sertão mineiro dos séculos XVIII e XIX. Eles constituem registros que se materializaram em volumes

---

<sup>164</sup> José Fortes faleceu em sua fazenda na atual cidade de Ibertioga/MG, que embora fizesse parte da Comarca do Rio das Mortes- ficava mais nas proximidades do Caminho Geral do Sertão. (Nota da autora).

escritos, algumas vezes publicados posteriormente. Nas últimas décadas setecentistas, passou pela região do Arraial de Paracatu, Luís de Albuquerque Melo Pereira Cáceres, que foi escolhido como governador de Mato Grosso pelo Marquês de Pombal em 1771, e chegou à capitania em 1772. Ele fez um registro de sua viagem, que passou por Sabará e não por São João del-Rei, mas chegou a Paracatu em 03 de julho de 1771. Antes, passou pelo lugar denominado por Caldeira Brant (1756) de “Corgo Rico”, devido às riquezas auríferas encontradas nele.

O objetivo era mostrar a riqueza e ostentação de uma Irmandade em detrimento de outra. Em Minas Gerais, foram mais de setenta irmandades consolidadas. Elas eram a única forma associativa permitida ao negro (RUSSELLWOOD, 2005 *apud* SILVA, 2010).

O livro da Irmandade do Rozário no Arraial de Paracatu é um exemplo da materialização dos fluxos de informação. A Irmandade do Rozário foi criada em 1744 e ficou responsável por edificar “a capela da Senhora do Rozário dos pretos desse arraial e subúrbios do Paracatu, Bispado de Pernambuco, em 24 de outubro de 1744.”<sup>165</sup> Ocorreram, simultaneamente, a criação da irmandade e a construção da Capela do Rosário. Esse fato era incomum, pois as construções religiosas eram muito laboriosas e onerosas. Às vezes, os custos eram divididos entre mais de uma irmandade e, assim, a igreja ganhava mais de um santo protetor. A capela de São Benedito, em Paracatu, foi uma dessas.

Os recursos para a construção e “[...] ornamentação da capela de Nossa Senhora do Rosário [...]”, vinham das fontes mais diversas, mas sempre baseadas no ouro, como: “[...] esmolas, cobranças de promessas, mensalidade dos irmãos, acompanhamento de sepulturas, taxas de iniciações, tendo sido arrecadadas, no ano de 1745, contribuições num montante de 1:016 oitavas de ouro.” (SILVA, 2012, p. 85). Como descrito por Boschi (1987), as fontes de financiamento eram as mesmas que as das irmandades de Vila Rica. Os bens que constavam registrados

---

<sup>165</sup> - APMOMG - Livro de Compromisso da Irmandade Nossa Senhora do Rozário dos Pretos Livres do Arraial de São Luis e Santana, Minas de Paracatu.

no Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Paracatu e nos inventários que foram destinados a ela através das doações e esmolos incluem imagens, moradas, terras, joias.

Logo, no livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Rosário, ficou evidente que :

[...] informações sobre a vida financeira da Irmandade levam a acreditar que sua estrutura já estava em funcionamento bem antes do ano de 1744, dado o grau de organização e volume de recursos aplicados em benfeitorias para os irmãos, pois, pelas informações contidas nos inventários, ela possuía vários bens, na sua maioria obtidos por doações. (SILVA, 2012, p.88).

A construção da capela de Nossa Senhora do Rosário somente foi possível, pela “[...] circularidade cultural [...]” que havia entre os escravos que residiam no Arraial de Paracatu, com suas origens diversas, já que o lugar recebeu grande número de escravizados de outros lugares, por ter sido o arraial o último a despontar na exploração aurífera. As realizações da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foram possibilitadas pelas lembranças coletivas que os escravos paracatuenses transportavam de seus tempos de liberdade na África (SILVA, 2012, p. 90).

A figura nº 25 é a capa do livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora Rosário, do ano de 1782, que demonstra a riqueza do desenho. Quanto mais rico era o desenho, mais poder possuía a Irmandade (SILVA, 2012).



Figura 25 – Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rozário do Arraial de Paracatu (1782)<sup>166</sup>

Além dos livros, os fluxos de informação se materializaram nos mapas que a cartografia da época produziu. Eles eram elaborados a partir da preocupação de Portugal de registrar caminhos, elementos da geografia e outros dados que pudessem contribuir para o domínio do território. Desde os anos vinte-setecentistas, assistiu-se à formação de profissionais militares para servir na formatação geográfica do Brasil interiorano. Azevedo Fortes, em 1720 (coincidentemente o ano em que Minas Gerais foi elevada ao *status* de capitania por Portugal), depois de analisar as obras cartográficas apresentadas em um Congresso Francês (1719),

---

<sup>166</sup> Fonte: Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rozário. (Imagem de: SILVA, 2012).

com os devidos pontos longitudinais e latitudinais, percebeu que a América era fundamentada nos conhecimentos geográficos da Espanha, e a partir daí, era preciso conhecer o próprio território afim de negociar com Castela futuramente. Neste sentido, Azevedo Fortes fez a seguinte representação junto a coroa Portuguesa, na pessoa de “S. Magestade, [...] Sobre a forma, e direcçam, que devem ter os Engenheiros para melhor servirem ao dito Senhor neste Reyno ; suas Conquistas[...]” (SYLVA ;PEDROSO, 1720 *apud* COSTA, 2007, p.35).

Gama (2015) mostrou que cartografia representativa do século XVIII era importante fonte de informação e também de manipulação da informação: por meio dos mapas, a historiografia apresenta o sertão como um vazio. Essa realidade era questionada por vários autores, já que o sertão era *locus* de afluxo de pessoas que também povoavam o arraial e, posteriormente, a vila criada.

A partir dos mapas, muitas informações se consolidaram e criaram a imagem de Paracatu, no contexto setecentista- “[...]Estradas entre a região das minas e o Espírito Santo, passando pelo leste de Minas Gerais, só foram possíveis a partir da conquista dos sertões despovoados e de seus índios botocudos antropófagos.”( COSTA, 2004, p. 182 *apud* GAMA, 2015, p. 113).

Logo, as informações necessárias para construção cartográfica, no Brasil, inspiraram-se no engenheiro-mor Manoel Azevedo Fortes, que publicou o livro “O Engenheiro Português” em dois volumes, de 1728 e 1729. Este trabalho norteou os engenheiros que vieram para o Brasil a serviço da Coroa Portuguesa para, entre outras atividades de construção em vilas e arraiais que se formavam na colônia, fazer mapas cartográficos com os limites do Brasil e, principalmente, da capitania mineira, que despontou graças a extração aurífera.

No que tange o sertão oeste mineiro, nas primeiras décadas do século XVIII, poucas informações havia sobre os seus limites territoriais. Com a expansão aurífera que acontecia nas terras mineiras, era importante conhecer e delimitar as fronteiras da capitania que se formara. Era a maneira de promover a segurança, não permitindo os desvios do ouro extraído. Conforme atestou Brito (1732): “[...] oeste pelos Certões sem conhecido limite.”(p.10).

Assim, além de promover a construção civil, com amostras que se assemelhavam às fortalezas portuguesas nas áreas urbanas, a cartografia foi de

suma importância e teve seu ápice com Tosi Colombina (engenheiro militar e cartógrafo genovês). Ao traçar o mapa do Caminho Geral do Sertão, em 1748-1749, saindo de São Paulo, permeando toda a capitania de Minas Gerais e chegando a Goiás, ele trouxe subsídios para a alteração do Tratado de Tordesilhas (1494), possibilitando as negociações do Tratado de Madrid em 1750, o que promoveu ao Brasil os contornos cartográficos aproximados do atual. Logo, seus mapas que tracejavam o sertão oeste mineiro proporcionaram riqueza de detalhes dos núcleos urbanos existentes, bem como das matas fechadas e, principalmente, dos rios navegáveis. Eles foram chamados por Taunay (2012) e por Holanda (1989) de “estradas fluviais”, que também foram chamados de “estradas aquáticas” por Brito (1732), justamente por configurar as vias mais seguras para a promoção das viagens ao *hinterland* do Brasil. Quando estes rios não eram navegáveis, seguiam a pé, acompanhando seu leito.

### 5.2.5 As paisagens das finanças reveladas nos fluxos de bens e mercadorias

[...] A treva mais estrita já pousara  
sobre a estrada de Minas, pedregosa,  
e a máquina do mundo, repelida,

se foi miudamente recompondo,  
enquanto eu, avaliando o que perdera,  
seguia vagaroso, de mãos pensas.

A Máquina do Mundo (1985)  
Carlos Drummond de Andrade  
Poeta mineiro  
(1902-1987)

Os fluxos de mercadorias se confundem com os fluxos das finanças no Brasil colonial, devido à dupla articulação do ouro e da prata (Bimetalismo)<sup>167</sup>, a

---

<sup>167</sup> Segundo Kemmerer (1935, p.83 *apud* LIMA, 2013) o “verdadeiro” bimetalismo existiu na colônias americanas, entre os séculos XVI e XVIII e assim no Brasil “[...] quando um país abre suas casas da moeda para que cunhem livre e ilimitadamente ouro e prata a uma taxa fixa equivalente chamada de taxa de cunhagem, oferecendo às moedas de ambos os metais [...] um poder legal idêntico. As

partir de seu valor de troca e do seu valor de uso. Ao mesmo tempo em que exerceu sempre um fascínio em várias culturas, sendo empregados em joias e adquirindo valor simbólico ligado ao poder, religião, e outros, o metal foi usado por seu valor de troca mesmo antes de se transformar em moeda, já em 700 A. C. (WANDERLEY, 2015).

Para Karl Marx (1890), o ouro é uma mercadoria especial que tem duplo valor no sistema capitalista, servindo como moeda universal de troca ou como matéria-prima para fins fabris. O sentido atribuído ao ouro esteve intimamente relacionado aos processos geopolíticos, num primeiro momento, e posteriormente à geoeconômica proveniente do mercado financeiro global. Essa transição destituiu aos poucos o sentido monetário do metal, aproximando-o de outras commodities minerais. (WANDERLEY, 2015, p.05).

Desta forma, o processo geopolítico que definiu a colonização do Brasil está intrinsecamente relacionado com a exploração do ouro, que oscila entre mercadoria e moeda, entrelaçando os fluxos de mercadoria aos financeiros. Durante séculos e até o século XX, “[...] o dinheiro dos reinos europeus era valorado a partir da presença de metais preciosos (ouro e prata) fisicamente contidos nas moedas.” (WANDERLEY, 2015, p. 10). Até o final do século XVII:

[...] a principal medida de riqueza era a prata, sendo o ouro apenas uma mercadoria valiosa. Desde o final do século XVII, o ouro suplantou o valor da prata, se tornando o padrão regulador da riqueza na economia capitalista, o que foi oficialmente estabelecido no século seguinte (ARRIGHI, 1994; GREEN, 2007 *apud* WANDERLEY, 2015 p. 11).

A concepção do capitalismo comercial e a política mercantilista, no período das navegações e do colonialismo europeu, permitiram a consolidação do princípio de que a acumulação de metais preciosos (ouro e prata), determinava a riqueza das nações.

De acordo como Adam Smith (*apud* MATTOS, 2007, p.112) as principais características do mercantilismo eram “[...] a identificação de riqueza com riqueza

metálica, e a ideia de que para deter metais era preciso manter a Balança Comercial superavitária[...]” (WN, IV, i: 450).

Assim, estes metais se transformam na mercadoria mais cobiçada (WALLERSTEIN,1979 *apud* WANDERLEY, 2015), ao mesmo tempo em que assumiram o papel de “dinheiro do mundo” (HUBERMAN, 1936 *apud* WANDERLEY, 2015): “[...] A mercadoria ouro foi escolhida como a moeda magna de referência do sistema de trocas mundial, sobre a qual todos os câmbios são comparados [...]” (WANDERLEY, 2015, p. 12).

A paisagem financeira da capitania de Minas Gerais e, particularmente, dos caminhos da Picada de Goiás foi revelada como uma paisagem vinculada aos fluxos de mercadorias e de capitais, caracterizada por modos de produção articulados. Sendo assim:

A sociedade agrária de Minas se caracterizaria pela coexistência de dois modos de produção articulados, o modo de produção escravista colonial, centrado na produção aurífera e na produção agrária mercantil (auxiliar à extração do ouro), e a produção camponesa de mão de obra familiar, ligada, ainda que de maneira “frouxa”, à produção mineira. É a articulação entre estes espaços econômicos (caracterizados pela natureza das relações de produção) que demarcaria o mercado interno no espaço colonial.(MENZ, 2007, s.p.).

O mercantilismo também determinou o fluxo financeiro gerado pelas atividades empreendidas refletindo uma série de condições impostas: “[...] restrições, privilégios, concessões, subsídios, incentivos, etc. com vistas a aumentar a quantidade de metais preciosos do país (colonizador) [...]” (MATTOS, 2007, p.113).

O Brasil Colônia foi marcado pela escassez de moeda corrente (SIMONSEN, 2005). Esse fato reforça a relação da paisagem financeira com a paisagem dos bens e mercadorias, ou seja, a relação dos fluxos de capital com os fluxos mercantis baseados no eixo das ações entre mercado e mercadores mineiros setecentistas (CARRARA, 2011), que permeavam os caminhos da Picada de Goiás, com suas atividades.

Dessa forma, o ouro era a moeda corrente, sendo convertido em oitavas e vinténs. Em Paracatu/MG, este sistema perdurou por muito tempo, uma vez que a distância dos centros maiores mantinha os velhos hábitos e costumes. Nesses

lugares, o comércio aurífero era “[...] feito aos sábados, ao cair da tarde, quando os fiscores, vendendo o seu ouro e fazendo as suas compras, enchem o povoado de vida, animação e atividade.” (COSTA PEREIRA, 1966, s.p.; SILVA, 2012).

O ouro em pó surgiu, inicialmente, para o pagamento de tributos aos provedores dos quintos nos anos de 1700, tornando-se a moeda corrente dos distritos mineiros (RENGER, 2006) e, posteriormente, consolidando-se como “[...] o principal meio de troca e a principal reserva de valor da Capitania [...]” (CARRARA, 2000, p.49) até a sua proibição em 1808. As cobranças sobre a entrada de mercadorias na capitania eram feitas em postos aduaneiros, onde o ouro enquanto capital era utilizado para o pagamento de tributos:

Conforme os acordos de 1715, cada carga de fazenda seca (em geral, tecidos) que entrasse na capitania pagava 1½ oitava de ouro (isto é, 2\$250 réis), a de molhado (gêneros comestíveis e ferragens) ½ oitava (750 réis), cada cabeça de gado bovino em ½ oitava, e duas oitavas (3\$000 réis) por cada escravo que se importasse. Esta cobrança era feita em postos aduaneiros denominados contagens ou registros, localizados nos principais pontos de acesso da capitania, nos quais se examinavam "as caravanas de tropas de carga", e se procedia ao registro das mercadorias transportadas. (CARRARA, 2011, p. 36,37).

Segundo Lima (2013), o fluxo de mercadorias e bens, nos primeira metade setecentista, trouxera um elevado “[...] grau de monetização da colônia, além de acelerar a integração econômica inter-regional [...]”(p.596). O ouro mineiro serviu para este propósito no período em que foi abundante.

[a] circulação mercantil constituída pela produção de ouro não se circunscreveu ao território da capitania. A mineração fecundou os circuitos mercantis no interior do Brasil, e trouxe para sua órbita de influência gêneros produzidos em áreas muito longínquas, como Sal de Pilão Arcado, na Bahia, ou cavalos e mulas, do sul do Brasil. Foi exatamente esta irrigação de moeda pelo interior do Brasil que possibilitou a constituição de extensos espaços econômicos. (CARRARA, 2010, p. 237 *apud* LIMA , 2013, p. 596.)

Por outro lado, Carrara (2000), chama atenção para as atividades que nortearam o comércio interno e- fizeram expandir as fronteiras locais. Neste caso:

Se a agricultura e a pecuária do tipo escravista voltada para o abastecimento interno colonial foram poderosas e eficientes enquanto durou seu tempo, foram as pequenas lavouras de mantimentos e a pequena criação que garantiram, com uma base técnica restrita, níveis de rendimentos agrícola e pastoril tais, que permitiram não só o crescimento ininterrupto da população, como o avanço consequente da fronteira agrícola [...] (CARRARA, 2000, p. 54 *apud* LAMAS, 2009, p.39.)

A economia comercial trouxeram maior fluidez para as transações econômicas mineiras, e elas deixaram de depender exclusivamente da mineração. Os mineradores passaram a investir também no comércio para melhorar sua rentabilidade (RUSSEL-WOOD, s.d, *apud* LAMAS, 2009).

Logo, este intenso fluxo de mercadorias fez surgir um outro problema: faltava moeda corrente, mas existia ouro em abundância em Minas Gerais. Assim, o metal prestava essa função, sendo as mercadorias pagas, ou trocadas, por oitavas de ouro. Mesmo assim, no início do século XVIII, “[...] o preço pago por uma oitava de ouro na Casa da Moeda alcançava 1200 réis [...]” (LIMA, 2013, p.609). O valor mais alto pago pela oitava de ouro foi de 1500 réis, quando, em 1720, Minas Gerais esteve sob o comando do Conde de Assumar (CARRARA, 2011).

Portanto, todos os itens necessários para a sobrevivência, na região aurífera, eram cotados em ouro em pó e amoadado, desde o fim do século XVII. Logo, eles eram vendidos a peso de ouro, literalmente (LIMA, 2013).

A seguir, a tabela nº 08, apresenta alguns itens comercializados nas Minas auríferas do século XVIII, que foram levantados por Antonil em 1703. Segundo o autor, um boi<sup>168</sup> chegava a custar cem oitavas<sup>169</sup> de ouro. No início do século XVIII, um boi era vendido nas regiões centrais de mineração por nada menos que cento e vinte mil réis (120\$000 réis). Atualmente, os bois são comercializados em arrobas. A tabela nº 8 apresenta a conversão dos itens comercializados no século XVIII para o valor atual a partir da referência em ouro.

---

<sup>168</sup> Portanto:”O artigo mais importante do intercâmbio com as minas era o gado bovino. Os currais baianos exportavam para as Gerais boiadas e mais boiadas. Esse negócio era muito vantajoso para os criadores que tinham currais ao longo do rio São Francisco.” (ZEMELLA, 1990, p.72 *apud* LAMAS, 2009, p.49).

<sup>169</sup> Uma oitava de ouro pesa 3,5859 gramas. No dia 06 de junho de 2017, o valor do grama foi cotado a R\$135,10. Atualmente o boi é vendido não mais em valor unitário, mas seu peso em arrobas, sendo que uma arroba pesa quinze quilos. (Nota da autora).

Preços atualizados dos itens comercializados no início do século XVIII em Minas Gerais				
Unid.	Comestíveis	Oitavas	Valor/oitava	Total
1	boi	100	R\$ 484,46	R\$ 48.445,51
1	vaca	80	R\$ 484,46	R\$ 38.756,41
1	galinha	2	R\$ 484,46	R\$ 968,91
1	um queijo da terra	4	R\$ 484,46	R\$ 1.937,82
60	espigas de milho	30	R\$ 484,46	R\$ 14.533,65
6	bolos de farinha de milho	3	R\$ 484,46	R\$ 1.453,37
1	paio	3	R\$ 484,46	R\$ 1.453,37
1	pastel pequeno	1	R\$ 484,46	R\$ 484,46
1	boceta de marmelada	3	R\$ 484,46	R\$ 1.453,37
1	queijo de Alentejo	4	R\$ 484,46	R\$ 1.937,82
1	por uma cara de açúcar de uma arroba	32	R\$ 484,46	R\$ 15.502,56
1	libra de cidrão	3	R\$ 484,46	R\$ 1.453,37
1	barrilote de aguardente, carga de um escravo	100	R\$ 484,46	R\$ 48.445,51
1	barrilote de vinho, carga de um escravo	200	R\$ 484,46	R\$ 96.891,02
4	oitavas de tabaco em pó com cheiro	1	R\$ 484,46	R\$ 484,46
6	oitavas de tabaco sem cheiro	1	R\$ 484,46	R\$ 484,46
1	vara de tabaco em corda	1	R\$ 484,46	R\$ 484,46
Unid.	Vestuário	Oitavas	Valor/oitava	Total
1	casaca de baeta ordinária	12	R\$ 484,46	R\$ 5.813,46
1	veste de seda	17	R\$ 484,46	R\$ 8.235,74
	uns calções de pano fino	9	R\$ 484,46	R\$ 4.360,10
	uns calções de seda	12	R\$ 484,46	R\$ 5.813,46
1	camisa de linho	4	R\$ 484,46	R\$ 1.937,82
	umas ceroulas de linho	3	R\$ 484,46	R\$ 1.453,37
1	par de meias de seda	8	R\$ 484,46	R\$ 3.875,64
1	par de sapatos de cordovão	5	R\$ 484,46	R\$ 2.422,28
1	por um chapéu fino de castro	12	R\$ 484,46	R\$ 5.813,46
1	por uma carapuça de seda	5	R\$ 484,46	R\$ 2.422,28
1	carapuça de pano forrada de seda	5	R\$ 484,46	R\$ 2.422,28
1	boceta de tartaruga para tabaco	6	R\$ 484,46	R\$ 2.906,73
Unid.	Armas	Oitavas	Valor/oitava	Total
1	espingarda sem prata	16	R\$ 484,46	R\$ 7.751,28
1	espingarda bem feita e prateada	120	R\$ 484,46	R\$ 58.134,61
1	pistola ordinária	10	R\$ 484,46	R\$ 4.844,55
1	pistola prateada	40	R\$ 484,46	R\$ 19.378,20
1	faca de ponta com cabo curioso	6	R\$ 484,46	R\$ 2.906,73

Tabela 8– Preços atualizados dos itens apresentados por Antonil (1711) que eram comercializados no início do século XVIII em Minas Gerais<sup>170</sup>

<sup>170</sup> Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir dos itens comercializados em Minas Gerais do século XVIII, presente em ANTONIL, 1982 [1711], p. 170, 171.

Taunay (1982 [1922] in ANTONIL, 1982 [1711]) comentou a tabela apresentada e, conseqüentemente, o comércio que era exercido em Minas Gerais. Este comércio influenciou as demais regiões abastecedoras da região aurífera, promovendo um fluxo intenso de mercadorias não só com a colônia, mas com a metrópole e com a Europa. As características deste comércio são uma consequência da carestia dos gêneros de alimentação vendidos nas minas auríferas. Segundo ele:

Região de grandes e súbitos lucros só podia ser uma terra de excessiva carestia; é o que nos indicam as tabelas reproduzidas pelo autor quando nos fala da “abundância de mantimentos e de todo usual que hoje há nas minas, e do pouco caso que se faz dos preços extraordinariamente altos”, depois de contar que para ali corriam as boiadas de Paranaguá e dos campos da Bahia! Destes preços exagerados, proviera uma alta formidável no custo da vida em todo o Brasil “como se experimentam nos portos das cidades e vilas do país”, ficando desfavorecidos muitos engenhos de açúcar das peças necessárias, padecendo os moradores grande carestia de mantimentos.(p. 27, 28).

As minas auríferas de “Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais” se serviram do gado criado nos “[...]vales do São Francisco e sertões do Nordeste.” Devido aos altos preços que os mantimentos alcançavam e, como já foi citado por Taunay (1982 [1922] in ANTONIL, 1982 [1711]), a “Carta Régia de 7 de fevereiro de 1701” proibia que as capitânicas do norte da colônia brasileira, entre elas Bahia e Pernambuco se comunicassem com as regiões mineradoras das “[...] minas de São Paulo pelos sertões [...]”. Mesmo enfrentando problemas como a fome, o comércio não poderia ser praticado para não se contrabandear o ouro (SIMONSEN, 2005, p.13).

Os fluxos de mercadoria também contribuíram para a movimentação financeira em favor da Coroa Portuguesa, uma vez que gerava “[...] contratos dos dízimos reais, dos vinhos, do sal, das aguardentes da terra, o rendimento da Casa da Moeda, os direitos sobre os negros, as fazendas, etc.” (TAUNAY, 1982[1922] in ANTONIL, 1982[1711], p. 31).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização foi uma ampliação geográfica, envolvendo as relações sociais intercontinentais que já existiam no “imperialismo”, “colonialismo” e “neocolonialismo”. O processo globalizante que temos hoje foi iniciado nos séculos XV e XVI, sendo que, neste período, o capitalismo já avançava de forma geográfica e espacial. (TILLY,1995 *apud* ARRIGHI, 2003).

Portanto, a globalização surgiu agregada ao capitalismo. A união entre a globalização e o capitalismo provocou a expansão das fronteiras geográficas em todo globo terrestre. Esse processo foi movido pela busca de riquezas e lucro constante, o que foi uma das ideias concebidas pelo mercantilismo.

Embora a globalização, em seu estágio atual, seja baseada nas relações virtuais e desmaterializadas, ela vem de um processo multissecular. Esse fato, assim, faz com que compreendamos os processos dos séculos anteriores (VILAS,1999).

Neste contexto, adotamos a perspectiva da globalização como princípio norteador da compreensão de processos ocorridos no século XVIII no Brasil, na região da Picada de Goiás e seu entorno no sertão oeste mineiro. O século XVIII foi escolhido devido à sua importância de representação do apogeu da extração mineral, acontecida em Minas Gerais. Logo, a região da Picada de Goiás, no sertão oeste mineiro, foi escolhida por ser ainda pouco explorada, quando comparada com as demais regiões mineradoras. Além disso, a Picada de Goiás, como estrada real, juntamente com seus caminhos variantes e todo entorno do sertão oeste mineiro, mostra a importância desta rede de caminhos, estradas e picadas, que cortava e recortava a região teve o papel de catalisadora dos fluxos observados.

Assim, o estudo, de caráter exploratório, procurou verificar as possibilidades das teorias de globalização como filtro para análise da história na região. Desta forma, espera-se trazer as bases para novas abordagens que possam gerar novos reflexos da realidade.

O ponto de vista escolhido para a análise foi a teoria de Appadurai (2004) que entende que a cultura se desenvolve a partir de um substrato formado pela

superposição de cinco fluxos (ideias, tecnologia, dinheiro, imagens e ideias), formando paisagens correspondentes: Etnopaisagens; Tecnopaisagens Financiopaisagens, Mediapaisagens e Ideopaisagens.

Contudo, este processo, não ocorreu sem atritos. Appadurai (2004) entende que os diversos aspectos da vida das pessoas não estão em sincronia entre si, e cada um faz referência a um mundo diferente. Esse fato leva ao conceito de disjunturas, e a perspectiva adotada, baseada nos fluxos, contextualizando na compreensão das paisagens que se sobrepõem.

A análise das características dos fluxos que caracterizaram a região da Picada de Goiás, no século XVIII, levou a uma proposta de adaptação dos fluxos de Appadurai (2004), no que diz respeito às “mediapaisagens.” Por outro lado, originou a proposta de um sexto fluxo, o fluxo das mercadorias e dos bens.

No que diz respeito às “mediapaisagens”, o termo foi substituído por “paisagens da informação”, uma vez que a designação “mídia” é mais adequada para a descrição das paisagens contemporâneas, voltadas para o meios de comunicação de massa.

A paisagem das mercadorias e dos bens, por sua vez, se impôs devido à característica material dos fluxos da época, em contraste com os fluxos atuais, que são mais virtuais. Por meio da pesquisa, foi possível constatar a grande representatividade que estes fluxos tinham na época e a grande quantidade de informações que veiculavam.

As transformações globais vistas em Minas Gerais no século XVIII tiveram, portanto, suas raízes nas Grandes Navegações, que ocorreram nos anos quinhentos e seiscentos e foram promovidas pelas nações da Península Ibérica, Portugal e Espanha.

Os caminhos, como a Picada de Goiás, proporcionaram circulação de pessoas e mercadorias, que eram controladas pelos diversos registros e casas de contagens, construídos nas estradas, para evitar contrabando de ouro. Era do interesse de Portugal estabelecer novas fronteiras que adentrassem pelo Tratado de Tordesilhas (1494) e, para tal fim, era interessante levar habitantes para o interior do Brasil. O intento foi alcançado com Tratado de Madrid (1750) que conseguiu dar ao Brasil contornos próximos dos atuais. Esse processo ocorreu com trabalho profícuo

da governança portuguesa, juntamente com o governo da capitania de Goiás, ao contratar mão de obra especializada de engenheiros e cartógrafos.

Esta dissertação apresentou as características dos fluxos de pessoas, tecnologia, informação, ideias e finanças na região mineradora, com foco na Região da Picada de Goiás, para, em seguida, analisar os fluxos de bens e mercadorias e investigar suas relações com os demais fluxos.

No que diz respeito aos fluxos de pessoas, três articulações ficaram evidentes: a transformação de pessoas em mercadoria, a influência da mercadoria “ouro” no deslocamento das pessoas e as informações que os fluxos de mercadorias trazem sobre o tipo de pessoas que povoaram a região.

Um aspecto digno de atenção com relação ao entrelaçamento dos ciclos étnicos e os fluxos de mercadoria foi a transformação das pessoas em mercadorias por meio da instituição da escravidão como relação básica de trabalho subjacente ao sistema de exploração colonial.

O sistema de produção colonial pressupunha que seres humanos podiam considerar outras raças como mercadorias e bens.

No que diz respeito à segunda articulação entre os fluxos étnicos e os mercantis, a descoberta do ouro em Goiás (1722) e Cuiabá (1718) determinou o deslocamento de grande contingente populacional para a região. Desta forma, o fluxo do ouro, enquanto mercadoria, refletiu-se no fluxo étnico da região e também nos caminhos que se consolidaram no sertão oeste adentro, influenciando a formação de aglomerações e cidades, e, além disso, a composição étnica da população, uma das consequências da organização produtiva da atividade.

Adicionalmente, os fluxos de gêneros alimentícios trouxeram importantes informações sobre os fluxos de pessoas, como também sobre os demais fluxos financeiros, de ideias e informações. Diversos pesquisadores se ocupam de investigar a documentação de registros na busca de subsídios para a compreensão da formação social e cultural.

No que diz respeito às relações entre os fluxos materiais e os fluxos tecnológicos, ficava evidente, a partir das ferramentas e materiais, que a tecnologia vigente utilizada, durante o século XVIII, era a mais rudimentar possível. Assim, o uso da tecnologia precária podia ser comprovada pelas próprias estradas

construídas e nas ferramentas usadas, bem como pelos meios de transporte de pessoas e cargas – como, por exemplo, escravos, mulas e carros de boi.

As construções também revelavam utilização de tecnologia rudimentar envolvendo fluxos de materiais de construção locais e simplicidade da execução demonstrando o caráter pouco especializado da mão de obra e das ferramentas utilizadas.

Quanto aos fluxos de ideias, as duas ideologias principais que moldaram o século XVIII na colônia foram o mercantilismo e o catolicismo, sendo que ambas são claramente reveladas pelos fluxos de bens e mercadorias. O mercantilismo se estabeleceu como um conceito ideológico que durou mais de três séculos na Europa, sendo o responsável por levar a Portugal a expandir suas fronteiras pelos mares, através de suas colônias (CARDOSO; CUNHA, 2011). Seguindo as ideologias mercantilistas, que visavam o lucro, cabia às colônias abastecer a metrópole com produtos, que iam desde os gêneros alimentícios aos metais preciosos e escravos para o trabalho. Estas mercadorias eram a base do comércio português, realizado por políticas monopolistas ou por simples trocas, como era feito com escravos africanos trocados por mercadorias brasileiras.

Na colônia brasileira, esta política monopolista impediu a construção de indústrias manufatureiras, que pudessem confeccionar produtos aptos a concorrer como os importados. A política também teve um impacto na exportação e taxaço de riquezas minerais. As riquezas minerais partiam da Colônia em direção à metrópole portuguesa e esta as distribuía para os “[...] demais centros da economia do mundo.” (WANDERLEY, 2015, p.13). Na visão de Adam Smith (*apud* Caldeira, 1999), a política mercantilista era a política dos lojistas, criada para promover os “fluxos de comércio” em prol das metrópoles (p.162).

Através do acúmulo de capitais, promovia-se um governo rico, centralizado e subordinado às ordens e às leis hierárquicas (PEREIRA; KOSHIBA, 1996; ARRUDA, 2002). Além de transformar a vida da metrópole portuguesa, o ouro foi o responsável inicial por mudar todas as estruturas vigentes na colônia brasileira e, assim, conseqüentemente também nas regiões que se consolidaram na Capitania de Minas Gerais pela extração aurífera (RUSSEL-WOOD, 1999).

Portanto, a sociedade local, suas relações de poder e seus símbolos de *status* estiveram ligados às formas de poder da metrópole e aos ideais mercantilistas. (CALDEIRA, 1999; AZEVEDO, 2004).

A religião também se impôs no Brasil como ideologia dominante. O fluxo de bens materiais registra a difusão do catolicismo na colônia portuguesa (GARCIA, 2005).

Os indícios materiais da circulação de informação na região da Picada de Goiás e no seu entorno estão nos livros (ou na falta deles), nos diários, nos livros de Irmandades e nos mapas elaborados durante o século XVIII. Outras formas que materializaram os fluxos de informação, do período setecentista e oitocentista foram os diversos diários e relatos de viajantes europeus que vinham para o Brasil. Estes se constituíam em livros, muitas das vezes publicados posteriormente. A cartografia, através de seus mapas, demonstrava a preocupação de Portugal em registrar caminhos principais e os vicinais, entre outros elementos da geografia aptos a contribuir para o conhecimento, objetivando o domínio do território e de suas fronteiras.

Assim, os fluxos de mercadorias se confundem com os fluxos das finanças no Brasil colonial, devido à dupla articulação do ouro e da prata, a partir de seu valor de troca e do seu valor de uso. Antes mesmo de exercer o fascínio em diversas culturas, através dos objetos criados, como joias e adornos, adquiriram valor simbólico, muitas vezes relacionado à religião (WANDERLEY, 2015).

No processo de colonização do Brasil, a exploração do ouro produziu uma ligação entre mercadoria e moeda, que mesclou fluxos de mercadoria e financeiros. Assim, as moedas das nações europeias tinham seu valor relacionado à quantidade de metais, como o ouro e a prata com que eram constituídas. Essa configuração vigorou por vários séculos e perdurou até o século XX (WANDERLEY, 2015).

Logo, o ouro, na condição de mercadoria, vigorou como “moeda magna”, sendo a base e a referência do sistema monetário de trocas no mundo que também se relacionou aos câmbios que lhe eram comparados<sup>171</sup> (WANDERLEY, 2015, p. 12).

A partir das análises realizadas, foi possível verificar, desta forma, que os fluxos de bens e mercadorias trazem preciosos indícios sobre os demais fluxos conformadores da cultura e são, portanto, indicadores de grande valor para as pesquisas a serem realizadas sobre a época e a região.

A proposta deste trabalho foi, portanto, realizar uma investigação exploratória e destacar o potencial da perspectiva apresentada para abrir novas frentes de estudo sobre a Região da Picada de Goiás, ainda pouco investigada sob diversos aspectos.

Uma das possibilidades para futuros estudos são as fontes documentais existentes nos arquivos públicos tricentenários, como também nos órgãos religiosos das antigas vilas e arraiais, que se consolidaram nas cidades atuais. As informações levantadas sobre os fluxos materiais poderão trazer importantes indícios sobre a formação da cultura na região, a constituição do ambiente construído e a consolidação de identidades dinâmicas e, ainda assim, características.

Com relação à Picada de Goiás, e ao seu entorno, é latente a necessidade de uma pesquisa documental primária no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), pois as cartas e documentos da capitania mineira eram encaminhados para o Conselho Ultramarino. Muitos dos documentos já se

---

<sup>171</sup> Em 1971, através de ação do governo norte-americano, o ouro deixou de ser o norteador das trocas da balança comercial. Aderiu-se ao dólar. Porém, desde o fim da Segunda Guerra Mundial já era sugestionado para as nações mundiais a cotação do preço de suas mercadorias no valor “dólar-ouro”. Disponível em: < [http://www.ie.ufrj.br/images/posgraduacao/pped/dissertacoes\\_e\\_teses/Marcia\\_PULCHERIO\\_Mestrado\\_PEPI.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/posgraduacao/pped/dissertacoes_e_teses/Marcia_PULCHERIO_Mestrado_PEPI.pdf)>, Acesso em : 13 março 2017.

encontram online no site da ANTT, outros tantos carecem de pesquisa *in loco* em seus arquivos.

Por fim, a perspectiva de fluxos e paisagens revela ao mesmo tempo, as múltiplas camadas da compreensão interdisciplinar do contexto e uma dimensão que incorpora o tempo na dinâmica de análise, trazendo, assim, o potencial de desvendar o *modus vivendi e operandi* da realidade que se perpetuou por meio das picadas, caminhos e estradas do passado e que se faz atual em nossos dias.

## REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. 3.ed. Tradução de: Graça Índias Cordeiro. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AMANTINO, Márcia. *O mundo das feras: Os moradores do Sertão Oeste de Minas Gerais – século XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001.
- AMANTINO, Márcia. Os avanços e recuos do sertão oeste de Minas Gerais no século XVIII: os limites da pobreza. *Boletim de História Demográfica*, v. 41, n.1, p.10–23, 2006; Disponível em: <[http://historia\\_demografica.tripod.com/bhds/bhd41/amantino.pdf](http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd41/amantino.pdf)>; Acesso em: 21 jan. 2017.
- ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL-ABN, *Carta de Inácio Correia Pamplona ao Conde de Valadares*. Arquivo Conde de Valadares.Vol. 108, 1988. Coordenação editorial: Gilberto Vilar de Carvalho. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL.: Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_108\\_1988.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_108_1988.pdf)> Acesso em: 15 jun. 2016.
- ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL-ABN, Documentos copiados do arquivo da Casa dos Contos. Copiados e anotados por José Afonso Mendonça de Azevedo. Vol. 65, 1943. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/anais/anais\\_065\\_1943.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_065_1943.pdf)>; Acesso em: 21 jul. 2016.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982.
- ANTUNES, Álvaro de Araujo. *Considerações sobre o domínio das letras nas Minas setecentistas*. UFJF, 2000. Disponível em: <<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2358/1681>>. Acesso em: 07 mar. 2017.
- APPADURAI, Arjun. Disjuntura e diferença na economia cultural global. In: APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização: a modernidade sem peias*. Lisboa: Teorema, cap. 2, 2004.
- ARAÚJO, Kárita de Fátima., SOUZA, Rita de Cássia Martins de. *As Minas Gerais Setecentistas: geografia e literatura na obra do inconfidente Cláudio Manuel da Costa, Caminhos de Geografia* [revista online]. 2016. Disponível em:

<[www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/30668/17908](http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/30668/17908)>; Acesso em: 08 fev. 2017.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO-AHU; Projeto Regate; Rede Memória. Documento: *Certidão de Francisco José de Oliveira, escrivão da Câmara de Vila Nova da Rainha e seu termo, atestando que apresentou em câmara aos juízes ordinários e oficiais o alvará de 27/10/1733, enviado por Bernardo de Moraes Sarmiento, corregedor da Comarca do Rio das Velhas, no qual D. João V proíbe a abertura de novos caminhos ou picadas para as Minas, onde já houver arrecadação da Fazenda Real.* Disponível em: AHU, MG, CX 26, DOC 25, 1734. Acesso em: 25 ago. 2016.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO-AHU; Projeto Regate; Rede Memória. Documento: *Carta do vigário de Goiás, [arraial de Santa Ana], Pedro Ferreira Brandão, ao desembargador Belchior do Rego de Andrade, sobre o estado das Minas de Goiás e a necessidade de medidas contundentes para se evitar os descaminhos dos quintos.* Disponível em: ACL, AUU, CX 008, CX.1-1, D.4, Goiás, 1732. Acesso em: 25 ago. 2016.

Arquivo Nacional- AN, Alvará que proíbe as fábricas e manufaturas no Brasil, cód. 439, 1785. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=978;sid=107>>; Acesso em: 15 out. 2016.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO; “*Instrução e Norma*” que Gomes Freire deu a seu irmão, José Antônio – Revista do APM, ano IV, Fascículos III e IV, julho a dez, de 1899.

ARRIGHI, Giovanni. *Globalização e macrossociologia histórica.* Rev. Sociol. Polit. [online], n.20, pp.13-23, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext;pid=S0104-44782003000100003>>, Acesso em: 06 jun. 2016.

ARRUDA, José. *Exploração colonial e capital mercantil.* In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial.* 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

AUSTREGESILO, Myriam Ellis. *Estudo sobre alguns tipos de transporte no Brasil colonial.* Revista de História. São Paulo, v.1, n.4, p.505, out./ dez. 1950.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. *Estud. av.*, São Paulo, v.18, n.52, p.109-120, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext;pid=S010340142004000300009;lng=en;nrm=iso>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

BANDO. In: BLUTEAU, Rafael. *Diccionario Língua Pôrtugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes Silva- natural do Rio Janeiro- 1754/1823,* p. 163.

BARBOSA, Ana Carolina. Arcos. In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

BARBOSA, Faber Clayton. *Pitangui entre impérios: conquistas e partidos de poder nos sertões oeste das Minas Gerais, 1720-1765*. Mariana, 2015. Disponível em: <[http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/5851/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_Pitanguilmp%C3%A9riosConquistas.pdf](http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/5851/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Pitanguilmp%C3%A9riosConquistas.pdf)>. Acesso em: 08 mar. 2017.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, Edição Comemorativa dos Dois Séculos e Meio da Capitania de Minas Gerais. Editora Saterb Ltda. Belo Horizonte, 1971.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, v.1, 1979.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, v.2, 1979.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *História de Minas*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação, v.3, 1979.

BARBOSA; Constantino. Itapeçerica. In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: Poutignat, Philippe; Streiff-Fenart, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

BELLO, Paula. *Goodscapes: mapping design*. Texto apresentado na 4th International Conference on Design History and Design Studies. Guadalajara, México: 2004; disponível em: <<http://www2.uiah.fi/joiningforces/papers/Bello.pdf>>, acesso em: 20 jan. 2017.

BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central: eco -história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Verano, 2000.

BIBLIOTECA NACIONAL-BN. Mapa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente a Capitania das Minas Gerais (1777). Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/divcartografia/cart530294/cart530294.html](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/divcartografia/cart530294/cart530294.html)>. Acesso em: 12 ago. 2016.

BIBLIOTECA NACIONAL-BN; *Mapa da capitania de Minas Geraes: com a deviza de suas comarcas*. [S.l.: s.n.], [1778?]. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervodigital/div\\_cartografia/cart249867/cart249867.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervodigital/div_cartografia/cart249867/cart249867.html)>; Acesso em 12 jun. 2016.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília: Editora UnB, 1998.

BONOMO, Juliana Resende. O tabuleiro afro-brasileiro: o abastecimento alimentar e a resistência das quitadeiras negras no Brasil do século XVIII. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH – SP, 22., 2014, Santos. *Anais eletrônicos...* Disponível em: <[http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1405976865\\_ARQUIVO\\_OTABULEIROAFROanpuhsantos.pdf](http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1405976865_ARQUIVO_OTABULEIROAFROanpuhsantos.pdf)> . Acesso em: 12 abril 2017.

BORGES, José Gomide. *Candeias*. In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

BORGES, José Gomide. *O sertão de Nossa Senhora das Candeias da Picada de Goiás*. Belo Horizonte: CMC, 1992.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

BOSCHI, Caio César. *Nem tudo que reluz vem do ouro*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás. *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 1996.

BOSCHI, Caio César. O Assistencialismo na Capitania do Ouro. *Revista História-USP*, 1984. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61358>>, Acesso em: 12 jan. 2013.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *População escrava nas Minas Gerais, c. 1720*, 2016. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/File/1049/1014>>, Acesso em: 12 fev. 2017.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Demografia e Família Escrava em Montes Claros no século XIX. In: Oliveira, Marcos Fábio Martins de et alli. *Formação Social e Econômica do Norte de Minas*. Montes Claros: Ed Unimontes, 2000.

BOTO, Carlota. A dimensão iluminista da reforma pombalina dos estudos: das primeiras letras à universidade. Faculdade de Educação. Universidade São Paulo. *Revista Brasileira de Educação*. v. 15 n. 44 maio/ago. 2010 São Paulo. 2010. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a06.pdf>> Acesso em: 15 mar 2017.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português, 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOXER; Charles. *A idade de ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1969] 2000.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria*. Dissertação (Mestrado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Relatório Técnico 50- Perfil do Diamante (Gema e Diamante Industrial)*. Consultor Jeffrey Michael Watkins. Agosto de 2009.

Disponível em: <[http://www.jmendo.com.br/wpcontent/uploads/2011/08/P28\\_RT50\\_Perfil do Diamante xGemaeDiamante Industrialx.pdf](http://www.jmendo.com.br/wpcontent/uploads/2011/08/P28_RT50_Perfil_do_Diamante_xGemaeDiamante_Industrialx.pdf)> Acesso em: 12 ago 2016.

BRASIL. Receita da Fazenda Federal (s.d.). Registros. Brasília. Disponível em: <[http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo\\_colonial/letrar/registros.htm](http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo_colonial/letrar/registros.htm)> ; Acesso em: 28 fev 2017.

BRASIL. Receita da Fazenda Federal. (2015). Arrecadação de impostos no Brasil Colonial. Disponível em: <<http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/institucional/memoria/memoriafazendaria/arrecadacao-de-impostos-no-brasil-colonial>>; Acesso em: 01 mar 2017.

BRASIL. Senado Federal (2017). ANTONIL, Andre João, 1650-1721. Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas : com várias notícias curiosas do modo de fazer o assucar, plantar e beneficiar o tabaco, tirar ouro das minas, e descobrir as da prata, e dos grandes emolumentos que esta conquista da America Meridional da' ao reino de Portugal com estes, e outros generos e contratos reaes. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/222266>> Acesso em: 12 set. 2016.

BRITO, Francisco Tavares de. *Itinerario Geografico com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, rossas, citios, povoaçoens, lugares, villas, rios, montes, e serras, que ha da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro*. Composto por Francisco Tavares de Brito. Sevilla: Oficina de Antonio da Sylva,1732.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio. O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo, Edusp, FAPESP, 2011.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dilatação dos confins: caminhos,vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 251-294. jul.- dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v17n2/13.pdf>> Acesso em: 02 dez. 2016.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo*. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 111-153. jul.- dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v17n2/08.pdf>> Acesso em: 13 set. 2016.

CALDEIRA, Jorge. *A nação mercantilista: ensaio sobre o Brasil*. Editora 34, 1999.

CAMPOS, Deusdedit Pinto Ribeiro de Campos. *Dona Joaquina do Pompéu: Sua história e sua gente*. Belo Horizonte:Roma, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2000.

CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza política das minas: mineração, sociedade e ambiente no século XVIII. Tese*. Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

CARRARA, Angelo Alves. A administração dos contratos da capitania de minas: o contratador João Rodrigues de Macedo, 1775-1807. *América Latina en la Historia Económica*, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/alhe/n35/n35a2.pdf>> Acesso em: 01 nov. 2016.

CARRARA, Angelo Alves. A capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. *História Economia; História de Empresas, ano III*, vol. 2, 2000. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/138>> Acesso em: 02 nov. 2016.

CARRARA, Angelo Alves. *A Real Fazenda de Minas Gerais: guia de pesquisa da coleção Casa dos Contos de Ouro Preto*. Ouro Preto: UFOP, 2005. Disponível em: <[www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/A-Real-Fazenda-II.pdf](http://www.ufjf.br/hqg/files/2009/10/A-Real-Fazenda-II.pdf)> Acesso em: 17 jun. 2016.

CARRARA, Angelo Alves. Antes das Minas Gerais conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 38: p.574-596, Jul/Dez, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v23n38/v23n38a19.pdf>> Acesso em: 25 set. 2016.

CARRARA, Angelo Alves. Eficácia tributária dos sistemas de cobrança dos quintos reais A segunda capitação em Minas Gerais, 1736-1751. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 837-860, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v32n60/1982-4343-vh-32-60-00837.pdf>> Acesso em: 14 jul. 2016.

CARRARA, Angelo Alves. Paisagens rurais de um grande sertão: a margem esquerda do médio São Franciscanos séculos XVIII a XX. *Ciência e Trópico*, Recife, v.29, p.61-124, 2001.

CARRARA, Angelo Alves; SOUZA, Rafael de Freitas e. *Ouro, escravos e contas: a Mina da Passagem nos séculos XVIII e XIX*. 1. ed. Juiz de Fora : Clio Edições, 2015.

CARVALHO, Ana Maria Victor,. CARVALHO, Elizabeth Victor, *Iguatama*; In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

CARVALHO, Feu de. *Pontes e chafarizes de Vila Rica de Ouro Preto*. Belo Horizonte, Edições Históricas, 1935.

CARVALHO, Lineu de; Carmo da Mata In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

CASTRO, José Flávio Morais. *Organização Espacial da Capitania De Minas Gerais no Século XVIII*. Disponível: <<http://eventos.lettras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/8.pdf>> Acesso em: 01 set. 2016.

CATÃO, Leandro Pena. *Sacrílegas Palavras: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de História, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*, 6. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAVES, Cláudia Maria. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

CHAVES, Edneila Rodrigues. *Criação de vilas em Minas Gerais no início do regime monárquico a região Norte*. Artigo. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p.817-845, set/dez 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752013000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752013000300009)>; Acesso em 16 nov. 2016.

COIMBRA, Álvaro da Veiga, *Noções de Numismática*. SP. Secção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1965.

COLIN, Sílvio. *Técnicas construtivas do período colonial– I*. 2010. Disponível em: <<https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/09/06/tecnicas-construtivas-do-periodo-colonial-i/>> Acesso em: 25 fev. 2017.

COSTA PEREIRA, José Veríssimo da. *Faiscadores in Tipos e aspectos do Brasil – coletânea da Revista Brasileira de Geografia*. IBGE-Conselho Nacional de Geografia. 8 ed. Rio de Janeiro, 1966. Disponível em: <<http://www.consciencia.org/faiscadores-historia-da-mineracao>>, Acesso em: 02 fev. 2017.

COSTA, Antônio Gilberto (Org). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

COSTA, Antônio Gilberto. A cartografia do território de Minas Gerais e seus limites oitocentistas: anexações e desmembramentos. In: *SIMPÓSIO LUSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA*. Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011.

COSTA, Antônio Gilberto; FRANÇA, Adriana Rocha; *Cartografia Histórica- Volume XX*. Tomo I. Arq. Mus. Hist. Nat. Jard. Bot. - UFMG. Belo Horizonte. 2011. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/mhnpj/wp-content/themes/mhnpj/docs/revista-arquivos/\\_vol\\_20\\_n1/\\_Vol20n1.pdf](https://www.ufmg.br/mhnpj/wp-content/themes/mhnpj/docs/revista-arquivos/_vol_20_n1/_Vol20n1.pdf)> Acesso em 07 out. 2016.

COSTA, Antônio Gilberto; RENGER, Friedrich Ewald; FURTADO, Júnia Ferreira; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. *Cartografia da Conquista do Território das Minas*. 1. ed. Belo Horizonte; Lisboa: UFMG; Kapa, 2004.

CRANE, D. et al. *Global Culture. Media, Arts, Policy, and Globalization*. NY, London: Routledge, 2002.

CRUZ, Cícero Ferraz. *Fazendas do Sul de Minas / Cícero Ferraz Cruz*. Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010.

CUNHA, Alexandre Mendes. *Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX*. Cedeplar/UFMG. 2007.

CUNHA, Violeta Assumpção; CAETANO, Paulo Henrique; LIMA, Ana Gabriela Oliveira; A Imprensa no Brasil e a Grande Imprensa em Minas Gerais: Surgimento, Hegemonia e Declínio. In: *Anais do 8º Encontro Nacional de História da Mídia*, 2011, Guarapuava. Disponível em: <<file:///C:/Users/PC/Downloads/A%20imprensa%20no%20Brasil%20e%20a%20grande%20imprensa%20em%20Minas%20Gerais%20surqimento-%20hegemonia%20e%20declinio.pdf>> ; Acesso em: 13 dez. 2016.

DEFFONTAINES, Pierre. *Como se constituiu no Brasil a rede de cidades*. *Boletim geográfico*, v. 2, n. 14, p. 141-148, 1944.

DIAS, Bernadete Oliveira Sidney Viana. *As relações de trabalho na cidade de São João del-Rei em uma perspectiva histórica*. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras/UFLA, Lavras/MG, 2000.

DIAS, Renato da Silva. *Entre a cruz e a espada: religião, política e controle social nas Minas do Ouro (1693-1745)*. *Vária História*, v. 26, 2010.

DORNAS FILHO, João. *O Ouro das Gerais e a Civilização da Capitania*. Companhia Editora Nacional, 1957.

ELLIS JR., Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recúo do meridiano*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

FARIA JÚNIOR, José Eustáquio de. Pitangui. In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

FARIA, Antônio Francisco de. São Roque de Minas. In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

FARIA, Simone Cristina de. As redes dos “homens do ouro” das minas: em busca de prestígio e legitimação do mando. *Nemosine- Revista Brasil Colônia*. 2009 Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/volume1/dossie\\_brasil-colonia/dossie/NEMOSINE-REVISTA\\_BRASIL-COLONIA-VOL1-N1-JAN-JUN-2010AsRedesDosHomensDoOuroDasMinas-EmBuscaDePrestigioELegitimacaoDoMando.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/volume1/dossie_brasil-colonia/dossie/NEMOSINE-REVISTA_BRASIL-COLONIA-VOL1-N1-JAN-JUN-2010AsRedesDosHomensDoOuroDasMinas-EmBuscaDePrestigioELegitimacaoDoMando.pdf)>; Acesso em: 07 dez. 2016.

FAUSTO, Boris - *História do Brasil*. 12a edição. São Paulo, SP: EDUSP: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1996.

FERNANDES, Renata Silva. *Indígenas na historiografia mineira: estudo de caso*; UNESP, Franca/SP. 2010. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Pain%E9is/Renata%20Silva%20Fernandes.pdf>> ; Acesso em: 02 mar 2017.

FERREIRA, Áurea Bárbara Silva. Passa Tempo. In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

FIGUEIREDO, Vanessa. O patrimônio e as paisagens: novos conceitos para velhas concepções. *Paisagem e ambiente: Ensaios*, n. 32. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/paam/article/viewFile/88124/91004>>; Acesso em : 25 maio 2017.

FIGUEIREDO, Lucas. *Boa Ventura, A Corrida do Ouro No Brasil (1697 - 1810)*, Ed. Record, 2010.

FIORITI, Cesar Fabiano. *Pavimentos intertravados de concreto utilizando resíduos de pneus como material alternativo*. Tese de Doutorado. Escola de Engenharia de São Carlos. 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde-27092007-184727/pt-br.php>>; Acesso em: 28 nov. 2016.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Dex terres aux villes de l'or: pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII<sup>o</sup> siècle)*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003;

FONSECA, Luís Gonzaga da. *História de Oliveira*. Belo Horizonte: Bernardo Alvares, 1961.

FORTES, Manuel de Azevedo, 1660-1749. *O engenheiro portuguez : dividido em dous tratados*. Tomo primeyro [-segundo]... obra moderna, e de grande utilidade para os engenheiros, e mais officiaes militares / composta por Manoel de Azevedo Fortes, Academico da Academia Real da Historia Portugueza.... - Lisboa Occidental : na Officina de Manoel Fernandes da Costa, Impressor do Santo Officio, 1728-1729. Disponível em: <http://purl.pt/14547>; Acesso em: 13 set. 2016.

FREITAS, Orlando Ferreira., Nova Serrana. In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

FREITAS, Orlando Ferreira. Bom Despacho. In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 31ª edição, [1959] 2005.

FURTADO, Junia F. *Teias de negócio: conexões mercantis entre as Minas do ouro e a Bahia, durante o século XVIII*. In: FRAGOSO, João et al. (Orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Oswaldo Cruz, 2002.

FURTADO, Junia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GADO VACUM. In: BLUTEAU, Raphael. *Suplemento ao Vocabulário Portuguez e Latino*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Vol. I e II, 1727/1789, p.505.

GAIO SOBRINHO, A. *História da educação em São João del-Rei*. São João del-Rei, MG: SEGRA/Funrei, 2000.

GAMA, Alexandre de Oliveira. *Historiografia e memórias de Paracatu - Noroeste de Minas Gerais*. UNB. 2015.

GANDIN, Luís Armando; HYPOLITO, Álvaro Moreira. *Globalização, multiculturalismo e conhecimento. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento* (entrevista com Boaventura de Sousa Santos. *Currículo sem fronteiras*, v. 3, n. 2, p. 5-23, 2003.

GARCIA, Juliane Martins. *Traços hispânicos no processo de latinidade da arquitetura colonial em Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte, 2005.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas : um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil* / Synesio Sampaio Filho. – Ed. rev. e atual. Brasília : FUNAG, 2015.

GRESPLAN, Jorge. *Revolução Francesa e Iluminismo*. São Paulo: Contexto, 2003.

GUIMARÃES NETO, L.; BRANDÃO, Carlos A. *A Formação Econômica do Brasil e a Questão Regional*, 2009. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper41.pdf>> Acesso em: 12 maio 2017.

GUIMARÃES, Carlos Magno. *“Cada venda é um quilombo.” escravidão e espaço de rebeldia nas Minas Gerais (século XVIII)*. Anais da V Jornada Setecentista, Curitiba, 2003.

HALL, Stuart. *Da diáspora– identidades e mediações*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HARVEY, David. *O problema da globalização*. Revista Novos Rumos, v.50, n.2, 1996. p. 125-140. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/195>> Acesso em: 19 jun. 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização Brasileira*. v. 2, 11ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. 3 ed., São Paulo, 1957.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Monções*. (org. Laura de Mello e Souza André Sekkel Cerqueira) São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

IANSEN, Marta. *O Que Era "Bando", Antigamente*. 2012. Disponível em: <<https://martaiansen.blogspot.com.br/2012/10/o-que-eraoBandoouproclamacao-municipal-nos-tempos-coloniais.html>> Acesso em: 22 dez. 2016.

KANT, Immanuel. *O iluminismo*. 1784. [Traduzido por: Artur Mourão] Disponível em: <[http://www.lusosofia.net/textos/kant o iluminismo 1784.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/kant%20o%20iluminismo%201784.pdf)> Acesso em: 25 fev. 2017.

KAPP, Amanda Cieslak. O pensamento de Fernando Oliveira sobre a escravidão negra na Europa do século XVI- In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH/SP*. 2011; disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308180823\\_ARQUIVO](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308180823_ARQUIVO)> Acesso em: 02 mar. 2017.

KOSHIBA, Luiz ; PEREIRA, Denise M. F. *História do Brasil*. São Paulo, Atual, 1996.

KYMLICKA, W. *Multicultural Citizenship: a Liberal Theory of Minority Rights*. Oxford: Clarendon Press, 1995.

LAMAS, Fernando Gaudereto. *Para além do ouro das Gerais: outros aspectos da economia mineira no setecentos*. Heera, Juiz de Fora, v. 3, n. 4, p. 37-54, jan.-jun. 2008.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Conselho Nacional de Geografia, 1950.

LARANJO, Heraldo Tadeu. *Oliveira*; In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

LEITE, Elizabeth Aparecida Menezes. Medeiros In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

LEVY, Fortunée. *Prata; as minas, as lendas, a arte dos prateiros*. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, 6: 253-274, 1945. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mhn;pagfis=26846>>, Acesso em: 04 nov. 2016.

LIBBY, Douglas Cole. *Metalurgia*, 2003. Disponível em: <[http://mao.org.br/fotos/pdf/biblioteca/libbi\\_01.pdf](http://mao.org.br/fotos/pdf/biblioteca/libbi_01.pdf)> , Acesso em: 12 nov. 2016.

LIMA JR, Augusto. *A Capitania das Minas Gerais (origem e formação)*. Belo Horizonte: Instituto de História, Letras e Artes, 1965.

LIMA, Cláudio Ferreira. *A questão regional no Brasil: quosque tandem?* Disponível em: <<http://www.econometrix.com.br/pdf/a%20questao%20regional%20no%20brasil.pdf>>, Acesso em: 12 maio 2017.

LIMA, Fernando Carlos Greenhalgh de Cerqueira. Bimetalismo, ouro, prata e Gresham: uma contribuição para o estudo da circulação de moeda-metálica no Brasil no século XVIII. *Estudos Econômicos*, v. 43, n. 3, p. 595-616, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ee/v43n3/a06v43n3.pdf>>, Acesso em: 13 abril 2017.

LIMA, Péricles Pedrosa. *Homens de ciência a serviço da coroa: os intelectuais do Brasil na Academia Real de Ciências de Lisboa: 1779/1822*. Tese de mestrado, História dos Descobrimentos e da Expansão, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2009.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*.4.ed. Brasília: ESAF, 1988.

LOUREIRO, Afonso. *Os miliares, os quilométricos e os descartáveis*. Publicado em 22/03/2012. Disponível em: <<http://afonsoloureiro.net/blog/?p=5768>> Acesso em: 25 jan. 2017.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. (Re)significações culturais no mundo rural mineiro: o carro de boi -do trabalho ao festar (1950-2000). *Revista Brasileira de História*. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882006000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100003)>; Acesso em: 26 jun. 2016.

MAIA, Antônio Maria Claret. *A origem histórica/jurídica das terras do Brasil. Ruralminas*. Belo Horizonte/MG. 2007.

MANNING, Patrick. *Escravidão e mudança social na África*. Listener, v. 70, p. 871, 1963.

MARTINS, Saul. *A Indústria Caseira em Pitangui*. Série Artesanato. Belo Horizonte. Imprensa Oficial.1966.

MARTINS. Tarcísio José. *Quilombo do Campo Grande: A história de Minas que se devolve ao povo*. SANTA CLARA. Ed.2. Contagem/MG. 2008.

MARX, Karl. *O Capital*– Vol I. Trad. Reginaldo Sant’Anna – 21ª Edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Ed., 2003.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*; [ tradução de Rubens Enderle]. São Paulo : Boitempo, 2013.

MATTOS, Laura Valladão de. As razões do laissez-faire: uma análise do ataque ao mercantilismo e da defesa da liberdade econômica na Riqueza das Nações. *Revista Economia Política*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 108-129, 2007 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext;pid=S0101315720070001000061=em;nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext;pid=S0101315720070001000061=em;nrm=iso)> Acesso em: 11 mar. 2017.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil Portugal, 1750-1808*, 7 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MEGALE, Heitor (org.) *Filologia bandeirante*. São Paulo: Humanitas, 2000.

MELLO, José Waldemar Teixeira de. *Santanense: revolução filosófica e industrial em Sanct’Anna do São João Acima*; Belo Horizonte; Rumos Editorial; 1991.

MELLO, Oliveira. *Memórias de um tempo*. Paracatu: Ed. Academia de Letras do Noroeste de Minas. 1999.

MELO, Luís Augusto Júnio. Piumhi In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

MENZ, M. M. *Minas e currais. Produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*, CARRARA, Angelo Alves. *Revista de História* 158, 2008. Disponível em: <file:///G:/IC/Angelo%20Carrara/Carrara%20Minas%20e%20currais.pdf>; Acesso em: 10 mar. 2017.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Caminho do Comércio - um trecho pouco conhecido da estrada real cidades como Andrelândia, Bom Jardim, Rio Preto e Madre de Deus fazem parte da antiga rota utilizada por comerciantes e tropeiros para escoar riquezas do interior de Minas Gerais para o Rio de Janeiro*. Disponível em: [http://www.patriamineira.com.br/imagens/img\\_noticias/080246100510\\_CAMINH\\_O\\_DO\\_COMERCIO.pdf](http://www.patriamineira.com.br/imagens/img_noticias/080246100510_CAMINH_O_DO_COMERCIO.pdf); Acesso em: 12 jun. 2017.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra – bandeirantes e índios na formação de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. *A fisionomia das cidades mineradoras. Texto apresentado no Painel Urbanização e Modernidade em Minas Gerais no XIX e XVIII- Seminário sobre a Economia Mineira; Diamantina/MG*. 1998.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. *Gênese e estrutura da cidade mineradora. Texto apresentado no Painel Urbanização e Modernidade em Minas Gerais no XIX e XVIII-Seminário sobre a Economia Mineira; Diamantina/MG. 1998.*

MORAES, Fernanda Borges de. *A Rede Urbana Das Minas Coloniais: Potencial Turístico Das Paisagens Culturais Remanescentes*; Disponível em: <<http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/viewFile/968/943>>, Acesso em: 25 ago. 2016.

MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. São Paulo: USP/FAU, 2005.

MORAIS, Christianni Cardoso. *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*. Tese (Doutorado). Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

MORI, Robert. *Os Aldeamentos Indígenas no Caminho dos Goíases: Guerra, Etnogênese e Identidade no “Sertão do Gentio Cayapó” (Sertão da Farinha Podre). Goiás (1748 – 1816) e Minas Gerais (1816 – 1840)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2015.

MOURÃO, Maria da Graça Menezes. *A Picada de Goiás- Sua importância na formação dos núcleos populacionais até a sua transformação em Estrada Real pelo Conde Valadares em 1769*. 2009. (inédito).

MOURÃO, Maria da Graça Menezes. *Carrancas - uma capela no caminho real*. Scortecci Editora. São Paulo. 2009.

MOURÃO, Maria da Graça Menezes. *O cerceamento da comunicação por Correios na “capitania de todos os negócios”*. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernohistoria/article/viewFile/P.2237-8871.2012v13n18p9/3695>>, Acesso em: 15 jul. 2016.

NASCIMENTO, Douglas. *Os marcos esquecidos de São Paulo*. Publicado em 03/07/2014. Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/os-marcos-esquecidos-de-sao-paulo/>>, Acesso em: 25 jan. 2017.

NASCIMENTO, Marcela. *Nascimento, morte e renascimento de Paraty-RJ: a importância da posição geográfica na sua evolução Urbana*. 2005. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Pnsamientogeografico/05.pdf>> ; Acesso em 04 fev. 2007.

NETO, João Cândido da Silva. *A saga de Manuel Nunes Viana*. 2012. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/a-saga-de-manuel-nunes-viana/94658/>> Acesso em: 06 nov. 2016.

NOGUEIRA, Guaracy de Castro. *Genealogias Mineiras*. Jornada do Patrimônio. ICMC. ICAM. 2009.

NOGUEIRA, Guaracy de Castro. *Palestra Genealogia dos Povos do Centro-Oeste Mineiro- pronunciada na Câmara Municipal de Pará de Minas- Museu Histórico de Pará de Minas-MUSPAM*. 16 de setembro de 1998.

NORONHA, Gilberto César. *Viagem aos Sertões enunciados: conphigurações do oeste de Minas Gerais*. Tese de Doutorado. Uberlândia/MG. 2011.

NORONHA, Gilberto Cezar de. *Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias nos sertões do São Francisco*. Uberlândia, MG: EDUFU, 2007.

NORONHA, Gilberto César de. Pompéu. In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

NOZOE, Nelson Hideiki. *A apropriação de terras rurais em São Paulo*. Tese (Livredocência em Economia)–FEA/USP, 2008.

ODISSEIA. (s.f.) In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio. O dicionário da língua portuguesa. 7.ed. Curitiba: Positivo, 2008., p.589.

OLIVEIRA, Helena. *Edição semidiplomática e análise diacrítica de manuscritos do século XIX da administração geral dos Correios em São Paulo*. Tese de Mestrado. Universidade Superior de São Paulo-USP, São Paulo, 2010. Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde26112010.../2010HelenadeOliveira.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde26112010.../2010HelenadeOliveira.pdf)>, Acesso em: 15 jul. 2016.

OLIVEIRA, João Pinto de. *São Tiago*. In: *Centro-oeste mineiro: História e Cultura*. Guaracy de Castro Nogueira; Dalton Fernando de Miranda. (Org.). 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Famílias dos Sertões da Mantiqueira*. In: Revista do Arquivo Publico Mineiro- RAPM. V. XLVIII. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2012.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

PALACÍN. Luiz Gomes. O século do ouro em Goiás. Goiânia: UCG, 1994.

PAULA SOBRINHO, José Francisco de. Formiga. In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

PAULA SOBRINHO, José Francisco de. *História Postal de Minas Gerais- Caminhos, Correios, Formação*. Belo Horizonte. O Lutador, 1997.

PAULA, Ricardo Zimbrão Afonso. *Percalços da Industrialização: o caso de Minas Gerais*. Dissertação de Mestrado. Unicamp/Campinas-SP. 2001.

PEAM. In: BLUTEAU, Raphael. *Suplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva , Vol. I e II, 1727/1789, p.173.

PEIXOTO, Afrânio. *História do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1944.

PENIDO, Alan., NOGUEIRA, Guaracy de Castro., SILVEIRA., Aureo Nogueira da. *Genealogia das famílias itaunenses*. 2016. Disponível em: <<http://resgatadahistorya.blogspot.com.br/>> Acesso em 12 jan. 2017.

PEREIRA, Oscar Virgílio. *Das sesmarias ao polo urbano: formação e transformação de uma cidade*. Uberlândia, Edição do autor. 2010.

PICADA. In: BLUTEAU, Raphael. *Suplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva , Vol. I e II, 1727/1789, p.199.

PINTO JR., Rafael Alves. *Implantação, técnica, conjunto e uso do espaço arquitetônico- Construir no sertão de Goiás (1830-1930), Vitruvius*; 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.197/6253>>, Acesso em: 07 março 2017.

PINTO, Francisco Eduardo. *Potentados e Conflitos nas sesmarias da comarca do Rio das Mortes*. Tese de doutoramento. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[www.historia.uff.br/stricto/td/1210.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/td/1210.pdf)> Acesso em: 03 julho 2016.

PINTO, Valter Magalhães., Quartel Geral In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

PIVA, Teresa Cristina de Carvalho. *O Brigadeiro Alpoim: Um expoente do ensino técnico no Brasil colonial*. 2015. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/hcensino/article/download/22982/18185>>; Acesso em: 12 jan.2017.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo –colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 19ª edição,1986.

PRIORE, Mary Del. e VENANCIO, Renato. *Uma breve História do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

PRIORE, Mary Del. *Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PRIORE, Mary Del.(org.).*História das Mulheres no Brasil*. 7ª Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

RABELLO, Raimundo da Silva. *No pays do Pitangui- Nos séculos XVIII e XIX*. Edição do autor. 2014.

REIS; Liana. Souza Tânia Maria F. de. *Técnicas Mineratórias e Escravidão Nas Minas Gerais dos Séculos XVIII E XIX. Uma Análise Comparativa Introdutória*. 2006. Disponível em: <[www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina\\_/2006/D06A018.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina_/2006/D06A018.pdf)> Acesso em: 10 set. 2016.

RENGER, Friedrich. *O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais*. Revista do Arquivo Público Mineiro, 2006. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/o\\_quinto\\_do\\_ouro\\_no\\_regime\\_tributario\\_nas\\_Min\\_asGerais.PDF](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/o_quinto_do_ouro_no_regime_tributario_nas_Min_asGerais.PDF)>. Acesso em: 08 março 2017.

RENGER, Friedrich. *O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, v. 42, n. 2, p. 90-105, 2006.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Minas dos Cataguases- Entradas e Bandeiras nos sertões do Eldorado, Varia Historia, nº 33, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v21n33/a09v21n33.pdf>> Acesso em: 21 maio 2016.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Hal. *Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei*. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a02.pdf>>, Acesso em 22 nov. 2016.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO- RAPM, ANO XXXVII, CATÁLOGO DE SISMARIAS, v. 1 e 2, 7.985 registros, 1988, [1924].

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO- RAPM, *O Liberal Mineiro, de Ouro Preto*, [1885 a 1886], V. VII, 1902.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO- RAPM., *Carta da Camara de Tamanduá á Maria 1ª a cerca de limites de Minas-Gerais com Goyaz*. Ouro Preto: Imprensa Oficial Ano II, v.2, 1897.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO- RIHGB, TOMO IV- *“Relatório do Marquez de Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, entregando o Governo a Luiz de Vasconcellos e Sousa, que o sucedeu no Vice-Reinado” (1779)*, 1843.

REZENDE, Ana Maria Nogueira. Serra da Saudade. In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

REZENDE, Ana Maria Nogueira. Carmópolis de Minas. In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

RIBEIRO, Maria Emília Vieira. São Francisco de Paula. In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.23, n. 46, p. 253-270, 2003.

ROJAS. José Luis. *La Ethnohistoria de América. Los indígenas, protagonistas de su historia*. Buenos Aires: SB, 2008.

ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das minas –Ideias, práticas e imaginário político no século 18*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009.

ROSSETTO, Pedro Francisco. Reconstituição do traçado da “estrada dos Goiaes” no trecho da atual mancha urbana de Campinas. Artigo. *Anais do Museu Paulista. São Paulo*. N. Sér. v.14. n.2.p. 141- 191. jul.-dez. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142006000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142006000200006)> Acesso em: 13 nov. 2017.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. *O Brasil Colonial: O Ciclo do Ouro, c. 1690- 1750*. In: BETHELL, L. (org). *América Latina Colonial*. São Paulo: EDUSPS, 1999.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Costa Matoso*. in: *Varia História*, Belo Horizonte, n. 21, julho de 1999. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/33692086-Identidade-etnia-e-autoridade-nas-minas-gerais-do-seculo-xviii-leituras-do-codice-costa-matoso.html>>; Acesso em: 28 jan. 2017.

SACRAMENTO, José Antônio de Ávila. *300 anos da Guerra dos Emboabas e do "Capão da Traição"*, <<http://saojoaodel-rei.blogspot.com.br/2009/04/300-anos-da-guerra-dos-emboabas-e-do.html>> publicado em: 19 de abril de 2009. Acesso em: 12 nov. 2016.

SANCHES, Thiago. *Indícios de comércio no caminho do Anhanguera a partir de meados do século XVIII*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História –ANPUH, São Paulo, julho 2011 Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300389465\\_ARQUIVO\\_TEXTOANPUH.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300389465_ARQUIVO_TEXTOANPUH.pdf)>. Acesso em 04 mar. 2017.

SANTIAGO, Cybelle Celestino. *O Solo como Material de Construção*. 2ª edição\ EDUFBA; Salvador-Bahia; 2001.

SANTOS, Lúcio José dos. História de Minas Gerais. 2. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1926.

SANTOS, Márcio. *Bandeirantes Paulistas no Sertão do São Francisco: Povoamento e Expansão Pecuárias de 1688 a 1734*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Márcio. *Estradas Reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro do diamante no Brasil*. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado, fundamento teórico e metodológico da geografia*. Hucitec. São Paulo 1988.

SATHLER, E. B. *Tropeiros; outros viajantes*. Niterói: PPGSD-UFF/ Edição do Autor, 2003.

SCARATO, Luciane Cristina. *Caminhos e descaminhos do ouro nas Minas Gerais: administração, territorialidade e cotidiano (1733-1783)*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas-SP. 2009.

SCHILLER, Herbert I. *O império norte-americano das comunicações*, tradução de Tereza Lúcia Halliday. Petrópolis: Vozes, 1976.

SECO, Ana Paula. AMARAL, Tânia Conceição Iglesias do. *Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira*. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodopombalino\\_intro.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodopombalino_intro.html)>; Acesso em: 12 junho 2016.

SEYFERTHÉ, Giralda. *O futuro era branco*. 04 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/o-futuro-era-branco>>, Acesso em: 04 fev. 2017.

SHELLARD, Alexia Helena de Araujo. A Colonização Ecológica do caminho do Ouro: mineração e devastação no século XVIII. *Periódicos UFMS*. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/19334/pdf>> Acesso em : 21 ago. 2016.

SIFUENTES. G.G., Bambuí. In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itáúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

SILVA, Cecília de Sá Lino. Dores do Indaiá. In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itáúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. *Benditos Amaros- Remanescentes Quilombolas De Paracatu: Memórias, Lutas e Práticas Culturais (1940-2004)*. Universidade Federal de Uberlândia-UFU. 2012.

SILVA, Vera Alice Cardoso., Lei e ordem nas Minas Gerais formas de adaptação e de transgressão na esfera fiscal, 1700-1733; *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 24, nº 40: p.675-688,2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v24n40/20.pdf> Acesso em: 15 jun. 2016.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil: 1500-1820*/Roberto C.Simonsen. – Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1111>>; Acesso em: 25 out. 2016.

SOARES, Rita Miranda. *A Influência dos judeus “cristãos-novos” na cultura mineira*. Disponível em: <<http://anussim.org.br/a-influencia-dos-judeus-cristaos-novos-na-cultura-mineira/em-26/07/2012>> Acesso: 12 nov. 2016.

SOUSA SANTOS, Boaventura. *Os processos da globalização*. São Paulo: Cortez, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*.Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Rita de Cássia Martins de; MOREIRA, Diego Henrique; PEDROSA; Antônio de Sousa. A Mineração na Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. In: *SIMPÓSIO MINEIRO DE GEOGRAFIA*, Alfenas, 2014. *Anais...* Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/simgeo/system/files/anexos/Rita%20de%20Cassia%20Martins%20de%20Souza.pdf>> Acesso em: 12 dez. 2016.

STARKA, Ana Maria. *Governar é abrir estradas. O concreto pavimentando os caminhos na formação de um novo país*. São Paulo, ABCP, 2009.

TAUNAY, Affonso. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos; 2012.

TAUNAY, Visconde de. *Goiás*. Projeto Livro Livre-Iba. São Paulo, 2015.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins. *Boletim Goiano de Geografia, Goiânia/GO*, v.21, n.1, 2009. Disponível em:<[http://www.abhr.org.br/wpcontent/uploads/2013/01/artTEIXEIRANETOCaminhosdire%C3%A7%C3%A3o\\_tocantins.pdf](http://www.abhr.org.br/wpcontent/uploads/2013/01/artTEIXEIRANETOCaminhosdire%C3%A7%C3%A3o_tocantins.pdf)> Acesso em: 15 jan. 2017.

TEIXEIRA, Edson José. Campo Belo. In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org).*Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

TERMO. In: BLUTEAU, Rafael. Dicionário Raphael Bluteau: Vocabulario Portuguez & Latino. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/termo>>, Acesso em: 15 jan. 2017.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

TUPINAMBÁ, Miguel, MONLEVADE, Audrey A., BRITO, Joyce V.P, WALDHERR, Felipe R.; TUPINAMBÁ, Ana. *Proveniência do material rochoso utilizado no calçamento do Caminho Velho da Estrada Real entre Parati (RJ) e Cunha (SP)*, 2014. Disponível em: <<http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geonomos/article/view/294>>; Acesso em: 05 jan. 2017.

URIAS, Patrícia Daniele; *Edificar em Minas Gerais No Século XVIII- A cultura das oficinas de construções religiosas luso-brasileiras*; Dissertação; Escola de Arquitetura da UFMG. 2013.

VARGAS, Iácones. Luz. In: NOGUEIRA, Guaracy de Castro; MIRANDA, Dalton Fernando de (Org). *Centro-oeste mineiro: história e cultura*. 1 ed. Itaúna: Totem Centro Gerador de Cultura; Instituto Cultural Maria de Castro Nogueira, 2008.

VASCONCELLOS, Sylvio de. A Arquitetura Colonial Mineira. In: *PRIMEIRO SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS*, 1., Belo Horizonte, 1956. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 1957.

VASCONCELOS, Diogo Pereira de; *Relatório Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais*, 1855. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/460/000037.html>> , Acesso em 12 mar. 2017.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemérides mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto, MG : Impr Off. do Estado de Minas. Vol. 1. 1897. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221689>> Acesso em: 12 jan. 2016.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemérides mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto, MG : Impr Off. do Estado de Minas. Vol. 2. 1897. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221689>> Acesso em: 12 jan. 2016.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemérides mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto, MG : Impr Off. do Estado de Minas. Vol. 3. 1897. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221689>> Acesso em: 12 jan. 2016.

VEIGA, José Pedro Xavier da. *Ephemérides mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto, MG : Impr Off. do Estado de Minas. Vol. 4. 1897. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221689>> Acesso em: 12 jan. 2016.

VENANCIO, Renato Pinto. *Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII*. *Locus Revista de História*, Juiz de Fora/MG, v. 6, p. 93-104, 1998. Disponível em: <<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2292>>; Acesso em: 15 maio 2017.

VILAS, C. “*Seis ideias falsas sobre a globalização*” Estudos de Sociologia. Araraquara ano 3, n. 6, primeiro semestre, 1999.

VOEGELIN, Erminie W. *An Ethnohistorian's View point*. Ethnohistory, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 166-171, nov. 1954.

WANDERLEY, L. J. *Ouro como moeda, ouro como commodity*. 2015. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/poemas/files/2015/08/Wanderley-2015-Ouro-como-moeda-ouro-como-commodity.pdf>>; Acesso em: 09 mar. 2017.

WIRTH, John D. *Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937. O fiel da balança*. [Trad. Maria Carmelita]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.

ZORRAQUINO, L. D. *A Evolução da Casa no Brasil*. Programa para Análise de Revalidação de Diplomas - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.